



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO SOB O
COMÉRCIO ELETRÔNICO EM ITABAIANA-SE**

GEOVÂNIO SILVA SANTOS

SÃO CRISTÓVÃO – SE
FEVEREIRO DE 2025

GEOVÂNIO SILVA SANTOS

OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO SOB O COMÉRCIO
ELETRÔNICO EM ITABAIANA-SE

Texto apresentado como requisito para a avaliação no exame de defesa de dissertação no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, sob orientação do Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos.

Área de Concentração: Produção e Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

FEVEREIRO DE 2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237f Santos, Geovânio Silva
Os fios (in)visíveis da exploração do trabalho sob o comércio eletrônico em Itabaiana-SE / Geovânio Silva Santos ; orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. – São Cristóvão, SE, 2025.
240 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia. 2. Comércio eletrônico – Itabaiana (SE). 3. Produtividade do capital. 4. Mercadorias. 5. Trabalho - Itabaiana (SE). I. Campos, Christiane Senhorinha Soares, orient. II. Título.

CDU 911.3:33:004.738.5:339(813.7)

GEOVÂNIO SILVA SANTOS

**OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO SOB O
COMÉRCIO ELETRÔNICO EM ITABAIANA-SE**

Dissertação apresentada no Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe - UFS,
para obtenção do título de mestre em
Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
Universidade Federal de Sergipe – PPGeo / UFS

Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição – Membro Interno
Universidade Federal de Sergipe – PPGeo / UFS

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes – Membro Externo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / UESB

Área de Concentração: Produção e
Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas
Territoriais e Desenvolvimento.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

FEVEREIRO DE 2025



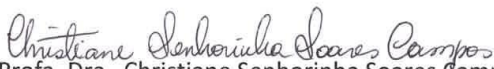
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de **Geovânio Silva Santos**.

Aos dezesse dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se no auditório do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, localizado na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Geovânio Silva Santos**, intitulada: "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO SOB O COMÉRCIO ELETRÔNICO EM ITABAIANA/SE". A defesa foi presidida pela Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, que na qualidade de presidente, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Sócrates Oliveira Menezes e Alexandrina Luz Conceição que arguiram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 17 de fevereiro de 2025.

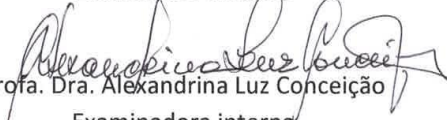

Prof.ª. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos

Orientadora e presidente da banca

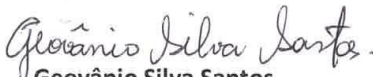


Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes

Examinador externo


Prof.ª. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Examinadora interna


Geovânio Silva Santos

-Mestrando-

DEDICATÓRIA

Enquanto eles tentam capitalizar a realidade,

Eu, eu socializo meus sonhos...

(Sérgio Vaz, apud, Renan Inquérito, Sonhos)

Por tanto amor, por tanta emoção

A vida me fez assim

Doce ou atroz, manso ou feroz

Eu, caçador de mim

Preso a canções, entregue a paixões

Que nunca tiveram fim

Vou me encontrar longe do meu lugar

Eu, caçador de mim

Longe se vai sonhando demais,

Mas onde se chega assim?

Vou descobrir o que me faz sentir

Eu, caçador de mim...

(Milton Nascimento, Caçador de Mim)

No ir e vir das andanças da vida, por vezes questionamos os caminhos que seguimos. Por vezes nos colocamos em meio a escolhas áridas, que nos fazem pensar nos “por quês” estarmos seguindo em determinada direção e não em outra. É neste ir e vir entre o que é posto e o que nos colocamos, que construímos nossos percursos. Neste verão seco de 2025, quando escrevo a dedicatória da dissertação que segue, é isso que consigo observar com mais clareza.

Esta dissertação surge como parte de sonhos que se colocaram por/para mim, mas que não é, de modo algum, um projeto individual. Diante de um horizonte fechado para expectativas e tomado pela barbárie social, é preciso manter viva a dimensão dos sonhos. Por mais que a ideologia imponha a perda da possibilidade de sonhar, é preciso teimosia e ousar ir além do que nos é colocado. É também se colocar na certeza de que “longe se vai sonhando demais”.

Das tantas mãos que constituíram esta dissertação, dedico especialmente aos familiares: mãe, pai, irmão e irmãs, avô e avós, tios e tias, amigos e amigas, professoras e professores que em suas particularidades contribuíram para o êxito desta dissertação. Vocês são boa parte da razão por cada uma das ações tomadas por mim. Dedico também a toda a classe trabalhadora e povos oprimidos do mundo, que em sua labuta diária lutam pela construção de um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Certa vez Che escreveu: “deixe-me dizer-lhe, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor” (2009, p. 70). É tendo isso como referência que escrevo esses agradecimentos: “com grandes sentimentos de amor”.

Agradeço a cada um que a seu modo me ensina diariamente que “tudo que ‘nóis’ tem, é ‘nóis’”.

Agradeço de modo universal à toda classe trabalhadora, que em suas formas de lutas e cores, produzem o cotidiano com as distintas mazelas pelas quais são submetidas.

Agradeço aos meus pais: Josefa (Finha) e José Carlos (Cacau) por estarem sempre comigo. Vocês, em seus modos humildes de ser, me ensinaram o peso do que é ter responsabilidade. Mesmo sem perceber, acabaram ensinando muito do que foi necessário para chegar aonde cheguei.

Agradeço aos meus irmãos pela força de sempre. Cada um a seu modo me ensinou a ter força para seguir em frente. Em suas particularidades demonstram a necessária coragem cotidiana e me ensinam que não há tempo para desistir. Vocês estão no âmago da minha formação e são parte do porquê de tanta luta. Obrigado por tudo.

Agradeço ao meu sobrinho: Luiz Gustavo (que ainda nem nasceu). Agradeço também ao meu cunhado, Clevinho, por cuidar de minha irmã.

Agradeço aos meus avô e avós, por suas forças em construírem suas famílias em cima do trabalho no campo e das vendas nas feiras. Apesar de observar o sofrimento de ter de perder-se no trabalho para ganhar a vida, aprendi a ser quem sou graças a vocês.

Agradeço às minhas/meus tias/tios, que nunca mediram esforços para me acolher das diversas formas necessárias.

Agradeço à minha família, formada na UFS de Itabaiana: Ageu, Camile, Igor, Jayanne (Jay), Karoline (Karol), Danilo, Mislene, Paulo Vitor (Paulo), Sidieres (Sidi), que em suas lutas concretas reafirmam a força e coragem que possuem. Admiro muito cada um de vocês.

Agradeço à minha outra família (o grupinho), formada na UFS de São Cristóvão: Douglas, Jaqueline, Lucas Aguiar e Lucas Ribeiro. Agradeço demais pelos debates, pelo acolhimento, momentos de alegria e tristezas, incertezas, nas conversas sobre os rumos da vida, enfim, pela trajetória.

Agradeço especialmente aos amigos em sua universalidade e particularidades:

Aos amigos de vida: Danrley, Diego, Mauro, Vinnicius (desde a educação básica), Emeson, Zé Luiz.

Aos amigos da Ocupação do Colégio César Leite: Antony, Elimar, Haila, Matheus, Vinicius (Jabá).

Aos amigos constituídos na Graduação do *campus* de Itabaiana: Ageu, Antony, Adla, Danilo Mendonça, Emeson, Haila, Igor, Isabelly, Jayanne (Jay), Karoline (Karol), José Danilo, Maria Itamara, Mislene, Paulo Vitor (Paulo).

Aos amigos do grupo PET: Bruno, Catharina, Mara Íris, Perla, pelos bons debates.

Aos amigos da Pós-graduação: Acássia, Alejandro, Catharina, Douglas, Éder Vicente, Edilekson, Jailton, Jaqueline, Jobson, José Lucas (Lucas Ribeiro), Khannanda, Lucas Aguiar, Luiz, Marília, Tiago, Ythana, Victor (especialmente pela tradução do texto). Vocês demonstraram que ao contrário do que tem sido colocado de modo hegemônico, a pós-graduação não precisa ser *necessariamente* um processo solitário.

Em particular agradeço a todos os professores e professoras que passaram por mim e contribuíram para a minha formação. Dos primeiros anos da educação básica, até a pós-graduação, os professores tiveram muita influência no sujeito que tenho me tornado. Mesmo a escolha da profissão, enquanto identidade política, passou pela influência de vocês. Então, muito obrigado! Foi por ir além de ministrar os conteúdos que os professores me mostraram o caminho para a escolha da profissão que vai além do mero repassar de conhecimentos.

Agradeço aos professores da Educação Básica, na figura de Daniele, Josinaldo, Júlio César, Lucielma, Odiler, Sharlene.

Agradeço aos professores da Graduação em Geografia: Ana Rocha, Bruno, Cristiano Aprígio, Daniel Almeida, Daniel Lira, Daniele, Delma (que me fez se apaixonar pela psicologia), Fabrícia, Hunaldo, Josefa, Larissa, Laiany, Leandro, Marco Aurélio, Marleide, Mayra, Oscar, Vanessa, Vanilza.

Agradeço aos professores do Programa de Pós – Graduação em Geografia da UFS: Alexandrina, Ana Rocha, Christiane Senhorinha, José Eloizio, Josefa Lisboa, Josefa Eliane, Maria Augusta, Rosemeri Melo.

Agradeço especialmente à Vanessa Dias, por todas as orientações, todos os debates no Grupo de Estudos Produção do Espaço e que continuaram no PET. Não é à toa a minha identificação com debate de *Geografia e Trabalho*. Muito veio a partir das conversas, conselhos, dos incentivos. Por me fazer acreditar que poderia avançar nos estudos. Ingressar em uma pós-graduação passou a se tornar realidade a partir de incentivos vindos a partir de você. Então, muito obrigado.

Agradeço especialmente à Josefa Lisboa, por demonstrar a importância de assumir a militância como condição de vida. Também agradeço o incentivo à entrada na Pós – Graduação. Estar hoje trilhando novos caminhos tem muito das orientações feitas por ti. Agradeço pela assunção em orientações, pelos conselhos, debates e discussões provocadas. Sempre com uma sagacidade e rapidez capazes de fazer saltar aos olhos a raiz do problema a ser discutido.

Agradeço à Christiane Senhorinha, pelo zelo nas orientações, pela parceria, conselhos e pela torcida. Agradeço por combinar de modo mais concreto a rigorosidade de uma leitura a partir da Crítica da Economia Política, com a sensibilidade de um humanismo revolucionário singular. Suas orientações fizeram muitas questões ganharem

outras dimensões. Ao mesmo tempo, conseguia tranquilizar-me em meio à agonia de querer da conta de várias frentes. Sendo assim, meu muito obrigado!

Agradeço à querida Alexandrina, grandíssima referência na Geografia (e para além dela). Seu exemplo de práxis sempre foi luz na luta por uma transformação radical desse estado de coisas. Sua defesa do pensamento crítico revolucionário demonstra diariamente o significado de ser radical, de ir à raiz, no âmago das questões. Ao colocar a centralidade do humano contra a desumana marcha no ciclo do capital, demonstra no melhor exemplo que *teoria é prática*. Ao mesmo tempo, demonstra o verdadeiro sentido de ser camarada e ser comunista, com o companheirismo em todo momento.

Agradeço especialmente à Alexandrina Luz Conceição e Antônio Thomaz Júnior pelas contribuições feitas no exame de qualificação.

Agradeço aos professores Alexandrina Luz Conceição e Sócrates Oliveira Menezes por aceitarem compor a banca de defesa desta dissertação e pelas valorosas contribuições feitas.

Agradeço à coordenação do PPGEIO, na figura das professoras Ana Rocha dos Santos e Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Agradeço à (os) companheiras (os) da AGB – sessão local Aracaju: Alexandrina, Catharina, Edésio, Leônidas, Mara Íris, Vanessa Paloma, além dos novos companheiros da nova gestão.

Agradeço à (os) companheiras (os) do Centro Acadêmico de Geografia Alexandrina Luz (CEAGEO).

Agradeço aos companheiros do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial: Ageu, Alexandrina, Danilo Nascimento, Éder Vicente, Eliana, Fabrícia, Felipe, Fernanda, Jaqueline, Juan, Laize, Marília, Sócrates, Thaís, Vanessa Paloma, Victor.

Agradeço aos companheiros/companheiras do grupo de orientandos Espiral, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha.

Agradeço ao Jobson, Secretário do PPGEIO, pela amizade construída.

Agradeço às/aos trabalhadoras (es) da UFS (limpeza, alimentação, segurança).

Agradeço às/aos trabalhadores das vendas no comércio em Itabaiana, por cederem parte do seu corrido tempo contribuindo com as entrevistas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de custeio nesses dois anos de mestrado.

EPÍGRAFE

Mas o guia que deve nos conduzir na escolha de uma profissão é o bem estar da humanidade e nossa própria perfeição. Não se deve pensar que esses dois interesses possam estar em conflito, que um tenha que destruir o outro, pelo contrário, a natureza humana é constituída de modo que ele apenas pode alcançar sua própria perfeição trabalhando pela perfeição, pelo bem, de seus iguais.

Se escolhermos a posição na vida a qual podemos trabalhar pela humanidade, nenhum encargo irá nos pôr para baixo, pois esses encargos são sacrifícios pelo bem de todos, então não experimentaremos alegria mesquinha, limitada e egoísta, mas nossa felicidade irá pertencer à milhões, viveremos de ações silenciosas mas em constante trabalho, e sobre nossas cinzas serão derramadas quentes lágrimas de pessoas nobres.

(Marx, K., Reflexões de um Jovem sobre a Escolha de uma Profissão)

RESUMO

Nas últimas cinco décadas, a dinâmica da acumulação de capital tem passado por transformações que se evidenciam nos novos modos de organização do trabalho. Como consequência da crise irrompida na década de 1970, desdobrou-se um processo de reestruturação produtiva global, consagrado com a emergência do modelo de produção toyotista. Tal ensejo tem produzido um mundo do trabalho erigido sob o signo da flexibilidade, onde se destacam formas mais precárias de inserção laboral em uma devastadora espiral de precarização. Nelas, novo/velho conflui para um quadro de intensificação da exploração, ressaltada pela imersão das novas tecnologias no trabalho da atividade comercial. Essa dinâmica é decorrente do desenvolvimento das forças produtivas salientado pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), através das quais o capital tem buscado reduzir seu tempo de rotação e ampliar as possibilidades de extração e apropriação da mais-valia. A difusão do uso das TIC's, entre outros aspectos, implica no encurtamento do tempo necessário para a realização das mercadorias. Como efeito, tal quadro também tem contribuído para aprofundar o processo de subsunção do trabalho ao capital. É neste percurso que se coloca a presente dissertação, cuja análise se estrutura em torno das seguintes questões: como se estabeleceu o desenvolvimento do *e-commerce* e qual sua funcionalidade no processo de circulação do capital na forma mercadoria? Como esse movimento tem impactado nos processos de trabalho na atividade comercial no município de Itabaiana-SE? Como essa modalidade se conecta com a ideologia do empreendedorismo? Sob a roupagem do novo, pode o *e-commerce* ser parte das novas/velhas formas de subsunção do trabalho ao capital? Na busca por responder tais questões, esta pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento do *e-commerce* desvelando as contradições do circuito de circulação das mercadorias destacando suas implicações no mundo do trabalho a partir da realidade de Itabaiana – SE. O município tem ocupado posição relevante na divisão territorial do trabalho no estado de Sergipe, sobretudo na esfera comercial, onde se evidenciou o crescimento do comércio eletrônico em confluência com o comércio convencional. Esta relação tem se dado, sobretudo, pela instrumentalização das redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram* para realização das vendas. Analisado através das atividades do comércio de roupas e calçados, os efeitos do *e-commerce* para os trabalhadores estão na intensificação da exploração laboral propiciada pelas TICs. Para alcançar os resultados, a pesquisa se ancorou no Materialismo Histórico e Dialético, entendido como caminho para a produção do conhecimento, que permite, na totalidade das relações, apreender o real em seu movimento contraditório. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica, o levantamento e análise de dados produzidos por órgãos oficiais como o IBGE, pelo Observatório do Comércio Eletrônico Nacional, somados à Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Por fim, a observação do processo de vendas em lojas presenciais, bem como em suas redes sociais e a realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores dos comércios e de órgãos públicos e privados envolvidos com essa atividade econômica em Itabaiana e no estado de Sergipe. Pelo que foi analisado, constatou-se uma polivalência do trabalho com duplicação da jornada entre presencial/virtual no interior das lojas, incentivado pela forma de gerenciamento por meio de metas; ao que se somou a apropriação dos tempos do não trabalho e a individualização e responsabilização dos trabalhadores pelo desempenho de suas vendas. Constatou-se que estas implicações se encontram imbricadas como partes dos fios (in) visíveis da exploração do trabalho no comércio eletrônico no município de Itabaiana-SE.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Rotação do Capital; Circulação; Comércio Eletrônico; Subsunção Real do Trabalho ao Capital.

ABSTRACT

In the last five decades, the capital accumulation dynamic has transformed, manifesting itself in new modes of labor organization. Following the crisis that erupted in the 1970s, the process of global productive restructuring unfolded, validated by the emergency of the Toyotism model of production. This conjecture has produced a world of labor erected under the sign of flexibility, where precarious forms of labor insertion in a devastating spiral of precarization stand out. In these forms, old and new converge in a destructive spiral of precarization. This dynamic results from the development of productive forces accentuated by the use of communication and information technologies (ICTs), through which capital has been searching to reduce the rotation time and amplify the possibilities to extract and appropriate surplus value. The diffusion of ICTs leads to the shortening of production time. Therefore, this situation has contributed to deepening the labor subsumption to capital. In this trajectory appears the present dissertation, whose analysis is structured around the following questions: how was the development of e-commerce established, and what is its function in the circulation process of capital as goods? How has this movement impacted labor processes in commercial activities in Itabaiana? What are the relations between e-commerce and the ideology of entrepreneurship? Under the appearance of novelty, how can e-commerce be part of new and old forms of labor subsumption to capital? In the search to answer these questions, this research aims to analyze the development of e-commerce, revealing the contradictions of the circuit of goods circulation, and highlighting its consequences on the world of labor through the reality of Itabaiana, Sergipe. This city has occupied a relevant position in Sergipe's territorial division of labor, especially in the commercial sphere, where e-commerce has become increasingly prominent alongside traditional commerce. This relation occurs as a means of carrying out sales, especially with the instrumentalization of social networks such as WhatsApp and Instagram. Through the analyses of clothing and footwear commercial activities, e-commerce effects on workers intensify labor exploitation granted by ICTs. To achieve the results, the study was grounded in Dialectical and Historical Materialism, understood as a way for knowledge production that captures the real in its contradictory movement within the totality of relations. The methodological procedures include conducting bibliographical research; gathering and analyzing data from official agencies such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Observatory of National Electronic Commerce (Observatório do Comércio Eletrônico Nacional), and the Brazilian Association of Electronic Commerce (Associação Brasileira do Comércio Eletrônico); observing the selling process in physical stores and on social networks; and conducting semi-structured interviews with commerce workers and public and private agents involved in this economic activity in Itabaiana and the state of Sergipe. Through the scrutinized data, we verified a polyvalence of labor with the working day duplication between virtual and face-to-face activities in stores' interiors, stimulated by the management framework through goals; in addition to that, the appropriation of non-work time, and the individualization and responsabilization of workers for the performance in their sales. These implications are parts of the (in)visible threads of labor exploitation in electronic commerce in municipality of Itabaiana-SE.

Keywords: Space Production; Capital Rotation; Circulation; Electronic Commerce; Labor Subsumption to Capital.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Itabaiana, Sergipe.....	82
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referências por temáticas e conceitos que embasaram a pesquisa.....	24
Quadro 2 – Vantagens da telemática para o processo global de realização.....	66
Quadro 3 – Elementos do modelo de produção Toyotista.....	185
Quadro 4 – Percepção dos trabalhadores sobre o sistema de metas.....	212
Quadro 5 – Sistema de metas e o (des) ânimo dos trabalhadores.....	212
Quadro 6 – Maiores metas de vendas mensais alcançadas pelos trabalhadores.....	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de negócios do Grupo Shein.....	72
Figura 2 – Fotografias da Feira de Itabaiana no dia de quarta-feira.....	84
Figura 3 – Fotografia da Feira de Itabaiana realizada no dia de quarta.....	85
Figura 4 - Fotografia de área central da cidade de Itabaiana-SE.....	86
Figura 5 – Contradição entre o moderno na figura do Mercado de Carne João do Volta/Talho de Carne Verde e o arcaico com o Centro Empresarial Lincoln.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de pedidos feitos no <i>e-commerce</i> no Brasil, 2000-2023.....	55
Gráfico 2 - Evolução do <i>e-commerce</i> no Brasil em valor de vendas (em bilhões de reais), 2000-2023.....	56
Gráfico 3 – Participação do <i>e-commerce</i> no varejo brasileiro 2010 – 2024 (%)	148
Gráfico 4 – Gênero dos consumidores 2010 – 2024.....	150
Gráfico 5 - Faixa etária dos consumidores 2010 – 2024.....	150
Gráfico 6 – Perfil dos consumidores por renda 2010 – 2024.....	151
Gráfico 7 – Aparelho utilizado na realização das compras 2010 – 2024.....	152
Gráfico 8 – Compras no comércio eletrônico por região 2010 - 2024.....	154
Gráfico 9 - Empresas, por faixas de percentual do faturamento obtido por meio de vendas pela internet, 2021.....	156
Gráfico 10 – Número de pessoas empregadas no <i>e-commerce</i> no Brasil 2010 - 2024.....	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das vendas no <i>e-commerce</i> no Brasil pelo valor total bruto, 2016 – 2023.....	56
Tabela 2 - PIB das dez maiores economias de Sergipe, 2021.....	89
Tabela 3 - Cadastro de empresas em Sergipe, 2021-2022.....	90
Tabela 4 - Número de atividades registradas na economia de Itabaiana-SE, 2017-2023.....	91
Tabela 5 - Diferentes tipos de empresas registradas em Itabaiana-SE, entre 2017-2023.....	92
Tabela 6 - Registro de MEIs em Itabaiana – SE, 2017-2023.....	92
Tabela 7 – Número de empresas por registro na atividade de restaurantes, lanchonetes, casas de chás e similares em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.....	93
Tabela 8 – Registro de Microempreendedores Individuais na atividade de restaurantes, lanchonetes, casas de chás e similares em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.....	93
Tabela 9 - Número de empresas por registro na atividade do varejo de comércio de calçados, artigos de vestuário e acessórios em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.....	98
Tabela 10 - Número de MEIs registradas na atividade do varejo de comércio de calçados, artigos de vestuário e acessórios em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.....	98
Tabela 11 – Empresas com dispositivos móveis para fins de trabalho às pessoas ocupadas, 2021 em (%)	153
Tabela 12 – Número de empresas com perfil próprio em redes sociais no ano de 2021 (%)	154
Tabela 13 – Empresas com perfis em redes sociais, por tipo de atividade em 2021 (%)	155
Tabela 14 – Volume de faturamento por atividade de atuação para o ano de 2021.....	156
Tabela 15 – Lojas de roupas e acessórios em Itabaiana – SE e número de seguidores na rede social <i>Instagram</i> no ano de 2025.....	160
Tabela 16 - Pessoas ocupadas por atividade de referência - Sergipe – 2021.....	203

LISTA DE SIGLAS

ABComm – Associação Brasileira de Comércio Eletrônico

ACESE – Associação Comercial e Empresarial de Sergipe

ARPA - *Advanced Research Projects Agency*

ARPANET – *Advanced Research Projects Agency Network*

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CD – Centros de distribuição

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

CERN - *Centre Européen pour Recherche Nucleaire*

CETIC.br – Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

D – D – Dinheiro - Dinheiro

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

D-M-D – Dinheiro – Mercadoria - Dinheiro

D-M-D' – Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido de mais-valia

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

HTML - *hypertext markup language*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Externo Direto

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JUCESE – Junta Comercial do Estado de Sergipe

LARC - Laboratório Nacional de Rede de Computadores

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEI – Microempreendedor Individual

OMC – Organização Mundial do Comércio

PD – Plataformas Digitais

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

TCP/IP - Servidor-a-servidor/ Protocolo Inter-redes

TICS – Tecnologias da Informação e Comunicação

WWW - *World Wide Web*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. A LINHA TÊNUE DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO EM ITABAIANA-SE	29
3. <i>E-COMMERCE</i> NO MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DE ITABAIANA-SE	30
3.1. As metamorfoses do capital e seu ciclo	33
3.2. O <i>e-commerce</i> e a rotação do capital na contemporaneidade	52
3.3. Itabaiana-SE nos liames da reprodução do capital	78
3.3.1. Se <i>online</i> , se presencial: o <i>e-commerce</i> no comércio convencional em Itabaiana-SE	97
4. O NOVO NO VELHO: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COMÉRCIO	106
4.1. Acumulação flexível e terceira revolução tecnológica	107
4.2. Reestruturação produtiva e a emergência das novas tecnologias da informação e comunicação	128
4.3. As novas tecnologias na velha atividade comercial em Itabaiana-SE	144
5. O VELHO NO NOVO: SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NO LIMAR DA ERA DIGITAL	165
5.1. O modo de produção capitalista orienta-se para o aprofundamento do processo de subsunção do trabalho ao capital	168
5.2. A organização do trabalho toyotista e suas expressões no comércio	182
5.3. De atendente à conectora: o trabalho no <i>e-commerce</i> em Itabaiana - SE sob os auspícios da era digital	201
5.3.1. Ser ou não ser, eis a questão: o “dúplice” sujeito do trabalho presencial/digital	210
5.3.2. Sistema de metas como patamar de gerenciamento do trabalho	211
5.3.3. Tempo de trabalho e tempo de vida	216
5.3.4. Individualização no interior do trabalho coletivo	218
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
7. REFERÊNCIAS	226
8. APÊNDICE	231
9. ANEXOS	237

1. INTRODUÇÃO

O alvorecer do século XXI foi marcado por novas expectativas em torno da entrada do novo milênio. As expectativas se davam, tendo como pano de fundo a retórica da “não existência de alternativas”, que sinalizavam no plano ideológico a derrocada do “socialismo realmente existente” e a superação do único projeto de emancipação da humanidade. Contraditoriamente, as expectativas se davam baseadas na falta de alternativas que vinham acompanhadas da nova fase do modo de produção capitalista, adentrando, sem concorrentes à altura, em uma nova fase de mundialização, impulsionada pelas formas financeirizadas.

Neste curso, a nova fase expressava a busca do capital por saídas de sua crise estrutural, que tinha desembocado anteriormente na necessidade de um processo de reestruturação produtiva. O modo de produção capitalista adentrava em uma lógica de aceleração dos padrões de produção e consumo de mercadorias, possibilitada pelo avanço das forças produtivas, ressaltadas nas novas tecnologias da informação e comunicação. Passamos a nos encontrar mais imersos no diminuto curto ciclo do capital, em que consumimos - ou temos a necessidade de consumir. Tal lógica tem se expressado no comércio eletrônico, por exemplo, onde as restrições tempo-espço parecem abolidas, e consequentemente as relações sociais conteúdo desse processo, são aparentemente obliteradas.

Nessa direção, à medida que tem se intensificado o desenvolvimento da produção capitalista, suas contradições têm se avolumado, nas quais amplia-se também o próprio fetiche da mercadoria. De tal forma que a mercadoria parece erguer-se e caminhar, na condição de criatura elevada a criador, expressando a subsunção do trabalho ao capital e transformando o trabalhador na condição de coisa. Nas relações mercantis mediadas pela internet, a mercadoria aparece com maior possibilidade de ser comercializada por todo o globo, alargando as fronteiras para o processo de acumulação. No mesmo percurso, acaba por contribuir na aceleração dos circuitos de produção e realização. De tal modo que, como assinala Conceição (2023, p. 53)

(...) a velocidade do tempo do consumo garante a esquizofrenia da sociedade informacional global; tornamo-nos trabalhadores do tempo total de vida, trabalhadores sem salário para as empresas *online*, que vendem o sonho de estar em casa e poder acessar sua empresa para atendimento.

Nesse sentido, as alternativas colocadas parecem ter sido as possibilidades de consumo, se assim o permitir as condições materiais de existência, que, nesta terceira década do século XXI, têm sido cada vez mais concentradas nas mãos de poucas pessoas. De tal sorte, as transformações correntes no modo de produção capitalista têm tido efeitos deletérios para os trabalhadores, em seus processos de trabalho e mesmo nas formas de enfrentamento desta realidade.

Concomitantemente, a mesma realidade tem colocado desafios para sua análise, representados por suas aceleradas mudanças. A *condição pós-moderna* (HARVEY, 2016), como um conjunto de condicionantes históricos é produto das transformações do modo como se produz e reproduz a vida material na contemporaneidade. O tempo da reflexão é subtraído por análises apressadas, voltadas à reprodução do mesmo estado de coisas. Assim, se colocam ainda mais desafios mesmo à pesquisa crítica, em que uma produção científica radical faz parte de um projeto de transformação social. Nessa seara, conclui-se que o tempo da reflexão não é o tempo do capital.

Posta como simulacro, a realidade encontra-se permeada por discursos/práticas que encobrem sua essência contraditória. Desse modo, encontramos hoje cada vez mais fetichizados, principalmente, nas formas de pensar e se portar na realidade. Por isso, declamam-se as maiores barbaridades que se expressam na negação do pensamento crítico como parte de um projeto revolucionário, em detrimento das opções individuais de cada um. Esse quadro de (ir)racionalidade reflete as relações sociais de produção contemporâneas, em que as primeiras décadas do século XXI, registram um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, aprisionadas pelas necessidades da acumulação de capital.

Com efeito, o modo capitalista de produção reproduz sua dinâmica contraditória aprofundando o quadro da exploração do trabalho em suas múltiplas formas de extração e apropriação do mais-valor. Nesse bojo, a década de 1970 é marcada por um conjunto de mudanças na dinâmica capitalista, da qual se interpõe um processo de reestruturação produtiva e a emergência do modelo toyotista de produção. Por seu turno, passaram a se generalizar mudanças no regime de acumulação, com aumento da influência do sistema financeiro no processo produtivo.

Tão logo se encontra em sua fase financeirizada, o modo de produção tem se desenvolvido sob um regime de acumulação flexível (HARVEY, 2016), em consonância com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Por sua vez, na lógica

do desenvolvimento desigual e combinado (MANDEL, 1985), tem se complexificado a divisão social do trabalho, quando a partir da nova dinâmica de acumulação, o setor de serviços passou a ter mais expressividade. Deste, destaca-se o comércio, particularmente sua comercialização pela internet como rebatimentos do processo de valorização.

O registro de vendas *on-line* encontra-se entremeado com o surgimento e expansão da própria internet. Se deu em meio à ampliação das telecomunicações e a aceleração das trocas de informações e processamento de dados. Na contemporaneidade, o *e-commerce*, tem se colocado em diversos momentos do nosso cotidiano. Seu crescimento engloba diferentes dimensões, uma vez que as relações cotidianas ainda se encontram reguladas pela forma mercantil. Logo, os modos de realização do comércio abarcam diferentes prismas da vida social. Nas relações das esferas do capital, o comércio eletrônico tem se colocado como fenômeno que emerge, entre outras coisas, da necessidade capitalista de reduzir seu tempo de rotação.

Por seu turno, o modo como o comércio eletrônico tem crescido reflete as condições geográficas de desenvolvimento desigual, exprimindo as particularidades de onde se analisa. No mesmo percurso, no interior do próprio *e-commerce* existem particularidades, de modo que é uma modalidade que se incorpora de diferentes formas. No âmbito desta dissertação, o comércio eletrônico aparece como recorte para análise do trabalho na atividade comercial em Itabaiana-SE.

O município, nesse caso, é apreendido na totalidade das relações que se reproduzem no espaço sergipano. Desse modo, compreende-se essa produção na lógica do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), em que as contradições, nesse sentido, manifestam-se na produção do espaço. Dessa maneira, à medida que a divisão social do trabalho se desenvolve, se apresenta de modo mais complexa a divisão territorial do trabalho. Assim, Itabaiana é lida nas relações no Estado de Sergipe, enquanto *lócus* de circulação de mercadorias. A posição relevante se dá pela influência dos comércios, contribuindo no ciclo do capital tendo em vista a reprodução dessa relação na esfera da circulação.

No caso do crescimento do comércio eletrônico no município, foi constatado, a partir dos trabalhos de campo, em que foram realizadas entrevistas com trabalhadores do comércio, que o crescimento do *e-commerce* tem se dado em relacionamento íntimo com o comércio convencional. Se presencial, se *on-line*, as empresas têm recorrido ao uso das tecnologias da informação e comunicação para realizar os processos de vendas, sobretudo

por aplicativos de mensagens/redes sociais, como *WhatsApp* e *Instagram*. Foi percebido também que o uso das TICs, que são uma tendência nacional, também tem se colocado nas empresas comerciais em Itabaiana-SE. Assim, a partir de dados nacionais acerca dos números de vendas, pedidos etc. somados às observações e entrevistas feitas em empresas locais, foi possível confirmar a tendência de uso das redes sociais como formas de comercialização.

O recorte em que o *e-commerce* foi analisado foram as atividades dos comércios varejistas de roupas e acessórios, somados aos de calçados. Tal escolha refletiu o crescimento do número dessas empresas no município, mais as observações feitas de modo presencial, ao visitar algumas lojas. A isto se somaram as observações nas redes sociais da empresa. Destas, foi notado o considerável número de vendedoras dedicadas a atenderem possíveis consumidores, em alguns casos mesmo empresas de grande porte possuíam menos pessoas disponíveis para essa modalidade.

Foi compreendido que a imersão no universo das redes sociais para as vendas, tem colocado para os trabalhadores a intensificação do processo de trabalho, pois devem desdobrar-se entre as vendas presenciais e o *e-commerce*. O comércio convencional tem se utilizado dessas tecnologias para acelerar os processos de venda às custas do tempo dos trabalhadores. Manifestando-se dessa forma, se de um lado ocorre o encurtamento do tempo de realização das mercadorias, este tem se dado pelo prolongamento da jornada de trabalho, embotando as fronteiras entre a jornada definida e os tempos fora dela.

Dessa maneira, na perspectiva de ter na compreensão do fenômeno suas formas mais desenvolvidas, a demonstração lógica de elementos daquelas menos desenvolvidas, observamos justamente esse “ser e não ser” do trabalho “digital” no comércio eletrônico. Na busca da compreensão do objeto estudado, buscou-se enveredar uma análise a partir de suas formas mais desenvolvidas na particularidade, o que obteve como resultado justamente o movimento das formas de crescimento do *e-commerce* articuladas ao comércio convencional no município.

Esse percurso teve como orientação um recurso de investigação e exposição do objeto, pautado na leitura de totalidade. Assim, como nos lembra Carone (2012) quando Marx demonstra o capital a partir da formação social inglesa, como forma de desenvolvimento histórica do capitalismo, ele não o faz de modo fortuito, ou querendo generalizar para o conjunto de todo o globo. Ele o faz, pois, era onde a forma histórica da relação social capital já estava mais desenvolvida, e onde se tinha acesso as fontes

estatísticas com mais detalhes. Logo, na dialética universal-particular, Marx pôde demonstrar a particularidade do modo de produção capitalista, compreendendo “o regime de produção capitalista e as relações de produção e de circulação que a ele correspondem” (MARX, 2017a, p. 78). Desse modo, pôde apreender sua dinâmica, suas leis tendenciais imanentes.

Simultaneamente, ainda que não estejam sendo analisadas as grandes plataformas de *e-commerce*, como *Amazon*, *Alibabá*, *Shein*, ou outros grupos mundializados do comércio eletrônico, a forma de comercialização pela internet por meio das redes foi a que obteve destaque no município analisado. Sobretudo, porque talvez nesta seara em que estão se configurando as relações do comércio convencional, é que foi possível extrair algumas particularidades desse processo em curso e seus desdobramentos para os trabalhadores.

Assim, a fim de compreender as permanências/novidades na exploração do trabalho, agora mediada pelas novas TICs, a análise se processou em investigar principalmente os processos de trabalho nas empresas comerciais que vendem *on-line* e possuem trabalhadores especificamente nessa função. O motivo nada mais é que a compreensão da especificidade desse fenômeno do trabalho no comércio eletrônico híbrido ao comércio convencional.

Analisado através das atividades do comércio de roupas e calçados, os efeitos do *e-commerce* para os trabalhadores estão na intensificação da exploração laboral propiciada pelas TICs. Pelo que foi investigado, constatou-se uma polivalência do trabalho com duplicação da jornada entre presencial/virtual no interior das lojas. Os trabalhadores têm se desdobrado no atendimento presencial e virtual de modo simultâneo, objetivando não desperdiçar nenhuma chance de vendas. Tal processo, que amplia o número de tarefas pelas quais os sujeitos foram contratados, se coloca como parte das novas necessidades impostas para os trabalhadores no comércio convencional.

Desse modo, incentivados pela forma de gerenciamento que se consagrou por meio do sistema de metas, os trabalhadores vão e vem no jogo das vendas a fim de cumprir a cota colocada. Nessa corrida para atingir o patamar de desempenho estipulado, os trabalhadores têm se dividido para atingir uma maior quantidade de consumidores. São deslocados de um lado ao outro, inscritos na aceleração dos processos de realização das mercadorias.

A isso se soma o processo de apropriação dos tempos do não trabalho e a individualização e responsabilização dos trabalhadores pelo desempenho de suas vendas. Se há uma meta estipulada, a responsabilidade de alcançá-la é dos trabalhadores, embora sejam metas de valores consideráveis. Ademais, a mesma dinâmica tem forçado a extensão da jornada para além dos muros dos prédios comerciais. Para bater a cota, os trabalhadores têm recorrido a vendas fora de seus horários de trabalho, transformando qualquer momento em que esteja com celular em potenciais momentos para as vendas. O efeito disso é uma ansiedade constante em relação ao nível de desempenho que tem de manter.

Consequentemente, todo esse movimento tem sido possibilitado pela imersão das TICs nos processos laborais. Ela articula o desenvolvimento das forças produtivas com os novos formatos das relações de produção, percorrendo por uma espiral de precarização do trabalho na virada do século XX para o XXI.

Nesse percurso, nos pareceu chave entender esse processo a partir da categoria da subsunção do trabalho ao capital. A busca pelo aumento da produtividade do trabalho nessa relação que envolve o *e-commerce*, através do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas vendas nos comércios convencionais, tem sinalizado para o cenário de generalização da subsunção para amplas esferas do mundo do trabalho. De tal modo que seja nos trabalhadores de empresas-plataformas, seja naqueles presentes nas vendas *on-line*, o universo “maquínico-digital” tem atravessado os processos laborais.

Embora envolva a articulação dialética do velho no novo, que caracteriza a histórica dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo, a subsunção com o uso das novas tecnologias aparece como um fenômeno exclusivo do século XXI, mas que não reside somente nele. Tal processo vem se desenvolvendo ao longo do último quartel do século XX, e se manifesta, entre outras formas, nessa dinâmica que envolve o uso de TICs. Esboça, assim, a funcionalidade dessas tecnologias para o aprofundamento da relação capital e a subordinação estrutural do trabalho.

Concomitantemente, parte-se do entendimento que, na perspectiva da totalidade, o universal/concreto é a própria realidade apreendida. Nesta quadra histórica, ela tem se dado pelo processo de acumulação de capital. Por isso, cabe entender como esse processo se materializa na particularidade do município em questão. No processo de acumulação, o capital busca cada vez mais reduzir seu tempo de rotação, almejando fazer com que esse ciclo seja sempre mais curto. Historicamente as formas vão desde emissão de crédito, uso

maior de tecnologia, a alterações nos processos de trabalho, ampliando as formas de extração do mais-valor relativo e aprofundando o quadro de subsunção do trabalho ao capital. Portanto, o tempo de rotação do capital, tendo em vista a busca por sua redução, traz implicações fundamentalmente na aceleração do processo com rebatimentos nos processos de trabalho, seja na esfera da produção, seja na circulação, e particularmente nos comércios, onde desdobra-se a presente análise.

A dimensão das categorias é elucidativa para o entendimento da realidade, sobretudo porque são modos de ser nessa realidade. Dessa maneira, para cumprimento do objetivo da pesquisa, que reside justamente em analisar o desenvolvimento do *e-commerce* desvelando as contradições da esfera da circulação das mercadorias destacando suas implicações no mundo do trabalho a partir da realidade de Itabaiana – SE, foram colocados alguns instrumentos metodológicos. Sustentados nos pressupostos teóricos, estes foram convertidos em questões norteadoras, elencadas a seguir:

- Como se estabeleceu o desenvolvimento do *e-commerce* e qual sua funcionalidade no processo de circulação do capital na forma mercadoria?
- Como esse movimento tem impactado nos processos de trabalho na atividade comercial no município de Itabaiana-SE?
- Como essa modalidade se conecta com a ideologia do empreendedorismo?
- Sob a roupagem do novo, pode o *e-commerce* ser parte das novas/velhas formas de subsunção do trabalho ao capital?

Essas questões estruturaram/estruturaram-se em torno dos seguintes objetivos específicos:

- Compreender a funcionalidade do comércio eletrônico no processo de circulação das mercadorias;
- Investigar a relação entre o comércio eletrônico e necessidade capitalista de reduzir o tempo de rotação do capital;
- Analisar as mudanças/permanências da exploração do trabalho engendradas com o avanço das tecnologias de informação e comunicação;
- Discutir o processo de subsunção real do trabalho ao capital sob a roupagem do comércio eletrônico.

Essas questões e objetivos, carregam uma concepção de sociedade. Se embasam nas discussões teóricas que têm como consequência um quadro conceitual/categorial. Nesta perspectiva, foi elaborado um quadro com referências temáticas e conceitos que

embasaram as questões e objetivos. A eles sobressaem-se as próprias dimensões do real em seu movimento contraditório. Não obstante, elas expressam o movimento da própria realidade refletido no pensamento, apreendido em suas multideterminações. O quadro abaixo ajuda a sinalizar para as referências por temáticas e conceitos elencados em consonância com a realidade investigada.

Quadro 1 – Referências por temáticas e conceitos que embasaram a pesquisa.

Trabalho	Marx (2017a; 2022)
Capital e modo de produção capitalista	Marx (2014; 2017a; 2017b; 2022)
Rotação do capital	Marx (2014)
Circulação do capital	Marx (2014; 2017a; 2017b)
Mundialização do capital	Chesnais (1996)
Acumulação flexível	Harvey (2016)
Terceira revolução tecnológica	Mandel (1985)
Reestruturação produtiva	Antunes (2009); Alves (2007)
Subsunção do trabalho	Marx (2017a; 2022)
Produção do espaço	Smith (1988)
Desenvolvimento desigual	Mandel (1985); Smith (1988)

Fonte: Antunes (2009); Alves (2007); Chesnais (1996); Harvey (2016); Mandel (1985); Marx (2014; 2017a; 2017b; 2022); Smith (1988). Elaboração: Autor, 2025.

No que se segue, o debate ancora-se na leitura de totalidade enquanto categoria central do método do materialismo histórico dialético. O modo de proceder na análise se dá na busca pelo estudo da “coisa em si”, como nos lembra Kosik (1976). E a coisa em si se manifesta para nós de modo aparente, de modo parcial, onde pelo esforço da abstração é possível alcançar o concreto da coisa de que investigamos. O concreto, nos lembra Marx (2017a) é concreto porque é síntese das múltiplas determinações. Logo, longe de incorrer em uma análise “economicista”, de que tanto acusam os marxistas, e longe de ler a esfera econômica como “fator” na análise da produção do espaço, a leitura de totalidade na qual estamos ancorados tem como princípio orientador justamente a busca por compreender o objeto em sua essência. Assim, compreender o espaço enquanto produzido na totalidade das relações.

Na mesma direção, toma-se o trabalho como a categoria que adquire centralidade na mediação da relação sociedade-natureza. É nesse percurso que Conceição (2023) assevera “o trabalho a categoria central/fundante, condição ontológica do Ser social, do

Ser sócio-histórico” (p. 45). Assim, encontra-se em unidade na teoria social marxiana, no que tange ao debate de teoria e método.

Na análise marxista/marxiana, o ponto de partida/chegada é sempre a realidade concreta, tendo como horizonte a perspectiva de superação do atual estado de coisas. No entanto, para que se observe essa realidade, é preciso estar fundamentado em teoria e método, a fim de estar munido de pressupostos teóricos. Logo, os instrumentos metodológicos utilizados para chegar ao fim pretendido e o ponto chave foi a centralidade do objeto¹, assumido como revelador de suas próprias mediações. Levando isso em consideração, ressalta-se a apropriação teórica a partir da pesquisa bibliográfica fundamentada em autores da Geografia e áreas afins. Destaca-se a observação em pesquisa de campo nas empresas comerciais do município e nas suas redes sociais. Estas, ajudaram a definir as lojas que possuem trabalhadores nessa função específica, uma vez que os dados oficiais não traziam esse nível de detalhe. Um elemento a que se soma o campo nas redes sociais é o número de seguidores que algumas lojas possuem, chegando a ultrapassar até mesmo o número de habitantes no município. Esse dado se revelou como importante para demonstrar a expressividade das novas tecnologias na velha atividade comercial.

Nesse percurso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e comerciantes. Ao mesmo tempo, também foram buscadas informações em órgãos públicos como o IBGE e instituições vinculadas ao setor comercial, como a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Itabaiana e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Empreendedorismo do Estado de Sergipe. A isto se somou a utilização de dados oficiais, a partir de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo CAGED, além de dados sobre a economia do estado de Sergipe e do município de Itabaiana, através do Observatório de Sergipe, serviu de fontes secundárias para fundamentar o panorama na escala nacional, estadual e municipal.

Quanto aos dados especificamente sobre o *e-commerce*, esbarramos na dificuldade de acessar os mesmos na esfera municipal. Ao se tratar de dados sobre o trabalho nesta modalidade, mesmo em esfera nacional foram difíceis de conseguir. Além

¹ Consideração feita pela Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição em diversos momentos no curso sobre o método em Marx, ministrado por ela no período de 03/10/23 a 16/04/24. Mesma consideração foi feita pelo Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes em aula realizada no dia 09/10/2024, na Disciplina Pesquisa Geográfica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFS.

de serem de fato processos recentes, demarcados sobremodo, nas últimas duas décadas, a dificuldade de acesso é uma forma de controle dos mesmos pelo capital. De um lado existe o embotamento das fronteiras entre o que é legal/ilegal, formal/informal, alavancada pelas legislações trabalhistas nos últimos anos, o que torna mais permissível o processo de exploração. De outro, observa-se como as grandes empresas de tecnologias, ligadas as plataformas digitais, se apropriam de um monumental volume de dados produzidos pela sociedade como um todo. A essas empresas não é interessante manter uma base de dados públicos a não ser que venham a beneficiarem-se.

Tal desafio esbarrou na dificuldade de saber o universo em que se encontrava desenvolvida a forma de comércio eletrônico no município, sendo que a escolha já foi justificada acima. Debruçou-se nos dados dos setores mais expressivos na economia municipal, a fim de saber o número de pessoas empregadas na atividade comercial. Para isso foi procurada a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do município. A resposta foi que dados sobre o comércio estariam desatualizados, tendo registro apenas do ano de 2015. A alternativa foi recorrer à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo. Ao abordar um servidor, foi afirmado que o Núcleo de Apoio ao Trabalho – NAT, que possuía sede em Itabaiana, foi desativado no ano de 2019. Os dados sobre o comércio convencional registrados pelo IBGE com o número de pessoas empregadas demonstram uma parte da realidade, uma vez que não aparecem os números dos trabalhadores informais. Então mesmo os mais atualizados, que aparecem no Novo CAGED, demonstram fração parcial da realidade.

A alternativa passou por investigar os números mais expressivos de empresas criadas no município através do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE. O mesmo também se encontra com dados carentes de atualização, com os últimos registrados no ano de 2022. Então ele nos oferece um panorama desse quadro, mas desatualizado, dado a rapidez das transformações que tem se dado no comércio em geral e especificamente no município. Nesse caso, os dados atualizados se tornam vitais para entender esse fenômeno que é relativamente recente. Se temos em mente que o surgimento do comércio eletrônico e seu crescimento tem se dado basicamente nessas últimas três décadas, a relação virtual/convencional do comércio denota um contexto ainda mais recente de transformações nos modos de comercialização das mercadorias, sobremodo no varejo.

Na busca dos registros das empresas, contatamos a Junta Comercial do Estado de Sergipe – JUCESE, que nos ofereceu dados até o ano de 2023, do Estado e do município. Antes disso tínhamos contatado também a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, e a Associação Comercial e Empresarial do Estado de Sergipe – ACESE, ambas com sedes presentes no município. A limitação dos dados dessas associações se deu em virtude do registro apenas de seus associados, não podendo abarcar o conjunto dos comerciantes e sua presença nas vendas *on-line*. Outrossim, a forma que foi utilizada para compreender a dinâmica dessas empresas que possuem vendas *online* foi através das redes sociais, registrando aquelas que possuem os números disponíveis para atendimento, seus números de seguidores e sua tradição comercial no município.

Sobre os dados do comércio eletrônico nacional e no estado de Sergipe registrou-se principalmente aqueles organizados pelo Observatório do Comércio Eletrônico Nacional e a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico – ABComm. Como auxílio, alguns sites contribuíram com notícias e informações sobre o *e-commerce*, como o site Neotrust, o site *e-commerce* Brasil. A estes se somaram também, no caso do uso de TICs, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que desenvolve pesquisas sobre o uso de TIC Domicílios e TIC Empresas. Esses dados contribuíram para o panorama geral do Brasil, que se confirmaram como tendência manifesta no município analisado.

Nesse sentido, o percurso metodológico descrito confluiu para a construção dessa dissertação dividida em três partes, desconsiderando a introdução e considerações finais. O modo de exposição consistiu em buscar articular dimensões dos processos analisados. Nos dois primeiros capítulos adquiriu centralidade o processo de desenvolvimento capitalista, seu movimento cíclico, com destaque para a esfera da circulação. Nesse percurso, foi discutido o avanço das forças produtivas sob o processo de acumulação flexível. No terceiro capítulo foi debatido o processo de subsunção do trabalho ao capital e alguns aspectos de suas formas contemporâneas. Assim, a dissertação foi estruturada do seguinte modo:

O primeiro capítulo, intitulado ***e-commerce no movimento de acumulação de capital – uma análise a partir de Itabaiana-SE***, teve como objetivo discutir o comércio eletrônico como parte da lógica de reprodução do capital, analisado através da esfera da circulação. Desta, ressalta-se o comércio eletrônico como uma das formas contemporâneas de realização no curto ciclo do capital na nova etapa de mundialização.

Para tanto, tomou-se como foco a realidade do município por sua especificidade na atividade comercial no interior do estado de Sergipe.

O segundo capítulo, intitulado **o novo no velho: as tecnologias da informação e comunicação no comércio**, debate o papel das tecnologias como mediações no processo de acumulação de capital, particularmente nos últimos cinquenta anos. Concomitantemente, debate o papel do comércio eletrônico enquanto parte constituinte dessa dinâmica ligada ao uso das TICs, como expressão do avanço das forças produtivas no modo de produção capitalista. Debate a relação das novas tecnologias e seus desdobramentos na velha atividade comercial. Assim, situa no bojo da reestruturação produtiva a imersão das novas tecnologias no processo produtivo.

No terceiro capítulo, intitulado **o velho no novo: subsunção do trabalho ao capital no limiar da era digital**, tem como foco debater algumas mudanças/permanências da exploração do trabalho sob o mundo das novas tecnologias. Se o novo quadro das TICs implica mudanças na velha atividade comercial, a mesma dinâmica reafirma o velho quadro de subordinação ao capital nas novas relações de trabalho. É justamente a permanência do processo de subsunção, atrelado à novidade das tecnologias da informação. O quadro expressa o controle do capital sobre o trabalho na dinâmica da produção e reprodução da vida social. Assim, remetendo ao que já foi comentado anteriormente, se o movimento de acumulação de capital é o concreto nas determinações da sociabilidade capitalista, a proposta é justamente mostrar o conteúdo/forma desse processo no trabalho sob o comércio eletrônico em Itabaiana-SE.

Nesse sentido, os fios (in) visíveis que seguem na exploração do trabalho no município faz parte da rede que articula a imersão das novas tecnologias para a realização das mercadorias, com a intensificação dos processos extração e apropriação da mais-valia. Ambos se encontram emaranhados nas trilhas das metamorfoses do capital e seu ciclo, e por conseguinte, no seu modo de controle do trabalho.

2. A LINHA TÊNUE DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO EM ITABAIANA-SE

A linha tênue da exploração do trabalho entre as vendas presenciais e *on-line* do comércio tem como ponto de partida a realidade. A lógica que se esboçou e nos desafiou na análise, tornou possível perceber, no movimento entre as vendas *on-line*/presenciais, essa linha tênue existente entre o “trabalho digital” e as relações de trabalho no comércio convencional. Logo, o modo de ser dessa dialética se deu pela “natureza” do próprio objeto que se colocou nas relações que envolvem o comércio eletrônico na atividade do comércio de roupas e calçados no município de Itabaiana-SE.

No processo real de produção e circulação, se encontra o trabalho em seu âmago, mediado pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Nas tramas das linhas da “era digital” perde-se de vista que, ao fazer uma compra física ou *on-line*, não é possível no comércio perceber a existência da venda pela internet. Simultaneamente, a não ser que o produto seja retirado na loja, não é possível perceber que a compra foi realizada tendo um trabalhador mediando o processo virtualmente, velando relações de exploração que podem estar se dando nesse processo. Poderíamos pensar no fato de comprarmos *on-line*, nada indica das relações de trabalho que são estabelecidas desde a compra até o recebimento do produto. O que está por trás é justamente o processo de exploração do trabalho, materializado no produto adquirido.

Esse prelúdio é necessário para expor um pouco do que se propõe a ser debatido no decorrer desta dissertação. A relação convencional/virtual do comércio eletrônico exprime justamente o movimento no qual se estabelecem as relações de trabalho no comércio de Itabaiana-SE. Configurando-se com fios muito tênues (quase invisíveis), os trabalhadores têm se inserido em uma lógica de produtividade do trabalho associada ao uso das plataformas digitais, e/ou redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram* onde passam, mesmo na loja física, a atenderem virtual e presencialmente os clientes. Se estabelece um movimento em que os vendedores se desdobram entre as vendas nas duas modalidades, em que se intensifica o processo de exploração.

Na mesma linha, a despeito de tomar uma realidade específica para demonstrar esse processo, assevera-se que ele tem se colocado como um fenômeno global. Sua dinâmica expressa essencialmente a lógica do capital, na busca por sugar mais-trabalho em todas as esferas possíveis. Nesse sentido, o foco da análise encontra-se na esfera da circulação de mercadorias lida nas tramas da circulação do capital.

3. ***E-COMMERCE NO MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DE ITABAIANA-SE***

Tendo a categoria trabalho como fundamento ontológico das relações econômicas e sociais, ler O Capital me permitiu, ter a clareza e a certeza, que, no mais-que-perfeito movimento espacial, na totalidade do conteúdo dos três livros [...] a circularidade da produção, distribuição, circulação e consumo, é que me permite ir à essencialidade da produção do espaço [...] (CONCEIÇÃO, 2024).²

O modo de produção capitalista ainda é a forma como hegemonicamente se organiza a produção e reprodução da vida material da humanidade neste século XXI. Por mais que se processem alterações em seu funcionamento, todas as transformações correntes se dão no interior deste modo de produção. Por conseguinte, ao contrário de concepções que apregoam uma necessidade de atualização do pensamento marxiano, colocando-o como ultrapassado, e/ou mesmo como incapaz de responder as questões do século XXI, a concepção presente nesse texto difere radicalmente dessas posições. Compreende-se que as transformações formais no interior do modo de produção são indicativas das tendências de desenvolvimento contraditório da relação social capitalxtrabalho enquanto processo contínuo de apropriação do trabalho alheio. As formas expressam novas faces do conteúdo das relações sociais de produção, podendo indicar novas dimensões do processo de acumulação em curso.

Dessa maneira, por mais que existam elementos novos e que complexificam a dinâmica da sociabilidade na contemporaneidade, considera-se a teoria social marxiana atual para compreensão das legalidades/tendências do modo de produção capitalista. Assim, a análise que se esboça sobre o capitalismo na atualidade tem como recorte analítico a esfera da circulação, sem perder de vista a circularidade do capital em seu movimento histórico. O alicerce da análise é a comprovação de Marx acerca do mais-valor como resultado de como se produz a riqueza no capitalismo. Assim, sua concepção do papel que a circulação ocupa nesse modo de produção, difere das explicações liberais que dominavam o pensamento social e analisavam a sociedade a partir da perspectiva do indivíduo, entendendo que a produção e circulação são processos distintos e autônomos. Na análise marxiana, ancorada em uma abordagem da totalidade, a produção e circulação

² Trecho retirado de fala feita pela Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição em introdução ao Curso Livre de Leitura do Capital, no Canal do Youtube: TV A Comuna, no dia 08 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0yodH8yAyM&t=7091s>. Acesso em: 21 jan. 2025.

formam uma unidade de momentos antitéticos, sendo que esta última corresponde ao momento de realização das mercadorias.

Nesse sentido, separar a esfera da circulação, como se propõe nessa pesquisa, implica apenas em um recurso metodológico, a fim de compreender suas determinações na atualidade, sem perder de vista seus vínculos com a totalidade das relações. Observa-se que uma vez produzido, o capital na forma mercadoria precisa circular. Precisamente, enquanto preme de mais-valor, essa mercadoria precisa trocar-se pela forma dinheiro, para que este retorne e possa pôr em marcha novamente o processo de produção. A forma desdobrada desse movimento será mais à frente analisada.

Cabe esclarecer, que, por mais que esteja sendo feita uma análise da esfera da circulação, ela não se emancipará jamais da esfera da produção, uma vez que ambas se relacionam e cumprem funções determinadas no ciclo do capital. Isso se dá porque basicamente uma mercadoria não pode circular sem ser produzida, e uma mercadoria não pode ser produzida sem que não circule. Em tese no processo de acumulação esses movimentos precisam acontecer, mas, na realidade, nem sempre é assim que ocorre, uma vez que nos momentos de crise a mercadoria pode ficar paralisada em uma esfera ou outra, ou mesmo o próprio capital pode paralisar na forma dinheiro.

Na mesma direção, historicamente tem se desenvolvido formas de acelerar o processo de circulação do capital para além da forma mercadoria. A expansão do sistema de crédito constituiu-se como uma alavanca no movimento de transmutação das formas sociais do capital. De modo que quanto mais essas se põem enquanto formas transitórias, mais ampliam-se as relações de troca. Se por um lado o crédito pode contribuir para iniciar o ciclo, ao oferecer o capital monetário necessário para iniciar algum empreendimento, por outro tem feito o percurso de dar continuidade no processo de reprodução. Nesse prisma, o crédito tem contribuído para a aceleração da circulação do capital.

Assim, o entendimento que se segue é o do processo de circulação do capital. Nesse movimento, suas metamorfoses englobam seu ciclo. Por conseguinte, o foco da análise centra-se na manifestação mais aparente do capital, que é a sua forma mercadoria. Dado um nível relativo de divisão social do trabalho, os ciclos que envolve a produção industrial, formado pelas formas do capital (monetário, produtivo e mercadoria), passam a serem funções determinadas de cada capitalista individual. Considerando-se o nível de

especialização dessas funções, a parte que expressa o capital-mercadoria é a do capital comercial.

No entanto, considera-se que essas funções não necessariamente têm se dado através de diferentes capitais, embora existam particularidades em suas relações no interior do processo cíclico. O mesmo capital pode estar desempenhando várias funções, considerando o nível de oligopolização da economia na contemporaneidade. Os conglomerados, por exemplo, expressam essa imbricação de variados capitais na constituição de um bloco, em que um mesmo grupo controla fatias da produção, distribuição e circulação das mercadorias, além das formas de acumulação por meio das finanças.

Embora os momentos mencionados correspondam à circulação das mercadorias, o processo de circulação corresponde às metamorfoses do valor, ao movimento pela qual D transmuta-se em D'. Dessa maneira, levando em conta todos esses aspectos, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar como tem se dado na contemporaneidade algumas transformações no modo de produção capitalista, tendo como foco de análise a esfera da circulação.

O percurso se dá, no primeiro momento, na exposição sumária do movimento cíclico do capital em sua forma geral, compreendendo o capital comercial como um dos momentos em que o valor repousa na forma mercadoria. Ao fazer isso, consta especificar a particularidade do capital comercial enquanto expressão do capital mercadoria, tomado de forma aparentemente autonomizada. Embora não possa ser tomado de modo isolado, singulariza-se por ter cumprido historicamente função determinada na divisão social do trabalho, sendo prioritária aquela de realização das mercadorias.

No segundo momento, uma vez compreendido o papel ocupado pelo capital comercial, define-se o *e-commerce* no bojo das formas contemporâneas de aceleração da rotação do capital. O foco é englobar sua dinâmica particular no que tange às vendas *on-line* e seu papel no âmago do processo de acumulação. Sua funcionalidade expõe um percurso de mudanças nas formas de comercialização de finais do século XX e início do século XXI e tem se expandido para o conjunto da economia.

Por fim, esse capítulo encerra-se ao demonstrar, a partir de uma determinada realidade, como tem se dado essas relações do comércio eletrônico em sua simbiose com os modos convencionais de comercialização de mercadorias. Ao se ater ao município de Itabaiana, no estado de Sergipe, procura-se expor esse panorama mais geral do *e-*

commerce enquanto parte constituinte no processo de reprodução do capital. O município em questão tem se destacado no âmbito da divisão territorial do trabalho no que tange as funções específicas de comercialização de mercadorias na economia estadual. Assim, explora-se como a dimensão das vendas *online* desdobra-se na localidade.

É nesse sentido que se coloca esse capítulo, ao propor uma leitura marxista do *e-commerce*, almeja contribuir com os debates acerca das transformações correntes no modo produção capitalista na contemporaneidade.

3.1. As metamorfoses do capital e seu ciclo

A esfera da circulação inclui um conjunto de processos inter-relacionados, em que se desenvolveu historicamente a troca de mercadorias. No capitalismo, ocorre que o processo de troca se dá sob as determinações essenciais do capital em seu processo de valorização. Nesse sentido, o percurso em que o capital, sob a forma monetária, deve abandoná-la para assumir a forma produtiva, e a forma mercadoria, para só então retornar à forma dinheiro valorizado, corresponde ao ciclo do capital. Uma vez completado, esse ciclo deve se reproduzir de modo contínuo, com vistas à sua expansão.

A reprodução cíclica do capital, denota a continuidade do processo de produção com caráter cada vez ampliado. Sendo uma necessidade do modo capitalista de produção, a objetividade do movimento de reprodução ampliada tem como fundamento o processo de acumulação de capital, resultado e fim último do processo de valorização. Desse modo, a reprodução ampliada do capital necessita da expansão das condições sociais de produção, possibilidades concretas de desenvolver o ciclo de modo contínuo. Objetivamente, essas condições fogem ao controle dos capitalistas individuais, uma vez que a anarquia da produção, além do processo de expropriação do trabalho alheio impossibilitam qualquer tipo de controle efetivo da riqueza socialmente produzida.

No processo de reprodução, a circularidade do capital exigiu historicamente o desenvolvimento das esferas que compõem a produção, distribuição, circulação e consumo. Ainda que essas esferas sempre tenham existido na história da humanidade, no capitalismo elas subordinam-se ao processo de acumulação do capital. Assim, nesses momentos em que se transmuta, o capital vai assumindo formas sempre transitórias, fases que devem se manter a fim de garantir o processo de reprodução. Entretanto, essas fases não são sucessivas, podendo ocorrer de modo simultâneo. Destarte, considera-se que cada

um desses momentos possui formas objetivas, conteúdos sociais que podem corresponder a um determinado nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Por sua concreticidade, cada esfera específica tem sua particularidade posta na imbricação com o universal desse modo de produção. De tal sorte que é na totalidade do ciclo, na mútua determinação das esferas que se reproduz o capital. De outro modo, não se poderia deixar de considerar que a possibilidade de crise, de interrupção do ciclo, se encontra sempre latente, uma vez que se trata de um processo extremamente contraditório. Existe um movimento de desenvolvimento desigual dentro da própria reprodução capitalista, com espaços e tempos desiguais ocupados por cada esfera no curso do ciclo por inteiro. De modo que há um descompasso entre os momentos, há também a busca por cada capitalista individual, para reduzir as possibilidades de interrupção do ciclo, e/ou agir diante da efetivação dessa possibilidade.

É nesse bojo que deve ser lido o processo de circulação, no movimento das metamorfoses do capital em seu ciclo. No âmbito da produção capitalista, todo processo de produção de mercadorias é processo de valorização do capital, onde se dá a produção do mais-valor, e donde reside a fonte do lucro. Por conseguinte, produção pressupõe a realização, que se dá na esfera da circulação de mercadorias. Essa última é função desempenhada, sumariamente pelos capitalistas comerciais, os agentes da circulação. Enquanto uma necessidade de questão de método, é importante sinalizar que o movimento do capital comercial pode ser lido como necessidade do movimento do capital social total. No entanto, este último não se esgota a partir do movimento do capital comercial. O capital comercial é apenas uma forma autonomizada do capital em geral e que buscamos investigá-la no processo de circulação do capital.

A análise da circulação desdobra-se tendo em evidência a necessidade do capital em se apropriar de trabalho alheio. Na teoria marxiana, um dos pontos fundamentais do entendimento do capitalismo enquanto modo de produção da riqueza, é o papel preponderante desempenhado pela esfera da produção. É nela em que se encontra o processo de trabalho real que é subsumido ao processo de valorização. Tal movimento ocorre no modo de reprodução da sociedade, onde, por meio do intercâmbio social, se trocam mercadorias como formas equivalentes e que se apresentam como iguais valores de uso. A força de trabalho, que é paga com dinheiro, possui a capacidade de gerar um mais-produto, que é apropriado pelo capitalista. É esse mais produto a forma em valores

mercadorias que serão trocadas por dinheiro e a parte do mais-valor que poderá ser privadamente apropriada.

No metabolismo social do capital, o processo de trabalho converte-se em processo de valorização, processo onde se produzem as mercadorias e simultaneamente o mais-valor. Assim, diz Marx: “o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (2017a, p. 273). É a particularidade da esfera da produção, enquanto domínio do processo de trabalho para a produção do mais-valor, que define a forma capitalista de produção e circulação de mercadorias.

No entanto, Marx de maneira alguma ignora o papel desempenhado pela esfera da circulação, sendo de fundamental importância para a realização do mais-valor. Assim, postas em unidade no ciclo da produção industrial, a circulação representa um momento antitético em relação ao processo de valorização, uma vez que dadas as formas pelas quais os ciclos do capital se desenvolvem, enquanto se valoriza o capital produtivo não se encontra realizado. A realização pressupõe a valorização, ao passo que é condição para ela. Se o capital está sob a forma de capital produtivo, portanto, ainda está se metamorfoseando para a forma mercadoria. Se se encontra nesta, está possibilitado a assumir a forma monetária acrescida de mais-valor.

Se o papel atribuído à circulação do capital se dá na realização da mercadoria, portanto, do mais-valor, seu movimento é compreendido com o ciclo do capital em seu conjunto. Tal processo foi analisado por Marx, sobretudo, em todo o livro II d’ O Capital (2014). O ciclo em que cada capital assume a forma dinheiro, passando à mercadoria, voltando logo a forma dinheiro acrescido de mais-valor, representa a forma mais geral do capital. Sintetizado no esquema D-M-D’, esse percurso não ocorre de forma harmônica, cabendo a cada um dos termos um papel fundamental no movimento em seu conjunto.

Ocorrendo em espaços e tempos desiguais, o movimento do capital em sua valorização oculta o quanto extremamente contraditório e instável é essa dinâmica. Além disso, como a anarquia da produção comanda esse processo, as perturbações sociais são sempre uma possibilidade. Logo, a crise se impõe sempre que o movimento que envolve a dinâmica do ciclo produção, circulação, distribuição e consumo sofre um abalo tamanho que esse ciclo não se fecha, de modo a se interpor uma interrupção global do movimento de reprodução, atingindo a totalidade do modo de produção. Nos momentos de crise, são

sempre quando o capital demonstra sua verdadeira face, na medida em que não pode o capitalismo desenvolver-se sem aprofundar sua lógica de produção socializada e apropriação privada. Ao mesmo tempo, a crise pode expressar o acirramento das contradições e a abertura de possibilidades de enfrentamento.

O ciclo do capital e que envolve a fórmula geral D-M-D' é o ciclo do capital industrial. Aquele em que se define o capital enquanto “valor que se autovaloriza” (MARX, 2017a, p. 230). O capital industrial considerado de modo individual é aquele em que o capital se transfigura em formas, se metamorfoseia de um estágio a outro. Ocorre, portanto, de modo cíclico. Encontra-se, quando analisado sob determinado ângulo, sob a forma monetária (forma dinheiro), na forma de capital produtivo ou na forma de capital-mercadoria. Sendo que o objetivo é fazer retornar o D inicial acrescido de mais-valor.

Ao analisar as três formas do capital industrial no processo cíclico, Marx afirma:

[...] resumindo, as três formas, todos os pressupostos aparecem como seu resultado, como pressuposto produzido pelo próprio processo. Cada momento aparece como ponto de partida, ponto de transição e ponto de retorno. O processo inteiro apresenta-se como unidade do processo de produção e do processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação, e vice-versa (2014, p. 179).

A compreensão do ciclo do capital industrial é aquela que esboça o ciclo do capital em geral, que engloba dois momentos da circulação e um da produção. A mediação de uma ou outra esfera depende do ângulo que se tome para se ter em mente cada estágio em que se encontra o capital em seu processo cíclico. Tão logo se metamorfoseia, o capital que abandona uma forma tem de assumir a outra. É preciso destacar que esse estágio não é evolutivo, mas se apresenta como recurso de exposição, uma vez que o movimento se dá de modo contraditório, correspondendo a tempos desiguais, seja da produção, seja da circulação.

É nesse sentido que Marx afirma que todo o processo se dá “num círculo em constante rotação, cada ponto é simultaneamente ponto de partida e ponto de retorno” (2014, p. 180). Desse modo, o processo de circulação do capital se dá no ciclo do capital industrial. Na concepção marxiana, esse ciclo ultrapassa a esfera da produção, espalhando-se para a circulação, onde a mercadoria pode se realizar e o movimento possa novamente ser repetido.

A forma esquemática do processo de produção, como já mencionado, é D-M-D', em que o D = dinheiro (ou capital monetário), M= mercadoria, e D'= dinheiro acrescido

de mais-valor. Essa é a forma mais geral do capital, tomando o processo esquemático do ponto de vista do capital industrial. A forma desdobrada se expressa do seguinte modo:

$$D-M...P...M'-D'$$

Nesse esquema, D = dinheiro, M = mercadoria, P = processo de produção, M' = mercadoria acrescida de mais-valor e D' = dinheiro acrescido de mais-valor. Esse esquema é trazido por Marx (2014) e nele as reticências representam justamente a interrupção e a sequência do processo, em que se dá o processo de produção, conseqüentemente, o processo de valorização. O primeiro D-M representa a etapa inicial do ciclo do capital industrial, quando o capitalista troca seu dinheiro por mercadorias a fim de valorizar seu capital. Essa primeira etapa da produção tem início em um momento fora dela, que é a circulação. É nessa esfera, popularmente chamada de mercado, que o capitalista vai contratar trabalhadores, fornecedores de matérias-primas, equipamentos, enfim, todos os itens necessários ao processo produtivo.

O processo de produção propriamente dito, é sintetizado na parte M...P...M'. De modo mais concreto, M engloba matérias-primas e força de trabalho. Nesse momento o capitalista, que já foi ao mercado e trocou seu dinheiro, D inicial, por matérias-primas e força de trabalho, põe em marcha o processo de produção, onde alberga-se o processo de trabalho e por conseqüência, o processo de valorização. Assim, quando essa mercadoria que foi comprada, composta por matérias-primas e força de trabalho converte-se em mercadoria acrescida de mais-valor, se dá o segundo momento, compondo o capital produtivo.

O próximo estágio do esquema corresponde ao movimento M'-D', que seria a nova etapa da circulação, correspondendo ao processo de realização das mercadorias. É neste momento que as mercadorias, acrescidas de mais-valor tem de serem realizadas, não importando se serão para o consumo produtivo ou individual. Uma vez realizadas, cumprindo a missão para a qual estão vindo ao mundo, o ciclo pode recomeçar. Todo esse movimento corresponde ao ciclo do capital industrial e suas formas autonomizadas envolvem as metamorfoses do capital em seu ciclo.

De modo esquemático, cada ciclo do movimento aparece sob o ponto de vista das formas do capital do seguinte modo:

D-M...P...M'-D' – Ciclo do capital monetário (2014, p. 135)

M'-D'-M...M' – Ciclo do capital mercadoria (2014, p. 143)

P...M'-D'-M...P – Ciclo do capital produtivo (2014, p. 165)

Cada ciclo desses corresponde ao capital industrial desdobrado, momentos em que o valor repousa. Tomado sob determinado ângulo, as diferentes formas do capital possuem particularidades. Observa-se que em cada um deles se altera o elemento mediador. No que se segue, ocorre de tomar-se como foco na análise o ciclo do capital na forma mercadoria. Nesse deslocamento observa-se que, abstraindo-se os demais ciclos, o dinheiro é o elemento mediador no processo de reprodução cíclico do capital em sua forma mercadoria.

Ao circular na forma mercadoria, o capital está manifesto em apenas uma de suas formas. De certo sentido, a forma mercadoria mesmo sendo uma mediação necessária, é também um entrave ao processo valorização. Isso ocorre porque essa forma transitória, não obstante seja onde se encontra materializado o valor e o mais-valor, enquanto não for realizada, acaba por ser uma “paralisação” do processo de valorização. Obviamente que isso desconsiderando a influência do crédito para desenlace desse nó. À vista disso, urge então cada vez mais encurtar o tempo pelo qual essa mercadoria possa ser realizada, para realizar o capital e pôr novamente em marcha o processo de produção. Assim, mesmo sem a mercadoria estar realizada, o capital pode novamente assumir a forma monetária para dar continuidade ao processo de produção.

Logo, o processo de circulação da mercadoria e o processo de circulação do capital não coincidem, mesmo que a circulação daquela seja fundamental para a realização deste. No curso do capital, as mudanças de formas são momentos necessários e ao mesmo tempo obstáculos à reprodução. O ponto fundamental é que no curso do movimento, se desenvolvem ciclos diferenciados, dos quais podem ser sintetizados o tempo de trabalho, tempo de circulação e tempo de produção. Como já mencionado, são tempos desiguais, e que em maior ou menor grau estão ligados à forma específica de cada ciclo destes. Sua efetivação em menor tempo é essencial para o processo de acumulação.

O tempo de produção, é aquele em que o capital passa para se incorporar na forma produtiva. Nesse momento, é quando há produção do mais-valor, no processo de valorização. O capitalista, que já foi ao mercado e trocou por dinheiro os componentes de capital constante e capital variável, agora os põe a produzir as mercadorias e o mais-valor. Corresponde, nesse instante, ao período em que aquelas mercadorias, matérias-primas e força de trabalho, atuam para a efetivação do processo produtivo. O resultado é a mercadoria preche de mais-valor, o capital na forma mercadoria a ser realizada. Por seu turno, nesse momento há uma interrupção do processo de circulação, uma vez que a

mudança nas formas das mercadorias para transformação do produto final, depende de um tempo específico: aquele em que se põe o processo de trabalho.

Nessa dinâmica, ainda que o tempo de produção englobe o tempo de trabalho, este tem necessariamente um tempo menor que aquele. Isso se dá porque as qualidades específicas das mercadorias exigem tempos particulares e isso está intimamente relacionado com o valor de uso dessa mesma mercadoria. Simultaneamente, o tempo de produção é aquele em que o capitalista dispendeu determinada quantia de dinheiro em capital constante e variável. Isso quer dizer aquele tempo pelo qual aquelas matérias-primas, a força de trabalho e as partes do capital fixo serão consumidos. Assim, mesmo com a inatividade das máquinas pela interrupção da jornada de trabalho, permanece latente o processo de produção, uma vez que seu tempo é maior que o tempo de trabalho.

Ao ser definido em uma jornada, o tempo de trabalho é aquele em que o trabalhador deve estar disponível para realizar a atividade pela qual foi contratado. É o tempo em que o trabalhador desempenha para realizar o processo de trabalho. É nesse momento que se dá a produção do mais-valor, onde se produz uma determinada quantidade de mercadorias em uma fração de tempo específica. O tempo em que o trabalhador deve transformar os objetos de trabalho em uma dada mercadoria, é quando o agente da produção possibilita ao capital a transmutação da forma produtiva para a forma mercadoria.

O processo de produção é uma mediação do processo de circulação. Ainda que seja o fundamental, onde alberga-se o processo de valorização, diz Marx: “o processo de produção aparece apenas como inevitável elo intermediário, um mal necessário ao ato de fazer dinheiro” (2014, p. 135). Ainda assim, é a parte fundamental, quando o processo de trabalho é convertido em processo de valorização. Sua existência concreta é a produção do capital em processo, enquanto valor que se valoriza.

O tempo de circulação, por sua vez, é aquele em o capital passa por suas sucessivas formas para retornar acrescido de mais-valor. É o movimento pelo qual ele sai da forma monetária, tem sua circulação interrompida pelo processo de produção, passa à forma mercadoria, para então realizar-se e retornar à forma monetária com um valor maior que o inicial. Nesse processo cíclico é que se dá a produção industrial. O tempo de circulação é aquele em que o capital deve fazer um movimento completo em torno do seu eixo. Assim, ao assumir a forma mercadoria, trata-se do instante em que deve ser trocada, em que ela passa a circular para realizar o curso do capital.

Quanto mais rápido esse movimento acontecer, maior celeridade tende a ter o processo de produção e mais valor pode ser apropriado em menor tempo. Assim, ocorre que a necessidade de aceleração do processo cíclico do capital impõe cada vez mais que se desenvolvam formas em que ele possa rotacionar-se em torno do seu eixo. A importância da circulação do capital está nos números de rotações que este pode seguir e na abreviação dessas. Tendo como o eixo a compreensão do processo cíclico, Marx (2014) afirma que

[...] o ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se rotação. A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção e seu tempo de curso. Tal soma constituinte tempo de rotação do capital. Esta mede, assim, o intervalo entre um período cíclico do valor de capital inteiro e o período seguinte, a periodicidade no processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo de renovação, a repetição do processo de valorização e de produção do mesmo valor de capital (2014, p. 237).

No processo de produção imediato, quanto menos tempo esse ciclo levar, maior possibilidade de embolsar o lucro e concretizar um processo de acumulação. Até porque “para o capitalista, o tempo de rotação de seu capital é o tempo durante o qual ele tem de desembolsar seu capital a fim de valorizá-lo e recuperá-lo em sua forma original” (2014, p. 238). Assim, desenvolveu historicamente, a possibilidade de aceleração da rotação por meio da diminuição, tanto do tempo de produção, quanto da circulação do capital. E reduzir esse tempo também é um imperativo para os capitalistas estarem a frente de seus concorrentes.

Tão logo se põe em marcha a possibilidade de acelerar a velocidade de rotação, urge eliminar cada vez mais os intervalos no interior do ciclo. Tempo de produção, tempo de trabalho, tempo de circulação, cada um desses momentos deve ser abreviado ao máximo, objetivando realizar o capital em menor tempo possível. Se o capital é um sujeito automático, que se desenvolve para sua própria expansão, evidentemente que as tentativas de acelerar a rotação são contraditórias e não se concretizam a bel prazer de cada capitalista individual. Historicamente, as formas de acelerar o ciclo têm sido a expansão dos meios de transporte e comunicação e o crédito.

Quanto ao primeiro a expansão dos meios transportes possibilitou a diminuição do tempo de deslocamento das mercadorias. Ao fazer isso, pôde acelerar seu processo de distribuição, assim como a troca, fazendo com o que tempo de curso fosse abreviado. Esse movimento, que pôde generalizar a expansão do modo de produção capitalista e constituição de um verdadeiro mercado mundial, fez com que as distâncias para a

realização das mercadorias fossem reduzidas. Em relação aos transportes, Marx (2014) fez uma importante consideração. Ao enfatizar o desenvolvimento destes sob égide de uma produção industrial, demonstrou como sua função no âmbito da distribuição do valor na forma mercadoria e aceleração da circulação, tem contribuído de modo indireto para a produção do mais-valor.

Assim como transporte, também as inovações nos meios de comunicações, ao possibilitarem um maior e mais eficiente direcionamento ao compartilhamento de informações, tem contribuído para diminuir o tempo de curso das mercadorias, uma vez que reduz certas incertezas quanto à possibilidade de realização. No século XX e XXI, essas inovações têm passado por mudanças consideráveis, objeto que será discutido mais à frente. Nesse momento cabe apenas enfatizar sua importância no processo de circulação das mercadorias no ciclo do capital como um todo.

A isso se soma a aceleração de processos de trabalho por meio do aumento da produtividade social do trabalho, viabilizado com o desenvolvimento das forças produtivas, que engloba também o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Se o processo de circulação engloba o processo de trabalho, a aceleração destes e do processo de produção tem possibilitado a intensificação da rotação do capital. Ainda que esteja discutindo a produção industrial dos transportes e que não seja objeto específico da discussão proposta, é importante citar Antunes (2020) que, fundamentado na leitura marxiana, nos lembra:

[...] assim, Marx afirma que, como o *tempo de rotação* do capital é igual ao *tempo de produção* (que inclui *tempo de trabalho*) mais o *tempo de circulação*, quanto mais próximo de zero se torna o tempo de circulação do capital, tanto maiores se tornam a produtividade e a produção de mais-valor, uma vez que o tempo de circulação do capital pode limitar ou agilizar o tempo de produção e, portanto, aumentar ou diminuir o processo de produção do mais-valor (2020, p. 45).

Nesse momento, o autor, ao discutir a criação de valor no âmbito dos transportes, pretendeu esboçar a partir da interpretação de Marx sobre as transformações contemporâneas no âmbito das relações de trabalho, os processos de produção de mais-valor em outros ramos de atividade, como o de transporte de mercadorias e pessoas. Ainda que seja uma questão discutível, o ponto que se busca assinalar é que o aumento da produtividade do trabalho contribui para acelerar o processo de circulação.

As inovações crescentes, provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas expandidas sob o modo de produção capitalista e o impulso da valorização, rebatem nos processos de trabalho, encurtando seu tempo e contribuindo para maior extração do mais-

valor. Paralelamente, as técnicas de produção mais avançadas ao possibilitarem a aumento da quantidade de mercadorias em menor tempo, reduzem o tempo de produção fazendo da circulação do capital mercadoria o obstáculo necessário a fechar o circuito do capital, embora sem ela esse ciclo não se feche.

Importante considerar que as formas de encurtar o ciclo, e que englobam tempos específicos, ainda que sejam importantes no processo de reprodução, constituem-se enquanto custos da circulação, que englobam as mudanças de forma. Seja com meios de transporte ou no próprio processo de troca, esses custos inferem na formação dos valores das mercadorias e na produção do mais-valor. Por isso, a despeito da aceleração da circulação, esses custos acabam por se tornarem males necessários, ou *falsos custos*, como afirma Marx (2014), ao analisar a questão.

Nesse prisma, cada capitalista individual tem buscado meios de deslocamento próprios, a fim de controlar a cadeia do processo produtivo. Concomitantemente, é nesse bojo que passa a se desenvolver com mais rigor a indústria dos transportes, enquanto forma de melhorar o processo de distribuição das mercadorias. Para isso, o próprio controle das matérias-primas para o transporte é fundamental, primeiro o carvão, e posteriormente o petróleo. A melhoria na condução do deslocamento das mercadorias se reflete no maior controle das localizações da própria indústria do transporte e um maior controle geográfico da distribuição das mercadorias.

No âmbito do capital social total, as funções de realização se tornam necessárias para manter o movimento da reprodução. Ao passo que é fundamental, essa esfera deve ter cada vez mais seu tempo abreviado, uma vez que cada etapa interrompida no processo de produção, é uma interrupção no único momento em que se produz o mais-valor. A circulação, por seu turno, como se depreende, cumpre um papel contraditório na reprodução do modo de produção capitalista, uma vez que o tempo em que preso na forma mercadoria, o mesmo capital não pode assumir ainda a forma dinheiro e mesmo a produtiva. Como mencionado, quanto mais próximo de zero estiver, maior sua contribuição no processo de valorização.

Por seu turno, a esfera da circulação, à medida que influi na rotação de cada capital individual, impacta na reprodução. A possibilidade de realizar as mercadorias em menor tempo, outorgando para outrem a tarefa, conseqüentemente, os direitos sobre a apropriação de parte do mais-valor, tem permitido historicamente reduzir o tempo de rotação do capital. Tomado sob determinada divisão social do trabalho, e sua contraditória

complexificação com o avanço da produção capitalista, as funções de realização passam a ser desempenhadas por um tipo específico de capital, o capital comercial. Mais precisamente, esse capital pode ser definido do seguinte modo:

[...] quando essa função do capital submetido ao processo de circulação em geral se autonomiza como função específica de um determinado capital, fixando-se como uma função imputada pela divisão do trabalho a uma categoria determinada de capitalistas, o capital-mercadoria se converte em capital de comércio de mercadorias, ou capital comercial. (MARX, 2017b, p. 309)

Este tipo de capitalista específico, é basicamente a expressão da autonomização do ciclo do capital mercadoria. O comerciante, agente da circulação das mercadorias, responsável por sua realização, atua de modo que D compra mercadorias (M) para obter mais dinheiro (D'). Seu compromisso alberga-se no interior da esfera da circulação e sua função é a de realizar o capital. Seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista do capital social total, o processo de troca passa pela atividade do capitalista comercial.

Nesse processo ocorre uma apropriação do mais-valor por parte do capitalista comercial, geralmente atacadista, do que foi produzido na esfera da produção. Considerando, de modo ideal, que são capitais diferentes, para acelerar o curso do processo cíclico, digamos que o capitalista produtivo, aquele correspondente à forma autonomizada do capital produtivo, cede uma parte do mais-valor com vistas à realização da mercadoria e efetivação do processo de valorização. Assim, a aceleração da circulação do capital é sempre uma necessidade para o capitalista, e mais especificamente do comercial.

No prisma do esquema exposto acima, o capital comercial situa-se como agente na metamorfose do capital mercadoria acrescido de mais-valor, que passa à suas mãos encerrando o ciclo do capital produtivo. Precisamente, o que para o capitalista produtivo aparece como M'-D, para o capitalista comercial aparece como D-M, para a assumir M-D' mais à frente. Assim, se põe em marcha o curso do processo cíclico de realização das mercadorias sob a tutela do capitalista comercial. Observa-se que a troca é um processo de compra e venda simultâneo, com passagens de uma mão à outra. A venda da mercadoria do capitalista produtivo, a compra para o capitalista comercial, e sua posterior venda por esse último. Cada processo de troca reflete as metamorfoses do capital em seu ciclo.

No momento em que o capitalista produtivo efetiva a venda, ele já efetivou uma compra passada e pode realizar uma nova compra. No caso do capitalista comercial, no

momento em que efetiva a compra, realiza a venda (e também a produção) do capitalista produtivo. No momento em que realiza sua venda, o comerciante realiza a compra que o fez no processo anterior. São momentos antitéticos, em que cada forma, cada processo realizado é pressuposto e resultado de outros processos. Nesse sentido, Marx afirma:

[...] na realidade, o capital de comércio de mercadorias não é outra coisa que a forma modificada de uma parte desse capital de circulação, que se encontra constantemente no mercado, em processo de transmutação, e se encontra permanentemente inserido na esfera da circulação (2017b, p. 310).

Assim, no bojo da circulação é que se assenta o capital comercial. Suas operações se iniciam e permanecem no interior dessa esfera específica, contribuindo para o processo de reprodução do capital social total.

No âmbito do capital comercial se desenvolveram historicamente duas formas particulares de capitais: o de comércio de mercadorias e o de comércio de dinheiro. A primeira diz respeito ao processo pelo qual o capitalista vai até o mercado, compra mercadorias com intuito de vendê-las e obter um valor maior do que aquele desembolsado na compra de mercadorias. Para Marx:

[...] por conseguinte, o capital de comércio de mercadorias não é senão o capital-mercadoria do produtor, que deve efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função como capital-mercadoria no mercado; a única diferença é que essa função, em vez de aparecer como operação secundária do produtor, aparece agora como operação exclusiva de uma espécie particular de capitalistas, dos comerciantes, e autonomiza-se como negócio de uma aplicação especial de capital (2017b, p. 312).

É o momento em que as mercadorias, que passaram pelo processo de produção, encontram-se disponíveis para venda e precisam se realizar. Essa é a forma geral de comercialização de mercadorias. No capital de comércio de mercadorias, a especificidade da forma do produto que define sua particularidade. Se toda mercadoria possui o caráter de ser duplamente valor de uso e valor, o comércio de mercadorias é aquele em que essas carregam a marca de serem bens úteis ao consumo, seja individual ou produtivo. Diferentemente do comércio de dinheiro, que será discutido mais à frente.

Em uma divisão do trabalho complexa, essas funções não ficam à cargo de um capitalista específico. Por isso ele não deve ser analisado de forma individualizada, apesar de ter suas particularidades na totalidade orgânica do capital. O processo de comércio de mercadorias, como já mencionado, permite realizá-la. Por seu turno, permite concluir determinado estágio para dar início ao outro. Ainda que o ciclo do capital comercial seja uma forma particular, seu processo se insere na esfera da circulação e no processo de

reprodução. Assim, quanto mais próximo de zero for o tempo em que as mercadorias permaneçam presas na circulação, uma quantidade maior de mais-valor poderá ser extraída em menos tempo.

Ocorre que acelerar a rotação do capital de comércio de mercadorias pode ser tão fundamental quanto os processos de produção. Se o capital é valor em movimento, quanto maior o número de rotações desenvolvidas por cada capital, maior a possibilidade de acumulação. Quanto mais rápido for possível realizar as metamorfoses, mais poderá reproduzir continuamente o ciclo.

No processo em que se desenvolveu o capital de comércio de dinheiro, enquanto resultado da complexificação da divisão social do trabalho, a expansão das funções de realização foram se tornando responsabilidades de capitais específicos. É nesse prisma que Marx afirma: “o pagamento do dinheiro, a cobrança, o ajuste dos balanços, o manejo de contas-correntes, a conservação do dinheiro etc., separados dos atos pelos quais essas operações técnicas se tornam necessárias, convertem o capital adiantado nessas funções em capital de comércio de dinheiro” (2017b, p. 361).

Portanto, a intermediação e mesmo a gestão das operações técnicas, funções necessárias para o processo de reprodução, passaram a ser constantemente desempenhada por instituições financeiras, sobretudo os bancos. Estes, à medida que passam a centralizar as atividades financeiras, se tornam vitais para o processo de reprodução. Seu impulso ao processo de acumulação, assim como à dinâmica da concorrência e formação do monopólio, se dá pela possibilidade de alavancar os processos de reprodução ampliada, se pondo no avesso dos movimentos dos ciclos em suas formas particulares.

O que particulariza o dinheiro em sua forma mercadoria é o caráter de seu valor uso ser de um tipo específico. Ao contrário das outras formas mercantis, o comércio de dinheiro não troca essa mercadoria por um equivalente em forma monetária, mas pelo mesmo dinheiro acrescido de um valor superior. Se servir como adiantamento volta remunerado com parcela da mais-valia. Se servir de modo improdutivo, volta acrescido de lucro obtido sobre renda.

Seu uso pode ser expresso por sua função de ser consumido produtivamente como capital por outrem. Na medida em que pode atuar como mercadoria para o capital comércio de dinheiro, e capital monetário, ou D inicial para o capitalista produtivo ou do comércio de mercadorias, e pôr em marcha o processo de circulação, esse capital dinheiro na forma mercadoria pode configurar-se como adiantamento. Não obstante, a

comercialização de dinheiro também pode ser realizada por meio de consumo improdutivo, quando não se volta para o processo de valorização.

No capital de comércio de dinheiro passam a se generalizarem, embora não de modo livre, agentes específicos de comercialização de dinheiro, ainda que não se comercialize em si o dinheiro, mas sua função como capital, servindo de adiantamento para o processo produtivo. Concomitantemente, sua forma particularizada se expressa por dois caminhos. É nesse percurso que Marx assevera: “o comércio de dinheiro se encontra plenamente desenvolvido, mesmo em seus primórdios, a partir do momento em que suas funções ordinárias são complementadas pela concessão e pela contração de empréstimos e pelo crédito”. (2017b, p. 364).

No âmbito da primeira, se desenvolve as nuances do capital portador de juros. Nessa forma particular, o dinheiro assumiu a forma mercadoria. Seu valor de uso consiste basicamente, como mencionado, em atuar como dinheiro, que pode vir a ser utilizado como capital monetário pelo capitalista que o toma de empréstimo, em instituições bancárias, por exemplo. Segundo Marx (2017b) a particularidade do dinheiro enquanto mercadoria é que em seu processo cíclico, ele é ao mesmo tempo capital monetário nas mãos de quem empresta, capital mercadoria a ser emprestado e novamente capital monetário nas mãos de quem toma emprestado. Ao fim do ciclo, ocorre que esse dinheiro tem de retornar como forma dinheiro valorizada.

O processo de valorização do capital-dinheiro em sua forma mercadoria corresponde ao valor acrescido pelo tomador do empréstimo como uma taxa referente ao direito de uso por determinado período. A taxa de juros é uma quota correspondente a esse valor acrescido, que é apropriado por aquele capitalista responsável pelo comércio de dinheiro. Um ponto fundamental nesse processo é que a mercadoria dinheiro só é cedida por um tempo, mas não se tem uma troca real por dinheiro. Se as mercadorias se trocam por dinheiro e mudam de propriedade, passando a outrem, no caso da mercadoria dinheiro o seu retorno não é em si tanto pela troca, mas pela particularidade de sua função na forma mercadoria, ou seja, troca-se dinheiro por mais dinheiro.

O dinheiro de empréstimo nada mais é que o dinheiro sob a forma mercadoria posto no mercado. Nesse processo incide o capital portador de juros, aquele que determinada quantia de dinheiro se valoriza sem passar pela mediação da esfera da produção. Seu foco está em emprestar determinada quantia de capital monetário com a função de receber de volta esse dinheiro acrescido de uma quota estabelecida. Essa quota,

pagamento feito pelo tomador de empréstimo ao prestamista, corresponde ao juro pago. É sob essa forma de capital que se erige o moderno sistema de crédito.

A expansão desse sistema permitiu a existência de formas de valorizar o capital sem que este tenha lastro real. Os capitalistas produtivos e/ou comerciantes, ao disporem de capital emprestável no mercado, dirigem-se para pôr em marcha o processo de produção e circulação. No âmbito da produção, ainda que a realização da mercadoria não tenha se dado, a reprodução da continuidade do ciclo pode ocorrer pelo acesso ao investimento necessário. O capital de comércio de dinheiro passa a cumprir a função de dispor dos meios financeiros para outros capitais. Obviamente que ao fazer o empréstimo, o capitalista deve ceder uma parte do mais-valor a outrem, sob a forma dos juros. Ainda assim, os custos podem ser necessários para manter a circulação em curso. Tornaram-se um mal necessário à medida que permitem a acelerar o processo de circulação, e assim a rotação do capital.

Um outro processo fundamental que contribui para a aceleração da rotação do capital é a expansão do moderno sistema de crédito. Este tem possibilitado a aceleração do ciclo do capital por meio do deslocamento temporal do processo de realização. Esse deslocamento encontra-se na crença que aqueles que tomaram o dinheiro emprestado cumprirão com suas obrigações. E caso não cumpram, ao longo do tempo o capital bancário pode incidir em maiores cobranças, aumentando os juros a serem pagos. Assim, à medida que as instituições bancárias passam a canalizar o dinheiro disponível na sociedade, na forma de depósitos, elas passam a disponibilizar crédito, fazendo circular aquele dinheiro, que por empréstimo torna-se capital latente, prestes a se colocar em circulação.

A análise do sistema de crédito enquanto forma desenvolvida do capital, feita por Marx na seção V do livro III d'O Capital (2017) demonstrou como a emissão de cédulas bancárias permitiu manter em curso o processo de reprodução do capital. Sua função no processo de circulação se dá, entre outras formas, ao propiciar aos capitais reais os adiantamentos necessários para pôr em marcha seja o processo de produção, seja a comercialização.

Evidente que na contemporaneidade as funções do crédito complexificaram-se de tal maneira que sua interferência na economia real tem avolumado as contradições da produção capitalista. Ainda assim, é importante considerar que do ponto de vista do processo de acumulação, suas legalidades permanecem inalteradas. Ao substituir

constantemente a necessidade material da posse do capital monetário para iniciar o ciclo, o crédito amplia as possibilidades de aceleração da circulação, uma vez que para iniciar um novo ciclo, os capitais não precisam necessariamente esperar o anterior terminar.

Nesse percurso, a expansão do sistema de crédito, permite ao capital contornar suas formas, acelerar a circulação sem que tenha se efetivado a forma anterior. Ainda que a mercadoria não tenha se realizado, e mesmo que a própria produção ainda esteja em andamento, o crédito atua como agente propulsor de aceleração do movimento cíclico. O que conduz a maiores possibilidades de crise. Contraditoriamente, por mais que o sistema de crédito venha a contribuir com a circulação, ele contribui, de modo simultâneo, com o aumento dos descompassos entre a produção e a realização das mercadorias. Permite contornar as formas diferenciadas de desenvolvimento pelas quais o capital almeja incorporar-se, fortalecendo a instabilidade inerente a esse modo de produção.

Se tratasse de uma sociedade em que houvesse um tipo de planificação voltada aos controles sociais do modo como se reproduz a vida material, a aceleração da circulação teria efeitos racionais na riqueza da produção. Entretanto, como a aceleração ocorre com vistas à reprodução da irracionalidade do capital, esse processo converte-se, com efeito, na intensificação de uma lógica destrutiva de reprodução. Entre as quais se destaca o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da composição técnica de capital. Esta se dá quanto mais desenvolve-se o modo de produção capitalista e aprofundam-se os mecanismos de acumulação, impelidos pelo processo de concentração e centralização.

Ainda assim, as cédulas bancárias no processo de circulação têm reduzido a necessidade de emissão monetária por parte dos Bancos Centrais, facilitando as trocas entre capitais no mercado, ampliando a influência crescente do sistema de crédito a partir das instituições bancárias. Ao assumirem a função de mediadoras das relações que envolvem a tomada de dinheiro enquanto capital de empréstimo, seu fortalecimento passou a centralizar nas mãos dessas instituições a disponibilidade desse dinheiro a se tornar capital latente, disponível para ser emprestado. Ao mesmo tempo, seu poderio financeiro influencia/é influenciado em maior ou menor grau pela dinâmica da economia real, pelos impulsos à valorização. Isso se dá porque a taxa de juros deve ter como suporte a taxa de lucro médio, uma vez que a demanda por capital monetário emprestável depende dos movimentos do capital real.

Não obstante, o cálculo da taxa de lucro médio depende do *quantum* de mais-valor deverá ser cedido ao capital portador de juros ao possibilitar o adiantamento. Desse modo, se a taxa de juros não pode ser maior que a taxa de lucro, esta, deve levar em consideração aquela, pois tem interferência quando entra junto aos custos de produção.

Maldonado Silva; Filho [S.:d.] em *Circuito do capital e emissão monetária: uma interpretação marxista*, discutem a emissão monetária com íntima relação com o processo de acumulação. A alavancagem, com os bancos sendo fundamentalmente essas instituições intermediadoras, tem permitido, entre outras coisas, acelerar o ciclo de rotação tendo em vista a criação das condições para pôr em marcha processos de produção. Os mesmos autores discutem o papel dos Bancos Centrais dos Estados no controle das taxas de juros, que interferem de modo direto nos investimentos produtivos, uma vez que na contabilidade do lucro, os juros entram como parte do capital investido.

À vista disso, a expansão do sistema de crédito como meio de circulação permitiu a diminuição imediata da presença do dinheiro como meio de circulação. Este último, à medida que se encontra “livre” das necessidades imediatas da produção imediata, também pôde colocar mais dinheiro a ser emprestado pelas instituições bancárias e não bancárias. Ocorre que a expansão do moderno sistema de crédito opera um aprofundamento da relativa autonomização das formas de valorização sem lastro real imediato. Cada vez menos exige-se a presença de capital monetário real como adiantamento, na medida em que o crédito assume essa função.

Importante assinalar o papel que as cédulas comerciais cumpriram nesse processo, uma vez que puderam facilitar as trocas entre os capitais. Ao descontar as letras de crédito nas instituições bancárias, os próprios capitalistas passaram a retirar da circulação o dinheiro necessário a atuar como adiantamento. Ao fazerem isso, puderam realizar mais depósitos e manterem naquelas instituições o capital monetário latente, que poderia vir a ser emprestado. Opera-se, nesses termos, a ampliação das formas de valorização sem lastro real, ao passo da possibilidade acumulação de capital por meios meramente financeiros.

Nos momentos de crise, essa função do crédito demonstra as consequências da relativa autonomização da esfera das finanças. Pois é nesse momento em que se exige uma maior quantidade de dinheiro como meio de circulação, uma vez que a taxa de juros pode aumentar, tendo em vista a diminuição de dinheiro emprestável no mercado. Na

crise, com frequência se exige mais dinheiro como meio de circulação, ainda que tenha se ampliado e complexificado o crédito como esse meio.

Nesse caso, há disputas pelos capitais em torno das frações da mais-valia³. De um lado aqueles produtivos necessitam de taxas menores, de outro, aqueles financeiros querem manter o capital realizando o lucro por meio dos juros. Nesse sentido, contraditoriamente o capital financeiro se desenvolve de modo simultâneo ao capital produtivo, uma vez que esse necessita dos investimentos financeiros propiciados pelo crédito, enquanto aqueles lucram com a relação entre o que é pago com juros e o que é recebido. Disso decorre o aumento da complexidade do modo de produção, tal como da mútua dependência das diversas frações de capitais.

Ainda que as taxas de juros devem ser sempre menores que a taxa do lucro médio, no movimento dos capitais produtivos, a presença das finanças nos investimentos produtivos é uma problemática que não se resolve no interior da produção capitalista. Ao contrário, sua resolução só é possível por um processo de superação radical do capital e constituição de um modo de produção e apropriação socializada, que tenha as necessidades do valor de uso como fim último de toda a sociedade.

O ponto fundamental é que a expansão das finanças possui desdobramentos contraditórios no plano da economia real. Se nessas funções de intermediação não se produz mais-valor, sendo, portanto, capitais improdutivos, estes se apropriam de parcelas da riqueza produzida na forma dos juros. Contraditoriamente, o desenvolvimento das formas improdutivas do capital, da qual se destaca o capital portador de juros, se deu *pari passu* ao desenvolvimento da produção capitalista.

Sem embargo, o capital portador de juros faz parte do sistema de crédito, mesmo que esse não se reduza àquele. É por meio dele que se cresce o papel do capital de comércio de dinheiro. Seu deslocamento para o futuro de processos de valorização ainda a ser realizados, demonstra como o capital, enquanto sistema metabólico, se desenvolve de modo contraditório. E uma das formas mais latentes em que esse processo se dá é pelo capital fictício. Este representa a forma exteriorizada da relação capital, a mais alienada, em que o capital aparentemente descola-se do lastro real da produção. Seu processo de valorização se dá pela expectativa de um lucro futuro, não diretamente ligado ao processo

³ Em alguns momentos do texto o conceito de mais-valor será usado como mais-valia e vice-versa. Ambos possuem o mesmo significado, e inferem uma questão de tradução mais atual (pela Editora Boitempo), para o português, que traz o conceito de mais-valor como melhor tradução para mais-valia. A escolha por usar as duas grafias está alicerçada tanto na fidelidade a algumas citações que aparecerão no corpo do texto com a grafia mais-valia, quanto por entender que não há diferenciação de sentido nas duas formas.

de produção e que as formas mais visíveis são as sociedades por ações. Estas resumem-se a direitos a apropriação de lucros a serem produzidos no âmbito da produção real. Sua dinâmica expõe um processo de duplicação fictícia do valor de capital de uma determinada empresa, uma vez que se evidencia uma expectativa de lucros futuros com base em uma valorização real.

Ainda que o capital fictício não se descole da economia real, ele possui um funcionamento específico, uma dinâmica própria que responde objetivamente às necessidades dessa forma particularizada de capital. Por seu turno, essa forma de capital se desenvolve dadas determinadas condições de produção no âmbito da divisão do trabalho capitalista. Sua causa/efeito decorre da possibilidade de fazer o movimento D-D' sem passar pela mediação da produção. Ocorre que esse processo se dá apenas na aparência, uma vez que o conteúdo das formas de lucro fundamenta-se na exploração do trabalho no processo de produção. Essa forma fetichizada e que corresponde à forma exteriorizada do capital, expressa justamente que o capital é esse processo automático de valorização do valor.

À vista disso, a mesma expansão do sistema de crédito que tem possibilitado acelerar e ampliar a circulação e realizar o capital em tempo mais hábil, tem feito capitais específicos se apropriarem de parcelas crescentes da riqueza produzida, sem passar pela esfera da produção ou dos comércios. Por se tratar de um capital que se apropria das frações da riqueza, cada vez mais busca-se formas parasitárias de valorizar sem ter como mediação a produção. Ora, se o mais-valor é produzido nessa esfera, como manter a reprodução cíclica sem a mediação da produção? Ocorre que esse movimento tem colocado como a possibilidade de crise se encontra cada vez mais latente no modo de produção. Outrossim, a crise não existe apenas como descompasso das formas improdutivas de capital e suas formas produtivas, mas como um mecanismo intrínseco ao modo de produção capitalista e sua dinâmica contraditória.

Destarte, o movimento automático do capital em seu processo metabólico tem buscado formas de acelerar o movimento de rotação, no qual a esfera da circulação cumpre determinado papel. Enquanto uma totalidade orgânica, o processo cíclico se dá em meio a inter-relações contraditórias, tempos desiguais no quadro da reprodução ampliada. Na circularidade do capital, as metamorfoses são justamente os momentos de transmutação, onde o capital assume suas formas, sempre transitórias, visando sua autovalorização.

Portanto, as metamorfoses do capital correspondem ao seu processo de circulação. Embora a forma geral do capital no processo de valorização seja D-M-D', o desdobramento dela possui em seu interior, formas particulares assumidas pelo capital. Estas atuam sempre como formas transitórias, prontas a ser abandonadas, tomadas pelo próprio movimento de reprodução. Nesse curso, desenvolve-se formas de acelerar o processo de circulação e ampliar o número de rotações do capital. Os meios de transporte e comunicação é uma dessas. No mesmo prisma, o aumento da produtividade social do trabalho também atua nesse sentido. A isso somam-se formas pelas quais o capital monetário pode circular em maior velocidade, de modo a aparentemente deslocar-se do lastro real da produção, com destaque para o sistema de crédito.

Nesse interim, no interior da circulação se desdobra o capital comercial, como agente da circulação responsável pela realização do capital mercadoria. Na contemporaneidade, as metamorfoses do capital se dão em movimentos mais velozes e complexos, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas e da própria divisão social do trabalho. Aquelas, por sua expansão ao longo do século XX e início do século XXI, possibilitaram o surgimento de formas de comercialização modernas, ainda que o processo de troca seja prática antiga.

Se a esfera da circulação assume uma outra dimensão no modo capitalista de produção, em sua fase atual, mundializada e sob a hegemonia financeira, essa esfera passa por transformações de modo acelerado, sempre sob o impulso do processo de acumulação. No quadro em que as relações de comercialização podem se dar quase que sem obedecer às restrições espaço-temporais dado o avanço dos meios de comunicação e transportes, cresce uma modalidade de vendas específica, que ocorre mediada pela internet e tem demonstrado implicações da dinâmica capitalista da circulação de mercadorias na contemporaneidade. É nesse quadro que segue a discussão no próximo tópico, buscando discutir a dinâmica da rotação do capital na *e-commerce* no contemporâneo e veloz ciclo do capital.

3.2. O *e-commerce* e a rotação do capital na contemporaneidade

Como discutido no tópico anterior, o movimento em que se realiza o ciclo do capital é uma totalidade orgânica, da qual produção e circulação encontram-se de modo a interpenetrarem-se. Por seu turno, quanto menor for o tempo de rotação, mais rápida a realização do valor, tão logo podendo produzir mais-valor. Assim, torna-se vital reduzir

o tempo de circulação do capital de modo a realizar o ciclo. Dentre as formas de acelerar a realização, a emissão de crédito e de moeda se colocaram historicamente como essenciais, sobretudo com a formação dos trustes e carteis, quando somas gigantes de dinheiro são necessárias para o processo de aquisições e fusões, bem como para os adiantamentos. Com o desenvolvimento do capitalismo, na sua etapa imperialista, a relação entre produção e finanças tornou-se mais complexa, sobretudo pela articulação entre indústrias e bancos, propiciando o processo de formação dos conglomerados com atuação tanto em processos industriais quanto financeiros, em distintas escalas.

O desenvolvimento do processo de global de produção capitalista se deu com a constituição de um verdadeiro mercado mundial. Nesse processo surgiu a divisão internacional do trabalho, que alcançou maturidade no século XX. Historicamente, com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial a forma de intercâmbio entre as nações foi caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado. Ao fazer isso, o capital pode ampliar as formas de estender o processo cíclico, uma vez que o alcance das trocas não ficava circunscrito à economia doméstica, embora esta tenha cumprido papéis diferenciados em cada formação social específica. Não obstante, é preciso considerar que essas relações se desenvolveram historicamente de diversos modos, cabendo compreender a fase contemporânea em que o capital se realiza em escala global, mesmo com a mediação da localidade.

Ainda que no âmbito da divisão internacional do trabalho as relações de troca ocorram no interior das trocas desiguais e do intercâmbio entre as nações, em que as particularidades nacionais interferem na luta de classes, o foco na análise desse processo se encontra na divisão social do trabalho, nas articulações e conflito entre as frações dos capitais, tal como na relação capital x trabalho, no âmbito da luta de classes. Assim, cabe entender como a expansão do comércio eletrônico pode estar relacionado à constituição de uma nova fase assumida pelo processo global de reprodução no movimento de mundialização do capital.

No âmbito das funções de realização, já foi mencionado no tópico anterior o papel cumprido pelo comércio de mercadorias. Não obstante, mesmo essa atividade estando presente há muito tempo na história da humanidade, no final do século XX e início do século XXI o processo de compra e venda de mercadorias tem passado por transformações, sobretudo no que tange à incorporação de meios tecnológicos na mediação das vendas. Foi no quadro das transformações tecnológicas nos processos de

venda, e no bojo mundialização do capital que surgiu o comércio eletrônico - *e-commerce* em tradução literal. Seu crescimento tem sido observado nas últimas três décadas e expressa algumas alterações na forma mercantil.

Antes de mais nada, é preciso definir o que se entende por comércio eletrônico. A Organização Mundial do Comércio (OMC)⁴, no ano de 1998, quando o *e-commerce* ainda se colocava de modo embrionário, organizou um Grupo de Trabalho sobre o comércio eletrônico. Tal grupo passou a definir o *e-commerce* como “produção, distribuição, comercialização, venda ou entrega de bens e serviços por meios eletrônicos” (OMC, 1998). O termo é abrangente e engloba várias atividades, por isso cabe considerar sua forma mais geral, a fim de compreender particularidades que surgiram desde então no processo de troca.

Á vista disso, o crescimento do mesmo já vinha se evidenciando, mas sofreu um elemento conjuntural que acelerou esse processo. A emergência da pandemia de novo coronavírus⁵ suscitou algumas mudanças nas relações cotidianas, o que forçou a adoção do isolamento social como meio de diminuição da circulação do vírus, embora não impedisse a circulação do capital. Passaram a se generalizar, ainda que de modo desigual, formas de relacionamento social mediadas pelas telas. De entretenimento ao trabalho, operava-se a necessidade de manter em curso as atividades cotidianas. Os impactos desse processo já têm sido registrados, por exemplo, nos processos laborais, além dos impactos na educação, dentre outras esferas da vida social. O resultado foi, que, para manter as vendas adotou-se, por parte de algumas empresas, o uso mais intensivo das vendas *on-line*, uma vez que não era recomendado a realização de atividades presenciais.

Embora esse quadro tenha se intensificado com o elemento conjuntural, o crescimento das vendas *on-line* pode ser evidenciado em uma curva ascendente, como pode ser visto nos gráficos abaixo para o caso brasileiro. As causas envolvem multideterminações e englobam a presença massiva da tecnologia da informação e comunicação nas relações sociais, as transformações em curso no processo de acumulação e a dinâmica global de realização das mercadorias.

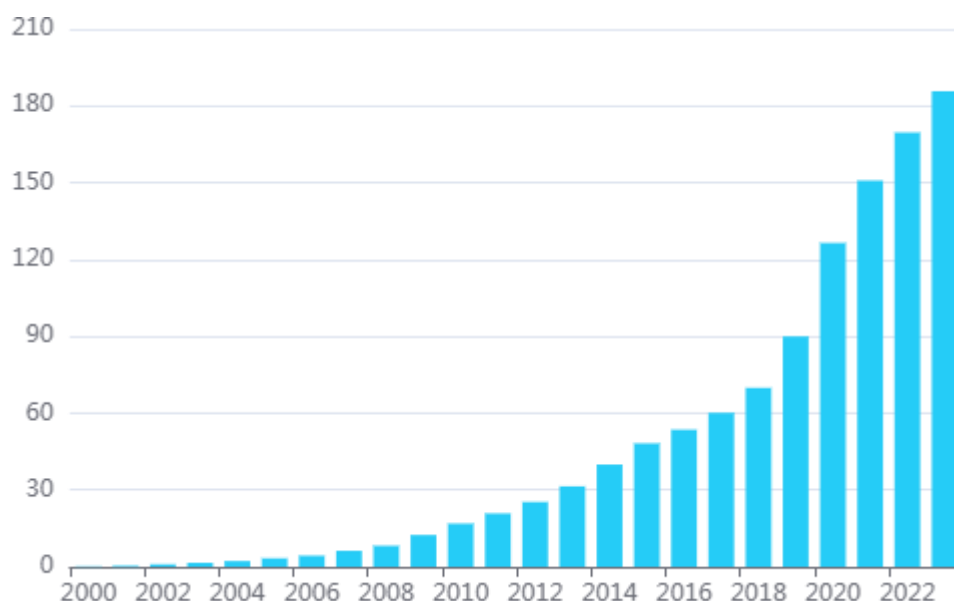
⁴ World Trade Organization (WTO).

⁵ A pandemia do novo coronavírus foi uma emergência de saúde pública que está ligada à doença que recebeu o nome de COVID-19. Tendo sido registrado os primeiros casos no final do ano de 2019 na China e se propagado para o conjunto de países em 2020 e 2021, a Covid-19, é uma “infecção respiratória aguda potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (BRASIL, 2024). Uma das recomendações das instituições de saúde pública era a adoção do isolamento social como forma de conter a transmissão do vírus.

No âmbito mundial, o site Nielseniq apresentou o panorama global do *e-commerce* com destaque para os países asiáticos. Segundo o texto, o continente foi responsável por, no ano de 2021, 50% das vendas *on-line*. Dentre eles, a China liderou o ranking com 10 trilhões de yuan (1,57 trilhões de USD). Países com mercados bem desenvolvidos são também a Coreia do Sul e o Japão. Entretanto, apesar da concentração das vendas estar nos países centrais como Estados Unidos e União Europeia, a América Latina também possui destaque. De acordo com mesmo site, o crescimento do consumo *on-line* aumentou em 35,4% no ano de 2021 e já correspondia a 10,8% das vendas totais do varejo.

O caso brasileiro segue esse panorama, segundo a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), a participação do *e-commerce* no varejo nacional no ano de 2023 foi de 8,62 %. Em relação ao número de pedidos, houve um salto de menos de um milhão no ano de 2000, para quase 400 milhões em 2023, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Número de pedidos feitos no *e-commerce* no Brasil, 2000-2023.



Fonte: ABComm, 2024.

Como observado, o número de pedidos segue uma curva ascendente, indicando uma tendência que já tem se dado nos últimos 20 anos e que se intensifica no ano de 2020, quando ultrapassam a marca dos mais de 100 milhões de pedidos. Nesse contexto insere-se o elemento conjuntural da pandemia do coronavírus e as restrições no âmbito da circulação de pessoas. No fechamento de algumas atividades presenciais, se deu a abertura de possibilidade de acumulação por parte das empresas que já vendiam *on-line*, e daquelas que adotaram de imediato essa modalidade de vendas. No âmbito dos valores

nas vendas, registrou-se no mesmo período um aumento considerável. O Observatório do Comércio Eletrônico Nacional registrou, no intervalo de 2016 a 2023, a seguinte evolução: saiu de 35,68 bilhões, para 196,10 bilhões de reais, podendo ser conferida na tabela (01) abaixo.

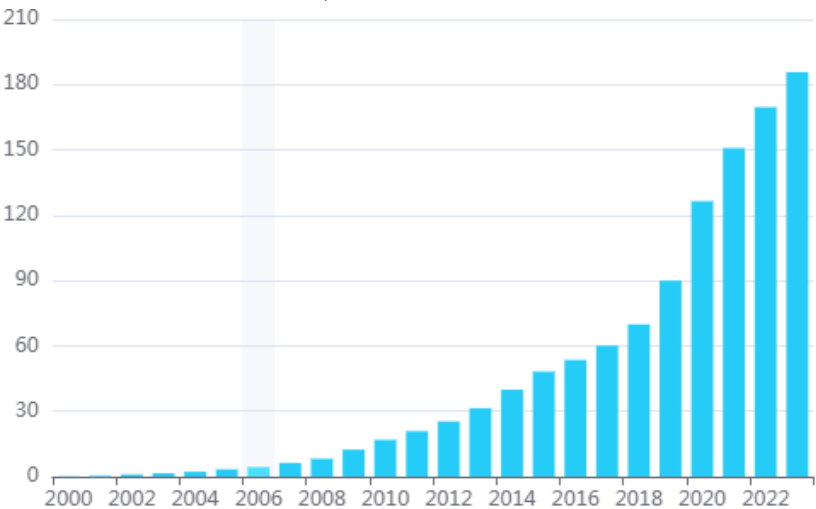
Tabela 1 – Evolução das vendas no *e-commerce* no Brasil pelo valor total bruto, 2016 – 2023.

Ano	Valor total bruto em bilhões de reais (R\$)
2016	35,68
2017	39,30
2018	45,64
2019	57,44
2020	107,24
2021	155,76
2022	187,13
2023	196,10

Fonte: Observatório do Comércio Eletrônico Nacional. Elaboração: Autor, 2024.

Como pode ser observado, o faturamento via *e-commerce* tem apresentado tendência de crescimento. Entretanto, ainda que encontre uma pequena divergência do ponto de vista dos dados, a ABComm tem registrado o mesmo percurso. Para essa associação que monitora os números nacionais, o faturamento saiu de 53,55 bilhões em 2016, para 185,7 bilhões em 2023. Sua evolução é registrada no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Evolução do *e-commerce* no Brasil em valor de vendas (em bilhões de reais), 2000-2023.



Fonte: ABComm, 2024.

A partir dos dados se pode inferir que o crescimento do faturamento reflete o crescimento dos pedidos, uma vez que se encontram no mesmo nível de evolução. A

despeito do faturamento ser um elemento questionável, tendo em vista que não incorpora a dinâmica inflacionária, ele corrobora a tendência de expansão e consolidação do *e-commerce* enquanto canal de vendas no mercado interno brasileiro. Esse panorama geral do comércio eletrônico no país reflete o movimento global, assim como o conjunto de transformações correntes na dinâmica das trocas comerciais em concomitância com os intercâmbios desiguais entre as nações. Um dos novos aspectos trazidos nesses processos, consiste na expansão das vendas no varejo por meio da internet, que tem permitido realizar trocas entre pessoas físicas e jurídicas⁶ (B2C), entre pessoas jurídicas (B2B) e mesmo entre dois consumidores (C2C).

Nesse quadro, considera-se esse processo se dá no interior das trocas desiguais no bojo da mundialização do capital. O período de surgimento e consolidação do comércio eletrônico reflete uma série de discussões em relação à perspectiva de popularização da internet e sua presença nas variadas esferas da vida social. Simultaneamente, reflete a constituição de um processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), em que se processaram as novas modalidades de desregulamentação e liberalização econômica. Em que pese a existência das formas de intercâmbio internacionais, a consolidação de um mercado de vendas e compras *on-line* é consequência das transformações no processo de circulação do capital.

Nesse sentido, a partir da década de 1990, com o advento da internet e da desregulamentação comercial imposta no processo de mundialização, o comércio eletrônico tem registrado tendência de crescimento. Não obstante, seu crescimento obedece às relações desiguais entre os países na divisão internacional do trabalho. O intercâmbio mundial, tem reproduzido o processo de desenvolvimento desigual, e reflete nas relações de troca no *e-commerce* na medida em que não rompe com as relações de subalternidade.

À vista disso, considera-se que o surgimento e expansão dessa modalidade de vendas se dá pelas necessidades do processo de acumulação. Por conseguinte, esse processo tem como marco dois movimentos: o primeiro diz respeito à mundialização do capital, que resulta na crescente mobilidade geográfica do capital sob novos moldes. O segundo consiste no contínuo crescimento das redes telemáticas, no âmbito da informática e que fazem parte do desenvolvimento das forças produtivas em que se destaca o surgimento e expansão da internet. Assim, no bojo da produção mundial, o

⁶ *Bussiness to Consumer (B2C); Bussiness to Bussiness (B2B) e Consumer to Consumer (C2C).*

processo de mundialização aponta para a possibilidade do ciclo do capital se realizar na totalidade da superfície terrestre. De modo que uma caneta produzida na China pode ser comercializada pela internet e chegar ao consumidor no Brasil sem passar necessariamente por um comerciante atacadista a intermediar a compra, embora possa passar por empresas-plataformas de vendas *on-line*. Seu movimento parece ocorrer de maneira cada vez mais livre de barreiras espaço-temporais. E isso se deu por meio das desregulamentações a partir dos Estados, que flexibilizaram os limites à circulação do capital, sobretudo em suas formas financeiras.

Nos dias de hoje, países tem discutido como lidar com a invasão de produtos estrangeiros e taxar os processos de compra. No Brasil, com vistas a melhorar a arrecadação e para responder ao *lobby* de setores varejistas brasileiros, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atualizou a cobrança de impostos para realização de compras internacionais⁷. Isso demonstra como o *e-commerce* tem alterado processos de vendas e faz parte da transformação das relações de troca no plano mundial.

Ainda que possa haver iniciativas nesse sentido, isso não quer dizer que haja grandes entraves à mobilidade do capital. Sobretudo, porque no bojo da mundialização, a reconfiguração da divisão internacional do trabalho não alterou seu conteúdo. Esse movimento trouxe novos elementos aos processos de troca, sobretudo no âmbito da circulação. Pôde acelerar as metamorfoses no interior do ciclo, acentuado pela expansão da relativa autonomia das finanças.

Dentre outras coisas, Chesnais (1996) assinala que a novidade do processo de mundialização do capital que se dá em fins do século XX está no papel atribuído ao capital financeiro, da atuação mundial dos grupos transnacionais e da mobilidade do capital. Esses aspectos estão mais ou menos imbricados, na medida em que o capital financeiro propiciou um processo de aquisições e fusões maciços entre grandes grupos oligopolistas. Nesse percurso, a atuação mundial dos grupos adquiriu um novo patamar, possibilitado pelas tecnologias da informação e comunicação. Formas cada vez mais flexíveis de produzir, em um processo mais conectado, articulou a expansão do controle dos processos produtivos. Desse modo, a flexibilidade da organização nesses processos reproduziu a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual, com novas formas de controle da produção, ditadas pelos grandes grupos financeirizados.

⁷ Receita Federal implementa novas regras para as importações por *e-commerce*. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/receita-federal-implementa-novas-regras-para-as-importacoes-por-e-commerce>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Assim, as fronteiras devem encontrar-se abertas, ao que tudo indica, sob o imperativo da famigerada globalização como um processo produzido supostamente de modo natural. Parece, ao que convém à apologia ao sistema, que a “Queda do Muro do Berlim” deveria representar a queda de todas as fronteiras e o fenecimento do Estado-nação. De fato, as fronteiras passam a estar cada vez mais abertas para o imperialismo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. No entanto, ao invés de vir com o fenecimento do Estado, todo o processo de desregulamentação comercial e financeira com a abertura comercial ocorreu sob a gerência estatal. Ao assumir essa forma, ele se mostra funcional ao processo de acumulação de capital em todas as suas fases. Desse modo, convém citar Chesnais (1996, p. 211) ao afirmar que

a liberalização com a desregulamentação que a protege e acentua seus efeitos, devolveram ao capital uma liberdade de escolha quase total, no momento em que as novas tecnologias ampliam as opções como em nenhuma época anterior da história do capitalismo.

Na mesma linha, Chesnais (1996) argumenta que a forma de realocização a partir das multinacionais exige um saber-fazer muito próximo dos locais em que se territorializam. Esse processo de um lado impõe uma padronização das formas organizativas, ao passo que contribuem para o aumento do “repertório” da empresa. O autor enfatiza o papel dos novos modos de Investimentos Externos Diretos (IEDs) em um cenário de acirramento da competição internacional. Sua nova forma articula os padrões de em uma estratégia global dos grupos, de modo a sempre extrair maior quantidade de riqueza e acentuar a exploração do trabalho em países que ofereçam maiores condições de acumulação. Logo, ter as maiores garantias possíveis no domínio dos mercados, ao passo que há uma maior fluidez dessas empresas pelo mundo.

Como mencionado, a desregulamentação comercial em um cenário de acirramento da competição tornou-se uma necessidade visto a mobilidade do capital sobre o globo. Para tanto, tornou-se imperativo acelerar os processos de produção ao passo da busca de racionalização das esferas do circuito produtivo e intensificação da exploração do trabalho. A administração taylorista espalhou-se pela esfera da circulação, distribuição e consumo. Controlar cada vez mais essas dimensões se tornaram imperativos vitais.

No contexto de mundialização do capital, a novidade e inovação são palavras-chave para compreender as formas de acumulação que se processam. Como signo ideológicos, junto à flexibilidade, passam a orientar a prática das empresas corporativas. Tal processo ocorre sobremaneira pelas necessidades impostas por um regime de

acumulação flexível (HARVEY, 2016) que passou a ser a forma pela qual o capital tem procurado generalizar a organização da produção global de mercadorias. Compreende-se que a tecnologia historicamente aparece como mediação no processo de acumulação, e que suas formas de inserção respondem às necessidades da forma predominante.

Aliado a isto, o desenvolvimento da produção nos moldes do chamado *just in time*, fez parte do conjunto de transformações que emergiram após a crise na década de 1970, que forçou os capitalistas a buscarem corrigir os efeitos deletérios da produção desmedida sob o padrão fordista. Ao contrário desta, o *just in time* se caracteriza pela busca cada vez maior da produção sob medida, *on demand*, visando reduzir os desperdícios típicos da produção em massa. Passaram a difundir-se formas de produção enxuta, onde se redesenhou uma nova “engenharia empresarial”. Nesse momento, a produção enxuta se dá em meio a constituição de estoques cada vez mais integrados, sob forte controle dos ritmos das finanças, com vistas à maior eficiência produtiva.

A expansão do *just in time* enquanto princípio/prática organizativa se deu em um período em que tem se buscado melhor eficiência e gestão produtiva dado pelo cenário de instabilidade crescente. Para isto, buscou-se a ampliação da racionalização do processo produtivo dentro e fora da fábrica, com uma maior articulação entre as esferas da produção e circulação. Isso tornou-se uma exigência uma vez que a flexibilidade imposta pelo capital financeiro, dotado de relativa influência na produção, passou a exigir uma maior aceleração no movimento de realização do capital pelo globo.

David Harvey (2016), no livro *Condição pós-moderna*, traz algumas tabelas com descrições de características desse novo modelo de produção, mais flexível, do qual emerge com mais incidência o padrão organizativo do *just in time*. De tal modo que podemos extrair alguns elementos que dão dimensão das transformações do processo produtivo. Dentre elas, podemos destacar: a “produção flexível e em pequenos lotes”, “sem estoques”, “controle de qualidade integrado ao processo”, “rejeição imediata de peças com defeito”, “redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho””, “voltada para a demanda”, “aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo” (2016, p. 167).

Cada um desses aspectos, em maior ou menor grau, a depender da empresa e do setor, tem interferido na dinâmica produtiva. Ademais, o importante é compreender o que há em curso no modo de acumulação que se pauta pela flexibilidade. Suas implicações têm se universalizado, de modo a produzir desdobramentos sobre as esferas da produção,

distribuição, circulação e consumo das mercadorias. Assim, esses aspectos articulam com maior controle das relações intra e extra fábrica.

O foco da mudança era sair de uma “economia de escalas de produção”, formas predominantes no bojo do fordismo, para uma “economia de escopo”. Essa última se evidencia de modo mais desenvolvido no processo de mundialização, por meio das relações estabelecidas entre os grupos oligopolistas. No bojo de uma contraditória relação de cooperação entre grupos, os meios de controle efetivo se ampliam, podendo aprofundar o universo de prospecção. Não à toa a questão do planejamento e racionalidade aparecem como parte do léxico prático das empresas corporativas. Se na etapa fordista se dimensionava o planejamento como momento importante, na acumulação flexível e o padrão *just in time*, o percurso de buscar diminuir as incertezas ganha forma discursiva/prática no planejamento e no rígido controle do processo - mesmo que sob a forma da flexibilidade. Não obstante, são sempre formas de buscar fazer se efetivar uma idealidade que na prática enfrenta desafios, tendo em vista que nas trocas no mercado as contradições da produção se clareiam (e se ocultam).

O básico desse processo encontra causa na busca contra a instabilidade inerente a esse modo de produção incontrollável, quando se buscam formas de garantia da estabilidade – ainda que cada vez mais dificultada - e eliminação dos riscos com vias a alcançar a “eficiência produtiva” e diminuir as influências perturbadoras que ameaçam a interrupção do movimento cíclico. É desse modo que a administração da produção se complexifica e passa a alcançar novos papeis na organização do processo produtivo.

Nesse bojo, nas condições de produção e reprodução do capital, o setor de serviços, mais especificamente o comércio, têm se constituído um campo chave no processo de acumulação. Como consequência da complexificação da divisão social do trabalho e do processo de reestruturação produtiva, o capital passa a cada vez mais articular as esferas do ciclo a fim de reduzir as influências perturbadoras existentes em sua essência. Na direção de responder as novidades organizacionais, desenvolvem-se formas que objetivam racionalizar, a partir da aplicação da ciência em todas as esferas do ciclo, operacionalizando-se a articulação entre todas as etapas do processo de produção e circulação das mercadorias a fim de reduzir os riscos em um cenário onde se evidencia a instabilidade.

Antes de mais nada, é preciso entender que a capacidade de produção da indústria aumentou, dado o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Por conseguinte,

a concentração e centralização do capital resultaram no aumento das fusões, transformando toda a economia e complexificando a divisão social do trabalho na etapa do capital monopolista. Nesses termos, poucas indústrias passaram a comandar a produção global de mercadorias, fazendo com que as frações de capitais busquem valorização de modos diferenciados. Aquilo que a indústria não pode assumir, dados os níveis de produtividade, convertem-se em investimentos potenciais travados pela incapacidade de absorção da indústria. O que levam à industrialização, por meio do capital monopolista, da agricultura e dos serviços.

Segundo Mandel (1985), no capitalismo tardio, a complexificação da divisão do trabalho se estabelece em dois movimentos: tecnicamente e economicamente. Quanto ao primeiro, ocorre que a combinação da socialização objetiva do trabalho com a divisão do trabalho se dá em meio a expansão das “funções intermediárias”, daí evidenciando-se a expansão dos comércios. Economicamente, o processo de centralização do capital, se dá, dentre outras formas, à medida que se “integram verticalmente grandes firmas, multinacionais e conglomerados” (MANDEL, 1982, p. 269). Por consequência, esse processo é atravessado por completo pela lógica da (ir)racionalidade, impulsionada tendo em vista a necessidade da maximização dos lucros.

Logo, as cifras astronômicas proporcionadas pelas altas taxas de lucro do período pós-guerra, com a adoção do padrão fordista-keynesiano, permitiram que os capitais concentrados na esfera da produção, pudessem espalhar-se por outros setores, industrializando, como mencionado, a agricultura e os serviços. A dispersão desses capitais, em decorrência do processo de concentração e centralização, ampliou as formações de *holdings*, carteis, trustes e monopólios, iniciados já no final do século XIX e que foram intensificando-se ao longo do século XX. Tal modelo de negócios no mundo corporativo passou a incorporar de modo corrente o capital bancário, portador de juros, representado como capital financeiro.

Na extensão da racionalidade no âmbito dessas funções intermediárias se impõe um aumento da sistematização e racionalização dos investimentos. Ela avança na medida em que a administração produtiva do setor de serviços aplica cada vez mais o conhecimento científico com vistas à melhoria dos resultados, em um cenário de incertezas que se desenha. Fazer a alocação do capital consiste tanto na verificação de setores potencialmente mais lucrativos, quanto na definição de locais estratégicos. Nesse rol, a localização das empresas no âmbito do globo é fundamental.

Observa-se que, com o processo de acumulação flexível as escolhas passam a ser estrategicamente definidas, produzindo e reproduzindo uma geografia desigual do capitalismo sob a flexibilidade. Com a complexificação da esfera produtiva com implicações nos processos de trabalho, na forma do Estado e no capital, o setor de serviços passou a ganhar mais espaço e desenvolve-se na medida em que a circulação de mercadorias deve ter seu tempo reduzido. Desse modo, a comercialização tem se integrado cada vez mais às necessidades da produção. Realizando-se plenamente pelo globo, a mercadoria realiza o capital. Com a reprodução de certos espaços de circulação das mercadorias, a valorização do valor pode disseminar-se para o globo de modo a não interromper o ciclo.

Como se desdobra, a ampliação das funções intermediárias (MANDEL, 1985), está inserida no processo de complexificação da divisão do trabalho. Nesse bojo, o comércio aparece quase que como independente ao invés de como mediação. Seu grau diferenciado no processo de mundialização demonstra uma maior interpenetração das esferas da produção e circulação, de modo que se busca integrar cada vez mais os momentos de compra e venda, prática presente na lógica do *just in time*.

A busca pelo aumento da produtividade do comércio, como forma de diminuir o tempo de curso, expressa como a forma do desenvolvimento desigual do capital se interpõe também no interior dos setores da economia. A integração maior das esferas ampliou a possibilidade de alterar o tempo de giro, re-funcionalizando toda a cadeia produtiva. Se com pequenos lotes e sem estoque, ou com meios de transporte mais sofisticados, o processo cíclico das mercadorias sofreu mudanças na segunda metade do século XX.

Então, o controle corporativo do processo produtivo, em unidade contraditória com o capital financeiro, fez com que houvesse um aumento do setor de serviços, e por consequência, a importância dos comércios na realização global do mais-valor. Essa dinâmica desenvolve-se também com um processo de reestruturação produtiva, com as mudanças no padrão de acumulação consagrado como forma de organizar o sistema capitalista no século XX. O “esgotamento” do modelo de produção fordista, foi cedendo espaço ao chamado toyotismo (ANTUNES, 2009), configurando-se como o modo de acumulação flexível, na denominação de Harvey (2016) e que será melhor discutido no próximo capítulo. O importante, nesse momento, é compreender como o comércio

eletrônico é consequência das transformações que acompanham a generalização do *just in time*.

Se expandem as condições que envolvem a realização das mercadorias, como nas redes de transporte e comunicação, na sofisticação desses meios, tal como da sofisticação dos meios de compra e venda das mercadorias. O comércio eletrônico está imerso nesse processo, como uma das formas de sofisticação dos processos de troca. Nesse rol, a tecnologia é preponderante. Colocou-se como mais relevante, sobretudo, a partir do último quartel do século XX e início do XXI, a ampliação das funções de realização, das quais se desdobra o *e-commerce*, enquanto processo de circulação das mercadorias. Postas assim, busca-se o controle das atividades na esfera da circulação e ampliação do controle na distribuição, de modo que os capitais passaram a atuar de modo mais efetivo na sofisticação dos meios de comunicação e transportes.

A análise do *e-commerce* que aqui se esboça tem como foco discutir os aspectos fundamentais que envolvem a realização da mercadoria no seu consumidor final. De modo mais imediato, trata-se do capital responsável pela realização das mercadorias no âmbito do consumo individual. Na assunção da leitura marxiana, trata-se de uma relação mais íntima entre as indústrias de bens de consumo, do que foi chamado por Marx (2014) no livro II d'O Capital, de Departamento II da economia. Segundo o autor, a reprodução do capital na sociedade seria dividida em dois setores fundamentais: o de bens de produção (Departamento I) e de bens de consumo (Departamento II). No interior de cada setor, existem divisões, uma vez que os bens de consumo se dividem naqueles necessários à subsistência e nos bens de consumo de luxo.

Do mesmo modo, as indústrias do Departamento II consumiriam os produtos das indústrias do Departamento I, sob a forma de capital constante necessário para pôr em curso o processo de produção. Concomitantemente, as indústrias do Departamento I também consumiriam artigos das indústrias do segundo departamento, uma vez que os bens de subsistência são necessários por toda a sociedade. Embora essa divisão não seja harmônica e o próprio Marx tenha demonstrado que a reprodução do capital nessas relações entre os setores da produção de mercadorias se dá de modo desigual, onde opera-se um processo de transferência de valor, cabe enfatizar que estamos nos debruçando nessa análise, sobretudo na sua realização das mercadorias do segundo departamento.

Dito isso, pressupondo-se as relações complexificadas entre produção e realização, em que essa última seria função dos capitais comerciais, os agentes da

circulação, o processo de circulação do capital mercadoria na forma do *e-commerce* é compreendido no interior dessas relações entre os setores. Do ponto de vista do processo cíclico, seria aquele momento em que D-M passa a M-D' por parte do capitalista comercial. Do processo em que esse agente da circulação compra no mercado para vender e obter aquele capital inicial realizado. Momento em que, no curso da circulação, o capital produtivo convertido em mercadoria do capitalista considerado responsável pelo momento da produção, vende ao capitalista comercial sua mercadoria, que a compra por um preço determinado – em que uma parte do mais-valor é apropriada pelo capitalista comercial – e revende, obtendo seu lucro.

Do ponto de vista dos ciclos tomados de modo individual, é o momento em que o capital mercadoria realiza seu ciclo, sua última metamorfose. Para então converter-se em capital monetário e novamente assumir a forma mercadoria, a fim de reproduzir esse ciclo repetidamente.

No processo de compra e vendas *online*, mobilizam-se formas específicas de realizar as trocas. Dessas se refletem as alterações presentes nos processos produtivos, da produção sob demanda. Da distribuição de mercadorias, a mais eficiente gestão do estoque. Do consumo, aquele constituído de consumo específico, mais articulado com as demandas, sob nichos de mercado, possível de ser vendido antes mesmo de estar efetivada sua produção.

É preciso considerar que a comercialização sob esses moldes não seria possível sem o avanço das forças produtivas, com notoriedade nos investimentos em ciência e tecnologia garantidos pelo Estado e que desembocaram no desenvolvimento das TICs. Toda navegação *on-line* necessita de capital fixo, de instrumentos como satélites, cabos de fibras, aparelhos transmissores, etc. Necessita de toda uma gama suportes físicos para rodarem os programas. Na linguagem computacional, trata-se de *hardwares* caracterizados como os componentes físicos que dão suporte ao desenvolvimento dos *softwares* que são os programas operacionais nos quais pode ser explorado a dinâmica das redes. Essas tecnologias, das quais se evidencia a indústria eletrônica, materializada nos computadores e celulares, tem se tornado cada vez mais presentes em todas as etapas do ciclo produtivo.

No âmbito das comunicações, Chesnais (1996) afirma “a convergência das tecnologias da informática e telecomunicações por satélite, ao comando numérico e às fibras óticas, criaram as condições para o estabelecimento de um sistema verdadeiramente

mundial” (p. 205). Desse modo, o surgimento do *e-commerce* no contexto da acumulação flexível, pode estar sendo dotado de certa importância, no bojo de uma produção mais associada à demanda, portanto, muito mais enxuta, impulsionando processos mais personalizados de vendas. Nesse caminho, é importante reafirmar que a exposição da mercadoria nas redes não necessariamente demonstra que ela já esteja materialmente produzida, confirmando a consideração sobre os estoques na economia de escopo.

Ora, se na produção enxuta o volume de estoques é baixo, no comércio eletrônico pode muito servir como panorama para a produção, uma vez que o estoque pode ser regulado de acordo com o comportamento do consumo nos sites de vendas. Se há uma demanda maior, esse processo de produção se coloca a aumentar o estoque enxuto. Se há menor, diminui. Observa-se que sob a necessidade do lucro na forma da flexibilidade, desdobram-se tentativas de aprofundar o controle dos processos produtivos.

Assim, o que se tem é justamente a expansão não apenas das condições que envolvem a realização da mercadoria, como nas redes de transportes, na sofisticação desses meios, tal como da sofisticação dos meios de compra e venda das mercadorias e suas relações com a produção. O comércio eletrônico está imerso nesse processo, como uma das formas de sofisticação dos processos de venda, em que a tecnologia se torna essencial. Por conseguinte, as funções de intermediárias no processo de produção parecem autonomizar-se, trazendo a necessidade, para a esfera da circulação das mercadorias, de que é preciso intensificar os mecanismos de inovação que envolvem o comércio.

Tais inovações passam pelas vantagens da telemática propiciadas para os grupos. Foi devido as possibilidades abertas com o avanço das forças produtivas que o *e-commerce* pôde se desenvolver. Por isso, cabe citar algumas delas sistematizadas por Chesnais (1996) e que mostram a importância dessa tecnologia nos processos produtivos para a compra e venda *on-line*:

Quadro 2 – Vantagens da telemática para o processo global de realização.

- Maior flexibilidade dos processos de produção;
- Redução dos estoques de produtos intermediários, graças aos métodos de fluxo intensivo (<i>just-in-time</i>);
- Redução dos estoques de produtos finais;
- Encurtamento dos prazos de entrega;
- Diminuição dos capitais de giro;

- Diminuição do tempo de faturamento;
- Emprego de meios eletrônicos no setor de franquias e vendas a varejo

Fonte: Chesnais, 1996.

Todas essas nuances presentes na produção flexível e que se encontram em consonância com aquelas trazidas por Harvey (2016) e citadas anteriormente, estão presentes no processo de mundialização. Ao mesmo tempo apresentam-se nos processos de vendas pela internet. São impulsionadas pelas vantagens trazidas pela informática e apropriadas para a realização das mercadorias. Nesse percurso, em que se intercalam cada vez mais os ciclos do capital e suas metamorfoses, se alteram seus modos de realização, expressos no *e-commerce*.

Nessa direção, é preciso considerar que seja a adoção do modelo *just in time*, seja o processo de mundialização são formas pelas quais o capital buscou para contrabalancear os efeitos da crise e acelerar o ciclo de rotação. Nesse ínterim, esses novos mecanismos que vão acelerando o ciclo, estão interligados à estratégia global do capital de controlar cada vez mais os setores da sociedade. Observa-se que a emergência e crescimento do *e-commerce* reflete a busca pelo aumento da produtividade e da realização do lucro pelas diversas frações burguesas.

É sob esse movimento que se assenta a existência do comércio eletrônico, enquanto resultado das transformações no bojo do processo de reprodução do capital na passagem do século XX para o XXI. Ele começou ser popularizado nos Estados Unidos na década de 1990, e no Brasil passou a se estabelecer a partir dos anos 2000. O *e-commerce* ganha evidência pela possibilidade de ampliação das vendas de modo a realizar mais rapidamente o ciclo do capital sob o contexto do regime de acumulação flexível (HARVEY, 2016). Logo, o corte de despesas em uma produção sob demanda se encontra em perfeita combinação com as necessidades da produção *just in time*.

Essa compreensão pode ser confirmada com a análise de algumas dimensões, das quais destacam-se a produção enxuta, *on demand*, com nichos de mercado e formas de consumo fetichizadas. Além disso, o forte grau de personalização que se estabelece nos moldes da acumulação flexível salienta a capacidade de reorganização da produção sem estoques. Esses amplos aspectos se dão no quadro da possibilidade/necessidade do processo de acumulação, dada a impossibilidade de se atingir os níveis de crescimento econômico conseguidos à época do compromisso fordista-keynesiano (ANTUNES, 2009).

Tal movimento se deu em consonância de uma maior articulação entre ciência e produção, em que o crescimento das formas de racionalidade instrumental e as necessidades do complexo industrial-militar levou ao desenvolvimento do uso da internet. Seu uso comercial ganhou notoriedade a partir da segunda metade da década de 1990, passando a ser um meio de troca de informações e que veio a se tornar uma forma de realizar compras e vendas de mercadorias. Sua expansão tem como ponto de mudança a possibilidade de realização de compras do varejo mediadas por esse canal informacional.

A forma do comércio eletrônico caracteriza-se pelo uso da internet nas compras e de ser basicamente na forma dos varejos, momento, como foi dito, em que o capital em sua forma mercadoria deixa seu corpo para assumir a forma monetária. Se olhado sob o ângulo do capital comercial, é realização do seu processo cíclico. Assim, as práticas envolvendo o uso de tecnologias de informação e comunicação são meios utilizados pelo capital como mediações necessárias ao processo de acumulação. Sob esse emaranhado cresce a forma de comercialização pela internet.

A emergência do *e-commerce* como modalidade de venda expressa repercussões das transformações na esfera da produção e circulação do capital, especificamente nos comércios. Se, no ciclo que compõe produção, circulação, distribuição e consumo, quanto mais cada esfera dessas desenvolve-se e parece autonomizar-se, mais elas permanecem intercaladas, interpenetrando-se em um movimento contraditório. Na chamada produção enxuta, com estoque mais integrado, ao ter sobre seu domínio um repertório das preferências comerciais graças ao retorno gerado pelo consumo, o varejo, a ponta que realiza a última metamorfose, pode expandir-se tendo como ponto fundamental as informações obtidas pelos gostos. No bojo de uma produção sob escopo, orientada pelo consumo imediato, as vendas *on-line* se põem como meios de integrar-se cada vez mais a produção e realização.

A complexificações das atividades nas esferas da circulação e distribuição, ampliando aquelas funções intermediárias no processo cíclico, se expressam a partir das relações que compõem o *e-commerce*. Nesse rol, cabe citar uma prática que tem sido adotada por empresas na distribuição de mercadorias e que expressa bem essa dinâmica da produção *just in time*. Trata-se do modelo chamado de *cross docking*, que poderia ser definido basicamente como um padrão de organização das entregas em que as mercadorias chegam em determinado centro e não são estocadas, mas preparadas para o

consumidor final. Então a relação entre o transporte e o estoque de mercadorias aparece mais unificada sob o pressuposto do processo de valorização.

Esse padrão tem sido utilizado para otimizar o tempo, reduzir os riscos e acelerar o momento em que as mercadorias chegam ao consumidor. No tempo certo, a produtividade na esfera da distribuição se manifesta na forma de eliminação dos desperdícios. Entre as interfaces do comércio eletrônico, tem se colocado também a inserção de trabalhadores na esfera da atividade que envolve o atendimento em tempo real no *e-commerce*. No caso, objeto desta pesquisa, essa dinâmica tem se dado de modo simultâneo ao comércio convencional, configurando um processo de aumento da produtividade pela intensificação da exploração do trabalho e que será melhor elucidado no capítulo 03. À medida que intensifica, a partir da imersão nas redes sociais e na venda presencial, a disponibilidade do trabalhador nas vendas das mercadorias permite a possibilidade do atendimento em tempo real, vinte e quatro horas por dia, durante os sete dias da semana.

Desse modo, o comércio eletrônico expõe como as formas de lidar com os estoques de mercadorias têm sido alteradas, sempre com foco na mais rápida realização do capital. A ampliação de Centros de Distribuição (CDs) constitui outro aspecto. Se as mercadorias devem diminuir seu tempo nas fábricas, a ampliação em quantidades de Centros demonstra o papel diferenciado no âmbito da distribuição de mercadorias na contemporaneidade. Do mesmo modo, a ampliação dos espaços também tem sido uma realidade, tendo em vista o avolumar de mercadorias que passam com frequência a se encontrarem nesses centros, e diminuir seu tempo de permanência nas prateleiras físicas.

Assim como o capital deve assumir a forma mercadoria apenas como transitória, nos CDs, seu tempo de permanência deve ser o menor possível. Abstraindo se a mercadoria já foi produzida ou não, entende-se que quando ela aparece no site ou plataforma, ela está disponível para as vendas. Certas mercadorias podem estar nos estoques do comércio em quantidades limitadas, aguardando apenas as compras, ou mesmo podem nem terem sido produzidas ainda. Acaba que em muitos casos o risco da não venda diminui bastante, quando se considera que na produção fordista ocorria o inverso. As prateleiras poderiam estar cheias, e o estoque cheio. Isso colocava mais incertezas sobre a possibilidade daquelas mercadorias se realizarem.

No bojo da produção sob demanda, as prateleiras podem estar cheias, enquanto o estoque vazio. As mercadorias podem ser realizadas sem efetivamente estarem produzidas. Ainda que a produção sob demanda não seja uma novidade, vide a existência das encomendas, o que aparece de novo é a escala desse processo e sua abrangência. O capital em sua forma mercadoria circula sem a mercadoria estar produzida. De certo prisma, parece até que a comercialização das mercadorias parece autonomizar-se da produção. Sua representação nas prateleiras não é sua existência real e efetiva, mas ao mesmo tempo é. Quase como uma dialética real/fictícia da comercialização. Esse processo é o mesmo que a Toyota adotou e passou a generalizar-se como padrão de produção, expressando o significado real da produção sob demanda.

De um modo geral, o percurso de uma mercadoria comercializada, considerando que já foi produzida, é o seguinte:

- 1º: a mercadoria é selecionada pelo consumidor em um site/aplicativo;
- 2º: o pagamento é realizado – por meio de cartão/boleto/via transferência PIX⁸;
- 3º: o pedido é processado e o comando ativado para preparação da embalagem;
- 4º: o pedido é transportado até o centro de distribuição;
- 5º: o pedido chega no centro de distribuição e é enviado para a casa do consumidor final;
- 6º: uma vez recebido o consumidor deve (não é obrigatório) realizar a avaliação do pedido e dar um retorno sobre sua satisfação que poderá ser incidir sobre a avaliação do produto/empresa.

No caso em que a mercadoria ainda não foi produzida o processo é o mesmo, somando-se apenas o tempo do processo de produção. A Shein, empresa chinesa de vendas de roupas *on-line*, expressa bem a lógica desse último modelo. Seu crescimento no mercado tem a ver com os massivos investimentos financeiros, e com desenho da produção com técnicas próprias do *just in time*. Com uma produção quase que em tempo real em relação às vendas, segundo informações do site da própria empresa, seu modelo de negócios se utiliza de “tecnologia de fabricação sob demanda para conectar fornecedores à nossa cadeia de suprimentos ágil, reduzindo o desperdício de estoque e nos permitindo fornecer uma variedade de produtos acessíveis a clientes em todo o mundo” (SHEIN, 2024). Com um alcance global, a empresa possui vendas em mais de 150 países, segundo informações do seu próprio site.

⁸ Modalidade brasileira de transferências *on-line*. Criado pelo Banco Central do Brasil, nessa modalidade leva até 20 segundos para que o dinheiro transferido caia na conta do receptor.

O modelo da Shein se baseia na produção enxuta, com precisão nos mercados, utilização de tecnologia para articular a cadeia de produção de modo ágil e acelerar os processos de realização das mercadorias. Com um controle rígido do processo, possibilitado pela presença de redes digitais e um uso intensivo de mão-de-obra, o modelo da empresa expressa o papel do *e-commerce* na rotação do capital na contemporaneidade. Como uma empresa do ramo da moda, que tem por natureza a efemeridade e constante atualização, ainda que com formas perversas de exploração do trabalho, a Shein parece expressar a otimização dos processos de compra e venda de mercadorias.

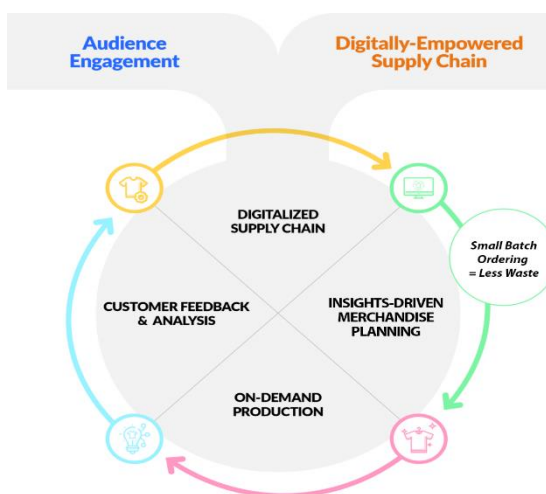
A aparente beleza do mundo da moda em que a empresa se insere vem da deformidade das formas de trabalho precário nas oficinas de produção e costura presentes, sobretudo, no Leste Asiático. Mobilizados pela agilidade da produção e vendas, os trabalhadores dos “fornecedores” de peças para a Shein são tomados por um ritmo de trabalho intensivo, postos pela precariedade das condições de vida. Embora não seja o foco discutir esse aspecto neste momento, a aceleração da rotação do capital nessas esferas passa pela intensificação da exploração do trabalho.

A forma de comercialização da empresa, na relação com os “fornecedores”, os agentes da produção dessas mercadorias, pede apenas a divulgação de 100 a 200 peças como estoque inicial. Ao fazer isso, a empresa divulga o lançamento e verifica a demanda gerada pelo produto. Recebido o retorno dos consumidores, ela passa a orientar a produção sempre nessa relação da precisão do consumo. Segundo a empresa “o foco no cliente” é sua marca. Um dos elementos fundamentais que decorre desse processo é o papel assumido pelo consumo na cadeia de produção e que caracteriza a forma contemporânea dessas vendas *on-line*.

Sua forma mais desenvolvida se encontra no universo das plataformas, forma adotada pela Shein, inclusive, e que oferece as possibilidades de receber *feedbacks*, retornos dos consumidores. Esse processo passa pelo uso de *softwares* que conectam as empresas e os clientes por meio de redes digitais, facilitando as lojas *online* monitorarem a cadeia da produção e do consumo. O modelo de negócios da Shein esboça um ecossistema circular baseado na articulação entre: produção sob demanda, *feedback* e análise do cliente, cadeia de suprimentos digitalizada e pedidos de pequenos lotes, que

acarretam “menor desperdício⁹”. A empresa oferece uma figura (1) que esboça bem essa dinâmica:

Figura 1 - Modelo de negócios do Grupo Shein.



Fonte: SHEIN GROUP (2024).

Além da forma de organização nesses moldes, a empresa conta com sistemas organizacionais, estruturas próprias que surgem como canais de vendas. Tratam-se dos aplicativos-plataformas. Elas funcionam como formas mais específicas de realizar as compras, uma vez que são produzidas com este fim. O universo das plataformas é heterogêneo e multifacetado. É um fenômeno que surgiu de modo recente e que tem provocado discussões variadas no campo das ciências sociais, ainda que sob diferentes olhares.

Nas duas primeiras décadas do século XXI e com mais intensidade na terceira, tem se ampliado a presença dessas plataformas na vida cotidiana, fazendo alguns autores afirmarem a vigência do chamado Capitalismo de Plataformas, proposição trazida por Srnicek (2018). Dentro do campo marxista, o autor oferece algumas pistas para pensar as plataformas e o processo de plataformação assim como alguns elementos novos no que tange ao seu papel na dinâmica do modo de produção capitalista. Nesse percurso, o autor define as plataformas como:

[...] son infraestructuras digitales que permiten que dos o más grupos interactúen. De esta manera se posicionan como intermediarias que reúnen a diferentes usuarios: clientes, anunciantes, proveedores de servicios, productores, distribuidores e incluso objetos físicos. Casi siempre, estas plataformas también vienen con una serie de herramientas que permiten a los usuarios construir sus propios productos, servicios y espacios de transacciones (2018, p. 45).

⁹ Na lógica do capital, a questão do desperdício vem como forma de aumentar os lucros. Por isso, é curioso pensar na redução de desperdício na indústria da moda, por exemplo, que imprime a destrutividade da produção crescente de gostos, incentivando o consumismo de distintas formas.

Nessa direção, as plataformas enquanto infraestruturas que medeiam as compras e vendas encontram-se nessa forma mais geral da plataformização. Por sua amplitude, as plataformas são multifacetadas e englobam dimensões diversas, consideradas pelo autor na obra citada, e que nos dias de hoje já assumem outras facetas. À vista disso, a forma considerada aqui tem como foco as vendas *on-line*, que, assim como a Shein destacam-se no cenário global do *e-commerce*. A forma mais fenomênica do que o autor chama de capitalismo de plataforma é o comércio eletrônico, uma vez que basicamente todos os processos que envolvem o uso dessas infraestruturas passam pela lógica mercantil, ainda que o acesso de plataformas como o *Facebook*¹⁰ ou *Instagram* não exija pagamento. O que demonstra uma peculiaridade desses últimos tipos de plataformas.

Todavia, o fato dessas plataformas não exigirem pagamento para uso de suas funções mais gerais, não significa que elas não sejam organizadas de modo capitalista. Ou seja, voltadas para o lucro. Pelo contrário, o que tem se observado é como essas empresas têm concentrado investimentos vultosos e alcançado os maiores lucros nos últimos anos. Srnicek (2018) situa o surgimento dessas empresas após a recessão de 2008, marcada pela falência do Lehman Brothers, banco estadunidense. A crise financeira explodida nesse período fez com que os capitais buscassem outras formas de investimento, das quais as plataformas se tornaram meio para canalização.

Essas plataformas surgiram como investimentos de risco, ainda que hiperfinanceirizados, como afirma o autor citado. Foi um meio para valorizar o capital de modo fictício e obter lucro sem arriscar-se na esfera da produção e mesmo da realização. Esse modelo, que tem se generalizado com o desenvolvimento de outras plataformas, passou a surgir com mais intensidade. Elas se baseiam em uma lógica especulativa do tipo: crescimento primeiro para lucrar depois. Evidentemente que essa assertiva só demonstra o caráter especulativo dessas formas de investimento. Elas acumulariam prejuízos até que passassem a dar lucro, tendo apenas formas de valorização fictícia. Desse modo, à medida que vão crescendo, essas empresas-plataformas vão recebendo mais investimentos. Assim, tem sido um modelo de negócios baseado no rentismo e que tem se ampliado no âmbito da economia.

¹⁰ Rede social de troca de mensagens, postagem de vídeos e textos, foi criada em 2004 por estudantes de Harvard e derivada de um site. A plataforma se encontra sob a propriedade da META, *holding* que também controla o *Instagram*. Esta última, rede social de compartilhamento de vídeos e troca de mensagens, foi criada por um brasileiro e um norte-americano em 2010 e comprada em 2012 por Mark Zuckerberg, dono do *Facebook*.

Tendo em vista esses aspectos, alguns elementos chamam a atenção no que tange ao universo das plataformas. Segundo o autor, no que concerne às tendências que se dão no bojo desse chamado capitalismo de plataforma, a primeira é exploração dos dados, que será discutida mais à frente e que é um dos componentes fundamentais no *e-commerce*. O segundo elemento diz respeito a geração de efeito de rede. Uma vez que seu crescimento se atrela ao compartilhamento, as redes constituídas ampliam o alcance tendo em vista os acessos compartilhados em sociedade.

Um outro ponto fundamental é que são guardiões de um setor, compondo monopólio, tendo em vista seu efeito de rede. Elas tendem ao monopólio tanto mais quanto se focam em setores determinados. Além disso, outra tendência diz respeito à precarização do trabalho em escala crescente que tem se dado de modo global. Esses processos se articulam em maior ou menor grau em cada plataforma analisada especificamente.

O ponto fundamental e que articula essa emergência das plataformas com o comércio eletrônico está no uso dos dados. Ainda que não substituam o trabalho enquanto gerador de mais-valia, os dados têm se colocado como componentes essenciais para realização daquele *feedback* mencionado em relação aos processos de produção e consumo. E as plataformas, à medida que ampliam a possibilidade dessa extração de dados, produzem um verdadeiro ecossistema de retroalimentação com vistas à eficiência e melhoria das plataformas por meio da interação, e a possibilidade de diminuição das incertezas no âmbito da realização das mercadorias. O que mais tem se discutido na literatura é como essas infraestruturas têm sido utilizadas como meios de manipulação e controle digitais¹¹.

Os dados são um conjunto de informações sobre nossa vida social e que pode orientar nossas formas de consumo. Conforme Srnicek, dados são informações, matérias-primas que devem ser extraídas dos usuários nas plataformas, por exemplo. Para o autor, os dados são “*la información de que algo sucedió*” e o conhecimento “*información acerca de por qué algo sucedió*” (2018, p. 41). Ainda para o autor, os primeiros podem implicar conhecimento, mas não é uma condição necessária (2018, p. 41). Implica organizar essas

¹¹ Sobre essa discussão é possível analisar proposições sob diferentes prismas. As proposições de Zuboff (2021), S. e Bauman; Lyon (2013) enfatizam o aspecto da vigilância. O’Neil, C. (2020) discute os aspectos dos algoritmos e sua construção fora de qualquer neutralidade. Em outra perspectiva se inserem as leituras de Faustino, D.; Leopold, W. (2023) discutindo o Colonialismo de dados. No âmbito da Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, Bolaño, C.; Figueiredo, C. (2017). Além desses, há vários estudos no âmbito da Sociologia do Trabalho, como Antunes, R. (2020; 2023), e que enfatizam as transformações nas relações de trabalho no bojo das plataformas.

informações, processá-las, analisá-las, e transformá-las em produto vendável e decorre de uma maior necessidade de controle acerca das informações na sociedade.

Estão ligadas aos acessos que realizamos de modo constante na internet. Seja ao ligar o GPS e autorizar os dados sobre nossa localização. Seja na relação com propagandas e anúncios que recebemos e o modo como reagimos. Se nas interações nas redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e plataformas de vídeo como o *YouTube*, em todos esses momentos há coletas de dados que são comercializados para empresas. Para Srnicek (2018), quem inaugura e foi pioneira nesse processo foi a empresa *Google*, cujo site nos colocou a cada vez mais disponibilizarmos nossos dados da vida pessoal, sobretudo pela presença do celular e dos aplicativos em nosso cotidiano. A coleta dos dados para sua posterior venda caracteriza uma prática realizada pelo *Facebook* que se pauta na publicidade direcionada, por meio de micro anúncios a grupos focais. Os perigos desse processo têm surtido impacto na política.

Se os dados têm servido para impulsionar o consumo por meio do direcionamento focal, esses mesmos dados também têm servido para plataformas, como as de comércio eletrônico, receberem os resultados das vendas, quase que com uma interação em tempo real entre produção e circulação. Como mencionado, se a circulação se antecipa à produção, o uso dos dados pelas empresas implica, de certa maneira, na imbricação de elementos da circulação na esfera da produção, por meio do consumo. Em um cenário de incerteza e instabilidade sobre as condições de realização, esse modelo responde de modo fenomenal às necessidades da acumulação.

Por isso, as formas mais desenvolvidas desse processo são as chamadas plataformas de comércio eletrônico, das quais se destacam a supracitada *Shein*, a *Alibabá*, *Shopee*, *Amazon*, dentre outras. São grupos globais de comercialização, agentes da circulação, que tem cumprido papéis específicos na reprodução do capital. Elas esboçam uma maior articulação entre produção e circulação, tal como o consumo. Se este se encontra cada vez mais próximo à produção, ocorre que tem se processado a diminuição do tempo geral de curso, da circulação do capital.

A influência dessas plataformas, à medida que realizam em menor tempo o processo de realização do capital mercadoria, possibilita uma maior velocidade de rotação do capital e seus ciclos. Do mesmo modo, em cada giro mais rápido na esfera da circulação, sua consequência é uma maior demanda sobre a produção, possibilitando a ampliação das formas de produção do mais-valor. Nesse sentido, estamos assumindo que

a aceleração da circulação do capital em sua forma mercadoria tem se dado pela mediação das TICs. Mais especificamente, pela expansão das plataformas, principalmente as de *e-commerce*.

Assim, a diminuição do tempo de faturamento corresponde justamente à redução do tempo de rotação do capital e ampliação do número de rotações. Podendo rotacionar mais vezes, o capital possui mais possibilidade de manter seu curso reproduzido. No entanto, ainda que essas plataformas estejam possibilitando esses avanços, cabe considerar o papel contraditório que assumem. Na tentativa de contribuir com o debate, Cipolla; Aquino; Giorgi (2022) propõem um conceito que pode ajudar a entender. Baseados na leitura de Marx sobre o capital comercial, os autores propuseram o conceito de *capital de comércio de vendas*, constatando que aquilo que algumas plataformas na verdade comercializam são as vendas.

Os autores, na busca de explicarem a relação dos trabalhadores com as plataformas, entendem que se trata de um processo em que não há relação de assalariamento, mas que o trabalhador obtém sua renda por meio da circulação simples de mercadorias. Nesse percurso, enfatizam que o que se encontra subsumido é o circuito dos transportes, no caso dos entregadores, e que o lucro das empresas advém de uma parte do mais-valor produzido em restaurantes ou de uma parte apropriada, no caso dos supermercados. Não cabe neste momento discutir a relação de assalariamento, mesmo que no campo marxista existam discussões variadas sobre essas relações envolvendo o trabalho em empresas plataformas.

O fundamental é a discussão proposta entre a relação das plataformas com as outras empresas. Apesar de se tratar de uma análise de processos específicos, considera-se que a discussão se amplia na medida em que se reflete sobre os modelos de plataformas, sobretudo ao processo do *e-commerce*. Ao trazer a compreensão marxiana do comércio de mercadorias, os autores mencionados afirmam que o que se vende, na verdade, é um processo de venda. As plataformas, sejam as *marketplace*¹², ou mesmo empresas de vendas alimentos, se utilizam das plataformas como meio de vendas. À medida que essas

¹² Formas específicas de comércio eletrônico que são uma espécie de *shopping* virtuais. Nelas encontram-se lojas variadas que vendem produtos de diferentes donos. Assim como os *shoppings* presenciais, essas empresas cobram um tipo de aluguel para as vendas, assim como uma taxa específica sobre cada venda. Configura-se como uma forma de extração de parte do lucro, se caso for uma empresa de fato, ou de extração de renda, caso se trate de um vendedor individual, pessoa física. Um dos maiores exemplos desse formato é a *Amazon*.

generalizam-se e se impõem como espaço de vendas, passam a controlar os processos, ainda que de modo contraditório.

Ao fazerem isso, as plataformas passam a centralizar os meios de comercialização, uma vez que se coloca como uma necessidade utilizar esses canais de vendas. Ocorre que o cadastro das mercadorias custa um preço, daí resultando o lucro das empresas plataformas que medeiam as vendas e compras de mercadorias. Há casos em que há uma mensalidade ao que se soma um percentual das vendas. Nos outros se trata do percentual apenas. De todo modo, há um processo de subtração da riqueza produzida em outras esferas que não as plataformas. Seu lucro advém justamente de uma parte do mais-valor apropriado daquelas que precisam se utilizar desse canal informacional. As empresas-plataformas se encobrem de uma lógica rentista, expandindo-se por meio da apropriação parasitária da riqueza produzida socialmente.

O lucro nas plataformas depende, entre outras coisas, do *quantum* de lucro que não será apropriado pelas empresas que cadastraram seus produtos nessa infraestrutura de vendas. Nessas plataformas também se encontram meios de pagamentos mediados pelos bancos, ainda que elas mesmas estejam buscando a criação de cartões para canalizar as formas de pagamento e obter maior controle do processo como um todo. Por isso as frações dos capitais têm buscado a criação de aplicativos próprios, visando se apropriar do máximo de riqueza produzida.

Assim, observa-se a despeito do comércio eletrônico venha a fazer parte das formas de aceleração da rotação do capital, no caso das plataformas de vendas, a contradição com as formas rentistas demonstra a busca pela apropriação da maior quantia de riqueza socialmente produzida. De modo que pode haver conflito entre as frações burguesas, ainda que o capital siga reproduzindo-se enquanto modo de controle do metabolismo social. Não obstante, a proeminência dessa modalidade de vendas demonstra que é uma tendência que tem sido colocada no processo de reprodução capitalista global.

Com o direcionamento mais efetivo das vendas, a eliminação de desperdícios se torna uma possibilidade mais efetiva. As diminuições nos tempos de realização das mercadorias, no quadro compósito da acumulação flexível, convergem com a lógica do *just in time* e da fábrica “enxuta”. Assim, observa-se que a circulação do capital em suas metamorfoses encontra no *e-commerce* mais um meio possível de ampliar suas rotações. Lembremos que esse cenário foi se desenhando pela privatização das telecomunicações e

que abriram as possibilidades para transformações nos meios de comunicação e transporte na contemporaneidade.

Desse modo, o *e-commerce* surge e se expande em meio a transformações econômico-funcionais no seio da produção capitalista em seu processo de reprodução. Aparece como forma de possibilitar a aceleração do ciclo do capital mercadoria, que se alberga no interior do ciclo geral da produção industrial. As inovações nos processos de vendas representam o aumento das forças produtivas no mundo contemporâneo e suas imbricações nos comércios, particularmente pelo uso das TICs.

Concomitantemente, o processo de mundialização e a adoção do padrão *just in time* contribuíram para a generalização das redes de comércios por todo o globo, ainda que de modo desigual. Cabe dimensionar como esse processo se dá nas particularidades locais, objeto de discussão do próximo tópico. Se o desenvolvimento geográfico desigual produz, como afirma Smith (1988) tendências contraditórias de igualização pela diferenciação, é preciso considerar esse desenvolvimento desigual do comércio eletrônico, articulando suas variadas escalas.

É nesse bojo que se insere o município de Itabaiana, localizado no Estado de Sergipe e que tem sido *lócus* de acumulação, onde se evidencia a atividade comercial como tradicional no estado. Nesse sentido, essa realidade local revela (desvela), em suas particularidades, um processo que tem se dado de modo global, que é a recorrência do uso de TICs para os processos de compra e venda de mercadorias, reconfigurando as modalidades de vendas e se colocando no amplo leque do comércio eletrônico nas intersecções do comércio convencional.

3.3. Itabaiana-SE nos liames da reprodução do capital

Já foi considerado no tópico anterior, como o *e-commerce* está relacionado às transformações capitalistas no final do século XX e nas duas primeiras décadas do XXI. No plano local, as implicações do *just in time* se dão de modo específico, dependendo sempre das relações envolvidas em cada parcela da superfície terrestre. No âmbito do comércio eletrônico, essas implicações também respondem ao conjunto de relações estabelecidas em cada formação social. Assim, na dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual do *just in time*, seu processo se mostra de modo particular em cada fração do globo em que seja analisado.

É nesse rol que se encontra o município de Itabaiana. Localizado no estado de Sergipe, o município tem se destacado no âmbito da divisão territorial do trabalho por meio das atividades comerciais, onde se esboça o comércio eletrônico. Seu crescimento nas últimas duas décadas está ligado às transformações, seja no âmbito dos investimentos do Estado, sobretudo da União, seja pela dinamicidade das atividades econômicas no município. Evidencia-se nesse sentido, os serviços e os comércios como principais motores do crescimento municipal.

A particularidade de Itabaiana no bojo das relações com outros municípios reside na esfera dos comércios enquanto momento de circulação de mercadorias. No interior do Estado, tem se constituído espaço de trocas, por onde passam a realização das mercadorias de outras localidades. Nesse quadro, o município particulariza-se em suas relações com outros municípios, de modo a demonstrar suas especificidades.

Smith (1988), ao propor a teoria do desenvolvimento geográfico desigual¹³ do capitalismo, traz a leitura da produção do espaço enquanto produção da natureza para o valor de troca. Como resultado, o que se tem é o processo de diferenciação de áreas correspondente à definição de padrões geográficos que sintetizam uma lógica específica de desenvolvimento. Nesta se processa de modo contraditório a tendência de igualização pela diferenciação. Esse processo traz consigo a reprodução de padrões geográficos que correspondem à lógica das contradições do capital e que reproduzem na produção do espaço a dinâmica das relações sociais de produção capitalistas. Nesse sentido, Smith (1988) afirma:

[...] tais padrões geográficos são o produto de tendências contraditórias: primeiramente, quanto mais o desenvolvimento social emancipa o espaço da sociedade, mais importante se torna a fixidez espacial; em segundo lugar, e acima de tudo, as tendências para a diferenciação e a universalização, ou para a igualização, aparecem lado a lado, no bojo do capitalismo (p. 138).

Nessa direção, a produção do espaço sob o modo de produção capitalista é cada vez mais a emancipação dos limites do espaço absoluto e a produção cada vez mais do espaço social, daí residindo-se a produção da natureza. Não obstante, embora cada vez mais o espaço venha se tornando social, mais se tem absolutizado o espaço enquanto produto natural, negando seus condicionantes sociais e históricos. É na contramão desse

¹³ Neil Smith tem como referência a constatação feita por Leon Trotsky acerca da lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Parte da formulação do líder Bolchevique e elabora uma proposta para a leitura do desenvolvimento geográfico desigual.

movimento que Smith propõe o entendimento da produção do espaço sob a dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse prisma, a Geografia específica do capitalismo tem na diferenciação de áreas o modo característico de distribuição dos fenômenos da superfície terrestre. Por conseguinte, evidencia a divisão territorial do trabalho enquanto expressão desse processo. É nesse sentido que o autor afirma: “a divisão do trabalho é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho” (p. 152, 1988). Não obstante, considera-se que não é uma diferenciação fortuita, mas é baseada em formas de produzir de modo específico. Essa divisão, quanto mais se desenvolve o processo de produção capitalista, corresponde aos determinantes da produção do valor na universalidade da troca de mercadorias.

É nessa dialética da igualização pela diferenciação de áreas ordenada pela dinâmica do processo de acumulação que se imprime o desenvolvimento capitalista. A mesma dinâmica produz a articulação das escalas do desenvolvimento no vai-e-vem do capital pelo globo. Do mesmo modo, adquire centralidade na análise a divisão territorial do trabalho enquanto expressão da divisão social do trabalho. Sobre essa dinâmica, Smith (1988) afirma: “a diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral” (p. 159). Essa divisão compreende as dimensões das relações de produção em sua globalidade e o processo de troca. Engloba as esferas do processo cíclico, tal como as inter-relações setoriais no interior desse movimento.

Seguindo o mesmo percurso, a divisão do trabalho, ao responder à diferenciação social, se dá em meio a quatro escalas. Pois embora ela reproduza espacialmente a divisão do trabalho, esse processo não é um reflexo automático, responde às necessidades e condições de acumulação do momento histórico. Envolve as relações de classe existentes, a generalização do trabalho abstrato e a relação de trocas, a construção de componentes fixos e de forças produtivas. A isso se somam determinantes como estradas, galpões, etc, viabilizados, sobretudo, pela atuação estatal. Essas relações condicionam e são condicionadas pela divisão social do trabalho, e imperam sob as determinações da lógica da valorização do valor.

Sob as necessidades do capital, esses condicionantes do processo de acumulação ampliam o processo de produção do espaço e reproduzem a diferenciação pelo prisma da

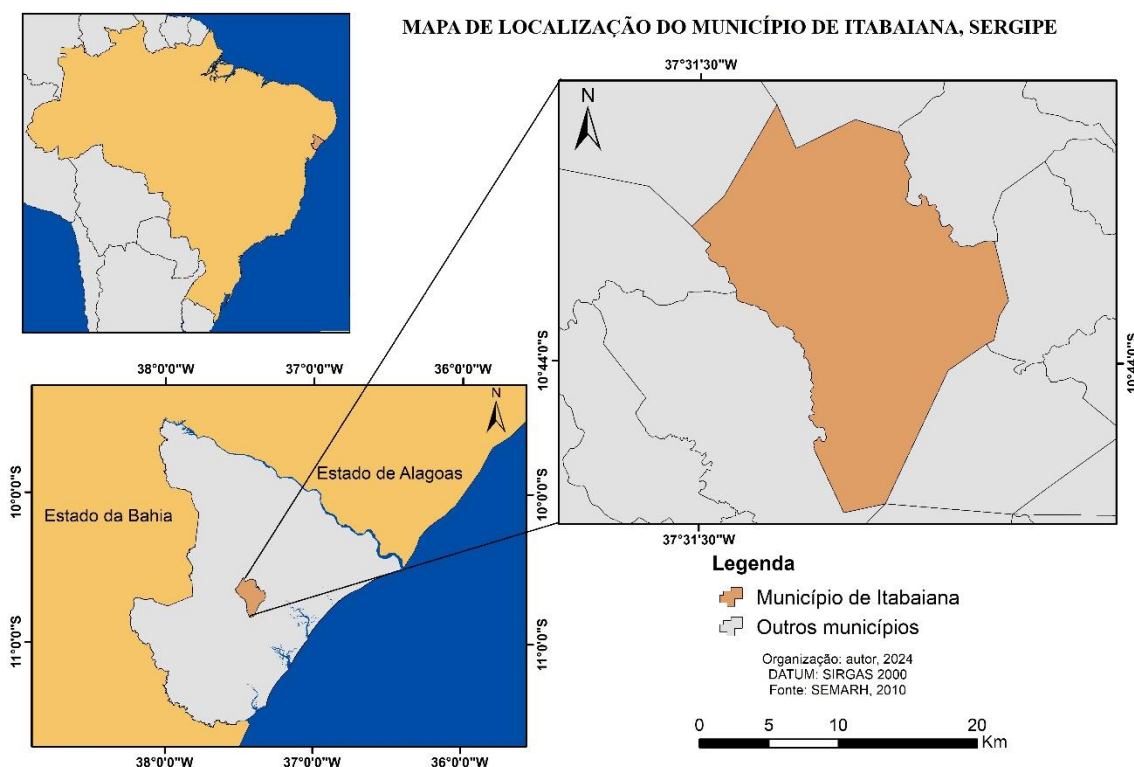
igualização dessas condições. No bojo da divisão do trabalho, cabe mencionar as quatro escalas em que ocorre o processo de diferenciação social:

- a) a divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares;
- c) a divisão do capital social entre diferentes capitais individuais;
- d) a divisão específica do trabalho no interior da fábrica. (SMITH, 1988, p. 163).

Quando cada uma dessas formas de divisão atinge um grau determinado, e se considerado suas relações escalares, é possível observar o processo de produção diferenciado do espaço. Pode se dá um processo de especialização produtiva que define a especificidade de cada município, por exemplo. Quando há um grau de especialização crescente de determinada atividade econômica sob a lógica do valor, é possível localizar aí o processo de igualização e diferenciação. É nesse quadro que se entende o município de Itabaiana-SE e sua atuação na divisão territorial do trabalho. A especificidade da forte atividade comercial colocou o município em uma posição de destaque no estado, evidenciando seu papel nas relações de troca e subordinação com outros municípios.

A amplitude do setor da atividade comercial foi tamanha, que um dos setores da divisão social do trabalho permitiu ser um parâmetro para se produzir essa determinada divisão territorial do trabalho. Ao adquirir proeminência, os comércios é a forma particular da divisão social geral do trabalho. É nesse rol que se compreende Itabaiana, considerando situar melhor sua dinâmica nesse processo de desenvolvimento.

Localizado no Agreste Central Sergipano, Itabaiana possui não apenas uma centralidade no âmbito do espaço absoluto (ver mapa 1), mas no bojo das relações que estabelece em relação a outros municípios no interior do Estado. Sua centralidade no âmbito do espaço absoluto condicionou sua posição enquanto economia no estado. Do mesmo modo, ao passar pela cidade, a BR-235 permitiu historicamente o escoamento das mercadorias para além da capital Aracaju.

Mapa 1 - Localização do município de Itabaiana, Sergipe.

Elaboração: Autor, 2024.

Ao se encontrar enquanto entreposto entre Zona da Mata e Sertão, o agreste ocupou historicamente o papel de local onde se realizam trocas de mercadorias das mais variadas. Ainda que não se possa falar de *um* agreste, mas de *agrestes*, essa área de transição, particular em muitos estados da região Nordeste, constitui-se como espaços em que as trocas comerciais foram desenvolvendo-se em contradição com o crescimento das cidades litorâneas e seu inchaço consequente. Ainda que sejam áreas de transição, algumas cidades nos *agrestes* transformaram-se em verdadeiros espaços de consolidação de uma diversidade de atividades econômicas. Não à toa, nesses espaços são comuns a existência de feiras livres, espaços de comercialização de produtos variados. Cidades como Caruaru (Pernambuco), Campina Grande (Paraíba), Arapiraca (Alagoas), a própria Itabaiana (Sergipe), entre outras, são destaques na região Nordeste, enquanto cidades situadas no Agreste com diversas atividades econômicas e com feiras famosas no país, que fazem parte da formação territorial da localidade específica.

A feira de Caruaru - PE, por exemplo, é tradicionalmente famosa para além do estado de Pernambuco. Por sua variedade de produtos, é retratada na música de Luiz Gonzaga: A Feira de Caruaru. Entre outras partes, a música traz os seguintes versos:

“A Feira de Caruaru”

Faz gosto a gente ver

De tudo que há no mundo
Nela tem pra vender
Na feira de Caruaru

Tem massa de mandioca
Castanha assada, tem ovo cru
Banana, laranja, manga
Batata, doce, queijo e caju
Cenoura, jabuticaba
Guiné, galinha, pato e peru
Tem bode, carneiro, porco
Se duvidar inté cururu

Tem cesto, balaio, corda
Tamanco, gréia, tem cuêi-tatu
Tem fumo, tem tabaqueiro
Feito de chifre de boi zebu
Caneco alcoviteiro
Peneira boa e mé de urucu
Tem carça de arvorada
Que é pra matuto não andar nu...”

Assim como a de Caruaru, mencionada na música, Itabaiana possui uma miríade de produtos comercializados em sua feira. Este aspecto, como já ressaltado, além de particularizar os municípios situados nos Agrestes, também acabam por fazer parte da formação territorial deles, onde essencialmente se formaram os primeiros núcleos urbanos.

Paralelamente, do ponto de vista das relações, para além do absoluto da localização, o município de Itabaiana caracteriza-se pela forte tradição na troca de mercadorias no estado de Sergipe, tendo proeminência na já mencionada feira. Esta, embora não seja seu principal motor de transformações na contemporaneidade, uma vez que tem crescido o número de outras atividades econômicas, ainda é um espaço/fomento que produz um caráter de especificidade ao município.

Por sua vez, a constituição das feiras nessas cidades, representam a mediação da relação campo-cidade (LIMA, 2012), inscritas na divisão territorial do trabalho. Nelas se encontram os processos de produção e circulação, enquanto momentos de troca de mercadorias. Ainda que as feiras tenham historicamente articulado essa relação, com a possibilidade de comercialização das mercadorias por produtores camponeses locais, elas têm sido inseridas no circuito do processo cíclico do capital. Nesse bojo encontra-se também a feira de Itabaiana. Embora não seja o objetivo discutir a feira em si, cabe situar a discussão dela, uma vez que o município tem sua formação territorial expressa na história da feira. A mesma é lida enquanto fonte de geográfica e histórica (SANTOS; JESUS, 2023) e inscrita no âmago da relação campo-cidade.

O surgimento da feira em dia fixo (no sábado) em Itabaiana é datada de 1888, e possuía locais variados em sua realização, mas sempre ligadas à área central da cidade, nas proximidades da Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Em um caminhar pelas ruas do centro da cidade, além de deparar-se com amplo fluxo de pessoas e mercadorias, é possível notar como a construção das estradas foram feitas visando o escoamento das mercadorias. De modo articulado, as áreas rurais, em que se encontram os povoados convergem diretamente para o centro, onde se encontram a Igreja matriz e o comércio no centro da cidade. Ao chegar ao centro, as avenidas se ligam às rodovias estaduais e à BR - 235.

A feira constituiu-se como esse momento/espço de encontros, seja de mercadorias, sejam de pessoas. É nesse percurso que Santos; Jesus (2023) afirmam: “um dos marcadores de ocupação colonial nas cidades brasileiras são as praças e suas igrejas matrizes e poderes civis (câmaras, cadeias etc.) (SANTOS, 2015), mas em Itabaiana, além da igreja, também uma feira na Praça da Matriz;” (p. 17). Assim, se encontram na área central da cidade comércio e fé, como traços característicos das relações no município. Poderá ser observado nas figuras abaixo um pouco da feira realizada no dia de quarta. No sábado ela tem um tamanho maior e não é necessário neste momento trazê-la.

Figura 2 – Fotografias da feira de Itabaiana no dia de quarta-feira, 2024.



Fonte: Autor, 2024.

As fotografias, retiradas sob dois ângulos diferentes na Avenida Otoniel Dórea, a “Feira das Panelas”, mostram apenas uma parte da feira, uma vez que ela se distribui entre outras ruas nas proximidades, e no Largo Santo Antônio, em frente ao GBarbosa. O objetivo é dar a dimensão de sua presença no município. Além disso, na parte acima das duas fotos é possível observar as pontas das torres da Igreja Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Nas proximidades da feira, corrobora as dimensões da fé e atividade comercial como traços do Itabaianense.

Figura 3 – Fotografia da Feira de Itabaiana realizada no dia de quarta, 2024.



Fonte: Autor, 2024.

A feira, que é considerada a maior feira ao ar livre do estado (ITABAIANA, 2024), é reproduzida junto à área central da cidade enquanto espaço de circulação de pessoas, espaço de circulação de mercadorias. Assim, é perceptível a contradição de diferentes tempos no espaço central da cidade, como pode ser observado nas figuras abaixo (4 e 5). Inscrita no espaço-tempo do capital, as marcas do passado do tradicional processo de trocas coexistem na existência de prédios que guardam a memória, como o Mercado de Carne João do Volta/Talho de Carne Verde. Do mesmo modo, as marcas, sempre transitórias, encontram-se ao lado do moderno Centro Empresarial Lincoln, edifício comercial no centro da cidade. A fotografia registra a convivência entre o novo

que se destaca em meio ao velho, unificados sob o processo de trocas realizado no município, e inscritos no jogo contraditório das mudanças em curso na cidade.

Figura 4 - Fotografia de área central da cidade de Itabaiana-SE, 2024.



Fonte: Autor, 2024.

Figura 5 - Coexistência entre o na figura do Mercado de Carne João do Volta/Talho de Carne Verde e o Centro Empresarial Lincoln, 2024.



Fonte: Autor, 2024.

Sendo espaço de realização das mercadorias no curto ciclo do capital, ainda que também seja espaço de reprodução camponesa e/ou trabalhadores que encontram na venda de algum produto a possibilidade de reprodução da vida, ela cresceu tanto mais se complexificaram as atividades econômicas no município. Embora não perca sua importância, a existência de outros processos simultâneos, atrelados à dinâmica dos comércios e serviços, têm se reproduzido, o que colocou sua economia como a 5ª do estado para o ano de 2021, conforme Observatório de Sergipe/IBGE.

O ponto fundamental é compreender que as atividades de comércio fazem parte da tradição na formação territorial do município, da qual a feira é uma das expressões. Além disso, às mudanças incorporam-se, como mencionado, um conjunto de investimentos estatais, principalmente pelo governo federal, e que impactaram na dinâmica do município. Desses, considera-se de essencial importância, serviços ligados à educação superior e técnica, como a construção de um *campus* da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no ano de 2006 e um *campus* do Instituto Federal de Sergipe (IFS) no ano de 2011, que têm sido espaços importantes de mudanças na dinamicidade do município. À medida que tem fixado estudantes locais, assim como trazido estudantes dos arredores, a presença dessas instituições de ensino tem contribuído para a concentração de algumas atividades econômicas, transformando de cidade de passagens, para espaço de fixação de moradia.

No mesmo sentido, a construção de empreendimentos imobiliários financiados pela Caixa Econômica Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)¹⁴, tem sido importante elemento nas transformações do município. Embora se trate de uma forma de financiamento que insere a construção de moradias no processo financeirização, sobretudo pela forma de endividamento da classe trabalhadora, é preciso mencionar a presença desses empreendimentos como formas de acumulação em curso. O destaque é para a chamada Faixa 02 do Programa, que contempla pessoas com renda familiar bruta de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400,00 mensais para populações urbanas e R\$ 31.608,01 a R\$ 52.800,00 anuais para populações rurais.

¹⁴ O Programa Minha Casa Minha Vida foi uma política habitacional criada pelo Governo Lula no ano de 2009. Embora seja uma política importante do ponto de vista da possibilidade de financiamento de uma casa própria para setores mais pauperizados da classe trabalhadora, o Programa tem como pano de fundo o processo de financeirização da política habitacional enquanto negação da Reforma Urbana. As consequências imediatas do processo têm sido a constituição de movimentos de acumulação por meio da construção civil, garantidos pelo subsídio estatal e pelo crédito liberado pela Caixa Econômica Federal.

Não obstante, tendo em vista esses aspectos da economia local, tem se registrado um crescimento populacional considerável no município, que superou as taxas para o Estado e para o país. Segundo dados do censo de 2022, a população itabaianense saltou de 89.967 pessoas em 2010, para 103.440, passando a se tornar a terceira mais populosa do estado de Sergipe. O aumento populacional do município, com uma taxa de 18,94% foi maior do que o aumento da taxa para o estado e quase três vezes maior que a taxa nacional. Enquanto o estado registrou o aumento de 6,9%, a taxa nacional foi de 6,5%. O crescimento demográfico simboliza mudanças na dinâmica socioeconômica do município enquanto polo de circulação de mercadorias no interior do Estado, e onde o setor de serviços adquire relevo.

O expressivo aumento populacional salienta a proeminência de um município que, em se tratando de uma economia periférica no âmbito da economia brasileira, tem se colocado em relevo no estado, ficando atrás apenas da chamada Região Metropolitana de Aracaju. Mesmo nesta, alguns municípios não possuem tanta influência como Itabaiana. De acordo com dados do Observatório de Sergipe, embasados em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2021 o PIB estadual atingiu um montante de 51,86 bilhões de reais. Destes, o setor de serviços se colocou em evidência, já que correspondeu a uma taxa de 71,7% da economia. Comparado ao ano de 2010, quando ocupava a taxa de 64,7%, notabilizou um aumento de 7 pontos percentuais (p.p.). A tendência histórica do movimento tem sido do predomínio do setor de serviços visto a retração dos setores da indústria e agropecuário. Com isto efetiva-se um processo de urbanização e de criação de uma composição técnica de capital materializada no espaço e que garante novas possibilidades de acumulação.

Segundo o mesmo documento, as 10 maiores economias do Estado em 2021 foram: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Canindé de São Francisco, Barra dos Coqueiros, Itabaiana, Estância, Lagarto, Laranjeiras, São Cristóvão e Itaporanga D'Ajuda. Totalizando 36,33 bilhões, estes municípios correspondem à 70% da economia do estado, como pode ser visto na tabela (2) abaixo. Seis deles correspondem ao território de planejamento que compreende à Grande Aracaju. Dentre os outros quatro, Itabaiana encontra-se no território do Agreste Central.

Tabela 2 - PIB das dez maiores economias de Sergipe, 2021.

2021		
Município	R\$ (mil)	Participação %
Aracaju	18.405.678	35,5%
Nª Sª do Socorro	3.232.698	6,2%
Canindé de São Francisco	2.895.222	5,6%
Barra dos Coqueiros	2.581.592	5,0%
Itabaiana	2.213.275	4,3%
Estância	2.126.563	4,1%
Lagarto	1.798.319	3,5%
Laranjeiras	1.162.007	2,2%
São Cristóvão	1.031.740	2,0%
Itaporanga D'Ajuda	880.245	1,7%

Fonte: Observatório de Sergipe, 2024.

Ao encontrar-se, no ano de 2021 entre as dez maiores economias do estado, o município ocupou a quinta posição. Concomitantemente, e tendo em vista o nível de concentração do PIB na capital Aracaju, com 35,5% no ano em 2021, tendo em vista também que as economias subsequentes não passam de 6,5 pontos percentuais, compreende-se Itabaiana como inserida entre as maiores economias do Estado, conforme dados do Observatório de Sergipe para o ano supracitado.

Ao se analisar a economia de Itabaiana se constata a relevância do setor de serviços que correspondeu a 84,3% do PIB municipal no ano de 2021. Os destaques nesse setor do município foram a administração pública, o comércio e os serviços de manutenção e reparo de veículos automotores e motocicletas. Embora tenha historicamente centralidade o comércio, a base agropecuária ainda é responsável por 8,1% do PIB. Esse aspecto, expressa o papel que historicamente possui a agropecuária no município. Conhecida como “celeiro de Sergipe”, tem sua formação territorial principalmente atrelada a essas atividades, que contribuíram para a constituição da feira, como mencionado acima. Simultaneamente, tem se colocado como polo importante de vendas de produtos agropecuários voltados para o agronegócio.

É no conjunto desses processos que o município tem se colocado como *lócus* de realização de mercadorias. Por destacar-se nos comércios, acaba por ser espaço de trabalho/consumo de outros habitantes de municípios circunvizinhos, diminuindo a dependência da capital Aracaju. Não obstante, embora algumas atividades ainda dependam da capital, observa-se que o crescimento de Itabaiana amplia as possibilidades de acesso à alguns bens e serviços no interior do estado. Sobretudo pela territorialização

lojas de redes, assim como empresas locais, e que ampliam o espaço de circulação de mercadorias no estado.

De acordo com dados do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do IBGE para o ano de 2021, o estado de Sergipe contava com um número de 37.901 empresas e outras organizações. Destas, 14.759 correspondiam ao setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, liderando disparado o número em relação à atividade que viria em segundo, que é a do setor de atividades administrativas e serviços complementares, com um número de 2.854.

Nesse bojo encontra-se Itabaiana. O número de empresas registradas no município no ano de 2022 foi de 3.303 unidades. Seguindo a organização feita nos termos do PIB localizada na tabela 2, observa-se em comparação a tabela 3 em relação ao número de empresas.

Tabela 3 - Cadastro de empresas em Sergipe, 2021-2022.

Município	Número de unidades		Ranking	
	2021	2022	2021	2022
Aracaju	19.759	30.938	1º	1º
Nª Sª do Socorro	1.681	2.788	3º	3º
Canindé de São Francisco	334	579	8º	8º
Barra dos Coqueiros	361	794	7º	7º
Itabaiana	2.368	3.303	2º	2º
Estância	992	1.777	5º	5º
Lagarto	1.517	2.463	4º	4º
Laranjeiras	214	523	10º	10º
São Cristóvão	933	1.660	6º	6º
Itaporanga D'Ajuda	311	565	9º	9º

Fonte: CEMPRE – IBGE. **Elaboração:** Autor, 2024.

Subtrai-se da tabela que das 10 maiores economias do estado de Sergipe para o ano de 2021, e considerando-se que tenha se mantido a mesma ordem em 2022, é perceptível como Itabaiana adquire proeminência no número de empresas, ficando para atrás apenas da capital Aracaju.

Quando se analisa a especificidade das atividades, de acordo com os dados do CEMPRE - IBGE, em relação ao ano de 2021, das 2368 empresas registradas em Itabaiana, 1.192 correspondiam à atividade de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas¹⁵. Com um percentual de 49% do total, essa atividade tinha 7.071 pessoas ocupadas. Nesse sentido, a atividade respondia por 38,47% do total de

¹⁵ Estamos assumindo a definição do CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

peçoal ocupado. No caso da evolução do comércio, é possível observar como este é presente na economia do município, consolidando-se enquanto polo de vendas no estado.

Concomitantemente, nos últimos anos Itabaiana tem registrado um processo de complexificação de sua estrutura econômica. Como mencionado, essa complexificação decorre tanto de investimentos estatais, quanto pela dinamicidade das relações de comércio no município. Dados da Junta Comercial do Estado de Sergipe – JUCESE dão o tom dessas mudanças. O número de diferentes atividades registradas por empresas entre 2017 e 2023 passou de 386 para 532. Seu crescimento pode ser conferido na tabela (4) abaixo:

Tabela 4 - Número de atividades registradas na economia de Itabaiana-SE - 2017-2023.

Ano	Número de atividades		
	Total	Inscrição empresa	Pedido de Baixa
2017	386	233	153
2018	359	202	157
2019	379	217	162
2020	314	207	107
2021	424	268	156
2022	488	330	158
2023	532	344	188

Fonte: JUCESE. **Elaboração:** Autor, 2024.

Essa tabela registra o quantitativo de empresas inscritas no período supracitado, considerando o número de registro e número de baixa. Os dados englobam empresas de pequeno, médio e grande porte. Nesse curso, é possível observar um certo processo de formalização de atividades empresariais. Ao mesmo tempo, tem se dado a diversificação delas, esboçado no aumento no registro de tipos diferentes de atividades. Ainda que tenha havido comércios fechados, e novos tenham sido abertos, o resultado é o de uma economia em expansão por diferentes setores. Para se ter uma ideia, o aumento do registro de diversas atividades pela JUCESE, reforça a ampliação do universo da divisão social do trabalho no município. Em 2017 o número de diferentes tipos de atividades registrado era de 209. Em 2023 esse número salta para 315. Ainda que nesse bojo estejam inseridos os registros em Microempreendedores Individuais (MEI), nota-se a heterogeneidade de diferentes atividades e serviços vendidos. A tabela (5) exemplifica essa trajetória. Essa tabela também mostra que ainda que muitas empresas fechem, o saldo no período analisado é sempre com mais empresas inscritas do que encerrando.

Tabela 5 - Diferentes tipos de empresas registradas em Itabaiana-SE, entre 2017-2023.

Ano	Número do tipo de atividades registradas
2017	209
2018	250
2019	274
2020	247
2021	299
2022	305
2023	315

Fonte: JUCESE. **Elaboração:** Autor, 2024.

Ainda que não seja o foco discutir aqui o crescimento dos registros de Microempreendedores Individuais, considera-se importante colocar o panorama destes no período de 2017-2023. A tabela a seguir expõe esse crescimento:

Tabela 6 - Registro de MEIs em Itabaiana – SE, 2017-2023.

Ano	Total	Inscrição de empresa	Pedido de baixa
2017	56	36	20
2018	505	374	131
2019	666	512	154
2020	758	595	163
2021	1112	885	227
2022	1040	759	281
2023	1054	705	349

Fonte: JUCESE. **Elaboração:** Autor, 2024.

Os dados constatarem o aumento de diferentes empresas em distintas modalidades se formando no município. Nesse rol, quanto maior o número de tipo de empresa registrada, maior diversificação da economia à medida que bens e serviços distintos vão sendo ofertados, que acabam contribuindo para a possibilidade de campos de acumulação por distintos modos. Ainda assim, embora reforcem a existência do aumento da complexificação da divisão social do trabalho, esses dados de modo algum expressam o universo de toda a cadeia comercial no município. Sobretudo, porque nas franjas (e no interior) da formalização da atividade dessas empresas, desenvolvem-se outras atividades que não possuem registro, e que por vezes são desempenhados por trabalhadores informais.

Basta um caminhar pelas ruas do centro da cidade que é possível notar, desde a venda de alimentos para consumo imediato, como lanches (salgados, churros, acarajé), à alimentos a serem consumidos posteriormente, como raízes (inhame, macaxeira, batata-doce). Do mesmo, encontram-se trabalhadores que vendem produtos como chips para celular, capinhas, bijuterias etc.

À vista disso, embora esteja acontecendo a heterogeneização das atividades, algumas tem se destacado, como o comércio de atacado e varejo em alimentos e bebidas. Por sua vez, esse crescimento também é acompanhado pelo registro de empresas como restaurantes, lanchonetes, casas de sucos, casas de chás e similares. Esse crescimento reflete a circulação de mercadorias e pessoas que passam diariamente pelo município. Do mesmo modo, se processa a constituição de um espaço de consumo que tem se ampliado tendo em vista o crescimento dessas atividades.

Tabela 7 – Número de empresas por registradas na atividade de restaurantes, lanchonetes, casas de chás e similares em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023¹⁶.

Ano	Total	Inscrição de empresa	Pedido de Baixa
2017	31	19	12
2018	21	12	9
2019	26	18	8
2020	14	9	5
2021	24	6	18
2022	10	7	3
2023	23	11	12

Fonte: JUCESE. Elaboração: Autor, 2024.

Quando se soma o número de MEIs, o resultado é um aumento dessas atividades. Como pode se observar na tabela (8), tem sido registrado o crescimento dessa atividade, seja nas empresas, seja por parte dos MEIs.

Tabela 8 – Registro de Microempreendedores Individuais na atividade de restaurantes, lanchonetes, casas de chás e similares em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023¹⁷.

Ano	Total	Inscrição de empresa	Pedido de Baixa
2017	0	0	0
2018	13	11	2
2019	37	30	7
2020	58	50	8
2021	84	66	18
2022	57	36	21
2023	49	28	21

Fonte: JUCESE. Elaboração: Autor, 2024.

A escolha desses dois conjuntos de atividades justifica-se justamente porque foram as que tiveram maiores registros de empresas no período supracitado. Basta analisar que, de um conjunto diverso de 209 atividades registradas no ano de 2017 (incluindo-se MEIs), apenas 4 delas: comércio no varejo de artigos de vestuários e acessórios; calçados; lanchonetes, casas de chás, sucos e similares; e restaurantes e similares corresponderam a 81 registros de empresas em um universo de 386 para o ano.

¹⁶ Empresas registradas ligadas ao consumo pessoal: restaurantes, lanchonetes, casas de chá e similares.

¹⁷ Ver nota anterior.

É desse modo que 84,3% economia do município em 2021 era voltada para o setor de serviços. Ao englobar o comércio, essa porcentagem gerou em 2021 um volume 1,62 bilhão de reais. A influência comercial evidencia-se tanto para o comércio varejista como para o atacado. Isso é demonstrado com a presença distribuidoras de atacado e varejo que atuam como mercados para outros municípios circunvizinhos, como Ribeirópolis, Campo do Brito, Malhador, Frei Paulo e Areia Branca, por exemplo, também para municípios dos estados de Alagoas e da Bahia, se configurando enquanto importante entreposto comercial para além da capital sergipana.

Seguindo a linha de raciocínio mencionada acima, de acordo com os dados do IBGE, registrados na plataforma SIDRA, no ano de 2021, das 2.147 empresas registradas em Itabaiana, 1.052 correspondiam à atividade de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Com um percentual de 49% do total, essa atividade tinha 7.071 pessoas ocupadas. Nesse sentido, a atividade respondia por 38,47% do total de pessoal ocupado. Esse conjunto de elementos reproduzem um município dinâmico economicamente, em que as atividades de comércio saltam aos olhos em um breve caminhar pelas ruas do centro da cidade. O fluxo de pessoas circulando nas ruas, aumentado nos dias de feira, esboça bem esse movimento.

Os processos supracitados têm se dado de modo simultâneo e convergem para a consolidação de um processo de acumulação em curso em diferentes atividades, sobretudo no âmbito das atividades dos comércios, que é evidenciado na atração de capitais de diferentes estados no âmbito do varejo nacional. A estes se somam a territorialização de grupos estrangeiros. Na medida que empresas de varejo nacional como Magazine Luiza e Casas Bahia, assim como lojas de redes no Nordeste e grupos multinacionais como C&A, se instalam no município de Itabaiana, ela atua como centro de circulação e distribuição de mercadorias no interior do estado, transformando-o num município que possui centralidade na divisão territorial do trabalho.

A manifestação dessa divisão do trabalho no interior do próprio município e em sua relação com outros, é perceptível de modo que tem impactado na mudança na direção e fluxos das ruas, tendo em vista a necessidade de ampliar a livre circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo, basta uma caminhada pelos centros da cidade para notar uma espécie de especialização produtiva de atividades comerciais. Observa-se polos de vendas de roupas, redes de farmácias, óticas, lojas de produtos agropecuários, de atividades financeiras, etc. Tal desdobramento dos serviços materializa-se no espaço e

fez com que no ano de 2017, um dos grupos econômicos ligados aos supermercados no município construísse o primeiro *Shopping* do estado fora da Região Metropolitana de Aracaju¹⁸.

É nesse processo que Itabaiana tem se colocado como *locus* de acumulação que se evidencia no estado, sobretudo nas atividades comerciais. Isso nos faz pensar na desigual divisão do trabalho, na qual o município tem aparecido como polo dinâmico, acabando por subordinar os municípios vizinhos. Pois à medida que as relações de produção se desenvolvem e a divisão do trabalho avança, o município acaba concentrando capitais e atraindo populações de outros municípios ao redor, colocando-os como fronteiras a serem exploradas. É inserido de modo mais concreto como espaço de circulação do capital na forma mercadoria e realização do mais-valor.

É nessa direção que cabe retomar Smith (1988), reafirmando a leitura do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Assim, a produção do espaço e da natureza sob as determinações da lógica do valor de troca imprimem na paisagem a forma desse desenvolvimento. As legalidades desse processo se dão, como mencionado, na tendência contraditória de igualização por diferenciação de áreas. Desse modo, aquilo que seria a primeira natureza, em que as relações se dão pelas particularidades de cada parcela da superfície, passam a serem generalizadas sob as determinações do processo de acumulação de capital. Postas na universalidade da forma valor na extensão do globo, aquelas particularidades, que conformam o que seria o aspecto natural, a dinâmica do espaço absoluto, são produzidas com o capitalismo de modo a reproduzir as diferenças enquanto desigualdade.

Nesse sentido, as particularidades se dão nesse momento com vistas as possibilidades de acumulação de capital, reproduzindo entre as parcelas do globo, uma divisão territorial do trabalho, que corresponde à divisão social do trabalho. Nesse sentido, aquilo que particulariza determinada região ou país, se encontra generalizado pela divisão territorial do trabalho capitalista, voltado à extração de mais-valor. Nessa dinâmica, o desenvolvimento desigual é expressão de um modo de produção que produz de um lado riqueza, no mesmo movimento que produz a pobreza. Reproduz as contradições de classe no bojo da divisão territorial do trabalho.

¹⁸ SHOPPING é inaugurado em Itabaiana. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/shopping-peixoto-e-inaugurado-em-itabaiana/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

Esses pares dialéticos conformam a relação de subalternidade na divisão internacional do trabalho (DIT), em que os países da periferia do capitalismo encontram-se subordinados àqueles do centro em variadas formas. Seja na relação de transferência tecnológica, ainda que a mundialização do capital tenha reconfigurado esse processo, seja nas relações comerciais, que ferem, com frequência, a soberania dos países periféricos. Ainda assim, conforma-se no plano mundial uma dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado, onde se processa transferência de valor para os países e regiões em que o poderio tecnológico possibilita a apropriação de uma mais-valia gerada nas relações de troca no intercâmbio desigual.

Pelo que foi esboçado do município, Itabaiana, opera no interior da economia sergipana, uma relação desigual em relação a outros municípios, no âmbito da divisão territorial do trabalho. Ao assumir a posição de centro de circulação de mercadorias no interior do estado, opera uma relação de dependência que reproduz o desenvolvimento geográfico desigual no plano local, tendo como recorte as relações em Sergipe. De modo que, para realizar a vida, as pessoas devem deslocar-se de modo constante, seja para consumo de serviços, seja para compra e venda de mercadorias, aí incluso atacado e varejo.

No mesmo sentido, observando-se que nos comércios há um processo de apropriação de mais-valor, Itabaiana se evidencia nas relações de trocas em relação a municípios circunvizinhos. Voltados em muitos casos para uma economia agrária e com dependência da administração pública municipal, seu “atraso” no desenvolvimento pode ser lido também nas relações desiguais com outros municípios, especificamente Itabaiana, tendo em vista sua função na realização das mercadorias. Nas trocas, mesmo camponeses que produzem para o consumo e realizam o excedente, ou aqueles em que as relações de trabalho se dão de modo mais intensivo, transferem parte da riqueza a capitalistas comerciais em suas variadas escalas.

Assim, ao estarem imbricadas, as divisões técnica, social e territorial do trabalho se condicionam mutuamente, em que pese cada uma delas possuam particularidades no interior do processo de desenvolvimento desigual. Um município com destaque nas atividades comerciais é consequência e condição do desenvolvimento das diferentes atividades comerciais. O comércio é um dos aspectos da divisão social do trabalho, e seu crescimento se dá tendo em vista a complexificação dessas relações. Do mesmo modo, a

especialização em vendas de determinadas mercadorias, condiciona a expansão ou contração dessas atividades, passando a reordenar territorialmente essa relação.

Se há um processo de especialização de vendas de roupas de em determinada rua, a condição de expansão ou retração de novos empreendimentos de vendas depende do nível de concentração dessas atividades, ao passo que respondem diretamente a esse nível. Assim, as divisões territorial e social do trabalho interpenetram-se. A existência dessa especialização passa a ser um fator a se considerar para a própria especialização. Observa-se que a condição de expansão ou retração passa pela localização, ao passo que a localização passa pela expansão ou retração, por conseguinte, pelo nível de desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Nesse rol, à medida que se desenvolve, a divisão social do trabalho avança e se expressa no processo de produção do espaço. No caso do município analisado, a divisão social do trabalho complexifica-se, sendo que o setor de serviços, particularmente o comércio, tem sido o principal motor no processo de produção do espaço. A mesma divisão também se expressa na produção do espaço na relação entre municípios, como já mencionado.

É desse modo, que se ressalta no município de Itabaiana, enquanto polo de comercialização de serviços, especificamente o comércio, o crescimento também do comércio eletrônico. Este, apesar da visibilidade que possui o comércio convencional, encontra-se escamoteado, refletindo, sobremaneira, na sistematização de dados que fundamentem, e a própria realidade das relações de vendas e compras nos últimos anos. Outrossim, evidencia-se nas lojas de roupas (artigos do vestuário e acessórios), e calçados, o crescimento da modalidade de vendas *on-line*. Entende-se, então, que esse movimento tem se dado mesclado com as vendas presenciais, objeto a ser analisado no subtópico a seguir.

3.3.1. Se *on-line*, se presencial: o *e-commerce* no comércio convencional em Itabaiana-SE

Já foi mencionada a particularidade de Itabaiana enquanto polo comercial do estado. Dito isso, busca-se, nesse momento, explicitar o crescimento do *e-commerce* no município a partir do ramo de roupas. Embora não sejam as atividades que mais empregam diretamente no município, ou que tenham mais valor de capital, seu crescimento tem registrado transformações importantes no município, de modo que em

alguns casos no centro da cidade tem se formado ruas em que se concentram atividades de vendas de roupas. Acaba por reproduzir, no interior da cidade, um processo de especialização de vendas de tipos específicos de mercadorias.

Na mesma direção, o crescimento do número de registros de empresas também justifica o recorte analisado, uma vez que traz o quadro quantitativo dessas relações. Os dados da tabela (9) a seguir esboçam esse processo. Assim, tem crescido o número de empresas na atividade de comércio de artigos do vestuário e acessórios, calçados¹⁹. De um modo geral, trata-se de produtos de bens de consumo, ligados à indústria da moda. Essas empresas têm em termos quantitativos, os maiores números. Motivo pelo qual será analisada com mais foco, a fim de registrar suas especificidades e como têm se inserido no universo de vendas *on-line*. Concomitantemente, a presença massiva do uso das redes sociais para as vendas, feito por essas empresas, tem sido fato recorrente, processo que motivou a investigação no recorte analisado.

Tabela 9 - Número de empresas por registro na atividade do varejo de comércio de calçados, artigos de vestuário e acessórios em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.

Ano	Total	Inscrição de empresa	Pedidos de Baixa
2017	45	27	18
2018	27	13	14
2019	24	13	11
2020	25	15	10
2021	23	14	9
2022	35	17	18
2023	32	21	11

Fonte: JUCESE. **Elaboração:** Autor, 2024.

Quando se analisa os MEIs, essa tabela dá outro salto, como pode ser observado abaixo. Os dados quantitativos são indicativos do universo de crescimento em número, dessas empresas.

Tabela 10 - Número de MEIs registradas na atividade do varejo de comércio de calçados, artigos de vestuário e acessórios em Itabaiana – SE, no período de 2017-2023.

Ano	Total	Inscrição de empresa	Pedidos de Baixa
2017	5	2	3
2018	44	28	16
2019	60	47	13
2020	67	51	16
2021	102	76	26
2022	77	49	28
2023	102	65	37

Fonte: JUCESE. **Elaboração:** Autor, 2024.

¹⁹ Definição assumida através da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Essas empresas não são especificamente de vendas *on-line*, mas seu registro é importante para assinalar o crescimento da atividade no município. Nesse panorama local, confirmado por diferentes meios, como o acesso às redes sociais, foi que se observou que tem se intensificado as vendas no *e-commerce*. Tem se dado em relação muito próximo às vendas presenciais, em alguns casos correspondendo à maior porcentagem, de acordo com entrevistas realizadas com trabalhadores e gerentes de vendas. Assim, diferente do que tem sido analisado no quadro nacional da produção de dados sobre as vendas no *e-commerce*, a análise realizada tem como fonte as observações *in loco*, ao lado do depoimento colhido nas entrevistas realizadas entre setembro e dezembro do ano de 2024.

No caso em questão, trata-se de empresas de vendas presenciais que passaram a adotar o *e-commerce* por meio do uso de suas redes sociais. Utilizam canais de atendimento, que antes serviam com meio informacional, para comercialização de mercadorias. Embora não haja uniformidade no percentual de vendas, observa-se que a presença do *e-commerce* em lojas de roupas tem se colocado como uma tendência para o comércio convencional no município. Na mesma direção, a despeito de estar sendo feita análise especificamente sobre essas atividades, o mesmo movimento pode ser observado em outras, como vendas de alimentos, farmácias, móveis, eletrodomésticos, etc.

As tecnologias, presentes de modo corrente na produção, atuam como mediações no contraditório processo de acumulação. De tal sorte, desdobra-se no movimento da reestruturação produtiva e a emergência das TICs objeto do próximo capítulo. Não obstante, sua presença nas vendas tem sido a forma de realização do comércio eletrônico. Este pode ser feito por meio de sites, redes sociais de trocas de mensagens, plataformas específicas para as vendas, etc.

Assim, as empresas de comércio de roupas têm adotado as vendas *on-line* principalmente pelas redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram* como meio de alavancá-las e em contradição com as plataformas de *e-commerce*. Embora essas plataformas de redes sociais tenham como foco a troca de mensagens, no caso da primeira, e postagens de momentos em formato de vídeos, na segunda, seu uso para vendas tem se dado de modo corrente. O uso capitalista das plataformas – lembremos que elas foram criadas para dar lucro - não é restrito a essas dimensões. A literatura das ciências sociais já vem se debruçando com o estudo sobre seu papel na sociedade há um bom tempo. Destacam-se as leituras sobre a mudança no comportamento social, com foco na vigilância e o grau de exposição presente, além da produção de padrões de vida que exacerbam o

consumismo. Além disso, destacam-se também o grau de influência na política institucional e o poder de manipulação da sociedade como um todo.

Ainda que considere importante destacar esses processos, o foco é entender como esse universo das redes tem impactado no processo de vendas de mercadorias, sobretudo de roupas e calçados. Configura-se, assim, como um modo específico de comércio eletrônico, o chamado *social-commerce*, que consiste basicamente em usar as redes sociais para as vendas. Como um canal comunicacional, esse aspecto estende o alcance do potencial de realização das mercadorias. Essa forma, ainda que mais informal e de modo contraditório às plataformas de *e-commerce* como *Amazon* e *Shein*, por exemplo, tem se tornado um importante canal para a comercialização.

Não obstante, nada impede que as plataformas se utilizem também desses canais, com a modalidade do chamado *live commerce*, que consiste basicamente em organizar um momento em que na plataforma de rede social se realiza uma transmissão em tempo real sobre as mercadorias e descontos em suas vendas. Geralmente os meios mais utilizados são *Instagram* e *Facebook*. Nessas redes as empresas se utilizam de seguidores que já acompanham e buscam vender nesse formato. Esse tipo de *e-commerce* está imerso no *social commerce*, justamente pela utilização das redes sociais.

Nesse sentido, na China, por exemplo, há um *Shopping* inteiro organizado para esse formato. Segundo matéria do Jornal O Estado de São Paulo (2024), o *Shopping Yaowang X27 Park*, *Shopping ‘fantasma’*, localizado no extremo Sul da China, possui apenas 1% de suas vendas realizadas de modo presencial. Com sete andares e faturamento de bilhões no ano de 2023, o empreendimento tem como característica a adoção, por parte das empresas, de vendas através de *lives*, onde expõem ao vivo suas vendas.

No município de Itabaiana, não é este modelo que cresce, apesar das *lives* fazerem partes das estratégias para vendas, sobretudo na ocorrência de promoções. Um dos aspectos que ajuda a exemplificar esse processo se dá pelo uso constante de redes sociais. Longe de deduzir, que pela existência geral, no âmbito particular sua presença seria confirmada, temos buscado compreender o movimento de modo simultâneo, na totalidade das relações. Por isso, cabe trazer os dados sistematizados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br para esboçar a dimensão do processo de uso das TICs pelas empresas.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Centro supracitado, na definição de empresas que possuem perfil ou conta própria em alguma rede social *on-line*, o setor da

atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas possuía no ano de 2021, 90,1%. Segue ao seu lado Informação e comunicação; alojamento e alimentação e artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços com 96,1; 94,9 e 91,7% respectivamente. O perfil em rede social é o primeiro passo para realizar as vendas. Se 90% possuem rede social, é porque há algum aspecto considerável de veras a confirmar essa presença, embora o perfil não signifique a venda. Basicamente o perfil garante o canal de atendimento, sendo uma porta de entrada para a comercialização. O balcão do comércio pode estar se tornando o perfil do *Instagram*, *Facebook* ou *WhatsApp*.

Esse indicativo do número de empresas com perfil em rede social é baseado em pesquisa amostral. É um universo que expressa como as empresas devem assumir esse novo formato, pautado no mercado digital, como se alardeiam os discursos nos meios de comunicação hegemônicos. Assim, aquelas que não investirem nesse novo formato ficam para trás no âmbito da concorrência. A tendência se confirma nas variadas escalas, de grupos transnacionais como *C&A*, ou mesmo empresas locais. Nestas últimas, uma das formas que tem sido utilizadas são a contratação de pessoas consideradas públicas por possuírem altos números de seguidores, para fazer publicidade e a ampliar o número de seguidores das lojas. A curiosa forma de contratação do serviço, não raro é paga por peças de roupas definidas pelas empresas. Na mesma direção, ao aumentar o número de seguidores, tem se colocado também a possibilidade de realizar as *lives* e promover as vendas.

É esse formato que tem sido adotado pelo empresariado analisado nesta pesquisa e que registram algumas mudanças em curso nas atividades de circulação de mercadorias. Na tentativa de acelerar o retorno de capital investido na compra de mercadorias a serem vendidas e poder acumular de outros modos, se utilizam de toda uma sorte de estratégias das quais ampliar a possibilidade de venda por meio do comércio eletrônico se coloca como uma delas. Essa modalidade tem tido implicações nos processos de trabalho, de modo a intensificá-lo, objeto que será discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

As lojas de roupas, pelas observações realizadas feitas através do *Instagram*, são as que mais apresentam pessoas dedicadas ao trabalho com as vendas *on-line*. A observação nas redes se colocou como uma forma de proceder em resposta à dificuldade de acesso aos dados a nível local. O Observatório do Comércio Eletrônico Nacional, criado em 2023, registra dados a nível nacional, regional e estadual. A nível local temos nos baseados nos dados sobre o comércio local como indicativo dessa modalidade, tal

como as entrevistas e nas mencionadas observações. De modo simultâneo, foram realizadas simulações de processos de compra em algumas empresas, a fim de observar o modo como tem sido feita as vendas *online*.

Pelo que foi observado na pesquisa, vem crescendo o *WhatsApp* como plataforma para as vendas. O *e-commerce*, desse modo, reconfigura a função do aplicativo de mensagens, transformando-o nesse canal de atendimento. Ainda que tenha sido um canal de atendimento intermitente, ele passou a se tornar um canal perene de canalização de vendas. E um dos motivos é pela facilidade de ampliação do contato e rapidez de realização. O percurso até a criação de um site ou aplicativo específico, embora de amplitude global, esbarra no acesso. Como um canal informacional presente no celular, o aplicativo ampliou o escopo de possibilidade de comercialização, colocando sobre os trabalhadores a responsabilidade pela intermediação.

Do mesmo modo, uma vez que se tornou corrente no cotidiano o uso dessas redes sociais, vão aos poucos se tornando menores os números de pessoas que não possuem esses aplicativos. À vista disso, o comércio eletrônico nesse formato tem se pautado em uma estratégia de convencimento dos clientes por parte dos trabalhadores nas vendas. O componente do trabalho vivo tem reconfigurado o próprio trabalho de vendedores (as), tendo de desdobrar-se ora no presencial, ora no *on-line*, todos no mesmo espaço.

Do ponto de vista do canal de vendas, o *e-commerce*, pode possibilitar a expansão do alcance geográfico para além da localidade, deixando de ter seu foco ainda unicamente na clientela local. Uma vez que pelo que foi constatado, as vendas alcançam também os municípios vizinhos e a capital Aracaju. E algumas empresas possuem vendas no Estado da Bahia, com clientela fixa. Questiona-se em que medida a expansão nesse formato poderá ser posteriormente complementada com a criação de aplicativo próprio e/ou submissão às plataformas globais de comércio eletrônico, uma vez que a adoção desse formato dependeu também de determinadas condições de comercialização.

Na mesma direção, o *e-commerce* tem contribuído para o surgimento de lojas virtuais e que passam, a depender do volume de vendas, a surgir de modo presencial. Essa forma tem ocorrido em pequenos negócios, sobretudo trabalhadores que se utilizam das redes para vender. Estes, tendo em vista o desemprego e ao não encontrarem possibilidades no mercado de trabalho, inserem-se, por meio do discurso empreendedor, no processo de circulação de mercadorias. Se utilizam das redes sociais próprias, onde divulgam seus produtos. Como são suas redes, eles que se encontram disponíveis todo o

tempo para comercialização. Observa-se como as vendas *on-line* expressam a busca do capital de se apropriar de qualquer tempo de vida do trabalhador.

No âmbito empresarial, a presença do *e-commerce* permitiu ir além dos períodos de maior venda, como festas e datas comemorativas locais, possibilitando a ampliação do período em que se realizam vendas com maior volume. O engajamento contínuo, à medida que diminui a periodicidade no processo de realização das mercadorias, tem permitido acelerar o tempo de giro do capital. Se antes os picos de vendas se concentravam mais ou menos em dois períodos do ano, com o comércio eletrônico alarga-se esse processo, em que pese o estilhaçamento dos momentos além do trabalho por parte dos vendedores.

Têm-se dado novas formas de lidar com o estoque, de modo que este demora cada vez menos para que fique esvaziado. Em alguns casos, as mercadorias nem mesmo chegaram e já podem estarem vendidas, tendo em vista a divulgação nas redes sociais. Do mesmo modo, uma vez que tem aumentado as vendas pela internet, foi imposta a necessidade de trabalhadores responsáveis especificamente para essa tarefa, ainda que eles assumam com frequência outras atividades. A relação com o estoque é mais fugidia, flexível, observando o ritmo da comercialização. É nesse bojo que algumas empresas têm trabalhadores contratados especificamente para a entrega de mercadorias. Uma prática comum é deixar um conjunto de produtos na residência do consumidor, a fim deles escolherem as peças que preferem. Após isso, o entregador retorna e pega o pacote sem precisar do deslocamento do consumidor até a loja.

Não obstante, a adoção do *e-commerce* tem sido acompanhada pelo aumento de alguns custos, como o custo do transporte. Quando se trata de vendas para outros municípios, há, em algumas empresas o envio por táxi, ou um meio de transporte coletivo muito específico do estado de Sergipe, chamado popularmente de *Coopertalse*²⁰. As entregas dentro do município são com frete grátis. Para outros municípios são, com frequência, por parte do cliente.

Como mencionado, ao possibilitar o aumento das vendas de períodos determinados ao ano inteiro, o *e-commerce* tem se pautado por um engajamento permanente, pela propaganda constante intensificada quando as vendas estiverem indo mal. De uma prática ocasional, tem-se transformando em processo permanente de

²⁰ Cooperativa de transporte estadual em Sergipe. Realiza viagens intermunicipais e para alguns municípios para além do Estado, como Coronel João Sá, município baiano que faz limite com Sergipe.

propaganda, inclusive insuflando, incentivando a compra pela sedução e criação de desejos. Se por um lado esse movimento incentiva a exposição e aprofunda a vigilância, por outro tem aumentado a intensidade do trabalho dos comerciários.

Nesse bojo, crescem as possibilidades de acumulação, uma vez que o que passa a orientar as vendas é um patamar de produtividade médio, alargado com a presença de redes sociais. A inovação nos processos de vendas pode estar expressando um aumento de produtividade no comércio, ao passo que pode estar subordinando cada vez mais a atividade comercial ao universo digital. A produtividade aumentada se esboça na manutenção de um padrão mais ou menos organizado de metas, ambicionando sempre sua superação. Essas metas são colocadas pelos gerentes e alcançadas pelos trabalhadores, à custo de maiores energias dedicadas ao trabalho com as vendas.

Como discutido em tópico anterior (3.2) a emergência do comércio eletrônico foi viabilizado pelas inovações presentes nos processos de circulação do capital. Seja no âmbito nos meios de transportes, seja pelos meios de circulação monetária, como as modalidades de pagamento via PIX, ampliam-se o rol de possibilidades, conforme se intensifica a flexibilidade dos meios de compra e venda de mercadorias. A própria forma do *e-commerce* pelas redes sociais é pautada na flexibilidade como mecanismo de exploração do trabalho, uma vez que se aproveita de certas condições sociais produzidas para a realização das vendas. Assim a exposição de produtos em redes sociais como *Instagram*, coloca-o como espaço que atua como vitrine. Retoma-se o aspecto do engajamento.

Assim, observa-se como a presença dos celulares tem se tornado uso corrente nas vendas. De modo que a maioria das empresas investigadas possuem telefones celular específico apenas para o *e-commerce*. Nesse âmbito, observa-se como esse processo vem acompanhado de certos custos, que se configuram muito bem como os custos da circulação. Naquelas em que existem sites, observou-se os custos para a manutenção dos mesmos. No caso da forma de pagamento via crédito/débito, há um custo para realizar as transações intermediado pelas empresas de máquinas de cartão de crédito. Estabelece-se uma taxa que é descontada pela realização de cada venda específica. Ainda assim, mesmo esse custo oferece a possibilidade de ter dinheiro em mãos mais rápido e poder acelerar o processo de valorização. Acaba que estes custos são males necessários para manter o processo de circulação.

Destarte, observa-se que mesmo ampliando os canais de vendas *online*, o *e-commerce* vem acompanhado de novas dimensões no processo de circulação. Dimensões que envolvem novos custos e formas de lidar com as vendas. A principal consequência tem sido o aumento da intensidade do trabalho dos comerciários, objeto que será discutido mais à frente. De todo modo, considera-se necessário trazer esses elementos de como tem sido a realidade das vendas nas atividades analisadas, a fim de compreender como tem se dado esse processo.

Nesse sentido, a leitura apresentada se coloca no âmbito do entendimento da produção capitalista em seu processo de valorização do valor, reproduzido no processo de produção do espaço. Compreende-se o *e-commerce* no município de Itabaiana no bojo da reprodução do capital na contemporaneidade, onde cresce o uso das TICs. A forma específica analisada aqui é *social commerce*, uma das variantes do comércio eletrônico que tem se destacado na dinâmica do município, sobretudo nas empresas de comércios de roupas.

Tal processo se dá em virtude da necessidade de aceleração do tempo de do giro do capital, quando as lojas passaram a adotar as vendas também no formato virtual. Assim, quanto mais rápido as mercadorias forem vendidas, mais rápido o retorno desse capital. Observa-se como as alterações no comércio convencional tem impactado nas relações de troca no município e para além dele, de modo a implicar em processos de acumulação em curso. No âmago do movimento cíclico do capital, essa é mais uma forma de acelerar o processo de circulação.

Outrossim, as transformações esboçadas na dinâmica geral do capital e no município analisado, se dão em um contexto mais amplo, atrelado ao processo de acumulação flexível e um processo de reestruturação produtiva global que atravessou o modo de desenvolvimento capitalista nas últimas cinco décadas. No próximo capítulo esse movimento será melhor analisado, buscando trazer uma compreensão mais efetiva da emergência e crescimento do comércio eletrônico enquanto consequência das mudanças no processo de acumulação em resposta a crise que atravessou o capitalismo na década de 1970. Na mesma direção, cabe compreender melhor a emergência das TICs e seus desdobramentos nos comércios, mirando trazer para a discussão o novo processo de vendas na velha atividade comercial. Nesse curso, se esboçará essa relação e suas dimensões no plano local, abarcando as novas configurações da atividade comercial no bojo da reestruturação produtiva.

4. O NOVO NO VELHO: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COMÉRCIO

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, e, desse modo, as relações sociais. [...] o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eterno distinguem a época da burguesia de todas as precedentes. Todas as relações fixas e enferrujadas, com a sucessão de antiquadas e respeitadas discriminações, são dissipadas, todas as recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se.

Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são por fim obrigados a encarar com os olhos bem abertos sua posição na vida e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2015, p. 66).

Ainda que o trecho trazido na epígrafe deste capítulo venha referir-se às transformações no modo de produção e a instauração da sociedade burguesa, ele é elucidativo quanto a um determinado aspecto: trata-se da dinamicidade inerente ao modo capitalista de produção e o constante revolucionamento dos meios de produção. As necessidades de acumulação tendem a colocar toda a sociedade em uma espiral crescente de avanços tecnológicos, embora estes se mantenham enquanto partes dos grilhões postos a enferrujarem toda vez em que se colocam novas necessidades de acumulação. Com efeito, o enferrujar dos grilhões não põem consequência direta a sua dissolução, mas dependem das lutas travadas entre as classes sob determinadas condições históricas.

Por conseguinte, o avanço crescente das forças produtivas sob o modo de produção capitalista tem se colocado como expressão da tendência de aumento da composição orgânica do capital, com vistas à ampliação do processo de extração da mais-valia e do aumento da taxa de lucro. Essa última, enquanto balizador das contradições de classe, está umbilicalmente relacionada ao nível correspondente de avanço tecnológico sob determinado ramo de produção, e sob as determinações da concorrência capitalista.

Outrossim, o novo no velho deste capítulo se põe mirando a problematizar as transformações tecnológicas, com a emergência das novas tecnologias da informação e comunicação, e seus desdobramentos na velha atividade comercial. Situando o debate no quadro de mudanças em curso na atividade comercial, o presente capítulo oferece algumas leituras que ajudam a compreender a processualidade contraditória do capital e o desenvolvimento capitalista ao longo do século XX, destacando, desse modo, as implicações nos processos de trocas na contemporaneidade.

Na mesma direção, o novo no velho sinaliza a dinâmica do processo de desenvolvimento desigual em sua articulação necessária entre o moderno e o arcaico

enquanto par dialético. Desse modo, novo e velho se interpenetram no âmago do processo de valorização e acumulação de capital.

Nesse sentido, esse capítulo tem como foco discutir o avanço das forças produtivas no modo de produção capitalista e seu processo de acumulação. Primeiramente dá-se o foco nas dinâmicas no processo de acumulação sob dois diferentes prismas, o desenvolvimento desigual e combinado, entendido a partir de Ernest Mandel, na discussão do Capitalismo Tardio (1985), e o processo de acumulação flexível, entendido a partir de David Harvey (2016), quando expõe o quadro das transformações na acumulação de capital ao longo do século XX.

No segundo momento será discutido o processo de reestruturação produtiva que se impôs a partir da década de 1970, como a adoção de instrumental organizativo da produção, assim como necessidade da acumulação sob o ímpeto da flexibilidade. No mesmo percurso, será discutido a emergência das TICs, dando ênfase ao crescimento e difusão da internet. Estes fazem parte do quadro compósito da reestruturação produtiva, sendo reflexo do crescimento das forças produtivas a partir da segunda metade do século XX.

No terceiro tópico toma-se como foco a discussão dos desdobramentos dessas transformações nas relações de troca, partindo da realidade de Itabaiana-SE, para compreender a interferência das TICs nos processos de compra e vendas de mercadorias. Desse modo, situando as transformações no âmbito do processo de realização das mercadorias na contemporaneidade.

Evidencia-se, assim, que as necessidades de valorização do capital em seu processo de acumulação flexível, desembocou nas inovações tecnológicas e as transformações correntes na atividade comercial. Das quais, a generalidade do avanço das forças produtivas, expressada na Terceira Revolução Tecnológica, resultou na criação da internet. Esta, concatena-se com o modelo de produção toyotista enquanto novo padrão de acumulação na velha dinâmica da produção e circulação do capital.

4.1. Acumulação flexível e terceira revolução tecnológica

A produção capitalista tem como pressuposto e resultado o processo de acumulação de capital. Tal movimento constitui-se na concentração cada vez maior da produção de riqueza nas mãos daqueles que comandam o processo social de produção. Para Marx (2017a), o processo de acumulação é uma consequência direta da dinâmica

reprodutiva do capital em seu movimento cíclico, aquele em que o dinheiro deve retornar acrescido de mais dinheiro, já discutido no capítulo anterior. Dessa maneira, a parcela do mais-valor apropriada pelos capitalistas, além de garantir a reprodução do capital e os demais custos que venha a adquirir, deve encontrar-se latente com vistas à ampliação do processo de reprodução.

No processo produtivo, toda produção exige a renovação periódica das condições sociais de produção. Logo, “as condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução”. (MARX, 2017a, p. 641). Tomado do ponto de vista da reprodução social capitalista, esse processo deve ocorrer não somente de modo a reproduzir as condições no mesmo nível. Deve ocorrer para expansão das condições sociais de reprodução, para que esta se dê de modo ampliada.

Por conseguinte, o processo de reprodução ampliada se dá com a complementação daquele D inicial com os resultados de processos de produção e realização anteriores, com o mais-valor obtido em processos de produção precedentes. Sob determinadas condições, o capital acumulado deve converter-se em maiores investimentos em meios de produção e força de trabalho adicional. Nesse percurso, os investimentos iniciais em determinados ramos passam a serem cada vez maiores, tendo em vista que a necessidade de valorização impõe o aumento crescente da grandeza de valor para pôr em marcha o processo de reprodução.

O processo de reprodutivo do capital obedece a dois movimentos: o da reprodução simples e o da reprodução ampliada. Este último corresponde à face mais leal do modo de produção capitalista e suas *leis* tendenciais. Na reprodução simples, uma parte do produto da produção, o mais-produto, ao ser trocado no mercado corresponde à mais-valia, e é apropriado pelo capitalista. Nessa direção, as condições de produção devem ser continuamente reproduzidas para manter em curso a transformação do dinheiro em capital, sem sair do *quantum* de capital necessário para pôr o processo de produção em marcha. Na reprodução ampliada, o resultado da riqueza acumulada deve vir a se tornar adiantamento de capital, aumentando a grandeza inicial e garantindo as possibilidades de acumulação sob novos patamares.

Como resultado dos processos de produção dados, o novo valor inicial é aumentado com uma parte da riqueza socialmente produzida e apropriada privadamente. Assim, para acumular, afirma, Marx (2017a), “é preciso transformar uma parte do mais produto em capital” (p. 656). Embora as funções que esse capital venha assumir possam

ser tanto um incremento do valor de capital necessário à reprodução, ou mesmo a conversão deste em capital de empréstimo, o processo capitalista de produção (e reprodução) é um contínuo processo de expropriação de um lado e concentração dos recursos da produção de outro.

O movimento cíclico da acumulação depende das condições sociais de produção e reprodução, das quais interferem, dentre outras coisas, a concorrência e o nível de produtividade. O processo de reprodução dependerá, nesse sentido, da relação de investimentos de capitais na busca pelo aumento da produtividade do trabalho, que pode se dar pela renovação periódica dos elementos do capital constante. Estes, são expressos na figura de máquinas-ferramentas e de matérias-primas, componentes de capital fixo e capital circulante, que constituem uma renovação periódica de acordo com o movimento da reprodução. A elevação do nível com a adição de mais investimentos de capital constante, constitui uma das formas de ampliação do processo de reprodução, do qual se somam a possibilidade de investimentos em força de trabalho.

A renovação periódica dos meios de produção foi objeto de análise de Marx (2014; 2017a; 2017b), e constitui um ciclo reprodutivo. Este corresponde, de modo geral, ao processo de depreciação dos elementos de capital fixo, como as máquinas-ferramentas. Ocorre que à medida em que se dá um processo de produção específico, parcelas dos custos com capital fixo entram nos componentes de valor de cada mercadoria. Sob determinadas condições, digamos que se uma máquina possui um tempo de vida de 10 anos, a cada ano em que esta máquina é utilizada, 1/10 dela entra nos componentes de valor da totalidade de mercadorias produzidas. Se por algum motivo dobra-se a capacidade de utilização, essa máquina deverá ser totalmente consumida em 5 anos.

Por conseguinte, se, do ponto de vista dos capitais individuais, esse ciclo pode significar a renovação ou não dos elementos de capital fixo, do ponto de vista do ciclo econômico global se colocam um conjunto de elementos, que correspondem ao próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. Na busca das explicações desse desenvolvimento, historicamente algumas análises se processaram, seja no campo marxista ou não. No âmbito marxista, se destacaram as leituras do desenvolvimento desigual, demonstrando como as contradições de classe se dão na universalidade do modo de produção. Assim, seguindo a tradição trazida por Lênin e Trotsky, Ernest Mandel debate o processo de desenvolvimento desigual e combinado, evidenciando a taxa média de lucro (assim como a busca pelo superlucro), tal como o papel das inovações

tecnológicos enquanto componentes lógico-históricos explicativos do desenvolvimento desigual e combinado, e expressão da tendência de aumento da composição orgânica do capital.

Nesse curso, situa o andamento cíclico do modo de produção na explicação geral do ciclo econômico capitalista. Na interpretação de Mandel (1985), o desenvolvimento cíclico corresponderia a momentos de aceleração e desaceleração da acumulação. As chamadas “ondas longas”, com um intervalo de mais ou menos cinquenta anos, seriam momentos de crescimento econômico, acompanhado de crises, seguidos de depressão e retomada lenta do crescimento. Dessa maneira, os ciclos e crises andariam lado a lado, enquanto síntese concreta das leis de movimento do capital, das quais se esboça a tendência de aumento da composição orgânica, assim como a tendência de queda na taxa média de lucro.

Não obstante, o autor mencionado não foi o único a teorizar sobre as “ondas longas”. As discussões trazidas, sobretudo por autores marxistas ligados à União Soviética, desenvolveram análises na mesma direção, ainda que sob outros enfoques. É famosa na literatura a discussão dos chamados ciclos de Kondratieff. Este, ex-vice-ministro da Alimentação no Governo Provisório Kerensky (MANDEL, 1985), propôs a concepção de “ondas longas” baseado em estatísticas que levaram a uma compreensão estanque dessas “ondas”. Conforme Mandel (1985) sua ênfase em demasia nas estatísticas, negava a importância do papel desempenhado pela taxa média de lucro e sua correlação com a luta de classes. Para Mandel (1985), o elemento destacado que não pode ser deixado de lado em sua análise, são as oscilações nas taxas de lucro. Estas representam o termômetro da luta de classes, o motivador final que tensiona o processo de acumulação.

Tampouco negue a influência de grandes ciclos de desenvolvimento, a ênfase de Mandel é na combinação das diversas variáveis, enquanto multideterminações do processo de desenvolvimento do capitalismo. Logo, a articulação destas resultaria nos ciclos de aceleração e desaceleração do processo de acumulação. É dessa maneira que ele afirma

[...] os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira apresentada a seguir. Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período num período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na

aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação. (MANDEL, 1985, p. 75).

Assim, se desenvolveriam ondas longas com periodicidade média de 50 anos, das quais se destacam a emergência das revoluções tecnológicas, como expressão da busca pelo aumento da composição orgânica do capital. As revoluções se irromperiam historicamente no interior dos ciclos das chamadas “ondas longas”. Essas seriam resultantes dos movimentos de valorização e acumulação em expansão e retração correspondentes.

Logo, se segue que

[...] durante a fase de oscilação ascendente, a acumulação de capital se acelera. Todavia, quando esse movimento atinge determinado ponto, torna-se difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado; a queda na taxa de lucros é o indício mais claro dessa linha divisória. A ideia de superacumulação refere uma situação em que uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma *taxa de lucros* inadequada, e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros. O conceito de superacumulação não é jamais absoluto, mas sempre relativo: não há nunca capital em “demasia”, em termos absolutos; há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada. (MANDEL, 1985, p. 75-76).

Com efeito, o desenvolvimento desigual e combinado está atrelado à busca capitalista de contrabalancear a tendência de queda na taxa de lucro médio. Para isso, desenvolveriam por parte dos capitalistas individuais, iniciativas para alcançar um superlucro. Na leitura marxiana, ainda que nas relações entre os capitais existam taxas de lucro desiguais, elas conformam na direção da formação de uma taxa de lucro médio, que corresponde a taxa em determinados setores. Na definição desta, torna-se fundamental o nível de composição orgânica existente, que atua na formação dos preços, por conseguinte, desses no mercado.

No processo de produção imediato, que tem como resultado a produção da mais-valia, atuam dois componentes fundamentais: os componentes que só reproduzem seu valor e aqueles que além de reproduzirem, incrementam valor. Por seu turno, ao não alterarem a grandeza de valor, Marx (2017a) definiu as primeiras como capital constante. Nesse campo se encontram as “matérias-primas, materiais auxiliares e meios de produção” (MARX, 2017a, p. 286). No caso daqueles em que alteração na grandeza do valor, da qual sua expressão é o mais-valor, Marx (2017a) chamou de capital variável, que consiste na força de trabalho. Ambas as porções de capitais entram como componentes de valor na produção de mercadorias e formam a composição orgânica do

capital. Esta se constitui na relação de composição de valor e composição técnica de capital.

A composição orgânica de um capital determinado é a correlação das máquinas, matérias-primas e trabalho para produzir determinada mercadoria específica (MARX, 2017, p. 689). Assim, diz respeito a relação entre a porção de capital constante e a porção de capital variável presente em determinado ramo de produção. Na leitura marxiana, quanto maior o componente de composição técnica, uma maior articulação entre capital constante e capital variável, há uma maior composição orgânica do capital. Ocorre que para Mandel (1985), algumas parcelas de capitais se apropriam de parte do lucro de outros. Assim, como mencionado, embora haja uma taxa de lucro médio, ela se dá com a constituição, por um lado, do superlucro, e de outro, com a expropriação de parte do lucro de outros capitalistas. Importante assinalar que se trata de relações sociais, por isso não se analisam os aspectos unicamente de um ponto de vista individual.

Para o referido autor, não há uma única causa para conseguir o superlucro. Na busca deste, deve-se levar em consideração suas interrelações como formas de possibilitar o processo de acumulação. Um dos aspectos se dá quando a composição orgânica de um capital específico é menor do que a média, impedindo que os ganhos de mais-valia entrem na taxa de lucro médio (1985, p. 52). Um outro aspecto corresponde ao inverso, quando aqueles setores de maior composição orgânica aumentam seus lucros se apropriando de parte da mais-valia produzida nos setores de menor composição (1985, p. 53).

Outra forma diz respeito ao rebaixamento do preço da força de trabalho, propiciando uma superexploração do trabalho. O quarto aspecto se coloca quando é possível comprar elementos do processo de produção abaixo do preço médio, como matérias-primas. Por fim, quando se trata de ser possível acelerar o tempo de rotação do capital circulante (1985, p. 53). Conformando assim, as formas de alcançar os superlucros, elas encontram-se imbricadas enquanto componentes variáveis do processo de valorização sob a lógica do desenvolvimento desigual.

Nesse rol, importante se focar em como se processa a transferência de valor realizada por relações de troca onde setores de baixa composição orgânica transferem riqueza para aqueles de alta composição, uma vez que na constituição do lucro médio, a equalização do nível dos preços beneficiaria os que tem baixa composição orgânica. É válido considerar que esse aspecto demonstra as relações desiguais no interior da própria

reprodução do capital. Isso ocorre devido o impulso para o aumento da composição orgânica, enquanto uma das formas utilizadas pelos capitais na busca pelo superlucro.

Mandel (1985) segue esse caminho se apropriando do referencial marxiano. Nesse percurso, a tendência de aumento da composição orgânica seria um dos mecanismos utilizados pelos capitais individuais para aumentar a produtividade e consequentemente diminuir o valor individual manifesto em cada mercadoria. Assim, o permanente revolucionar dos meios de produção se posta nas frações de capitais tentando abocanhar mais fatias do lucro médio. Tendencialmente, a busca de superlucro individual produz certos impactos - e é impactada - no mercado da concorrência capitalista e no preço das mercadorias individuais. A relação entre capitais individuais e o capital social total, é contraditória e expõe as irracionalidades da lógica do capital. De modo que a forma de aumentar a taxa de lucro individual pode ser justamente a forma de rebaixar o lucro médio, por meio da eliminação de trabalho vivo no processo produtivo.

De tal sorte que à medida que determinado capitalista individual tem aumentado sua composição orgânica, tem se apropriado de parcelas daqueles de menor composição. Se o primeiro tem o monopólio das inovações, pode vir a ter um superlucro, como mencionado anteriormente. Aquele de composição orgânica menor, ao ver ser drenado parte do seu lucro, busca também aumentar seu nível, voltando a abocanhar uma determinada parcela da mais-valia que estava migrando. Ao fazer isso, tem eliminado as fontes geradoras de valor, o trabalho vivo. Chegado um certo nível relativo de equalização, as necessidades do superlucro forçam a busca novas descobertas, nas quais podem desembocar em revoluções tecnológicas. No entanto, cada uma destas tende a ampliar essa espiral contraditória do processo global de valorização do capital.

Outrossim, é nesse rol, que se encontra a Terceira Revolução Tecnológica²¹, que se constituiu historicamente como um dos traços distintivos do que Mandel (1985) definiu como o Capitalismo Tardio. Ela é uma das expressões da aceleração do processo de acumulação no pós-Guerra. O aumento das taxas de lucro nas duas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra está atrelado ao desenvolvimento exponencial das forças produtivas. Longe de atribuir esse aumento a este único aspecto, é preciso considerar que

²¹ Mandel distingue a Revolução Industrial das revoluções tecnológicas por entender, a partir de Oskar Lange, a importância que aquela adquire na História. Enquanto um marco da instauração de um novo modo de produção, a Revolução Industrial do século XVIII difere das tecnológicas, uma vez que estas se dão no interior do modo de produção capitalista e fazem parte das suas legalidades históricas. Sobre isso, ver nota de rodapé n. 25, página 84 (MANDEL, 1985).

as condições de acumulação passaram por um processo de aceleração e seriam partes componentes da crise que se seguiu.

Como mencionado, o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista se dá em detrimento da necessidade de expansão do processo de acumulação de capital. Conforme Mandel (1985) sobre as Revoluções Tecnológicas, os seus saltos se dão nos momentos de mudanças fundamentais no interior modo de produção, associadas às mencionadas “ondas longas”. Em maior ou menor grau, cada uma das revoluções coincidiu com os movimentos de expansão da acumulação. A primeira teria coincidido com a emergência da maquinaria na Revolução Industrial. A segunda situou-se em fins do século XIX e coincidiu com a passagem do capitalismo à sua fase monopolista. Por fim, a terceira revolução tecnológica situou-se na fase do chamado capitalismo tardio, em uma nova etapa do imperialismo.

Como um modo de produção tecnologicamente dinâmico, a tecnologia no modo capitalista sobrevive tanto quanto mais expande sua base técnica de produção.

[...] as revoluções fundamentais na tecnologia energética – a tecnologia da produção de máquinas motrizes por máquinas – aparecem assim como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX – tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII (MANDEL, 1985, p. 82).

Historicamente, as inovações tecnológicas, motivadas pela luta de classes, têm sido responsáveis pelo aumento da produtividade do trabalho. Nesse prisma, a Terceira Revolução acentuou a tendência à automação cada vez maior dos processos produtivos. Localizada no pós-guerra, essa tendência se aprofundou motivada pela corrida armamentista. A possibilidade de aumentar os lucros e sair na frente no jogo da concorrência era o fio condutor dos grupos industriais. Com efeito, ampliaram-se o grau de investimentos em P&D com vistas a desbancar a concorrência em contexto de alta competitividade.

Nesse percurso, o aumento da produtividade do trabalho alcançado com os processos de automação, ao aumentar a composição orgânica, permitiu que se produzisse um processo de acumulação considerável nas duas décadas a partir de 1945. Dentre os elementos considerados do ponto de vista econômico em relação à Terceira Revolução

Tecnológica, deve-se destacar a diminuição do tempo de produção, e por conseguinte da circulação do capital, de modo a planejar melhor os estoques, além da pesquisa de mercado, etc. (MANDEL, 1985, p. 138). Recordar-se ao que foi discutido no primeiro capítulo e as técnicas ligadas à produção no *just in time*.

Concomitantemente, tendo em vista as necessidades de valorização, evidencia-se cada vez mais a participação do capital constante no valor de cada mercadoria específica. Quanto mais se aumenta a porção de trabalho morto contido em cada mercadoria, menos trabalho vivo encontra-se nesta mesma mercadoria específica. Esse processo acentua uma outra consequência, que é a da necessidade de aceleração da rotação das partes de capital fixo, tendo em vista a aceleração das inovações tecnológicas.

Se a natureza específica da Terceira Revolução Tecnológica é conduzir o processo de automação a níveis mais altos, como decorrência do aumento da composição orgânica do capital, esse movimento se dá de modo simultâneo à busca pela aceleração do processo de inovação e a crescente incorporação de novos produtos do Departamento I²², ligados à produção de partes do capital fixo. Em consequência, aprofundam-se os investimentos em ciência e tecnologia ao passo que as instrumentaliza para efeito de acumulação. Isso ocorre porque cada vez mais que se articulam na produção ciência e tecnologia.

A despeito dessa relação, que já vinha sendo gestada, o volume e grau de importância da tecnologia e sua articulação com a produção assumiu níveis sem precedentes (MANDEL, 1985, p. 151). Essa marca da revolução veio acompanhada da necessidade cada vez maior de planejamento estratégico. As tecnologias desenvolvidas, muitas resultantes das pesquisas fomentadas nas Guerras, passaram ao crescente processo de automação em curso, que mais tarde viria a desembocar na criação da internet.

Concomitantemente, o processo de valorização passou a incorporar o planejamento quase como estratégia de guerra. Orienta-se, nesse mesmo sentido, a crescente necessidade do planejamento possibilitado pelos instrumentos de automação, que permitiam uma cada vez maior capacidade de processamento de dados.

[...] naturalmente, a planificação exata de investimentos, financiamentos e custos perde o seu sentido tão logo deixa de haver garantia de vendas. Em consequência, a lógica da terceira revolução tecnológica leva as empresas do capitalismo tardio a planificar as suas vendas, com o resultado familiar dos dispêndios colossais em pesquisa e análise de mercado, publicidade e manipulação dos consumidores, obsolescência planejada de mercadorias (o que muito frequentemente

²² Ao discutir a dinâmica de reprodução da divisão social do trabalho dos bens de produção, Marx (2014) atribuiu ao setor de produção de meios de produção o conceito de Indústrias do Departamento I e ao setor de produção de bens de consumo o conceito de Indústrias de Departamento II.

traz consigo uma queda na qualidade das mercadorias), e assim por diante. (MANDEL, 1985, p. 161).

Tal movimento provocava maior imbricação entre as esferas da produção e circulação de mercadorias. O planejamento passou a ser léxico prático-ideológico do processo de valorização. Esse movimento trouxe um conjunto de processos que almejavam o encadeamento das relações entre as esferas ampliado pelas tecnologias. Não obstante, esse movimento se acentua na mundialização, discutida anteriormente, de modo que, como afirma Chesnais (1996), na etapa de mundialização, a internacionalização da tecnologia não elimina suas contradições.

Ao contrário, as funcionaliza de modo que a maior expressão são as patentes ou concessão de licenças (CHESNAIS, p.147, 1996), em que se desenvolvem formas de rentismo associados aos direitos de lucro sobre a propriedade de descobertas científicas. As chamadas “rendas tecnológicas” (MANDEL, 1985), transformam essas descobertas em mercadorias, colocando sob o monopólio de alguns grupos o controle de determinadas partes importantes do processo produtivo. Acaba que o próprio processo de invenção se torna um negócio lucrativo, instrumentalizando cada vez mais a produção científica sob os domínios do capital.

Ainda assim, cooperação entre os grupos, no “compartilhamento” de elementos importantes das inovações tecnológicas, a busca pelo controle de fatias de dados, tal como planejamento não constituem resultado imediato no desbancar da concorrência. Sobretudo porque frequentemente se trata de processos de pesquisa arriscados, fomentados pelo Estado, ao passo que mesmo o planejamento não consegue eliminar as contradições da produção capitalista. O que garante o monopólio diante da concorrência é com frequência as próprias condições de monopólio dos grupos industriais. Logo, conforme Mandel (1985)

[...] em última análise, a impossibilidade de uma coordenação genuína entre os planos econômicos das diferentes empresas privadas não é devida – como sustentam os economistas burgueses – à incerteza e continuidade do progresso técnico, mas ao fato de que um comportamento que é racional para empresas individuais pode conduzir e, periodicamente, deve conduzir a resultados irracionais para a economia como um todo. (MANDEL, 1985, p. 173).

Nesse sentido, no bojo do capitalismo tardio, sobretudo no aumento da produtividade e a emergência da Terceira Revolução Tecnológica, é possível observar na dinâmica do capitalismo a partir da segunda metade do século XX, elementos que sinalizam para a possibilidade do entendimento do chão sob o qual se erige o comércio

eletrônico. Este tem como palco as transformações no processo de acumulação, sob o peso da flexibilidade. Do mesmo modo, não poderia expandir sem a capacidade tecnológica desenvolvida no pós-guerra, tendo como produtos imediatos os computadores.

Por conseguinte, embora tenha sido dimensionado o processo mais geral, é preciso discutir as especificidades dessa dinâmica, sobretudo nas tecnologias da informação e comunicação e o processo de reestruturação produtiva global que se deu após a instauração da crise. Se as condições de acumulação puderam se manter, mesmo que sem os patamares de valorização precedentes, foi pelo instrumental aberto pela reestruturação, que dotou o capital dos meios para acumular mesmo em um cenário de crise. É essa discussão que será feita no próximo tópico, a fim de trazer luz as condições técnicas e tecnológicas, assim como da reorganização dos processos produtivos sob novos formatos.

Dessa maneira, embora tenha sido discutido a importância do padrão de produção orientado pelo *just in time* e das relações contemporâneas entre esfera da circulação e esfera da produção, situando o *e-commerce* no bojo desse processo, enfatiza-se que tais transformações na realização do capital tem como fundamento as necessidades do processo de acumulação em curso. A emergência das vendas *on-line* está atrelada a esse movimento em que se coloca a mundialização do capital como dinâmica imposta, sobretudo, pelo ímpeto do capital financeiro.

Já foi discutido no tópico 3.2 que a mundialização expõe a dinâmica de realização do capital pelo globo. No entanto, considera-se retroceder um pouco, para ampliar as formas de compreensão do processo de acumulação que se evidencia a partir da segunda metade do século XX. É nesse sentido que emerge o processo de acumulação flexível enquanto resposta à crise da década de 1970 e que tem no “choque do petróleo” em 1973, sua manifestação imediata (HARVEY, 2016). Assim, a emergência e desenvolvimento do comércio eletrônico está imersa no processo de acumulação flexível, aprofundado na contemporaneidade.

Ernest Mandel, mesmo sendo marxista como David Harvey, ofereceu uma leitura sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Em *O Capitalismo Tardio*, o autor trouxe alguns elementos que ajudam a entender as transformações do capitalismo a partir da segunda metade do século XX. O fundamental foi trazer o aspecto da Terceira Revolução Tecnológica com vistas à compreensão de sua influência para emergência do comércio eletrônico. Uma vez que as tecnologias ganham proeminência,

fazem parte do quadro de transformações que emergiram da necessidade do capital em avançar no desenvolvimento das forças produtivas. As TICs, que serão discutidas mais à frente, são embebidas do processo que tem suas bases no avanço da automação.

A leitura de Harvey sobre o desenvolvimento, está, por sua vez, ancorada no debate da chamada “Escola da Regulamentação” (2016, p. 117). Tratava-se de um grupo de teóricos que propuseram a interpretação do desenvolvimento capitalista a partir de certa correspondência entre um “regime de acumulação e um modo de regulamentação política e social” (2016, p. 117). Essa combinação teria como fundamento basicamente a relação entre as condições de acumulação e o processo de reprodução da sociedade, no qual emergiriam um conjunto de normas, valores, aparatos institucionais, que garantiriam a coerência interna do regime. O esgotamento dele se daria quando as condições de funcionamento desse regime encontram-se mais ou menos abaladas, onde a crise emerge e força a necessidade de alteração. Harvey se apropria desse debate para compreender as transformações que se colocaram com mais força a partir da década de 1970.

Longe de contrapor as leituras, embora tenham diferenças específicas, a leitura de Mandel vem no tocante ao desenvolvimento desigual e combinado, tal como no papel que as inovações tecnológicas desempenharam nos processos de valorização e acumulação no pós-Guerra. Harvey, entretanto, discute as mudanças no processo de acumulação no quadro teórico da já mencionada escola da Regulamentação. Ambos colocam elementos para serem discutidos. Se para Mandel aparece com proeminência o papel da inovação no âmbito da taxa de lucro, para Harvey destaca-se o papel do capital financeiro no quadro da acumulação flexível.

Logo, no que tange à realização do capital, destaca-se, em ambos, a aceleração do movimento cíclico como reposta a crise, donde se evidencia o aumento das inovações tecnológicas e a relativa mudança no grau de importância do capital financeiro na economia como um todo. Nesse sentido, o processo de valorização tem que se dar cada vez mais de modo acelerado. Com efeito, as respostas do capital no processo de valorização relacionam-se diretamente com o padrão do *just in time*, uma vez que ele só se generaliza sob as condições da acumulação flexível. Do mesmo modo, relaciona-se também como a reestruturação produtiva assumida no interior da produção e que será discutida mais à frente, no tópico 4.2.

A despeito das diversas leituras de crise dentro do debate marxista, há uma convergência no tocante à década de 1970 ser um marco fundamental nas transformações

do processo de acumulação capitalista desencadeado na segunda metade do século XX. Nesse sentido, embora considerar necessário discutir a crise, objetiva-se nesse momento discutir principalmente as medidas posteriores a ela, entendendo-as também como reveladoras dos seus fundamentos. Assim, David Harvey quando no livro *Condição Pós-moderna* (2016) discute as mudanças nas práticas culturais atreladas às mudanças socioeconômicas do modo de produção, traz o conceito de acumulação flexível para explicar a forma predominante assumida pelo desenvolvimento capitalista a partir de então. Ele se deu como resposta à crise do modelo de produção fordista, que dominou o desenvolvimento capitalista dos países centrais, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

O regime de acumulação flexível surge como resposta à crise do regime fordista e seu correspondente institucional, o keynesianismo. Este, ao expandir-se no pós-Segunda Guerra, generalizou-se, mesmo de modo desigual, avançando na construção de certa “estabilidade” ao capitalismo, garantindo um processo de acumulação considerável no imediato pós-Guerra e após a crise de 1929. Basicamente o fordismo calcava-se na adoção, pelas grandes corporações, do planejamento em larga escala, pautado na racionalização das amplas facetas do processo produtivo e da vida social (Harvey, 2016, p. 122). O ideário de racionalidade instrumental voltado à pragmática passou a orientar os processos de produção de modo a acentuar o gerenciamento visando a subordinação do trabalho.

No mesmo sentido, caracterizava-se pela produção em massa de produtos padronizados, que tinham como carro-chefe a indústria automobilística estadunidense, sobretudo a partir das fábricas da Ford. No mesmo percurso, encontrava-se a formação do operariado massa, uma grande massa de trabalhadores reunidos na fábrica para a produção de mercadorias padronizadas. A garantia da produção em massa buscava ancorar-se no consumo em massa, como forma de criar um consenso com a criação de um modo do modo vida pautado no “estilo americano”. Na escala dos estoques, apareciam os grandes lotes de automóveis que abarrotavam os pátios das empresas.

No plano mundial e na contribuição para a coerência do regime de acumulação, emergiram instituições, os chamados organismos multilaterais, que no pós-guerra ganharam espaço, e passaram a atuarem principalmente na direção de afirmar a hegemonia estadunidense. A Organização das Nações Unidas – ONU, Organização Mundial do Comércio – OMC, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização do

Tratado do Atlântico Norte – OTAN e todas as instituições surgidas nesse período, manifestaram-se alinhadas e orientadas pela política econômica dos Estados Unidos. Compreende-se, evidentemente, que essa política acabava se espraiando para outras esferas da vida social, que não apenas a econômica, como por exemplo a hegemonia militar.

Ao Estado coube a responsabilidade de garantia do controle dos ciclos econômicos adotando políticas fiscais e monetárias que dessem a possibilidade dos investimentos a longo prazo, característica dos grandes projetos voltados para a produção. A política econômica tinha como fundamento a leitura de Keynes acerca da busca por uma demanda efetiva e pautada na ideia do pleno emprego. Acreditava-se que com a regulação do Estado na política econômica seria possível conter a instabilidade inerente ao modo de produção capitalista. A atuação estatal também garantiu à classe trabalhadora conquistas históricas como a ampliação de serviços públicos e direitos sociais como seguro-desemprego. Evidentemente que essas conquistas efetivadas pelo Estado foi efeito da pressão da ofensiva das lutas operárias e da Revolução Russa enquanto proposta de outro modo de sociabilidade.

Ainda assim, do ponto de vista das relações de classe, buscou-se articular um aparente compromisso entre o grande capital, o grande Estado e o grande trabalho, este último expresso na figura dos sindicatos (HARVEY, 2016, p. 136). O compromisso sintetizado no binômio fordismo-keynesianismo, estabelecia a mediação do conflito entre o capital e o trabalho no aparente benefício mútuo. Isto se dava, sobretudo, através da complementação salarial, os chamados “salários indiretos”, que garantiram uma série de serviços públicos, contribuindo para um rebaixamento no valor da força de trabalho, por meio do barateamento dos custos de reprodução social do trabalhador. A massa de mais-valor relativo foi aumentada, possibilitando altas taxas de lucro. Esses elementos do fordismo foram essenciais para garantir o desenvolvimento capitalista “saudável” e um processo de acumulação exponencial.

Além disso, o Estado atuava na disponibilidade de crédito barato, possibilitado pela arrecadação de impostos conseguida com o consumo crescente da classe trabalhadora, orientada pelo padrão de vida norte-americano. O consumo privado também crescia por meio da ampliação do crédito para o consumidor, possibilitando a aceleração da realização das mercadorias.

No plano financeiro mundial, a expressão desse movimento foi o acordo de Bretton Woods, quando a política financeira passou a ser regulada nesse padrão com o dólar como moeda internacional (HARVEY, 2016, p. 129). Buscava-se ajustar a dinâmica econômica por meio de taxas de câmbio fixas, em que cada país deveria adotar políticas para manter a mobilidade do capital financeiro focada em investimentos nacionais. Concomitantemente, a expansão do fordismo foi também a consolidação da hegemonia estadunidense enquanto potência mundial. Nesse sentido, seu desenvolvimento foi desigual e teve os Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão como dominantes.

Quando a crise explode, a reconfiguração do modelo de produção orienta-se pela alteração substancial dos padrões organizacionais. Para Harvey (2016), a rigidez fordista não respondia mais ao dinamismo necessário à mobilidade do capital com maior influência da esfera financeira, consequência direta dos níveis de acumulação precedentes. Se a palavra-chave do modelo de produção fordista era rigidez, no novo modelo a palavra-chave é flexibilidade. Os capitais buscaram ampliar as formas de liquidez enquanto remédio para a crise com o capital sobreacumulado. As tentativas de regular o irregular se mostraram ineficientes. As mesmas condições que possibilitaram os processos de acumulação precedentes demonstraram-se ineficientes para garantir a reprodução em escala ampliada.

A crise, na leitura de Harvey (2016), se deu pela impossibilidade do capital sobreacumulado encontrar as condições de valorização nos mesmos patamares anteriores. As consequências foram, sobretudo, uma hipertrofia do sistema financeiro possibilitada pelas condições de acumulação do pós-Guerra, das quais se destaca a crescente inovação tecnológica e aumento da produtividade, tal como a ancoragem do Estado na contenção da superpopulação relativa e rebaixamento do valor da força de trabalho.

Se anteriormente acreditava-se na ação estatal a responsabilidade para contenção das contradições do capital, a crise demonstrou que o Estado de Bem-Estar Social sai de “panaceia à veneno para o capital²³”. Se a ação estatal se apresentou como uma alavanca

²³ Afirmação trazida por Oliveira (2017) em sua tese de doutorado. Entre outras coisas, a autora argumenta sobre a impossibilidade de manutenção do aparente compromisso entre o capital e o trabalho mediado pelo Estado. A constituição funcional do Estado de Bem-Estar Social vem no bojo da intensificação das lutas operárias, pressionando o capital, por meio do Estado “provedor”, à possibilidade de contenção das revoltas e de rebaixar o valor dos custos de reprodução da força de trabalho. Na mesma direção, o processo de manter políticas fiscais e monetárias pautadas na fixidez, assim como crédito tanto ao consumidor, quanto aos capitais, colocava a possibilidade de ampliar a escala da produção e realização da produção em massa. A arrecadação ainda permitia os investimentos em ciência e tecnologia que depois trouxeram como resultado o avanço das indústrias informacionais. Quando a crise irrompe, todo esse aparato de certa estabilidade deve ser abandonado, e o Estado deve assumir uma outra postura, uma que garanta mais

para acumulação no âmbito da regulação, a desregulamentação precisava se impor para manter a valorização nos mesmos patamares anteriores. Nesse rol, algumas das ações precedentes tornaram-se fardos, sobretudo aquelas voltadas à reprodução da classe trabalhadora. Interessante notar que em ambas as formas o Estado se mantém como sustentáculo do processo de acumulação.

O Estado na sociedade capitalista é a forma política do capital (MASCARO, 2013), e por seu turno, surge e reforça-se no interior das contradições desse modo de produção. Assim, passou a distanciar-se das parcas funções de reprodução social, que caracterizavam o keynesianismo. Os termos do “compromisso” mostraram a relação irreconciliável entre o capital e o trabalho, uma vez que as políticas sociais, resultantes das lutas, davam a margem para pautar outras lutas, ainda que parte do sindicalismo passasse a se encontrar sob tutela do patronato. Esse mesmo sindicalismo impactou, sobremaneira, nas formas de luta contra o capital, que favoreceram a mudança na postura do Estado. A retirada de direitos e o processo de privatização que se deu só foram possíveis devido as derrotas sofridas pelo movimento operário naquele contexto.

No mesmo prisma, a política econômica deveria ser desregulamentada, de modo a possibilitar a livre mobilidade do capital pelo globo. Acreditava-se que a política econômica assumida pelo Estado tinha contido o capital nas economias domésticas. Precisava-se soltar-se das amarras estatais para realizar-se pelo globo. Assim, respondeu-se com a implementação de taxas de câmbio flutuantes e voláteis, que substituíram as taxas fixas de expansão do pós-guerra (Harvey, 2016, p. 135). Essa adoção, que solapou o sistema de Bretton Woods, sinalizava à novas formas do capital financeiro. Graças à forte concentração e centralização do capital, a alta capacidade ociosa dos capitais permitiram ao capital financeiro certa autonomia, ampliando a atuação dos grupos em outros campos que não o da produção.

Chesnais (1996) demonstra justamente uma certa maturidade do regime de acumulação flexível, que na década de 1990 se aprofundou com o processo de mundialização. Enquanto forma que já demonstra seu desenvolvimento, considera-se que a ampliação da flexibilidade e aceleração do tempo de giro adquire certas particularidades com o processo de mundialização. É nesse sentido, que Chesnais (1996) afirma

[...] para eles - os *grandes grupos*, a mundialização é sinônimo de abertura dos oligopólios nacionais e da rivalidade intensa, mas também

liberdade para o capital. Que intensifique a exploração do trabalho e que passe a se reafirmar enquanto “comitê gestor dos interesses da burguesia”, sobretudo pela adoção de políticas fiscais e monetárias impetradas pelas diferentes formas de capital financeiro.

significa recuperar a liberdade de ação, em particular a de poder organizar a produção, integrando as vantagens proporcionadas por diferentes aparatos produtivos ou sistemas nacionais de inovação, e explorando os diferenciais no custo da mão-de-obra (1996, p. 116, inserção do autor).

Assim, a mundialização decorre das condições propiciadas pelo modelo de produção adotado, que se encontra então baseado na flexibilidade como ponto de partida para a reorganização dos processos produtivos. Assim, entende-se que “a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 2016, p. 140). Esse processo provocou a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2016, p. 143). Do mesmo modo, deu ao capital novamente o instrumental necessário para ampliar sua mobilidade pelo globo. Uma das marcas desse novo regime é a crescente influência do capital financeiro no processo de produção. Ampliaram-se as formas de valorização que não aquelas que passam pelo processo produtivo, quando, como mencionado no tópico 3.1, D venha a tornar-se D’ sem passar diretamente pela esfera da produção, ainda que não se emancipe dela.

A reorganização da produção nesses termos inaugura um padrão que, sem romper necessariamente com a lógica fordista, torna-se mais adequada às novas demandas do modo de produção capitalista. Nesses termos, prossegue Harvey (2016) economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes (2016, p. 148). A criação de nichos de mercados bem específicos aprofundou a racionalidade da administração científica da produção. Assim, o papel do marketing na construção de desejos e conformação de um novo padrão de consumo, permitiu, ao lado da obsolescência planejada, acelerar o tempo de giro através do consumo acelerado.

Por isso, cabe mencionar novamente Harvey (2016) quando nos lembra que

[...] a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (p. 148).

Se a produção assume como orientação o princípio da flexibilidade, no consumo esse movimento tem que se dar na mesma proporção. Não obstante, a adoção do *just in time*, aparece como resposta fundamental a essas necessidades do processo de acumulação. Nos moldes da acumulação flexível a produção sob medida se interpõe na lógica da precisão dos mercados. A personalização assume um papel de modo que é preciso conquistar específicos clientes, ampliando as formas de consumismo exacerbado, que expõe uma forma mais fantasmagórica das mercadorias. A demanda passa a orientar a oferta de um modo mais preciso, enxugando os processos de produção.

O papel do consumo privado foi novamente alterado, junto à expansão do crédito ao consumidor, já assumida com o fordismo. A cultura do consumo de um novo modo de vida espalhava-se como forma de manter um consenso, embora contraditoriamente tenham se desenvolvido movimentos de contracultura que se contrapunham a organização de uma vida que só encontrava sentido na esfera do consumo privado. Logo depois, em virtude de condicionantes específicos, parte desses movimentos foram apropriados pela lógica do consumo de suas próprias identidades e gostos específicos, que passaram a serem produzidos artificialmente, visando a ampliação do consumo.

Se pôs, cada vez mais, o ímpeto da aceleração dos processos de produção e consumo, subjugados pelo tempo fugaz do capital financeiro. Nesse bojo, a aparente anomalia financeira, decorrente de um sistema inchado, e de livre mobilidade com a desregulamentação crescente, passaram a deter forte poder sobre a esfera produtiva. E o Estado, ao contrário de ser considerado um empecilho foi quem cumpriu o papel fundamental de garantir essa livre mobilidade e dar socorro financeiro às empresas globais. As formas foram desde a autorização das fusões, à constituição de políticas focalizadas, inibindo as políticas públicas de caráter mais universais. As políticas são definidas com vistas a não resolverem os problemas estruturais da sociedade, sobretudo nos países periféricos, onde a disputa pelo fundo público torna-se mais acirrada.

Há um deslocamento do que seria a postura do chamado ideologicamente de Estado provedor, que tinha adquirido em alguns países da Europa e América do Norte, sobre os serviços sociais como saúde, educação e uma série de serviços, transformando-o em um mercado lucrativo por meio das crescentes privatizações dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, a eliminação das barreiras necessárias à mobilidade do capital, que assumiam um caráter mais “nacional”, possibilitou àquele fluir mais livremente pelo

globo. Ainda, evidencia-se a roda de fusões e aquisições de grupos, elevando o patamar de concentração e centralização de capitais.

Assim, a forma do Estado se manifesta com a adoção do chamado neoliberalismo, ensaiado de forma pioneira na América Latina, a partir da ditadura de Pinochet, no Chile, e depois na Inglaterra e Estados Unidos, com os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Ao se colocar como uma nova forma assumida pelo Estado que se tornaria a mais adequada ao regime de acumulação, adotou um padrão de regulação que teria como marca a desregulamentação das leis trabalhistas e liberalização das fronteiras estatais, inclusive para o comércio internacional. A liberalização das barreiras foi fundamental para ampliar a mobilidade do capital, sobretudo com o processo de mundialização.

Antunes (2009, p. 68) afirma que a pragmática neoliberal tem como eixo central fortalecer a liberdade de mercado. Ao analisar o modelo que teria se dado seguindo a linha Thatcher, Antunes (2009) demonstra como a agenda neoliberal sedimenta a ampliação da esfera mercantil, seja pelas privatizações, seja pelo recuo e quase extinção do capital produtivo estatal. No plano ideológico veio acompanhado por um forte discurso focado nas políticas fiscais e monetárias, tomado por um rígido controle dos gastos públicos no que tange a investimentos sociais, enquanto se encontra mais flexível na liberação de recursos para pagamento de serviços da dívida pública.

Outro aspecto, e esse no que tange ao que tem sido discutido, se dá de modo a ampliar a intensificação de “inovações comerciais, tecnológica e organizacionais” (HARVEY, 2016, p. 140). Esse impulso à inovação aparece, sobretudo em decorrência da intensificação da concorrência internacional, organizada pelos grupos. Se expandiram os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), tanto por parte do Estado, quanto por parte das companhias e grandes grupos internacionais. Essas condicionantes, embora já viessem crescendo no pós-guerra, se aprofundaram com o novo regime de acumulação, uma vez que se acirrou a competitividade internacional entre os grupos.

Assim, Chesnais afirma (1996)

as transformações advindas, desde fins da década de 70, nas relações entre a ciência, a tecnologia e a atividade industrial fizeram da tecnologia um fator de competitividade, muitas vezes decisivo, cujas características afetam praticamente todo o sistema industrial (entendido em sentido amplo, e, portanto, abrangendo parte dos serviços) (p. 142).

No mesmo percurso, o acesso à informação se mostrou como diferencial na luta concorrencial, embora, como já mencionado, mesmo esse acesso à informação não elimina as contradições do bojo da produção capitalista. Se na contemporaneidade, como

mencionado no tópico 3.2, a presença da informação e dos dados constituem como pontos fundamentais, seu processo de busca tem como marco as mudanças na dinâmica da concorrência imperialista desencadeada no bojo da acumulação flexível e acentuada com o processo de mundialização do capital.

Notável crescimento se deu nas atividades de serviços, seja pelo processo de complexificação da divisão social do trabalho, seja pela possibilidade de acumular em outros setores que não o produtivo. Em certos aspectos, o crescimento dos serviços veio acompanhado da sua transformação em atividade produtiva, fundamental para o processo de valorização. Cresceram as subcontratações e atividades de consultoria, expressando a busca pela maior racionalização e planejamento. Essa dinâmica expõe também as novas formas de reorganização da atividade produtiva, que serão melhor discutidas mais à frente. Concomitantemente, no processo de mundialização, esses aspectos ganharam diferencial, ligados as relocações e a maior integração das atividades das firmas, possibilitadas pelo avanço das telecomunicações.

Destarte, a despeito desses aspectos fundamentais no processo de acumulação flexível, o que para Harvey (2016) adquire demasiada relevância é o papel atribuído ao crédito e ao capital financeiro. Com efeito, a leitura trazida a partir da Escola de regulamentação também focaliza na relação entre regulação e desregulamentação, o que traz efeitos sobre a atuação do Estado. No mesmo percurso, o papel do capital financeiro resulta dos condicionantes da superacumulação que não encontrou no processo de valorização a possibilidade de ampliar a reprodução. Logo, esse capital tem buscado formas de valorizar-se sem que passe de modo imediato pela esfera da produção.

No mesmo percurso, os grupos monopolistas têm se espalhado para campos outros, tendenciando a supercapitalização de atividades antes realizadas a partir de trabalhos privados, ligados ao setor de serviços. Na leitura de Mandel, a expansão do setor de serviços e das formas de realização da mais-valia no capitalismo tardio está atrelada também às condições de acumulação de capitais ociosos que não encontraram valorização imediata. O “desvio do excesso de capital para o setor de serviços” (MANDEL, 1985, p. 273) ajuda a fazer com que as grandes empresas não se voltem a querer avançar com mais força nos setores monopolizados, diminuindo os superlucros dos grupos que os dominam. Assim, as barreiras entre o produtivo e improdutivo vão borrando-se, colocando a possibilidade de acumulação sobre todas as esferas da sociedade. A ampliação das

atividades de realização é permeada por esse processo de complexificação da divisão social do trabalho na contemporaneidade.

Ademais, para Harvey (2016), um dos pontos fundamentais do regime de acumulação flexível e que se desdobra na produção do espaço, é o princípio da flexibilidade, enquanto necessidade do processo de produção, e a mobilidade do capital. Para o autor, as respostas à tendência de superacumulação e que é acentuada com a acumulação flexível, são os deslocamentos espaço-temporais. Harvey apresenta uma outra leitura desenvolvimento desigual, diferente da trazida por Mandel (1985) e da de Smith (1988), discutida no tópico anterior. Almejando “geograficizar” acumulação capitalista, Harvey (2016) expõe o desenvolvimento em que se expande a produção sobre determinados territórios, produzindo ordenamentos espaço-temporais, que ao possibilitar condições de valorização mais lucrativas, seriam locais estratégicos para a localização dos investimentos. Com efeito, a produção do espaço tem sido uma das formas pelas quais tem se depositado o capital sobreacumulado. A tendência de deslocamento das contradições para o espaço seria consequência da crise de subreacumulação, colocando novas possibilidades de valorização.

Do ponto de vista de um deslocamento temporal, ocorre que se dão as formas de expansão do capital fictício. Há um deslocamento para a valorização em processos futuros, ancorados em lastro real, mas que não possuem materialidade imediata. Essas formas têm sido algumas pelas quais o capital vem produzindo seus ajustes espaço-temporais como resultantes da superacumulação em curso e ao mesmo tempo como forma de absorção desses capitais ociosos.

Assim, Harvey oferece uma leitura de desenvolvimento geográfico desigual do capital, de onde se evidenciam os ajustes espaço-temporais, decorrentes, sobretudo, da tendência de superacumulação. Nesse bojo, a intensificação da aceleração dos processos de produção e realização encontra, na ordenação espaço-temporal os espaços e tempos de acumulação, ainda que essas alternativas não venham a resolver o problema da valorização a longo prazo, pois apenas deslocam para outros espaços-tempos. Questiona-se até quando e onde esses processos continuarão a se reproduzirem, uma vez que quanto mais se desenvolve, mais o modo de produção capitalista acentua suas contradições imanescentes, sobretudo no que tange à cada vez mais produção socializada e apropriação privada.

Outrossim, o processo de acumulação flexível dota-se de certo instrumental organizativo no âmbito da produção a partir da década de 1970. Como resposta as novas necessidades do processo de valorização global do capital, se colocou um processo de reestruturação produtiva, evidenciado pela adoção de padrões mais “enxutos”. Na estrutura da produção e suas esferas complementares, cresceu em nível de importância o papel das novas tecnologias, sobretudo aquelas originadas a partir da microeletrônica e que deram suporte ao surgimento da internet. É nesse curso que será abordada a discussão no próximo tópico.

4.2. Reestruturação produtiva e a emergência das novas tecnologias da informação e comunicação

O modo de produção capitalista historicamente tem passado por processos de reestruturação produtiva, como resposta às suas crises. Esses processos configuram um certo padrão de estrutura organizacional que em maior ou menor grau servem como ilustrativos das formas predominantes de extração e apropriação da mais-valia, e que orientam, com efeito, os processos de acumulação em curso. Se sob o modelo de produção fordista se generalizou um modo de acumulação de capitais, com a crise despontada, emerge um regime de acumulação organizado na flexibilidade. Este se dá tendo como parâmetro o processo de reestruturação da economia capitalista desencadeado na década de 1970 e que tem seguido seu curso até o momento.

Se a dinâmica capitalista produz uma determinada organização econômica por um tempo, para garantir uma determinada organização do ciclo do capital em seu conjunto, se coloca um determinado nível de desenvolvimento que se compensam mais ou menos garantindo a reprodução do capital. Assim, quando uma crise irrompe, se torna necessário um processo de reestruturação produtiva, alterando sobremaneira os padrões de produção, circulação, distribuição e consumo. Assim, quando explode a crise de 1929, desembocando na segunda Guerra Mundial, se produz posteriormente um processo de reestruturação produtiva. Com efeito, os padrões de produção levaram ao chamado de “Anos Dourados”, momento que se caracterizou pela organização da produção em torno do modelo de produção fordista-keynesiano. Esse equilíbrio parcial não suportou a dinâmica que se irrompe na década de 1970, fazendo com que se efetivasse um novo processo de reestruturação produtiva que permanece em curso até os dias de hoje.

De um modo geral, as discussões acerca do processo de reestruturação dão ênfase na dinâmica organizativa da produção e seus consequentes efeitos sobre os processos de trabalho. Assim, neste momento terá maior centralidade na discussão a reorganização da produção, deixando para ser discutido suas implicações nos processos laborais no capítulo subsequente. Enquanto necessidade do processo de valorização após a crise, os capitais se pautaram na busca pela reorganização da produção. Tais ações se deram assumindo a ideia de flexibilidade e de “enxugamento” das firmas produtivas. O excesso da produção em massa se colocava como problemático em um cenário de instabilidade crescente, denotado pela mobilidade geográfica do capital em sua forma financeirizada. É nesse sentido que Antunes afirma (2020)

Em seus traços mais gerais, é possível dizer que a empresa da era da flexibilidade liofilizada articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao empreendimento taylorista e/ou fordista. Ela se estrutura com base em uma organização do trabalho que resulta da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional; desenvolve uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à deslocalização produtiva, à terceirização (dentro e fora das empresas); utiliza-se do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”; além de incentivar, de todos os modos, o “envolvimento participativo”, que preserva, em seus traços essenciais, os condicionantes anteriormente apresentados. (2020, p. 107).

Nesse sentido, a reestruturação constitui-se como um processo que carrega elementos do velho, ao ponto que se apropria das dinâmicas do novo padrão da produção capitalista. Constitui-se enquanto continuidade/descontinuidade dos padrões organizativos fordistas/tayloristas, dos quais mesclam o gerenciamento e controle rígido da produção, sob uma forma de flexibilidade. Ainda assim, denota um marco fundamental para as mudanças em curso e que se refletem nas atividades comerciais.

Nessa direção, compreende-se que as reestruturações historicamente fazem parte da lógica de desenvolvimento capitalista. As próprias “ondas longas” mencionadas no tópico anterior denotam um padrão de organização da produção que adquire certa vitalidade no processo de acumulação. Na primeira metade século XX, como afirma Alves (2007) “a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas” (p. 155). Um processo que alterou os padrões de produção de mercadorias e os processos de trabalho, organizados de modo desigual e pautados na racionalização cada vez maior dos processos produtivos. Logo, conforme Harvey (2016), se esboça um regime de acumulação pautado na rigidez fordista. Destacadamente, essa

rigidez tinha como expressão o encadeamento das atividades no interior da fábrica, com a repetição de etapas e sua coordenação entre diferentes trabalhadores no processo produtivo.

Na segunda metade do século XX, conforme Antunes, a reestruturação produtiva se colocou como “resposta à crise estrutural” (2009, p. 37), voltada para uma reorganização brutal dos processos produtivos com vistas a manter em curso o processo de acumulação, ainda que acentue cada vez mais a contradição de uma produção totalmente incapaz de ser racionalizada sem degradar a base estrutural desse modo de produção, que é o trabalho. Do que se depreende, é possível afirmar que a reestruturação corresponde ao processo que altera concretamente a estrutura predominante dos processos de valorização do capital em determinada etapa do desenvolvimento histórico.

O entendimento de Antunes fundamenta-se na leitura de crise estrutural apresentada por István Mészáros no livro *Para Além do Capital* (2002). Para este último, essa crise se particulariza em relação as demais nesse modo de produção, uma vez que ela é sistêmica e atinge à estrutura da produção capitalista, o processo de valorização. Ao invés de se constituir como mais uma das crises conjunturais, a crise estrutural expressa uma das contradições fundamentais do capital, que é a negação do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, cada vez mais em que se reproduz no processo metabólico. Com efeito, quanto mais se aumenta a composição orgânica do capital e a eliminação do trabalho vivo, mais esse processo tem provocado implicações na taxa de lucro médio, ainda que, como lembra Mandel (1985), a taxa média de lucro possui desigualdades em seu interior.

Nesse curso, a eliminação de trabalho vivo encontra-se sempre relativizada, uma vez que o movimento do capital que nega o trabalho vivo em um setor ou local de produção, se apropria de outros, como consequência da *lei* do desenvolvimento desigual e combinado. Outrossim, o processo de negação do trabalho vivo assume a sua dimensão de afirmação categórica por meio da tendência de declínio da taxa do lucro médio e do processo de precarização estrutural do trabalho. Assim, uma das consequências da busca de aumento de taxas de lucro, dentre outras formas, pela incorporação de mais trabalho morto, é o desemprego estrutural mesclado com a intensificação da exploração laboral.

Nesse caminho, a crise estrutural se manifesta ao atingir a estrutura do capital, que é o processo global de produção da mais-valia. Dessa maneira, se atinge a estrutura do capital, defende-se então que se dê um processo de reestruturação produtiva constante

com vistas aprimorar a extração do sobretrabalho e manter o processo de valorização em curso. Como resposta, esse movimento de maneira alguma consegue resolver a problemática, uma vez que não elimina o causador, que é justamente o capital enquanto processo em crise permanente em sua própria estrutura metabólica. As legalidades de sua dinâmica impelem cada vez mais a acentuação das próprias contradições da produção socializada e apropriação privada.

Na mesma direção, a crise não manifesta a impossibilidade de acumulação de capital. Ocorre justamente a impossibilidade de valorização nos patamares até então alcançados, fazendo com sejam buscadas outras formas de valorizar que não na esfera produtiva. Daí reside que, se o processo de valorização tem como suporte o processo de trabalho na produção de mercadorias, e os capitais têm deslocado a valorização para outras formas de valorização que não a esfera produtiva, o processo de acumulação capitalista tem se pautado na valorização pela negação das condições fundamentais da própria valorização. Tem se pautado na expansão de formas de capital fictício, que ao invés de ampliarem a reprodução, do ponto de vista do que seria a lógica do capital, não tem mantido os patamares de valorização da mesma magnitude da expansão conseguida nos anos do imediato pós-Guerra. Logo, conclui-se que o processo de acumulação tem se dado cada vez mais aprofundando essas formas de valorização.

É nesse sentido que se coloca o processo de reestruturação enquanto aspecto a ser considerado em meio à acumulação flexível. Pois mesmo em crise, não significa que não haja processo de valorização e mesmo de acumulação de capital. A crise se coloca justamente quando os patamares de valorização não correspondem à média das taxas de lucro necessárias para manter a dinâmica reprodutiva em patamares consideráveis. Ironicamente, mesmo a reestruturação não blindo o capital das intempéries da crise. Talvez o elemento considerável resida no entendimento, por parte dos capitais, de que a reestruturação poderia resolver as contradições de uma produção sem o mínimo de controle social.

Entretanto, Antunes (2009) afirma que o processo de reestruturação produtiva foi a forma de “dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (p. 33). Esses patamares são associados justamente ao período fordista-keynesiano, onde registrou-se um processo massivo de acumulação de capitais. O mesmo autor afirma que os “sinais críticos” do esgotamento do modelo rígido de produção se tornaram evidentes, sobremaneira pelos seguintes motivos: queda na taxa de

lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do “Estado do bem-estar social” e incremento acentuado das privatizações (2009, p. 31-32). Tais manifestações sinalizavam para um cenário de mudanças nos padrões de produção e consumo, associados a um novo regime de acumulação.

Assim, a busca de saídas para a crise do capital na década de 1970 provocou a reorganização da produção sob novos padrões. Um processo de reestruturação produtiva se impõe, voltado ao ajuste das consequências ao invés das causas. Por isso, mesmo tal processo tem apenas remediado os efeitos, recuperando o fôlego, se colocando diante da possibilidade de crises emergentes de modo constante diante da volatilidade do sistema do capital em sua forma financeira e de sua relativa autonomia frente à esfera da produção. Dessa maneira, flexibilidade torna-se o mecanismo de garantia do processo de extração da mais-valia em decorrência das novas necessidades de um sistema fortemente instável, no qual a esfera dos riscos transfere-se ao trabalho.

Nesse quadro a emergência do chamado toyotismo enquanto modelo de produção tornou-se o princípio organizacional. Sua difusão, ainda que desigual, tem como localidade primeiramente o Japão a partir da década de 1950, mas tornou-se mais difundido após a crise e o processo de mundialização do capital da década de 1980 (ALVES, 2007). O sucesso do toyotismo enquanto modelo de produção coincide com o sucesso da produção industrial japonesa no âmbito da economia mundial. Ao propor uma estrutura organizativa mais “enxuta”, a organização toyotista possibilitou maior controle do planejamento da produção e deu uma resposta imediata ao problema da não realização das mercadorias.

Conforme Alves (2007) o toyotismo se constitui pela “produção fluida, flexível e difusa” (p.158). Apesar de se articularem em maior ou menor grau, essas dimensões englobam significados distintos no seio da nova organização produtiva. Nesse percurso, envolve os modos de contratação e relações salariais, onde o foco é o maior controle dos processos laborais sob o novo ritmo da indústria. Ele é mais flexível com a incorporação dos dispositivos organizacionais orientados pelo *just in time* e o chamado *Kan-ban*.

A generalização do padrão *Kan-ban*, adotado nas empresas como expressão da reestruturação, indica o controle do processo de produção com vistas ao aumento da produtividade. De um modo geral tem na evolução contínua da produção e na cooperação o aspecto fundamental que permite a relação das tarefas de modo articulado com fim

único de conquistar determinado objetivo. Segundo Antunes (2009) esse padrão baseia-se em placas ou senhas que sinalizam o estoque, com uma imbricação destes movimentos. *O just in time*, acentua, no mesmo caminho, a produção sob escopo.

A flexibilidade era operada pela crescente automação, destacando-se a presença das TICs, das quais o computador passou a ser elemento fundamental. Seja no processamento de dados, seja na articulação de comandos mais velozes e flexíveis, o processo de automação caminhava a passos largos, exigindo maior molejo por parte dos trabalhadores, com uma produção mais dinâmica. O mesmo processo se deu no bojo das relações contratuais, onde operou-se cada vez mais a flexibilização das relações trabalhistas.

Na mesma direção, a produção difusa era exemplificada pela expansão de redes de subcontratação (BIHR, 1998; *apud* ALVES, 2007). Esse mecanismo se confirmava com as terceirizações e cada vez mais a construção da firma sem necessitar da contratação direta de trabalhadores, colocando-os sobre sua hegemonia sem mesmo ter de se preocupar com os empecilhos das relações contratuais. Consagrou a ampliação da possibilidade de valorização com a incorporação e interpenetração de formas improdutivas.

Um outro elemento atribuído por Alves (2007) à difusão do toyotismo diz respeito às relações de classe. Os termos do “compromisso” fordista se tornaram mais amargos. E o capital entrou em quadra de ofensiva histórica sobre o trabalho. Os mecanismos manipulatórios, sejam aqueles diretos, ligados aos meios de comunicação de massa, seja as formas de controle por meio da tutela sindical, foram surtindo efeito. A isso se somava o envolvimento manipulatório no chão da fábrica, através de gratificações, dos chamados empregos vitalícios e coisas dessa direção. De modo que, como afirma Alves

o sucesso do sistema Toyotista vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária e à decapitação (e neutralização) do seu “intelectual orgânicos” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de *neutralização político-ideológica da classe operária* no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguraram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical (2007, p. 162).

Nessa direção, a reestruturação englobou, conseqüentemente, aspectos para além dos muros da fábrica, implicando seja em outras esferas do ciclo do capital, seja na própria divisão do trabalho no interior da fábrica.

Outrossim, a produção enxuta que advém como forma de correção da produção em massa se utiliza fortemente das inovações tecnológicas. Essas inovações refletidas no quadro da Terceira Revolução Tecnológica, tem provocado impactos seja no processo produtivo, seja nas relações de trabalho. Logo, passa a generalizar-se de modo desigual o “uso de tecnologias produtivas (automação, robôs) e novas formas organizacionais como o sistema de gerenciamento de estoques “*just-in-time*”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo. (HARVEY, 2016, p. 148). O princípio da produção enxuta amplia-se para o campo da realização das mercadorias de modo a produzir estoques baixos e muitos ligados ao consumo individual. Em suma, o novo padrão de organização da produção se pauta na flexibilidade e na busca de uma produção mais enxuta. O objetivo desta é justamente o controle da distribuição de mercadorias.

Além do mais, dentre as alterações trazidas pelo novo modelo de produção, uma dessas formas diz respeito à incorporação da ideia de “qualidade total”, enquanto padrão na produção das mercadorias. Contraditoriamente, a qualidade total se converteu na perda da qualidade das mercadorias, na busca de acelerar o tempo de rotação. Por isso o consumo acelerado vem atrelado à produção em tempo hábil e sob escopo. Nele, se acentuou a “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias” (MESZAROS, 1995; *apud*, ANTUNES, 2009), provocando uma produção de mercadorias com tempo de vida cada vez mais curto.

A descartabilidade se expande nessa forma produção destrutiva, onde a destruição é pressuposta da própria produção. Tal cenário foi possibilitado com os avanços das tecnologias, capazes de alterar a matéria a nível molecular. A biotecnologia, assim como os novos materiais e o campo da física quântica foram instrumentalizados para a ampliação da produção destrutiva. Nesse curso, o quadro compósito do processo de reestruturação é acompanhado de transformações na dinâmica do consumo de mercadorias, produzidos com pressuposto de sua destruição. De modo trágico, isto se reflete também na descartabilidade do humano na dinâmica do desemprego estrutural.

Uma outra dimensão da reestruturação produtiva corresponde à mudança na organização dos processos de produção imbuídos cada vez mais da presença da tecnologia. Esta, desenvolve-se tendo como base a microeletrônica, que desembocou na criação da internet, em conformação de uma rede de *hardwares* e *softwares* presentes nos

processos produtivos e acentuando a flexibilidade. A automação, que já vinha crescendo, ganha novos contornos, evidenciando-se a presença das tecnologias da informação.

Se no modelo de produção fordista a indústria automobilística era a expressão do padrão, na acumulação flexível esse papel cabe às indústrias de aparelhos de informatização, com foco na produção de computadores e aparelhos celulares. Assim, centraliza-se a análise, neste momento, na compreensão do crescimento dessas formas do aumento das forças produtivas, sua gênese e desenvolvimento que possibilitaram sua presença nos processos de produção e realização das mercadorias.

As TICs talvez sejam a expressão mais acabada da terceira revolução tecnológica. No essencial, trata-se de acelerar os processos de valorização para possibilitar ao processo de acumulação formas mais flexíveis e menos incertas de se apropriar de maior parte da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, a partir de finais do século XX, passou a disseminar-se o uso dessas tecnologias, ao passo que se tornaram um campo para um processo de acumulação, reconfigurando a totalidade dos Departamentos I e II da economia. Caso mais emblemático são os das plataformas e redes sociais, que tem se generalizado no século XXI e já foram discutidas no capítulo anterior. Seu surgimento e difusão se deram somente com a criação das infraestruturas necessárias, que englobam seja o aparato imediatamente físico, sejam as redes digitais possibilitadas pelo surgimento da internet.

Uma das leituras “clássicas” no debate das tecnologias na sociedade se encontra na obra de Manuel Castells. O sociólogo espanhol, ao discutir a “Sociedade em rede”, traz um entendimento crítico das transformações na sociedade a partir do último quartel do século XX. Para o referido autor, o significado da sociedade em rede imprimiu nas relações sociais a rede, enquanto “nós”, que nos encontraríamos interconectados. Assim, esse processo teria um impacto tamanho na sociedade, comparado às dimensões do que foi a Revolução Industrial. Embora não esteja no campo estritamente marxista, Castells oferece um crítico diagnóstico sociológico da sociedade no uso das novas tecnologias. Assim, cabe trazer seu entendimento das tecnologias da informação. Conforme Castells (2023)

[...] entre as tecnologias da informação, incluo, como todos, o *conjunto convergente* de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiofusão, e optoeletrônica. Além disso, diferentemente de alguns analistas, também incluo nos domínios da tecnologia da informação a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações. (p. 87).

Essas tecnologias deram suporte ao surgimento e difusão da internet. Como infraestruturas essenciais, se tornaram suportes para a transformação das bases materiais onde se realizam as comunicações, passando a acelerar a difusão da informação e comunicação. O mesmo autor enfatiza que a transformação na sociedade que vem junto à internet seria uma verdadeira “revolução da tecnologia da informação” (2023).

A internet surgiu como resultado dos investimentos realizados em P&D e inovação, sobretudo pela acentuação destes no pós-Guerra. A aceleração da inovação após a Segunda-Guerra e o consequente rearmamento (MANDEL, 1985, p. 176-177) com a chamada corrida armamentista provocaram o surto de avanço tecnológico que fecha o final do século XX e inaugura o XXI. Resultado de uma maior “articulação entre Estado e empresa, através dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação” (BOLAÑO, 2007, p. 262), os sistemas informacionais fizeram-se como instrumental técnico e tecnológico necessários para o processo de automação crescente. Simultaneamente, os ramos de tecnologia passaram a receber altos investimentos, criando indústrias e mesmo refuncionalizando antigas do ramo. Com o surgimento da internet, que é um marco de dimensões consideráveis, as tecnologias passam a se encontrarem sob mudanças mais velozes e constantes.

Do que se entende por tecnologias da informação tornam-se relevantes os campos abertos para a microeletrônica, biotecnologia e telecomunicações (BOLAÑO, p. 59, 2002). Elas se encontram tanto no interior das fábricas, quanto na sociedade como um todo. O poder de difusão e aceleração do uso destas, colocou a capacidade do processamento de informações em um patamar jamais visto antes. Do mesmo modo, contribuíram para o processo de automação crescente, evidenciado nos atuais usos da chamada Inteligência Artificial, que tem colocado novos desafios no tocante à regulação social. Embora entenda que seja necessário regular, produzida no seio de uma sociedade baseada na acumulação de capital, não é somente seu uso que define problemáticas como as que tange aos empregos. Ademais, as atuais tecnologias têm como base a aparelhagem funcional gestada na década de 1970.

Conforme Castells (2023) ainda que a “revolução da tecnologia da informação” tenha como marco o surgimento da internet, esta foi concebida como sendo filha da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o destaque encontra-se na década de 1970, quando as primeiras formas de conexão em rede foram gestadas. Foi necessário antes desenvolver os aparelhos funcionais à melhoria da comunicação. Para o autor, três campos definem a

trajetória das descobertas tecnológicas posteriores: a microeletrônica, os computadores e a telemática (2023, p. 95).

No que tange ao primeiro, seu avanço está atrelado ao desenvolvimento do microprocessador pela empresa Intel. Este consiste basicamente em concentrar a capacidade de informações em único chip. Os chips são basicamente um conjunto de transistores que permitem as conexões entre circuitos integrados. Os semicondutores, como devem ser definidos (CASTELLS, 2023), abriram a possibilidade de integrar mais circuitos em menores objetos. À medida que foi se ampliando, foi possível incorporá-los cada vez mais em outros objetos e ampliar a conexão intra e entre máquinas.

No caso dos computadores, trata-se de aparelhos, surgidos para processar informações mais rápido por meio de comandos binários. Suas formas mais primitivas remontam à década de 1950 e estavam atrelados aos objetivos militares da Segunda Guerra. Mas foi na década de 1970, quando foi incorporado o microprocessador a um computador de menor escala, que este deixou de estar estritamente nas salas dos espaços militares e passaram a serem mais utilizados pela sociedade civil. Em relação à telemática, os “avanços importantes em optoeletrônica (transmissão por fibra ótica e laser) e a tecnologia de transmissão por pacotes digitais promoveram um aumento surpreendente da capacidade das linhas de transmissão” (CASTELLS, 2023, p.100). A construção e aprimoramento dessas linhas proporcionavam uma maior difusão da informação e seu consequente processamento. Ampliaram as infraestruturas, redes e satélites que facilitavam a comunicação sem fio.

Assim, foi só então com dadas condições de infraestrutura físicas, que pôde a internet surgir como infraestrutura digital que poderia realizar a conexão global. A ARPANET, como foi conhecida a primeira versão da internet, foi resultado de uma estratégia militar, com cooperação científica e inovação tecnológica (CASTELLS, 2023, p. 100). Recebeu esse nome em referência a sua principal fomentadora: A Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Arpa) do Departamento de Defesa dos EUA. A internet surge no contexto de buscar conectar aparelhos computadores sem a necessidade da fiação.

A rede de computadores, da qual se manifestou primeiramente em algumas universidades, precisava ampliar formas de comunicação entre si, possibilitados através de um protocolo de comunicação geral. Foi nessa tentativa que surgiu o padrão dividido em dois: o servidor-a-servidor (TCP) e protocolo inter-redes (IP). Esse protocolo

(TCP/IP), surgido em finais da década de 1970, passou a ser utilizado como padrão de conexão entre computadores nos EUA (CASTELLS, 2023), generalizando-se posteriormente para a Europa.

Mas foi só com a criação do site WWW (*World Wide Web*), uma tela mundial que organizava o conteúdo dos sítios da internet por informação, que se criou uma interface mundial que colocava a sociedade cada vez mais “em rede” (CASTELLS, 2023). Surgiu na Europa, em 1990, no “*Centre Européen pour Recherche Nucleaire* (CERN) em Genebra, um dos principais centros de pesquisas físicas do mundo. Foi inventada por um grupo de pesquisadores do CERN chefiado por Tim Berners-Lee e Robert Cailliau” (CASTELLS, 2023, p. 106). Assim, a rede de internet tal como conhecemos hoje passou a ossificar mais com a constituição desse site e aprimoramento dos seus mecanismos. Dessa maneira, conforme Castells (2023)

a equipe do CERN criou um formato para os documentos em hipertexto ao qual deram o nome de linguagem de marcação de hipertexto (*hypertext markup language* – HTML), dentro da tradição de flexibilidade da internet, para que os computadores pudessem adaptar suas linguagens específicas dentro desse formato compartilhado, acrescentando essa formatação ao protocolo TCP/IP. Também configuraram um protocolo de transferência de hipertexto (*hypertext transfer protocol* – HTTP) para orientar a comunicação entre programas navegadores e servidores de WWW; e criaram um formato padronizado de endereços, o localizador uniforme de recursos (*uniform resource locator* – URL), que combina informações sobre o protocolo do aplicativo e sobre o endereço do computador que contém as informações solicitadas. O URL também podia relacionar-se com uma série de protocolos de transferência, e não só o HTTP. O que facilitava a interface geral (2023, p. 106).

Para o mesmo autor, a emergência e difusão das TICs tem como parte fundamental o volume do processamento de informações. Sua possibilidade de transformá-las em dados surge como uma consequência desse quadro que se amplifica com a presença da internet e a unificação da maior quantidade de dados possíveis. Como mencionado, Castells (2023), coloca o surgimento desta como um fenômeno de tamanha envergadura quanto a Revolução Industrial do século XVIII, tendo em vista seus desdobramentos em diversas áreas da vida social.

Na aurora do século XXI, as inquietações se manifestavam, por exemplo, em relação às regulações, direitos de propriedade, formas de proteção da privacidade, etc. A “revolução” na tecnologia foi ser expressa, na cena cinematográfica, com filmes como *Matrix* (1999), um tipo de ficção que apresentava questionamentos em torno da relação homem-máquina e das formas entre o que é real e o que é mera produção. Representava

a efervescência em relação à²⁴ ideologia do progresso tecnológico operada pelo avanço das TICs, com evidência na internet.

É inegável, nesse sentido, que a internet tem sido um dos mecanismos que operam verdadeiras mudanças na vida social. No entanto, considerá-la de tamanha importância quanto a Revolução Industrial pode contribuir tanto para diminuir o peso desta enquanto fato histórico que marca a transformação de um novo modo de produção, quanto para superestimar o tamanho daquela, uma vez que não altera a estrutura da sociedade burguesa. Sobretudo porque não rompe com os pilares do modo de produção capitalista, que é a relação capital e seu processo de extração de mais-valia. O uso da internet, nos processos de produção e realização das mercadorias acabam por se tornar mais um dos meios pelos quais o capital tem se apropriado do desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda assim, é compreensível a leitura de Castells, ao escrever em um cenário de mudanças que se desenhavam, e por seu turno, de incertezas. Incorpora, de certo modo, as análises das chamadas “sociedades do conhecimento”, “sociedades da informação”, “sociedades pós-industriais”, típicas do véu ideológico que se criou no último quartel do século XX e que buscavam negar a centralidade do trabalho enquanto conteúdo explicativo da realidade.

Outrossim, a expansão da internet e das TICs não rompe com as relações centro-periferia, e aprofunda a lógica do desenvolvimento desigual, refuncionalizando a DIT. Seja no âmbito do acesso à internet, também no âmbito do consumo das tecnologias produzidas, as relações desiguais são operadas pela manutenção das desigualdades. Sobretudo porque aquelas indústrias que já dominavam a produção de ciência e tecnologia, tanto nos Estados Unidos, quanto em alguns países europeus e alguns países asiáticos, saem na frente e com frequência operam uma “busca por cérebros” dos países periféricos.

Isso pode ser expresso nas próprias descobertas tecnológicas e nos seus países sede. De um lado opera os EUA, notadamente na região do Vale do Silício. Localizado na porção oeste do país, essa área se tornou a sede das maiores empresas fabricantes de tecnologia do mundo. Esse verdadeiro parque tecnológico também se tornou a localização das chamadas *big techs*, as grandes empresas de tecnologia que se expandiram após a crise de 2008. Assim, a gênese e desenvolvimento das TICs obedeceu ao padrão

²⁴ Filmes e séries de televisão norte-americanas como *Star Wars* (Guerras nas Estrelas, 1977) ou *Star Trek* (Jornada nas Estrelas, 1966), expressaram, em anos anteriores a ficção em relação às perspectivas dos avanços tecnológicos.

desenvolvimento desigual, sendo que a criação das principais redes surgira tanto nos EUA, quanto na Europa, com centralidade para o primeiro.

A difusão da internet Brasil foi analisada por Prado (2011). Embora sob um enfoque neo-schumpteriano, a autora traz uma historiografia da evolução da internet no país. Assim, conforme (Prado, 2011), as primeiras iniciativas voltadas para o uso da internet são da década de 1970, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), quando ainda era uma empresa pública. Nesse curso, foi criado em 1979 o Laboratório Nacional de Rede de Computadores (LARC), pautado na organização de uma rede instituições acadêmicas voltadas para constituição de uma rede nacional. Com o tempo, criou-se a Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

Conforme Pires (S. d.) a RNP pôde avançar com a iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e com apoio das Fundações de Amparo à pesquisa, junto aos governos estaduais. A criação de um Grupo de Trabalho para criação de uma rede de pesquisa nacional sobre o chamado ciberespaço, como iniciativa do MCT, foi um importante impulso. A localização das primeiras iniciativas era restrita às universidades, sobretudo aquelas localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país. O destaque foi para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nesse bojo, no que tange ao poder público nacional, “em 1994 há a iniciativa do governo de desenvolver a internet no Brasil, ficando a cargo do apoio da Embratel a criação da infraestrutura para receber o provimento de internet no protocolo TCP/IP”, como atesta Prado (2011, p. 34). Assim, passou a se acelerar as possibilidades de extensão da internet pelo país, de tal maneira que foi criado o Comitê Gestor de Internet (CGI) em 1995.

A internet no Brasil passou a ser de caráter comercial e sob a responsabilidade de entes privados, quando, em 1998, ocorreu processo de privatizações das Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebrás) (PRADO, 2011, p. 36). A privatização das telecomunicações abriu, no Brasil e no mundo, a condição de torná-la lucrativa. Muito se especulava sobre lucratividade que poderia vir a partir de investimentos nessa atividade.

Assim, observando a possibilidade de lucros, a internet passou a ser comercializada. Do mesmo modo, e acompanhando as trajetórias internacionais, recebeu altos investimentos, vistos como oportunidades para o processo de acumulação. Ao gerar especulação sobre seu aspecto lucrativo, criou-se uma bolha de investimentos.

A “Bolha das Pontocom”, como ficou conhecida, correspondeu ao surto de especulação iniciado em meados década de 1990 até os anos 2000 e que culminou na quebra de empresas, das quais se evidencia Nasdaq. A alta especulação na bolsa das novas empresas de tecnologia na bolsa de Nova Iorque veio acompanhado de sua queda, seu processo de desvalorização e posteriores vendas (PRADO, 2011).

Por sua vez, a internet passou a se generalizar pelo país, embora venha acompanhando um crescimento desigual. Logo, foi notada a necessidade de criar mecanismos de avançar na ampliação das redes digitais na sociedade brasileira. De modo que, conforme Prado (2011) “pela importância de se coletar dados sobre as TICs no Brasil, o CGI.br passou a conduzir a realização de pesquisas por meio do CETIC.br - Centro Estudos sobre o uso das TICs a partir de 2005” (p. 50). Dessa maneira, buscou se articular melhor o quadro de pesquisas sobre as TICs, tanto no âmbito das empresas, tanto na população como um todo. O foco era desenvolver iniciativas para ampliar o uso das TICs por parte da sociedade brasileira. A autora conclui, a partir dos dados do CETIC.br, que o acesso desigual reflete as desigualdades de renda, assim como as desigualdades regionais presente em todo o território brasileiro.

Nesse sentido, é preciso compreender as TICs no quadro da reestruturação produtiva do capital, que, por sua vez, colocam nos processos produtivos uma capacidade de readaptação em velocidades que não eram possíveis em processos anteriores. Isso se dá, pois os dispositivos organizacionais sob o jogo da flexibilidade conseguem oferecer diagnósticos quase que de modo simultâneos acerca da demanda de determinadas mercadorias, como mencionado na discussão do *just in time*. Assim, essas tecnologias abrem espaço para quase que um processo constante de reestruturação, no qual a informação vai ganhando maior relevo.

A possibilidade de coleta e análise dos dados e seu processamento foi elevada a uma potência mais alta no que tange as informações sobre a dinâmica econômica. A capacidade de armazenagem e processamento de dados jamais vista, foi propiciada pela expansão dos computadores e conduz a uma retroalimentação constante. Isto tem se dado não só devido as maiores saídas e entradas, como também em relação ao comportamento de tendências do mercado, a criação destes, informações sobre outros grupos, descobertas científicas, entre outras coisas. Sua importância tem forçado a uma busca cada vez maior da aceleração tecnológica, uma vez que a informação, quando trabalhada pode se transformar em conhecimento com aplicação para fins de acumulação.

Outrossim, o capital tem se apoderado das conquistas tecnológicas, instrumentalizando a razão e o conhecimento enquanto possibilidades de aumento do lucro. Embora essa dinâmica já venha se processando ao longo de todo o século XX, o que se inaugurou a partir da década de 1970 e que tem se aprofundado, é o movimento brutal de transformação da ciência e da tecnologia em campos para a acumulação de capital, sobretudo no que tange aos dados.

Importante assinalar que o uso de informação e coleta de dados sempre fez parte da história do modo de produção capitalista. Se até o desenvolvimento da administração científica e uso destes cada vez mais planejado fez parte da conjuntura do fordismo, no processo de acumulação flexível eles passam a ganhar um outro grau de importância. Na contemporaneidade, eles se ampliam, embora o que se mudou foi a quantidade de dados que com a tecnologia pode se extrair (SRNICEK, 2018). Seu alto número tem permitido às plataformas fomentar o consumo através da produção de desejos manipulatórios. Estas, como já discutido, são as formas aparentes de desenvolvimento das TICs. Funcionam articulando o uso e produção de dados sobre seus usuários, com foco aos usos econômicos destes. Desse modo, a privacidade tem sido capturada por empresas gigantes do ramo de tecnologias. Mais do que meras redes de mediação entre pessoas e/ou empresas, as plataformas são estruturas de acumulação de capital.

Autores como Pessanha (2020) tem discutido a emergência de um modelo de produção definido como “plataformismo”, que, segundo ele, se apropria dos regimes anteriores e incorpora como novidade o processo de plataformização em curso. Sua temporalidade estaria circunscrita ao início do século XXI, sobretudo após a crise de 2008. O autor debate como as plataformas digitais têm contribuído para o aumento da extração de dados, e sua transformação em mercadoria. Seguindo o mesmo percurso que SRNICEK (2018), afirma

O capitalismo de plataformas depende da colossal captura diária de dados, hoje na casa de quintilhões. Dados que se transformaram em mercadoria única (em grandes volumes, sendo, portanto, uma *commodity*). Dados capturados, armazenados e movimentados demandam uma infraestrutura (plataformas) e outras condições que viabilizam o mundo digital e sua importância no capitalismo contemporâneo (PESSANHA, 2020, p. 7).

As plataformas digitais, PDs como ele define, são meios para realização da intermediação e o consumo, de modo a neste momento poder extrair os dados e reforçar o mecanismo de retroalimentação. Uma compra é feita, registra-se o gosto, e logo com um tempo, podem ser recebidos anúncios com propagandas do produto ou serviço

comprado. Na mesma direção, conforme o mesmo autor “além da conectividade e intermediação, as PDs permitem o rastreamento da informação que junto da captura de dados permite a extração de renda também na etapa de circulação entre a produção e o consumo” (PESSANHA, 2020, p. 6, 2020). Da mesma forma, não entram diretamente na produção do mais-valor, mas contribuem para aceleração do tempo de circulação.

Essas dimensões incorporam mecanismos da reestruturação produtiva e da acumulação flexível, expressados na flexibilidade e produção sob escopo, assim como no uso das TICs. Envolvem a expansão de formas improdutivas de valorização, e a lógica do *just in time*, como formas de acelerar a rotação do capital. A fábrica “enxuta” encontra nessas empresas o modo de ser dinamizada a produção e realização de mercadorias. O comércio eletrônico, no âmbito desse processo, é síntese desses movimentos imbricados e que se condicionam mutuamente. Se interpenetram sob as determinações do capital em seu processo de valorização. Enquanto forma de realização das mercadorias, o comércio eletrônico está de modo mais aparente na lógica das plataformas. Nesse sentido, conforme Pessanha (2020, p. 7)

A lógica da plataformização atua exatamente na redução da desvalorização ao aproximar as distâncias e encurtar o tempo no processo de intermediação entre a demanda e a produção, fazendo ainda junção dos fluxos digitais com os materiais em nova etapa do modo de produção capitalista. As PDs não acrescentam valor em movimento, mas evitam a desvalorização na etapa de circulação da qual faz parte, quando efetiva a apropriação pela função que realiza.

Assim permitem uma maior interpenetração entre as esferas da produção e do consumo, intermediadas pela circulação acelerada. Reforçadas através da apropriação de dados, que possibilitam sua posterior venda, as PDs trazem a presença das TICs de modo mais recorrente nos processos de produção, atravessadas pela reestruturação produtiva. Em suma, as novas tecnologias reforçam a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas na atualidade. Autores como Pessanha e Srnicek refletem sobre os novos processos, sinalizando a inegável mudança em curso e propondo análises que reforçam o aspecto dos dados. Ademais, refletem sobre o novo no velho processo de produção e circulação sob o modo capitalista de produção.

Outrossim, o próximo tópico tem como foco discutir o avanço das novas tecnologias sobre a esfera da circulação através da atividade mercantil em Itabaiana-SE. Para tal movimento, se fez necessário compreender como se processaram as mudanças nos processos de acumulação e valorização na contemporaneidade, dos quais se evidencia

o conjunto que engloba “formas da reestruturação produtiva” (ALVES, 2007), tal como a emergência das novas tecnologias e sua utilização nas atividades comerciais.

4.3. As novas tecnologias na velha atividade comercial em Itabaiana-SE

O desenvolvimento das forças produtivas tem se desdobrado para a esfera da circulação, evidenciado na emergência do comércio eletrônico. A produção em massa das TICs tem provocado a necessidade de absorção desses produtos em ramos que até então não se utilizava, como no âmbito dos comércios, sem falar nas inovações nos processos bancários. Assim, a expansão desses produtos encontra mercado potencial em dois aspectos: primeiro porque até então não se utilizava com tanta frequência, pois constituem-se como componentes fundamentais dos processos de vendas na contemporaneidade. Segundo porque esses produtos são fabricados com data de validade cada vez mais curtas, esboçando a produção destrutiva com a obsolescência programada. Nesse sentido, no que tange ao primeiro, é importante assinalar que sua presença na esfera de realização das mercadorias tem se ampliado em virtude das necessidades impostas pelo modo de produção em sua atual fase.

É com vistas a debater implicações dessas tecnologias na atividade mercantil em Itabaiana-SE, que se insere a presente discussão. Se por um lado as funções de realização passaram por transformações desde a emergência do regime de acumulação flexível e a mundialização do capital, é com as inovações tecnológicas que esse processo se aprofunda. De modo que, como já foi discutido, a modalidade de vendas pela internet surgiu em fins do século XX. Já foi também discutido que as TICs surgem no bojo da reestruturação produtiva e que expressa os avanços tecnológicos alcançados. Com efeito, é fato corrente que na contemporaneidade ganharam evidência as empresas de comércio eletrônico. Se seu surgimento se atrela à expansão da internet tal como conhecemos, hoje se encontram em uma forma mais madura, representado nas empresas plataformas. Tratam-se, de maneira geral, de grandes grupos do varejo internacional, dotados de um valor de mercado considerável e um modelo de negócios cada vez mais enxuto.

Diríamos que essas são as formas mais desenvolvidas do comércio eletrônico, das quais se evidenciam a *Shopee* e *Amazon*, tal como *Alibabá*, *Shein*, *Aliexpress*, *Mercado libre*, *Temu*, *Ebay*, etc. São empresas recentes e que atuam, sobretudo, como agentes da circulação do capital, notadamente no processo de realização das mercadorias. Se trata de plataformas digitais dotadas de altos investimentos financeiros, decorrentes da

impossibilidade de valorização por outros meios. A *Shein*, por exemplo, empresa chinesa que foi fundada em 2008, representa um dos maiores grupos globais do varejo de roupas. Essas empresas possuem alguns traços em comum, que se encontram na tecnologia e nos investimentos financeiros, ao passo de ganharem notoriedade a partir da crise de 2008. Elas esboçam uma tendência apontada por Mandel (1985): que ao chegar a um patamar de superacumulação, os capitais não encontram condições de valorização almejados, tendem a migrar e produzir uma supercapitalização de setores da realização das mercadorias.

Concomitantemente, tem ocorrido um crescente processo de automação também da esfera da circulação em particular dos comércios, que foi possibilitada pela emergência das TICs. Essa automação tem como propósito a realização mais rápida do capital e o consequente aumento da taxa de lucro. Nesse percurso, conforme Mandel (1985)

na época do capitalismo tardio, o processo de capitalização, e, consequentemente, da divisão de trabalho, adquire nova dimensão também nessa esfera de mediação. Aqui também, mais tarde ainda que na agricultura, a mecanização triunfa, promovida sobretudo pela eletrônica e pela cibernética (p. 270).

Em paralelo, a atuação global dos grupos se aproveitou de um cenário de crise e da abertura comercial provocada pelas desregulamentações na década de 1990. Assim, tem se ampliado as funções de realização, decorrentes da complexificação na divisão social do trabalho e o crescente uso de TICs nos processos de vendas. Elas demonstram a “extensão” da reestruturação para o ramo comercial, inclusive com empresas responsáveis principalmente pelas funções de realização. Com efeito, essas empresas com frequência têm buscado a articulação com bancos para realizar as intermediações diretamente no grupo, aprofundando a estrutura monopolizada. Assim, Mandel (1985) mais uma vez nos ajuda, quando afirma

quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas. A tendência à redução do tempo de giro do capital, inerente ao modo de produção capitalista, só pode tornar-se realidade se o capital (comercial e financeiro) se apossar cada vez mais dessas funções intermediárias. (p. 269-270).

As atividades de realização têm sido colocadas sob o ímpeto de aceleração dos processos de circulação, sob os quais as TICs têm cumprido importante papel. Tal processualidade se deu, como já discutido, graças às redes telemáticas que inauguram, na década de 1990, a era de busca da conectividade universal. Interessante notar que a

presença dessas tecnologias fez com que os grupos de vendas presenciais, adotassem o *e-commerce* enquanto estratégia. Lembramos Chesnais (1996) quando afirma que nos termos vagos ambíguos da mundialização, é preciso “adaptar-se”. Não à toa a palavra resiliência é tomada com forte utilização no cotidiano. A adaptação vem com a adoção das vendas *on-line* como aspecto da inovação – outro signo ideológico.

A atuação nesse viés é vista por parte de grupos do varejo de produtos variados, que antes possuíam seus sites e passaram a criar também os aplicativos, com vistas a concentrar as vendas e manter o monopólio. Caso emblemático é da Magazine Luiza, Grupo de varejo nacional que possui aplicativo próprio para as vendas. A empresa atua como loja física, *marketeplace*, atua na distribuição de mercadorias, tal como no controle das formas de pagamento. Dessa maneira os aplicativos oferecem um outro aspecto, além de serem propriedade das empresas que o criam, podem facilitar a coleta de dados sobre o comportamento do consumidor e insuflar anúncios para manter em alta o impulso ao consumo. Na mesma direção, uma vez que são baixados nos telefones celulares, qualquer momento se torna potencial para venda ou compra de mercadorias. Diferem-se, pois, dos sites, pela facilidade de acesso, assim como a lógica de redes, já discutida por Srnicek (2018).

Assim a sofisticação dos meios de vendas com o *e-commerce* consiste no uso da internet como meio de comercialização das mercadorias. Nesse modo, tem se alterado a forma como as mercadorias são trocadas no mercado. Ao contrário de estarem dispostas apenas em prateleiras para as vendas, elas também se encontram disponíveis em sites e aplicativos criados para comercialização - ou não (caso das redes sociais em que se realizam vendas, mas que não são organizadas para esse propósito). Nesses meios as mercadorias encontram-se dispostas para vendas, onde o consumidor registra sua escolha a partir de comandos direcionados nos sites, define seus produtos específicos, quantidade, forma de entrega, formas de pagamento. No caso dos aplicativos, há uma avaliação do produto. Se necessitar trocar, o consumidor deve acessar, por meio do site/aplicativo, o vendedor (a) e tentar resolver sua situação.

Boa parte desse processo se dá de modo automatizado, mediado pela máquina (por mais que existam, em muitos casos, pessoas que fazem esse atendimento). Em alguns casos, os autoatendimentos expõem o processo de automação das formas de comercialização. Por um lado, ocorre a automação da compra pelo aplicativo ou site, por

outro, há automação mesmo no espaço físico da loja. A internet acaba por permitir a conexão simultânea nesse processo.

As empresas têm se pautado na busca de ampliar todos os canais possíveis. Se utilizam mesmo de redes sociais como *WhatsApp* para atendimento *on-line*. Lojas de departamento como o grupo C&A, possuem site, loja física, aplicativo. Empresas brasileiras do mesmo ramo como Renner e Riachuelo seguem a mesma lógica. Com suas lojas físicas e virtuais, manifestam-se em canais diferenciados para realizar as vendas. No cerne dos processos de vendas contemporâneos não deve ser desconsiderado o papel das TICs.

A tendência de automação já vem se processando há um tempo e as plataformas talvez expressem sua forma mais desenvolvida até o momento. No entanto, acredita-se que o elemento conjuntural da pandemia tenha acelerado. As plataformas, sobretudo de *e-commerce* serviram para mediar as compras e vendas em um cenário de impossibilidade das compras presenciais e de incertezas. Reafirmaram a lógica da produção *just-in-time*, sobretudo porque “as abordagens locais sob medidas” se colocavam na necessidade das vendas no “tempo e no espaço certo²⁵”. Amplificadas pelas plataformas, as funções de realização da mercadoria encontravam-se nas redes que também colocavam as vendas no alcance do mercado mundial.

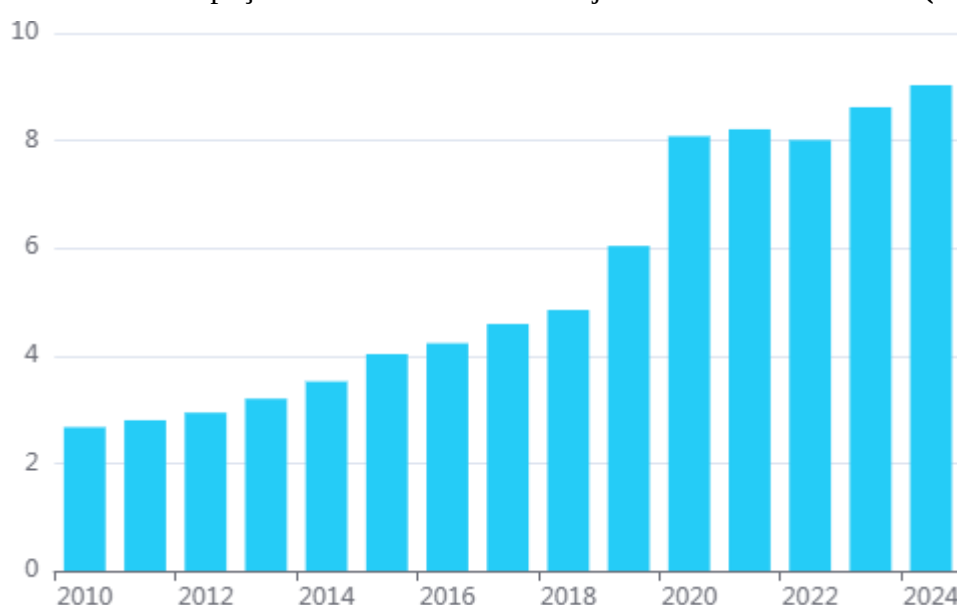
Tal desdobramento, se apresenta no plano local, com o papel da circulação no processo da acumulação de capitais. Na forma de filiais ligadas as redes, algumas empresas já têm vendido não só as mercadorias do estoque, como também as possíveis mercadorias que chegarão. Quase que uma produção sob encomenda, esse movimento pode estar intensificando o processo de circulação do capital. No âmbito dos poucos riscos, as fábricas descentralizam as vendas em redes de subcontratações, caracterizando o processo de que Alves (2007, p. 159) citando Bihr (1998) discute como aspecto da produção difusa. Os grupos colocam as tarefas da realização para empresas localizadas em *shoppings* de capitais e grandes cidades, assim como pequenas empresas comerciais em cidades com considerável comércio.

No Brasil essa realidade não é diferente. Sendo um país assumido ideologicamente como emergente, e possuindo um bom mercado interno a ser explorado, tem sido espaço

²⁵ Alusão à definição de *just in time*, que em tradução literal significa no tempo certo. Diríamos também que tendo em vista a racionalização do processo produtivo avançando para as esferas dos comércios, poderíamos dizer que nas condições de mundialização do capital, a possibilidade de mobilidade do capital se reflete na localização mais precisa da realização das mercadorias. Tal como uma mira que define precisamente o alvo, os mercados globais definem precisamente o local e se territorializam.

de territorialização de grupos ligados ao varejo, ao passo que seu próprio mercado interno se expandiu nas duas primeiras décadas do século XXI. A partir do primeiro governo Lula, em 2003, foi sendo ampliado o consumo através do crédito ao consumidor. Embora isso tenha se convertido em um processo de endividamento das famílias, possibilitou aos grandes grupos do varejo nacional ampliarem seu escopo de vendas. Na mesma direção, estes passaram a se utilizarem dos novos mecanismos de realização de mercadorias, como a modalidade de vendas *on-line*. Segundo dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico - ABComm, é possível observar como o *e-commerce* conta hoje com cerca de 9 a 10% de participação nas vendas no varejo nacional.

Gráfico 3 – Participação do *e-commerce* no varejo brasileiro 2010 – 2024 (%).



Fonte: ABComm, 2024.

Como se observa, as vendas *on-line* têm feito parte do quadro do varejo tradicional no Brasil. Saíram de um pouco mais de 2% em 2010, para quase 9,5% no ano de 2024. Esses dados demonstram o crescimento nos últimos anos, ao passo que demonstram também que o ano de 2020 houve proeminência, o que coincide com o primeiro ano da pandemia no Brasil. Assim, o elemento conjuntural pode ter acelerado uma tendência já em curso. De tal modo essa forma de comércio vinha se desenvolvendo que o salto nas vendas passou de 57,44 bi no ano de 2019, para 107,24 bi no ano de 2020, segundo dados do Observatório do Comércio Eletrônico Nacional.

Essa última instituição parece confirmar a tendência de consolidação do *e-commerce* no Brasil. Sua amplitude tem como elemento de expressão a criação, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), de um

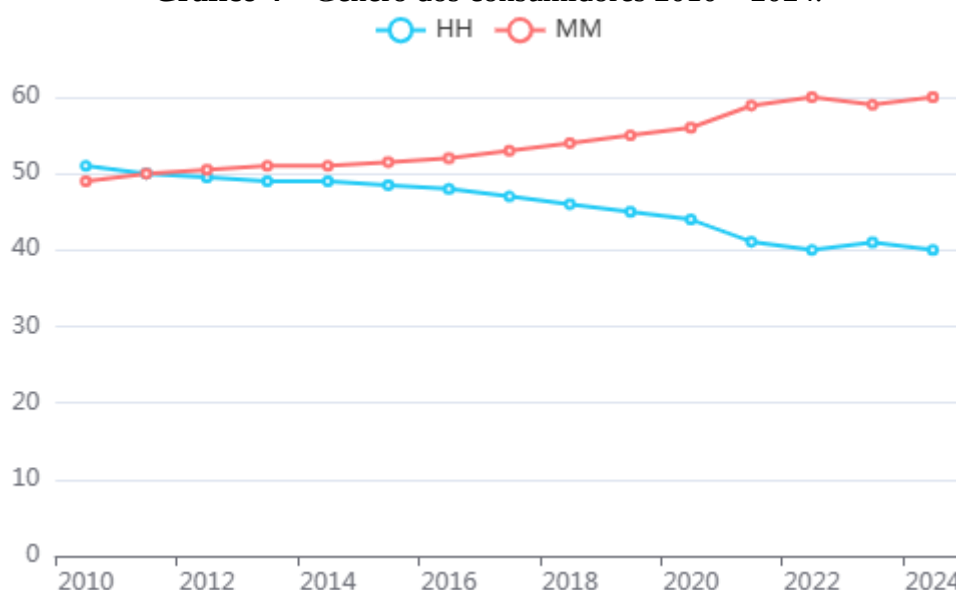
Observatório do Comércio Eletrônico Nacional no ano de 2023²⁶, tendo como objetivo a sistematização de dados sobre a nova modalidade de vendas, que deixou de ser um recurso ocasional, para confirmar sua existência perene. Dessa maneira, o país passou a ter mais uma fonte de dados para análise dessa modalidade de negócio na escala nacional.

A ABComm desenvolveu um *dashboard*²⁷ para demonstrar os números do *e-commerce* nacional. Ainda que demonstrem a mesma tendência, a ABComm possui dados com cifras maiores que os dados do observatório vinculado ao governo federal. Para o ano de 2023, esses números totalizaram o montante de 185,7 bilhões de reais. Desses, registrou-se um número de 395,1 milhões de pedidos e 87,8 milhões de compradores. Analisando a variação histórica, observa-se a tendência do crescimento das vendas. Saindo do número de 69.88 bilhões de reais em 2018, passando para 89.96 bi em 2019, e chegando as cifras de 126.45 em 2020, ano em que já encontrávamos no contexto da pandemia do novo coronavírus. No ano de 2010 essas cifras correspondiam a 16.88 bi. Observa-se uma diferença em relação aos dados do Observatório do Comércio Eletrônico Nacional trazidos acima, na tabela 1 e gráfico 1.

Em relação ao perfil de compradores no *e-commerce*, observa-se que no ano de 2023 os homens correspondiam ao número de 41% em contraponto as mulheres com 59%. As compras realizadas por homem vinham em queda desde o ano de 2010, quando correspondiam a 51%, atingindo seu ponto mais baixo em 2022, com 40%, voltando a subir no ano de 2023.

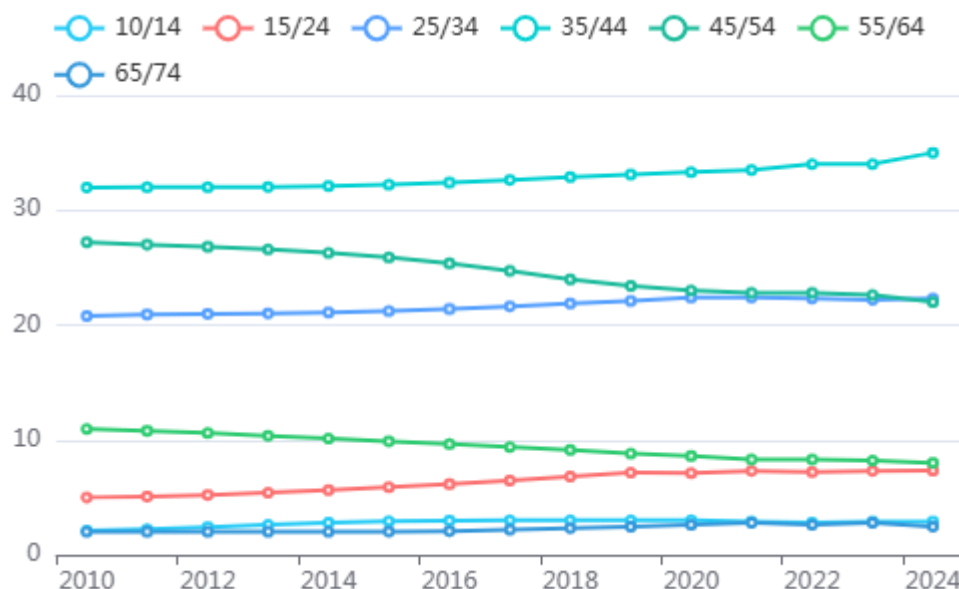
²⁶ Criado no ano de 2023, o Observatório consiste em uma plataforma na qual o governo federal registra os dados do comércio eletrônico nacional. Esses dados são coletados a partir das notas fiscais, em parceria estratégica com a Receita Federal. Com elas são obtidos os valores das transações entre os estados e as relações de comércio entre regiões. Para mais informações do lançamento da plataforma, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=h68xpncnTYE>. Acesso em: 04 mar. 2024.

²⁷ Basicamente consiste em um painel de indicadores dinâmico, que funciona para demonstrar as variações de determinados processos.

Gráfico 4 – Gênero dos consumidores 2010 – 2024.

Fonte: ABComm, 2024.

Quanto à faixa etária, o maior montante de compras no Brasil foi realizado pela faixa que compreende os 35/44 anos. Com cerca de 34% dos números para o ano de 2023. Nesse rol, seguem as faixas dos que possuem 45/54 e 25/34, com 22,6% e 22,2% cada respectivamente.

Gráfico 5 - Faixa etária dos consumidores 2010 – 2024.

Fonte: ABComm, 2024.

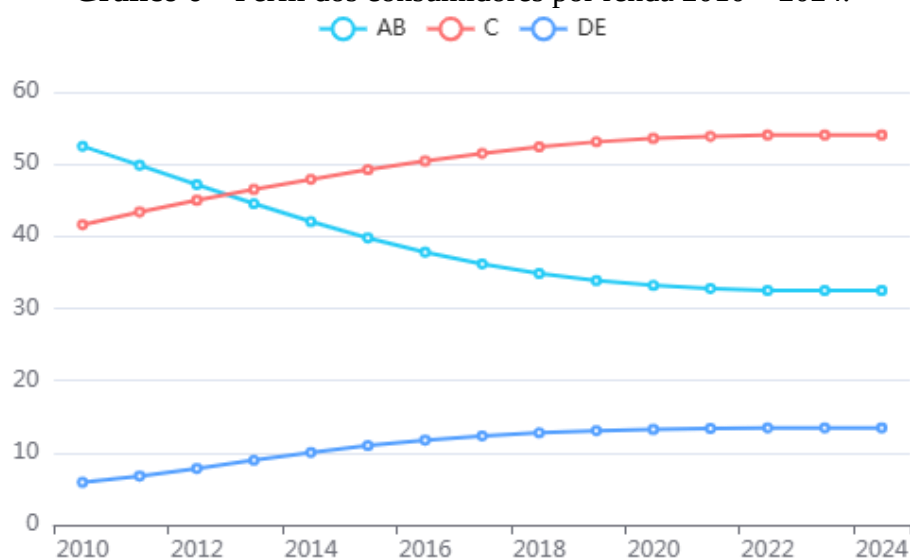
Em relação a nível de renda em classes de consumidores, observa-se que a classe C lidera de modo disparado os números com 54,05 % das compras no ano de 2024. Somados a classe DE, saltam para 67,51% e consolidam as maiores percentagens de

consumidores. Esse aspecto revela expansão do consumo de classes mais baixas, bem como maior acesso à internet por parte desses grupos.

Esses grupos de consumo podem indicar a busca por condições de compras em melhores preços, uma vez que as vendas *on-line* permitem maior opções de compras. Aspectos como frete grátis podem ampliar as possibilidades de compras pela internet, o que pode ter impactos nos preços das mercadorias. Ao mesmo tempo, pode também ser indicativos de comportamentos de consumo manipulatórios, incentivados por meio de anúncios direcionados por meio dos algoritmos. Que, por sua vez, podem indicar mecanismos de manipulação e vigilância produzidos através da dinâmica das redes.

O’Neil (2020), ao discutir os *algoritmos de destruição em massa* faz uma correlação entre variáveis que demonstram a ausência de neutralidade nos algoritmos. Ao produzirem padrões de consumidores, nos quais se destinam anúncios ao passo que definem os grupos focais a receberem determinadas publicidades, os algoritmos se configuram como modos de organizar grupos de consumidores por nível de renda, escolaridade, raça, etnia, etc. A autora analisou diferentes formas pelas quais o algoritmo define grupos sociais, desde quem procura emprego à pessoas em que destinam-se anúncios de universidades a serem pleiteadas. Concluiu-se que boa parte das publicidades insufladas em redes sociais passam pela criação e/ou apropriação de desejos e sentimentos, atingindo com mais efetividade grupos de menor instrução e baixas rendas. Embora o estudo parta da realidade dos Estados Unidos, talvez esse aspecto ajude a dimensionar o porquê do consumo de grupos de baixa renda registrados no Brasil, como pode ser destacado no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Perfil dos consumidores por renda 2010 – 2024.

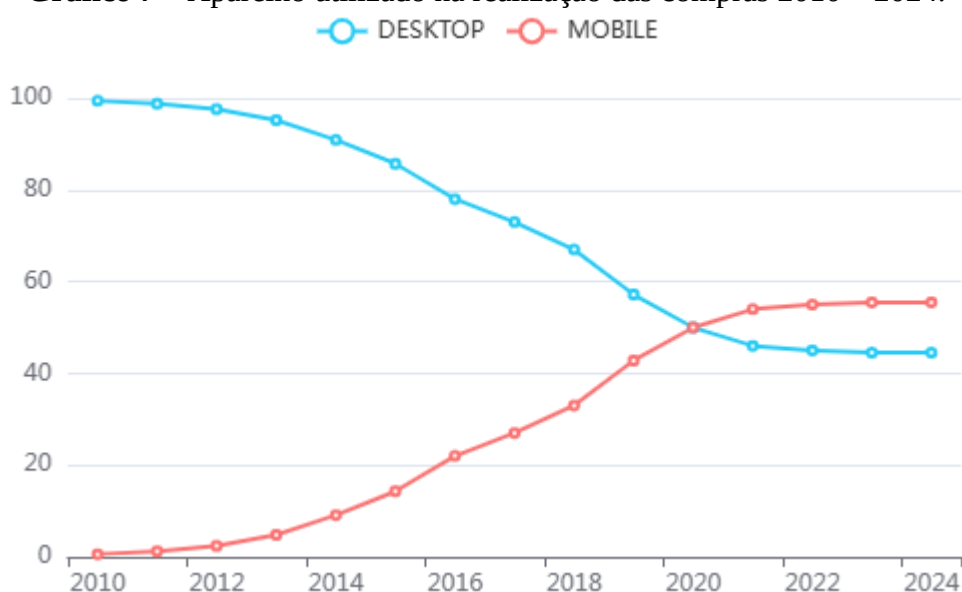


Fonte: ABComm, 2024.

Outro aspecto relevante diz respeito aos dispositivos utilizados para compra. O uso de desktop (computadores fixos) respondia ao percentual de 99,4% no ano de 2010. Em 2023 apenas 44,5% das vendas ocorreram por meio desse equipamento. Já o uso de dispositivos móveis como celular, por exemplo, era responsáveis por 0,6% das vendas, saltaram para 55,5% no mesmo período, sendo atualmente o principal meio para compras nesse tipo de comércio.

O uso cada vez maior dos dispositivos móveis como celular permitiu o desenvolvimento de aplicativos podendo colocá-los como aplicativos de vendas, ou até mesmo funcionalizar outros tipos de aplicativos para fazer deles instrumento de vendas. Como o caso do *WhatsApp* como uma das modalidades utilizadas também para vendas. Deste modo, é possível observar o deslocamento das compras feitas por computadores, para aquelas feitas no celular. E isso fica explícito no caso das plataformas na contemporaneidade. Essa dinâmica poderia ser notada a seguir.

Gráfico 7 – Aparelho utilizado na realização das compras 2010 – 2024.



Fonte: ABComm, 2024.

Se observa que a supremacia do celular ocorreu justamente no ano da pandemia, 2020. Embora seu uso já viesse crescendo, o celular tem se consolidado como um meio de realização de compras *on-line*. Esse dado sinaliza a movimento em torno da facilidade das compras *on-line*, que antes precisavam de um local específico, agora pode ser feita em qualquer lugar, desde que haja internet e um dispositivo móvel para tal. Como já mencionado, com os aplicativos esse processo fica muito mais rápido, tendo em vista a estrutura voltada ao acelerado processo de compra.

A despeito disso, mesmo a presença nas plataformas contribui com dados, que sinalizam o comportamento do consumidor. A partir do que ele navega, seleciona, coloca ou retira no carrinho, dos botões que clica, todos esses momentos são registrados no banco de dados da empresa dona do aplicativo. Ao registrar esse comportamento, poderão as empresas insuflarem anúncios a fim de incentivar ao consumo.

Na mesma direção, o movimento se reafirma quando se observa os dados do número de empresas que dispunham de dispositivos móveis para fins de trabalho às pessoas ocupadas no Brasil. Segundo o Cetic.br - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, no ano de 2021, cerca de 73,3% das empresas responderam que sim, e 26,7% responderam que não, o que pode ser conferido na tabela a seguir (11).

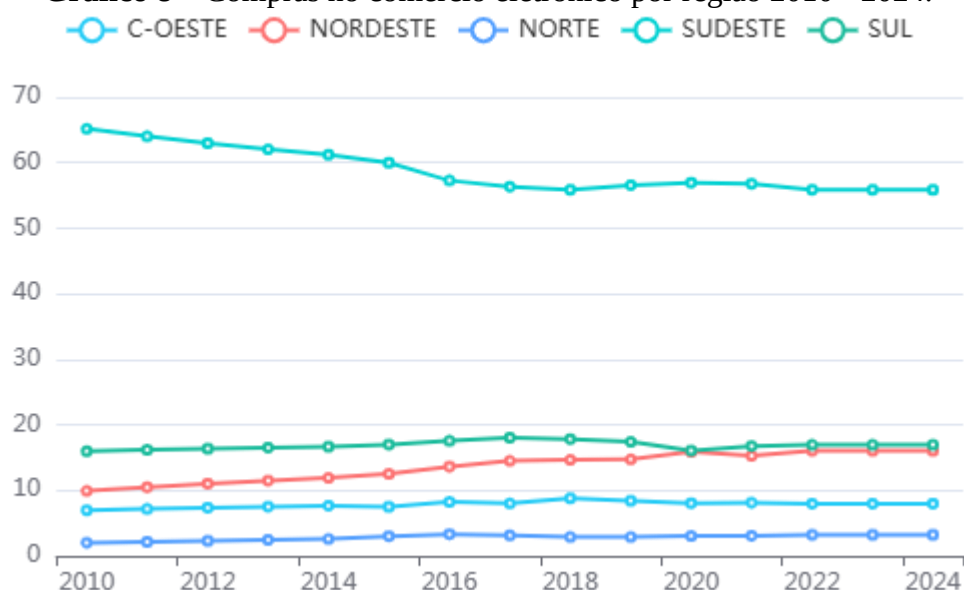
Tabela 11 – Empresas com dispositivos móveis para fins de trabalho às pessoas ocupadas, 2021 em (%).

Mercados de atuação segundo a classificação do CNAE	Sim	Não
Informação E Comunicação	85,4	14,6
Atividades Imobiliárias, Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas, Atividades Administrativas E Serviços Complementares	80,4	19,6
Construção	77	23
Transporte, Armazenagem E Correio	74,5	25,5
Comércio, Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	74,1	25,9

Fonte: Cetic.br. Elaboração: Autor, 2024.

Essas cinco atividades registraram as maiores percentagens de empresas com dispositivos móveis para fins de trabalho. Esses dados são amostrais e expõem o universo através das tendências. Ainda assim, observa-se como as atividades selecionadas possuem dispositivos móveis voltados para o trabalho.

Levando em conta os locais de compras por regiões brasileiras, as maiores compras ocorrem no Sudeste, com 55,86%, seguida da região Sul, com 16,93% e da Nordeste com 16,03% para o ano de 2023. Em relação a participação da região Sudeste, observa-se uma relativa queda quase 10 pontos percentuais se comparado ao ano de 2010, quando concentrava 65,17% das vendas desse comércio. Um dos elementos que favorece esse movimento é o crescimento da influência do Nordeste enquanto espaço de consumo de mercadorias pela internet, saindo de 9,91 em 2010, chegando aos atuais 16,03%. Na mesma direção, o número expressivo na região Sudeste reflete, entre outras coisas, o nível de concentração de atividades econômicas, bem como o quantitativo populacional.

Gráfico 8 – Compras no comércio eletrônico por região 2010 - 2024.

Fonte: ABComm, 2024.

Ainda que de modo desigual, é possível perceber como comércio eletrônico tem se consolidado. E tal processo ocorre pela expansão das TICs para os processos sociais, dos quais a compra e venda de mercadorias. Por sua vez, as pesquisas do – Cetic.br, ligado ao Comitê Gestor de Internet no Brasil – CGI.br, têm sido importantes fontes de dados sobre a abrangência das tecnologias da informação no âmbito das empresas, assim como nos governos e na sociedade como um todo. Nesse curso, o Cetic.br oferece alguns dados sobre a utilização dos perfis de redes sociais pelas empresas.

O número de empresas com perfil próprio em redes sociais para o ano de 2021 era de 87,2%. Destas, destacaram-se as seguintes:

Tabela 12 – Número de empresas com perfil próprio em redes sociais no ano de 2021 (%).

Rede social	Porcentagem
<i>Facebook, Yahooprofile, Google +</i>	65,1
<i>Instagram, Snapchat, TikTok ou Flickr</i>	65,6
<i>LinkedIn</i>	23,5
<i>Twitter</i>	7,5
<i>Wordpress, Blogspot ou Medium</i>	5,5
<i>Youtube ou Vimeo</i>	16,9
<i>WhatsApp ou Telegram</i>	72,5
<i>Outros</i>	0,2

Fonte: Cetic.br. Elaboração: Autor, 2024.

Para o mesmo ano, a porcentagem das empresas com perfil em redes socais por tipo de redes, destaca-se em primeiro lugar o grupo do *WhatsApp* ou *Telegram*, com

72,5% das empresas, seguido do *Instagram*, *Snapchat*, *Tiktok* ou *Flickr*, com 65,8% e *Facebook*, *Yahooprofile*, *Google +*, com 65,1%.

Por tipo de atividades, os comércios registraram uma percentagem de 70,3% com perfil no *Facebook*, *Yahooprofile*, *Google+*. Com perfil no *WhatsApp* ou *Telegram* esses números são de 79%. Em relação a *Instagram*, *Snapchat*, *Tiktok* ou *Flickr*, 70,2%. Das quais se destacam as seguintes atividades:

Tabela 13 – Empresas com perfis em redes sociais, por tipo de atividade em 2021 (%).

Por mercado de atuação	WhatsApp ou Telegram	Facebook, Yahooprofile, Google +	Instagram, Snapchat, Tiktok ou Flickr	Linkedin	Youtube Ou Vimeo	Twitter ²⁸	Wordpress, Blogspot Ou Medium	Outros
A. I. A. P. C. T., A. A. S. C. ¹	67,4	59,9	58,3	35	14,9	7,1	5,6	0,5
A., C., E. R., O. A. S. ²	77,8	75,1	73,6	23,2	27	6,6	7,0	0,4
A. A. ³	80,1	76,8	82,1	16,6	9,5	8,0	3,3	0
I. C. ⁴	79,2	80,5	76,8	47,8	44,3	22,6	16,8	0,8
C. R. V. A. M. ⁵	79	70,3	70,2	17,7	15,7	6,8	4,8	0

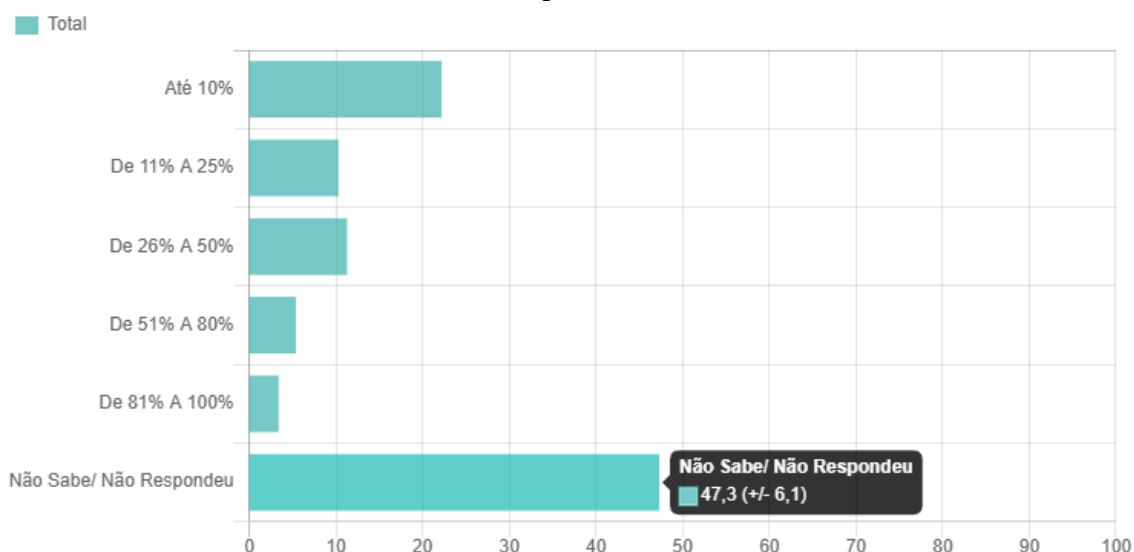
Fonte: Cetic.br. Elaboração: Autor, 2024.

¹ Atividades Imobiliárias, Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas, Atividades Administrativas E Serviços Complementares; ² Artes, Cultura, Esporte E Recreação, Outras Atividades De Serviços; ³ Alojamento E Alimentação; ⁴ Informação E Comunicação; ⁵ Comércio, Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas.

No caso das empresas por faixas de percentual de faturamento obtido por meio de vendas pela internet, na faixa de até 10% do faturamento, destacaram-se 22,2 % das empresas. Por atividade, Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas registraram nessa faixa de faturamento de até 10%, 23,3% das empresas. Como pode ser observado no gráfico abaixo.

²⁸ Rede social atual “X”.

Gráfico 9 - Empresas, por faixas de percentual do faturamento obtido por meio de vendas pela internet, 2021.



Fonte: Cetic.br, 2024.

Os principais setores de atividade que tiveram maior faturamento com vendas pela internet foram Indústria de Transformação, Alojamento e Alimentação, seguido de Informação e Comunicação. Para essas referidas atividades, 8,3; 6,9 e 6,8% tiveram respectivamente, na faixa de 51 a 80% dos seus faturamentos efetivados em vendas pela internet. Ainda que não figure em porcentagem entre as empresas que possuem maior parte do faturamento com as vendas *on-line*, a atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas segue entre as que mais possuem até cerca de 50% do seu faturamento nas vendas por esse canal. A distribuição pode ser conferida na tabela a seguir.

Tabela 14 – Volume de faturamento por atividade de atuação para o ano de 2021.

Atividade	Até 10%	De 11% a 25%	De 26% a 50%	De 51% A 80%	De 81% A 100%	Não sabe/não respondeu
C. R. V. A. M. ¹	23,3	10,8	11,8	3,7	2,7	47,6
Construção	23,4	13,2	7	3,5	5,5	47,4
Transporte, A., C. ²	23,9	5,8	13,3	3,3	3,7	50,1
A. I. A. P. C. T., A. A. S. C. ³	26,1	6,9	8,2	6,5	3,6	48,7
A., C., E. R., O. A. S. ⁴	21,9	11,2	15,1	5,8	2,2	43,8

Fonte: Cetic.br. Elaboração: Autor, 2024.

¹ Comércio, Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas; ² Transporte, Armazenamento e Correios;

³ Atividades Imobiliárias, Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas, Atividades Administrativas E Serviços Complementares; ⁴ Artes, Cultura, Esporte E Recreação, Outras Atividades De Serviços.

Como pode ser observado, a atividade de comércio figura entre as que mais tiveram faturamento de até 50% das vendas pela internet. A presença dessas empresas nas redes sociais tem como necessidade o engajamento, a busca pela ampliação do alcance de até onde os produtos poderão ser comercializados. Isso se desdobra na divulgação de produtos por meio das redes sociais, com o pagamento de anúncios para se aproveitar do efeito de rede dos algoritmos. Nesse curso, segundo dados do Cetic.br, 39,7% das empresas afirmaram ter pagado anúncios na internet no ano de 2021.

Embora sejam dados de 2021 e tragam menos de 50% das empresas, a porcentagem representa um número razoável daquelas que pagaram anúncios na internet, inclusive porque não diz se destas todas atuam no *e-commerce* ou se utilizam das redes apenas como forma de ampliar a publicidade. É interessante destacar que o mesmo site não registra dados do ano de 2017. A ausência dos dados anteriores à 2019 pode ser um indicativo da relevância que esses anúncios passaram a ter no bojo das relações de vendas.

Em continuidade com os dados do Cetic.br, no que tange às empresas que venderam pela internet, esse número foi de 73,1%. Quando se trata das atividades, Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, registrou o número de 79,5%, logo, acima da média. No caso das empresas que venderam pela internet nos últimos 12 meses em relação ao ano de 2021, por tipo de canal *on-line* em que ocorreu a venda, o principal canal, com 78% foi o de Mensagens de *WhatsApp*, *Skype*, ou *Chat do Facebook*. Essa dinâmica sinaliza para a forma do comércio eletrônico que está sendo analisada em Itabaiana. Os canais de venda *on-line* pelo *WhatsApp* e *Instagram* são os que mais se destacam. Na atividade de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 84,6% venderam através do canal de Mensagens de *WhatsApp*, *Skype*, ou *Chat do Facebook*.

Essas empresas recorrem até mais a esses canais, que aplicativos e sites de venda como Mercado Livre, *Olx*, Submarino, Lojas Americanas, *marketplaces* destacados no cenário do *e-commerce* brasileiro. Segundo dos dados do Cetic.br, para o ano de 2021, sobre o principal canal por onde foram feitas as vendas *on-line*, esses sites tinham 22,7%. Quando se trata dos aplicativos, foram cerca de 31,5%. Em relação a Mensagens de *WhatsApp*, *Skype*, ou *Chat do Facebook*, a porcentagem foi de 78%. Desse modo, as redes sociais têm se colocado como um dos principais canais de vendas *on-line* no Brasil.

Esses dados expressam uma modalidade de *e-commerce* que tem como um dos principais elementos o uso das redes sociais como os canais de vendas. No entanto,

demonstram uma realidade considerando a escala nacional ou de grandes regiões do Brasil e baseia-se em dados amostrais. A pesquisa amostral pode representar um movimento que tem ocorrido a nível local, confirmado dada a necessidade de ampliar os canais de venda, com o fim de acelerar o tempo de giro do capital, tornando-se estratégico para o empresariado local.

Sergipe, a despeito das vendas não serem tão expressivas como em outros estados, e mesmo por se tratar de uma economia periférica dentro da própria região Nordeste, tem sido também permeado sob a lógica das TICs nas vendas. Tem sido observado uma das formas de comércio eletrônico, em que se sobressai o uso das redes sociais. Confirma-se, desse modo, a tendência nacional no quadro da realização de mercadorias. Esse processo tem sido demonstrado analisando o comércio eletrônico em Itabaiana, que, como mencionado no tópico 3.3, tem se destacado no cenário econômico do estado. Evidenciado, sobretudo, pela forte presença no setor comercial no interior do território sergipano.

Assim, uma das formas pela qual o *e-commerce* tem se dado é pelo chamado *social commerce*, que consiste basicamente na compra e venda serem mediados por aplicativos de redes sociais, como *Facebook* e *WhatsApp*. Essa forma do *e-commerce* assumida com as redes sociais mescla as vendas presenciais com as virtuais de modo a aumentar as vendas na modalidade *on-line* com mecanismos de exploração do trabalho que tem colocado a pressão para o aumento da produtividade. Dessa forma, observa-se uma imbricação entre as vendas do convencional com o virtual. Se antes as redes sociais eram canais de atendimento, agora potencializam as vendas do comércio tradicional.

Algumas lojas têm investido no aumento de seguidores com forma de ampliar o alcance da publicidade. Mas isso se dá, antes de mais nada, pela necessidade de aumento do lucro. Outrossim, essa possibilidade só se coloca como corrente tendo em vista o número de pessoas que acessam as redes sociais onde ocorrem as vendas.

Segundo o Cetic.br, para o ano de 2023, 88,9% dos indivíduos já tinham acessado a internet e 99% da população utilizou a internet por meio do celular no Brasil. E o número de usuários de internet que compraram produtos e serviços pela internet nos últimos 12 meses em relação ao ano de 2023 foi de 49,6%. De modo que as redes sociais atuam, cada vez mais, convertendo os usuários em compradores e os compradores em usuários, pelos mecanismos da própria dinâmica das redes. Por isso, apesar da desigualdade de acesso à

internet, observa-se que o uso das redes sociais são portas de entrada que justificam a utilização deles como meios de comercialização.

Nessa direção, o investimento em redes sociais e na divulgação de anúncios para as vendas tem sido corrente para as empresas de um modo geral, assim como as de Itabaiana. Tão logo se aproveitam dos números de pessoas que acessam seus perfis, sobretudo no *Instagram*, essas empresas se utilizam desse canal para realizar suas mercadorias. As mesmas ocorrem através dos *chats* podendo ser direcionadas para os números de *WhatsApp* presentes no link disponibilizado. Por esse meio, as pessoas entram em contato com trabalhadores responsáveis pelas vendas, por onde efetivam o processo de realização da compra.

Diferentemente dos sites ou aplicativos, em que o *e-commerce* assume uma forma mais automatizada, essa modalidade tem se utilizado do componente do trabalho vivo para realizar as vendas. Dessa maneira, as TICs aparecem como mediação no processo de trabalho na atividade mercantil. Outrossim, o comércio eletrônico está sendo analisado tendo como foco as vendas de mercadorias como roupas e acessórios. Os motivos já foram evidenciados, tratando-se de serem essas atividades que têm se destacado nos últimos anos no município analisado.

Entre os principais produtos vendidos, segundo os dados do Observatório do Comércio Eletrônico, para o ano de 2022 no Brasil, se destacaram *smartphones*, televisões e fogões de cozinha, seguidos de *notebook*, *tablets*, refrigeradores, máquinas de lavar roupas, ar-condicionado, seguido de vestuário e seus acessórios, e de malhas. Esses três grupos dominam os produtos que mais tiveram faturamento no ano citado. São números que refletem o valor da receita movimentada. Outro dado importante diz respeito aos produtos, dos quais salienta-se camisetas, incluindo as anteriores, de malha e algodão. O número de mercadorias nessa qualidade foi de 19.906.547 unidades, ou seja, uma forte fonte de produção.

A comercialização de roupas pode ter certas particularidades que definem o uso do componente humano e a necessidade de não ser um processo ainda tão automatizado. Já que a indústria da moda é muito dinâmica, tem se buscado por meios dos trabalhadores um maior direcionamento para atingir os clientes e convencê-los. Simultaneamente, a busca pela criação de desejos se faz pela propaganda ideológica, por meio de figuras chamadas de influenciadores digitais. Estes, se utilizam das peças fazendo publicidade em suas redes sociais, divulgando as mercadorias e incentivando um modo de vida

pautado no consumismo. Observa-se a adoção principalmente das redes sociais, com investimento em engajamento.

Segundo relato coletado em entrevista concedida pelo senhor R., a necessidade de se colocar sempre *on-line* surte efeito nas vendas. Ao iniciar seu empreendimento com vendas virtuais, e montar a empresa no modo físico, o entrevistado afirmou que se antes o *e-commerce* consistia na totalidade de suas vendas, agora eles correspondem a uma parcela menor que 50%. No mesmo percurso, afirmou que se há um maior empenho em vender *on-line*, enviando fotos das mercadorias e anunciando com mais assiduidade nas redes sociais da empresa, o volume de vendas por esse canal é aumentado, ainda que possuam consumidores estritamente nas vendas presenciais. Essa dinâmica confirma o processo de constante alimentação das redes, que passam a impor o engajamento como condição para o crescimento das vendas.

Em Itabaiana, observamos que as lojas têm se utilizado dessas e de outras estratégias para realizar um disparo em massa de propaganda diária com vistas ao aumento do alcance. Ao fazerem isso, tem contribuído para o aumento do número de seguidores nas redes sociais como o *Instagram* das lojas. Essa informação fundamenta-se em um mapeamento prévio em algumas lojas de dimensão local, no qual a existência de seguidores supera o número de habitantes no município. Com uma população de em média 104.000 habitantes, algumas lojas possuem até duas vezes mais seguidores que esse número, como pode ser conferido na tabela 15.

Tabela 15 – Lojas de roupas e acessórios em Itabaiana – SE e número de seguidores na rede social *Instagram* no ano de 2025.

Nome da empresa	Número de seguidores
<i>Giolli Concept</i>	227 mil
<i>Mig – Moda Feminina</i>	214 mil
<i>Ciama Jeans Wear</i>	106 mil
<i>Joseane Confecções</i>	105 mil
<i>Maison Calçart</i>	77,8 mil
<i>Supermoda Calçados</i>	74,7 mil
<i>Loja D'eles Itabaiana</i>	59,8 mil

Fonte: Perfis no *Instagram*. Elaboração: Autor, 2025.

A despeito dos possíveis perfis *Fakes*, os números acima demonstram como a presença das redes sociais tem sido fato corrente na realidade das vendas em Itabaiana. Em entrevistas coletadas, foi possível perceber que a utilização desses perfis tem contribuído para que as mercadorias sejam comercializadas para além da localidade, alcançando a capital Aracaju, ou mesmo municípios da Bahia. A irradiação produzida tem

colocado a possibilidade de circulação da mercadoria para além dos limites locais. É fato cotidiano pessoas de Areia Branca, Campo do Brito, Aracaju, São Cristóvão, entrarem nas redes e acessarem os produtos que poderão ser encontrados no comércio de Itabaiana. Se não for possível ir até a loja, a mercadoria poderá ser selecionada e transportada até a casa do consumidor. A garantia da venda torna dispensável o deslocamento até a loja. Trata-se de lojas com notoriedade no município, com tradição na venda de roupas, com produtos de valores em torno de 500,00 ou 600,00 reais.

O modo de pagamento tem sido corrente o uso do PIX ou as modalidades de crédito/débito intermediadas por instituições bancárias como o Mercado Pago, um banco virtual que tem se notabilizado. Tornou-se um meio de pagamento do Mercado Livre, uma das maiores empresas de comércio eletrônico da América Latina²⁹. Concomitantemente, o modelo de rede social e a própria natureza da indústria da moda força o “engajamento” quase que permanente. Logo, coloca para as empresas a necessidade estar sempre buscando inovar e colocar novos produtos no mercado. Lançar “tendência”, ou “conceito”, como é costume ser assumido.

O volume de vendas *on-line* depende, além do nível de concentração e poder econômico no município, da permanente busca pela propaganda e publicidade. Assim, mesmo tradicionais lojas do varejo de roupas, se não colocarem em evidência modalidades de incentivo³⁰ às vendas *on-line*, podem não ter a mesma efetividade nesse processo.

Outro aspecto importante é a presença de telefones celulares como instrumento de vendas e de trabalho. O uso das redes tem forçado às empresas investirem em equipamentos celulares, confirmando as tendências nacionais colocadas na tabela acima (11), sobre os dispositivos móveis para fins de trabalho. Em algumas empresas, pode se constatar cerca de 15 aparelhos. Em outras, apareceram menor quantidade. Estes são utilizados pelos vendedores, para efetivar a comercialização. Cada um recebe um aparelho que pode ser levado para casa e que são usados para realizar as vendas. Encontram-se, dessa maneira, como extensão da empresa para além dos limites do espaço de vendas presenciais.

²⁹ Segundo informações da empresa no próprio site, o Mercado Pago, em 2019, teve um volume de vendas fora do Mercado Livre que superou, pela primeira vez, as vendas no *Marketplace*. Ver disponível em: <https://conteudo.mercadopago.com.br/mercado-pago-completa-20-anos>. Acesso em: 07 jan. 2025.

³⁰ A despeito das estratégias feitas no âmbito da propaganda, o que tem mostrado efetividade é a presença maçante do trabalho dos vendedores, que por trás das redes sociais e nas vendas presenciais, têm realizado as mercadorias. O *e-commerce* tem se constituído uma forma de intensificar a exploração do trabalho, que será mais bem discutida no próximo capítulo.

O uso dos celulares envolve também a própria necessidade de absorção desses aparelhos. De bens de consumo, passaram a se tornarem bens de capital fixo que entram no volume de capital constante presente nestas empresas comerciais. Sua absorção envolve a produção em massa desses aparelhos eletrônicos, assim como a flexibilidade e obsolescência planejada, acentuadas com a destrutividade da produção flexível. Assim, a tecnologia tem se espalhado para os setores de vendas, desdobrada na atividade mercantil por meio da aceleração dos processos de produção e realização.

Dessa maneira, temos percebido a expansão do comércio eletrônico em Itabaiana enquanto desdobramento das TICs na atividade mercantil. Discutido como município em que se evidenciam os processos de troca, sua dinamicidade esboça tendências de caráter nacional, exposta através dos dados citados acima. Nesse sentido, ainda que autores como Venceslau (2021, p. 5) esteja trazendo discussões que propõe tipologias do comércio eletrônico brasileiro, entende-se que se trata de um universo heterogêneo e multifacetado, que a particularidade do *e-commerce* analisado expõe.

Entendemos que em sua manifestação real as formas interpenetram-se, confluindo em uma relação em que é difícil delimitar em limites rígidos as formas de desenvolvimento do *e-commerce*. Se em loja virtual, *Marketplace* ou mesmo apenas utilizando as redes sociais para as vendas, a lógica das TICs tem atravessado o processo de circulação de mercadorias na contemporaneidade.

Destarte, o avanço das TICs nos processos de vendas tem sido uma realidade colocada de modo local e que se manifesta na localidade de modos diferenciados. Itabaiana, ao despontar no cenário estadual tem sido palco dessas dinâmicas de acumulação, onde se processa o comércio eletrônico mesclado com o convencional, analisado, sobretudo, a partir do uso das redes sociais para as vendas.

Essa dinâmica da economia expõe o espalhamento das novas tecnologias para as esferas do ciclo que compõem a produção, circulação, distribuição e consumo. Nesse rol, desenvolveu-se o comércio eletrônico. A fábrica enxuta tem se utilizado da expansão de dinâmicas diretamente improdutivas, das quais se expandem as atividades de realização de mercadorias. Uma ampla gama de subcontractações expande-se com empresas responsáveis a realizar produtos específicos de uma cadeia global de produção, de modo a dispor a tarefa da realização para empresas que detém propriedade individual, mas que estão submetidas às grandes cadeias globais da indústria da moda.

Outrossim, essa dinâmica tem impactado, sobremaneira, nos processos de trabalho, objeto que será analisado no próximo capítulo. Nele será discutido como processo de subsunção do trabalho tem sido permeado pela presença das novas TICs, analisado através do comércio eletrônico. Constatase, nesse sentido, a busca pelo maior controle do trabalho pelo capital em suas diferentes esferas do movimento cíclico. As consequências envolvem, entre outras coisas, portanto, a intensificação da exploração do trabalho.

Dessa maneira, buscou-se debater neste capítulo as novas tecnologias na velha atividade comercial. Cabe agora discutir os desdobramentos delas no processo de trabalho no comércio. Assim, o próximo capítulo discutirá o quadro da velha exploração do trabalho sob as novas roupagens no processo de acumulação. Entrementes, o foco se dará tendo como aspecto fundamental o processo de subsunção do trabalho nos novos formatos das tecnologias da informação.

[...] Desculpa-me, não queria ofender-te, não queria ser desagradável contigo, às vezes não o posso evitar, parece ser mais forte do que eu, e não vale a pena que me perguntes porquê, não te responderia, ou dir-te-ia mentiras, mas há razões, se as procurarmos encontramos-las sempre, razões para explicar qualquer coisa nunca faltaram, mesmo não sendo as certas, são os tempos que mudam, são os velhos que em cada hora envelhecem um dia, é o trabalho que deixou de ser o que havia sido, e nós que só podemos ser o que fomos, de repente percebemos que já não somos necessários no mundo, se é que alguma vez o tínhamos sido antes, mas acreditar que o éramos parecia bastante, parecia suficiente, e era de certa maneira eterno pelo tempo que a vida durasse, que é isso a eternidade, nada mais do que isso. (Saramago, 2000, p. 84)

[...] É um facto histórico que o trabalho de modelagem, a partir daquele memorável dia, deixou de ser um atributo exclusivo do criador para passar à incipiente competência das criaturas, as quais, escusado seria dizer, não estão apetrechadas de suficiente sopro ventilador. O resultado foi ter-se assinado ao fogo a responsabilidade de todas as operações subsidiárias capazes de dar, tanto pela cor como pelo brilho, e até mesmo pelo som, uma razoável semelhança de coisa viva a quanto viesse a sair dos fornos. (Saramago, 2000, p. 148).

5. O VELHO NO NOVO: SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NO LIMAR DA ERA DIGITAL

A epígrafe que precede este capítulo traduz, de certa maneira, o significado da discussão que se segue. Trata-se da contradição entre o trabalho que realiza o ser humano e sua desrealização ao ser transmutado no processo de valorização. Unificados sob o domínio tirânico do capital, correspondem à dialética do trabalho na sociedade capitalista. Sua dialética imprime um modo de sociabilidade em que invasão do processo de trabalho sob as necessidades do capital transforma o trabalho em seu sentido ontológico, constituição do ser genérico sócio-histórico, em elementar fator da produção para o processo de acumulação.

Os dois trechos da epígrafe foram retirados da obra *A caverna*, de José Saramago. Trata-se da história de um oleiro, que produzia suas louças de barro e direcionava-se ao centro para comercializá-la. A produção tinha um sentido de realização do ser, em que o produtor e o produto identificavam-se enquanto unidade. Cipriano Algor, o velho oleiro que protagoniza o romance, tinha plena consciência da unidade do processo de trabalho. Ainda que levasse ao Centro, seu saber-fazer, a concepção e efetivação do processo de trabalho estava sob seu domínio. Foi quando o Centro deixou de comprar os produtos de barro produzidos por Cipriano, que “o trabalho deixou de ser o que havia sido”. Com a nova produção industrial e o plástico, vieram a exigência de novos produtos, deixando o velho barro como peça para colecionador.

O novo invadira o velho, fazendo dos velhos produtos de barro, peças descartáveis. Cipriano teve que jogar fora sua produção. Tomado pela impossibilidade de continuar mantendo a produção daquilo que sempre o fizera enquanto tal, o sujeito buscou refazer-se na produção de bonecos de barro para colecionadores. Tal feito se colocava como uma iniciativa assumida por Cipriano para manter no seu trabalho a qualidade de ser, ainda que em forma, aquilo o que era. Entretanto, ainda que permanecesse sob sua concepção, os bonecos de barro apareciam em detrimento das novas exigências do Centro, que assujeitavam o sujeito que trabalha, aparecendo enquanto exterioridade estranha. Assim, do barro que se encontrara atravessado pelo plástico, se refez o homem na produção de sua nova criatura: os bonecos de barro. Se do barro se fazia o homem pelo processo de trabalho, sobre o mesmo barro, ele buscou refazer-se. Se fazia enquanto homem pelo processo de trabalho na louça. Os bonecos exigiam novas formas de organização na dinâmica da produção, uma vez que toda a vida de Cipriano era feita pela

produção daquela. Ainda assim, manter a produção dos bonecos exemplificava a teimosia de Cipriano em não se dispor do sentido de sua vida: o trabalho de oleiro.

A teimosia de Cipriano em se manter atrelado à exterioridade de uma produção concebida por ele, ainda que imposta pelos novos padrões de consumo do Centro, refletem a busca por não fazer somente o que o mestre mandar. Ainda que desobedecer e nunca reverenciar se dava de modo individual, expressava a revolta em negar a si próprio pela reafirmação do Centro. Sua vida fora no trabalho de oleiro, o Centro queria tirá-la, fazendo mesmo até ter de deslocar do seu local de moradia, para constituir outra vida no Centro. O fazia na condição de sujeito, em sua individualidade, que não poderia fazer com que o Centro se curvasse à sua forma de produzir, embora a produção de louças já fosse realizada no Centro antes. Tal processo demonstra a contradição da dialética do trabalho na sociedade capitalista, na medida em que nunca há de se tornar um modo de controle total, pois o trabalho tende a reagir, o capital insiste em buscar formas de efetivá-lo.

Tomo os trechos para pensar a sociedade burguesa e o processo de subsunção do trabalho, entendendo que a alienação do trabalho ganha contornos diferentes dos modos de produção anteriores. Esse é o traço distintivo das relações de produção burguesas. Tomado como metáfora, o Centro poderia muito bem representar tanto a emergência do modo de produção capitalista, quanto a grande indústria, expressada na expropriação dos trabalhadores de seus meios e produtos do trabalho, assim como o próprio espaço capitalista. A invasão da grande indústria enquanto um novo sistema de organizar a produção, é a marca da alteração do processo de trabalho. Transformando tanto os produtos de trabalho, quanto a própria produção, o capital tem se reproduzido apoderando-se do sobretrabalho, colocando toda sociedade sob seus imperativos de valorização.

Assim tem se dado o processo de produção capitalista e a constituição da sociedade moderna, na transformação constante dos processos de trabalho. Embora não se debruce diretamente na esfera da produção, como o trabalho de oleiro, mas sim na esfera circulação, essa metáfora foi tomada para analisar os processos de trabalho no comércio eletrônico em Itabaiana. Assim, novas tecnologias vão impondo mudanças no processo de trabalho, exigindo capacidade de adaptação dos trabalhadores, ampliando ainda mais o controle do capital sobre seu tempo. Desse modo, o referido processo tem

impactos não apenas as condições objetivas de trabalho, mas também a subjetividade, aprofundando a subsunção ao capital.

É nessa direção que se coloca o presente capítulo, buscando discutir aspectos do que há de novo no velho processo de subsunção do trabalho ao capital. O título é em si uma reafirmação de que por trás das novas tecnologias, no que tange ao trabalho, tem se dado ainda o velho processo de subsunção. É a assunção de uma postura diferente das que assumem os avanços tecnológicos sem dimensionar os condicionantes históricos que impulsionam e aprisionam o desenvolvimento das forças produtivas para o processo de acumulação de capital.

Alicerça-se, também, na compreensão da atualidade do trabalho enquanto categoria histórica, conteúdo explicativo da realidade social. Longe de se tornar uma “sociedade do conhecimento”, “da informação”, “pós-industrial”, “capitalismo de vigilância”, “economia de dados”, tem se reafirmado a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista. Ainda que as novas TICs venham acompanhadas de transformações na lógica da produção capitalista, como já discutido nos capítulos anteriores. E que essas mudanças exigem trazer novos elementos para a compreensão da realidade, o que mais tem se colocado é a busca pela ampliação dos mecanismos de extração e apropriação da mais-valia. Nesse sentido, é preciso entender que a diminuição do trabalho assalariado diretamente produtivo, ou mesma diminuição do trabalho assalariado geral não corresponde à negação do trabalho. É preciso compreender os “*sentidos do trabalho*” (ANTUNES, 2009), para entender o quadro heterogêneo assumido pelo mundo do trabalho na contemporaneidade, e que o processo de valorização se reproduz articulando dimensões do trabalho improdutivo para a realização do capital.

Dessa maneira, esse capítulo divide-se em três seções. Na primeira será discutido o processo de subsunção do trabalho ao capital, reafirmando que, mesmo ao se colocarem novas formas, em seus traços essenciais, tudo ainda se processa como ainda era. A lógica da subsunção é a de captura não só dos produtos do trabalho, mas do próprio processo. Foi quando se inverteram os termos, é quando a criatura tem domado o criador. Quando o trabalho vai “deixando de ser o que havia sido” e vai tornando-se meio para acumulação de capital. É preciso mencionar que embora o trabalho se encontre posto sob o processo de acumulação, ele não elimina seu conteúdo de ser trabalho concreto, produtor de valores de uso diversos. A dialética do trabalho, específica da sociedade burguesa, é também a

contradição em processo, no qual a esfera da liberdade do trabalho, se encontra subsumida à esfera da liberdade do capital.

No segundo momento busca-se debater as formas históricas de organização do trabalho para a produção capitalista, enfatizando os processos de reestruturação produtiva e sua expressão no comércio. Este, ainda que não produza diretamente mais-valor, produz a possibilidade de acelerar a rotação do capital por meio da realização em menor tempo. Na mesma direção, mesmo que não sejam trabalhadores produtivos, encontram-se explorados pelo capital e sofrem as mesmas mazelas que um trabalhador produtivo. Ainda mais porque, como bem afirmou Marx (2017a), “ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar” (p. 578). Nesse sentido, busca-se discutir as expressões do trabalho toyotista nos comércios.

No terceiro tópico, discute-se, a partir de Itabaiana-SE, como os processos de exploração do trabalho sob o *e-commerce* são consequência das mudanças no comércio convencional. A intensificação da exploração aparece como uma das faces do avanço das TICs na vida dos trabalhadores no comércio. De atendente à conectora, termo que nomeia o tópico, aparece como indicativo das mudanças que estão em curso na organização do trabalho nesse tipo de atividade. Pela sua utilização por parte de uma das empresas, representa talvez a forma como elas estejam colocando suas trabalhadoras e trabalhadores: como peças que conectam os automatizados processos de compra e vendas de mercadorias no comércio eletrônico. Da mesma maneira, o recorte de gênero reflete o número expressivo de mulheres nas vendas, pelo que foi observado na pesquisa.

5.1. O modo de produção capitalista orienta-se para o aprofundamento do processo de subsunção do trabalho ao capital

Ao iniciar o livro I de O Capital, Marx afirma que onde reina o modo de produção capitalista, a riqueza aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” (2017a, p. 113). Ao fazer isso, Marx parte da mercadoria, como “forma elementar” da produção capitalista, para explicar as determinações essenciais deste modo de produção. Ele não faz esse caminho de modo fortuito, mas parte dela para esmiuçar o conteúdo da produção. A mercadoria carrega consigo um duplo caráter, o fato de ser valor de uso e valor de troca. Quanto ao primeiro, trata-se das propriedades úteis de cada mercadoria, daquilo que servirá para satisfazer alguma necessidade da sociedade, sejam elas do corpo ou da alma.

O valor de troca, por outro lado, enquanto antítese do valor de uso, consiste no preço pelo qual as mercadorias são trocadas no mercado, naquilo em que elas se representam.

Para ser mais preciso, os preços são somente a expressão monetária do valor, que carregam o conteúdo social que este representa. O valor, manifesto no preço, é uma relação social e guarda consigo a quantidade de trabalho necessária para a produção de alguma mercadoria determinada. Por isso, consiste na forma como essas mercadorias se trocam. Encerram um tipo específico de relação social, que possui um determinado tipo de produção e reprodução da vida material.

O modo como os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material, como comem, vestem-se e alimentam o corpo e a alma, passa pela sua posição na divisão do trabalho, nas relações que se encontram na produção de suas condições concretas de reprodução social. São as relações sociais de produção, dadas sobre determinadas etapas do desenvolvimento histórico. Se produtores ou apropriadores da riqueza alheia, os sujeitos encontram-se defrontados com suas condições de sobrevivência, as condições correspondentes aos meios de produzir concretamente a vida material. Suas ferramentas, técnicas, o conhecimento, etc., em suma, as forças de produção, ou forças produtivas, os dotam de instrumental técnico necessário à reprodução enquanto sociedade.

As condições de produção e reprodução ao longo de toda a história da humanidade passaram pelo papel assumido pelo trabalho nas etapas do desenvolvimento histórico das relações de produção. Se na forma capitalista apareceu o chamado trabalho livre, foi porque nos modos de produção anteriores ele se encontrava aprisionado. Ao menos é isso que se acredita quando se fala dos progressos sociais do capitalismo. Na verdade, a constituição do trabalho livre foi uma das condições históricas para o desenvolvimento da relação capital, que ao transformá-lo em mercadoria, teve de libertá-lo das amarras da servidão, para jogá-lo na servidão assalariada. Teve de dispor de sua relação de unidade com os meios de produção, para pô-lo unificados posteriormente sob o comando do capital. Na mesma direção, só o foi livre em determinadas condições, uma vez que o desenvolvimento do modo de produção se deu articulado com a reprodução do trabalho escravo nas colônias e de outras formas de servidão.

A despeito disso, o trabalho historicamente tem sido o processo pelo qual, sob determinadas condições de produção, tem se reproduzido a sociedade. É conteúdo ineliminável da vida social, a esfera que dota o ser da potencialidade de, no metabolismo com a natureza, poder transformá-la em proveito próprio, para suprir suas necessidades.

É o trabalho que dota os sujeitos, a partir das necessidades, dos meios para realizar as trocas metabólicas com as outras esferas do ser e reproduzi-las sobre condições possibilitadas a partir de suas intervenções.

Para Marx (2017a), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 255). Trata-se, portanto, do traço genérico de toda humanidade, daquilo que a constitui como tal, condição impossível de ser eliminada. Na forma capitalista de produção, essa condição é exacerbada pela centralidade adquirida pelo trabalho na produção das mercadorias. É por meio dele, tornado em si mercadoria, que as outras mercadorias são produzidas. Em verdade, trata-se da capacidade de trabalho, da força humana de trabalho que é comprada por um capitalista. Como toda mercadoria, o trabalho possui um duplo caráter, o fato de ser valor de uso e valor. O seu valor de uso é produzir mais mercadorias e o valor se constitui no tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo como mercadoria.

Da mesma maneira, sob o modo de produção capitalista, o trabalho possui um duplo caráter: é trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto é o trabalho útil, produtor de valores de uso específicos. É aquele trabalho particular, que mantém sua qualidade muito atrelada à sua utilidade específica. O trabalho de um ferreiro é qualitativamente diferente do trabalho de um oleiro. O trabalho abstrato é aquele em que suas determinações qualitativas se perdem na universalidade da produção para a troca. É o trabalho que a dimensão quantitativa, ser produtor de mercadoria, se evidencia em relação à qualidade de mercadoria específica. Seu conteúdo é ser produtor de mercadoria, não importa a qual.

O trabalho abstrato é tipicamente capitalista, uma vez que seu conteúdo se dá pela relação social produtora de mercadorias. Simultaneamente, sua expressão de valor, seu preço, só pode ser compreendido por sua qualidade de não ser mero reproduzidor do seu valor, mais produtor de um acréscimo na produção de mercadorias, o mais-valor. Assim, o trabalho abstrato deve ser entendido em sua qualidade, ainda que seja exprimido em termos quantitativos. Ambos os trabalhos, concreto e abstrato, possuem uma dialética própria da produção capitalista, encontrados unificados sob o processo de valorização, onde, na produção de mercadorias se produz o valor e o mais-valor.

Sendo assim, o trabalho assume diferentes formas na sociedade capitalista, ainda que todas passem a se encontrarem sob o processo de valorização. Nessa direção, vai

sendo permeados por sentidos que o estruturam de fora, de outras necessidades que não as da reprodução humana. Nesse contexto, Antunes (2020) assevera

[...] isso porque o *sentido do trabalho* que estrutura o capital (o *trabalho abstrato*) é desestruturante para a humanidade, enquanto o seu polo oposto, o *trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade (o *trabalho concreto* que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a *dialética espetacular do trabalho*, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender. (p. 28).

O trabalho concreto/abstrato é aquele em que ele “deixou de ser o que era”, que passou ser submetido aos imperativos da valorização. Contraditoriamente, ainda é o que foi, mesmo não sendo. Ora, a despeito de se encontrar colocado sob as necessidades da valorização, ele ainda permanece sendo aquele que realiza as necessidades da reprodução humana. A questão é que a forma assumida pelo trabalho na sociedade capitalista é uma forma histórica, mas não é a única possível. O trabalho livre, onde possuidores de suas mercadorias se encontrariam para trocá-las como equivalentes no mercado, na verdade é um processo de expropriação das condições de existência e dos resultados do processo social de produção.

Dessa maneira, uma vez que se reproduz por um processo de expropriação das condições de produção de um lado, centralizadas pelos capitalistas e o trabalho no outro, o capital só pode reproduzir-se enquanto relação social pelo permanente processo de liberação dos sujeitos da produção de suas condições materiais de existência. Colocando-os sob o comando das necessidades da acumulação. Assim, na sociedade capitalista, a liberdade para o trabalho, na verdade é a liberdade para o capital. Opera-se uma tal inversão, que sujeitos da produção, os trabalhadores vão se tornando objetos, colocando o capital na posição de sujeito histórico.

É no processo de produção de mercadorias que se dá o processo de valorização. Daí depreende-se que no processo real de produção, é onde se encontra mais desenvolvido historicamente a subsunção do trabalho ao capital. É aí que se encontra mais diretamente relacionado com o controle da forma de produção da riqueza. Não obstante, a subsunção não se reduz a esta esfera. É operada como lógica que se põe na universalidade da exploração do trabalho na sociedade burguesa. Disso desdobra-se a própria lógica do fetichismo da mercadoria e significado histórico. É a constituição de uma inversão real, desenvolvida no seio das relações terrenas, em que desenvolvem as relações sociais de produção capitalistas. Ao “deixar de ser o que o foi”, o trabalho de criador, torna-se

criatura. De sujeito encontra-se assujeitado. Coisificado, o trabalho encontra-se subsumido à lógica do totalitária do modo de produção.

Nesse rol, compreende-se que o que diferencia o modo de produção capitalista das formas de produção anteriores é o fato de se mover em torno da acumulação de capital. Para tal empreitada, o sistema do capital teve de desenvolver, como mencionado, uma relação específica de trabalho baseada contratualmente, no trabalho livre assalariado. Constituiu-se em torno de um arcabouço, uma forma jurídica (MASCARO, 2013), que dotou a relação entre capital e trabalho como uma relação de equivalentes. Baseado na ideia de liberdade em torno da propriedade privada burguesa, puderam as relações sociais de produção se desenvolverem por meio do processo contínuo de expropriação do trabalho, sob o véu de relações entre dois proprietários.

Por ser livre, o trabalhador se dispõe a ser confrontado com um proprietário dos meios de produção, na relação de igual possuidores de direitos sobre propriedade, ainda que aquele só tenha como propriedade sua força de trabalho. O proprietário necessita comprar a força de trabalho do trabalhador, por um tempo estipulado que se define em uma jornada de trabalho. Posta em movimento, esta força de trabalho atua no processo de valorização. Que, por seu turno, ocorre na esfera da produção das mercadorias. Desta relação se desdobra a produção do mais-valor, produto da relação de exploração do trabalho pelo capital (MARX, 2017a).

No processo de produção das mercadorias e de formação do valor, o trabalho, já reduzido à condição de força de trabalho, se defronta com o capital. Este necessita dessa mercadoria específica que possui uma qualidade diferente de todas as outras. Sua qualidade de produtora de valor a define como singular porção de capital presente no processo produtivo. Ao se colocar como uma troca de equivalentes, a força de trabalho enquanto mercadoria se coloca à venda por um preço que é expressão do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução dessa mercadoria. No entanto, o que define, segundo Marx (2017a), essa mercadoria como a mais especial, é que ela na qualidade de trabalho vivo não apenas transfere o valor das mercadorias, como também produz algo qualitativamente novo. Ao fazer isso, ela também produz um valor adicional, que, no entanto, não vai para o bolso do trabalhador, mas do proprietário dos meios de produção. Esse mais-valor produzido, fonte da riqueza capitalista, é o produto da exploração do trabalho pelo capital.

Conforme a análise marxiana, a forma como esse valor desdobra-se em mais-valor ocorre historicamente de duas formas, o mais-valor absoluto e o relativo. A existência de um não anula a existência do outro. Como irmãos de criação, ambos coexistem historicamente e a depender das necessidades de acumulação e da luta de classes, se intensificam das duas maneiras. O que difere de modo essencial é justamente a forma/conteúdo imprimida nos processos de trabalho. No mais-valor absoluto ocorre, de um modo geral, a extensão da jornada de trabalho por meio da extensão da fração que compreende a produção do trabalho excedente, sem necessariamente envolver a redução da grandeza do trabalho necessário. Essa extensão se dá por meio do aumento do tempo de trabalho excedente estendendo a jornada de trabalho. Desse modo, ocorre que o tempo de trabalho excedente, convertido no mais-trabalho, de que resulta o no mais-produto, parte apropriada pelo capitalista, se prolonga.

Já no mais-valor relativo, esse processo depende de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas existentes na sociedade. Ele se coloca como relativo porque, sumariamente, é relativo a esse desenvolvimento. Nesse movimento ocorre a intensificação dos processos de trabalho, ao comprimir ao mínimo a porção do trabalho necessário, expande na mesma razão a porção de trabalho excedente, como consequência das inovações técnicas e tecnológicas da sociedade e da precisão com que se desenvolvem os processos laborais. Nesse aspecto, de um modo geral, aumenta o nível de produtividade, exigindo-se menor quantidade de trabalho necessário para a produção do mesmo volume de mercadorias precedente. E quando o capital se impõe, apoderando-se da forma predominante de produção, ele passa a fomentar o processo acelerado de desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse processo, a própria forma do trabalho passa a ser regulado pelo tempo do capital. Nesse ritmo a fração do trabalho excedente expande-se não pela ampliação da jornada de trabalho, mas justamente pela redução do tempo socialmente necessário para produzir o valor da força de trabalho, o chamado tempo necessário. Assim, a forma do mais-valor relativo possibilita ao capitalista se apropriar de uma maior porção da riqueza produzida, sem necessariamente estender a jornada de trabalho. Nesta última, as condições sociais históricas das legislações, ao servirem como reguladores da extensão “máxima” da exploração, seriam limites sociais ao aumento da intensidade. Além das formas de historicamente burlar essa regulação, o capital tem se apoderado e incentivado

o desenvolvimento das forças produtivas, para se apropriar de uma parcela maior da mais-valia.

A isso se somam outras implicações sociais, que envolvem os custos de reprodução social dos trabalhadores. Assim, à medida que ocorre a diminuição do valor da força de trabalho, resultante do aumento da produtividade das diversas mercadorias que compõem o consumo médio dos trabalhadores, amplia-se a parcela do valor apropriada pelo capital. Portanto, a mais-valia relativa é socialmente produzida, mediada pelo desenvolvimento das forças produtivas. E desenvolvimento destas ocorre historicamente via inserção dos avanços científicos da produção e do refinamento das técnicas que se inserem nos processos de trabalho na produção de mercadorias.

Esse movimento se dá com a relação do que Marx (2017a) vai chamar de capital constante e capital variável. Eles se definem pela quantidade de capital investido no processo de produção imediato, onde compõem os meios de alcançar a valorização. Na busca cada vez maior de ampliar a reprodução do capital no processo de autovalorização do valor, é preciso intensificar os mecanismos de maior extração da mais-valia. Se o objetivo é produzir mais em menos tempo, o aumento da porção de capital constante na forma de máquinas, materializações do trabalho morto objetivado, tem permitido aumentar a produtividade do trabalho.

Como já discutido em capítulos anteriores, tendo em vista lógica do capital e suas necessidades de acumulação, tem se dado a tendência de aumento da composição orgânica do capital. Com vistas a aumentar sua taxa de lucro por meio da extração de mais-valia, a composição orgânica aumente conforme se expande quantitativamente a porção de capital constante. A busca de maior produtividade, se dá, dentre outras formas, pelo incremento de mais trabalho morto no processo produtivo. Esse seria um dos principais motivadores do aumento da composição orgânica e que tem como consequência e causa as chamadas revoluções tecnológicas.

Marx já demonstrou no livro I d'O Capital que as formas pelas quais o mais-valor se desenvolve não são fixas e estáticas, elas alteram-se de modo a mesclar-se. Logo, a forma de desenvolvimento do mais-valor relativo não nega o aumento da jornada de trabalho, mesmo que seu conteúdo essencial não seja definido por isso. O avanço da acumulação de capital ocorre com os usos de ambas as formas de obtenção do mais-valor. Contudo, a obtenção desta na forma relativa traduz a expansão social e espacial do modo de produção capitalista, uma vez que é por meio do desenvolvimento das forças

produtivas que o processo de subsunção real do trabalho ao capital se impõe. Nesse processo, o trabalho é convertido em capital, pela própria imbricação da relação e pelo fato que capital é trabalho expropriado.

Quando a grande indústria se impôs como forma desenvolvida e expressão do modo capitalista de produção, o movimento de subsunção se aprofundou e ampliou-se tal como o processo de extração do mais-valor. A relação da maquinaria à grande indústria, para Marx (2017a) foi o momento em que se processaria de modo mais desenvolvido o modo de organização histórico do trabalho para a produção de mercadorias. O aproveitamento das condições de produção herdadas e seu uso sob uma base estritamente capitalista, permitiu ao capital alavancar a produção de mercadorias a um patamar até então nunca visto. Não à toa Marx e Engels (2015) afirmaram no *Manifesto do Partido Comunista* que as mercadorias produzidas na indústria burguesas são “artilharia pesada contra as muralhas da China”.

Outrossim, não foi o capital que inventou a indústria. Foi sua apropriação enquanto forma predominante do sistema social de produção e reprodução da vida material que colocou a produção das mercadorias como a produção do capital. A grande indústria representa a base técnica do capital, sua forma elementar de produção, transformadora de produtores diferentes e separados em partes, e colocando-os sob um só teto e sob uma organização definida por um senhor. Se aproveitou da cooperação precedente e funcionalizou a divisão técnica e social do trabalho. Com isso passou a orientar e converter os processos de trabalho nas necessidades da valorização.

Passou a organizá-los sob o comando de um “Centro”, em torno do qual gravita a vida social desde então. A grande indústria transformou o processo de trabalho individual de mercadorias em um organismo vivo, um mecanismo operado pela divisão complexa do trabalho. Na mesma direção, impôs ao ritmo de trabalho o tempo da indústria, operado pela maquinaria elevada à potência na produção de mercadorias. Para fazer isso, se utilizou do trabalho de mulheres, crianças e idosos, todos na máquina de moer gente consagrada na indústria. Também operou no processo de expropriação dos meios de produção, pois nem mesmo as “Muralhas da China” resistem aos preços de suas mercadorias.

Assim se desenvolveu e consagrou-se esse modo de produção, como forma despótica de produção de mercadorias e que tem buscado formas pelas quais seja possível realizar de um modo mais rápido o ciclo do capital e de concretizar, como o “impulso

vital”, sua autovalorização (MARX, 2017a, p. 307). Para isso, tem recorrido historicamente à produção do mais-valor absoluto, como extensão da jornada de trabalho. Simultaneamente, tem se aproveitado do avanço das forças produtivas encontradas e forçou sua apropriação de modo a aumentar a intensificação da exploração do trabalho.

Sob essas condições, o trabalhador se defronta com as condições objetivas e subjetivas sob o controle do capital. Enquanto as primeiras exprimem-se através dos meios de produção, as segundas, exprimem-se pelos meios de subsistência. Dadas as condições de um modo de produção especificamente capitalista, ambos se encontram sob o controle do capital e seu impulso à valorização.

Na sociedade moderna, o ciclo do capital tem regulado boa parte da vida social. À medida que todo o ciclo que envolve produção, circulação, distribuição e consumo deve ser acelerado, pois é imperativo receber o retorno do dinheiro investido na forma de capital, toda a vida passa a se encontrar sob os imperativos dessa aceleração. A manifestação imediata nos processos laborais, dado o desenvolvimento das forças produtivas, se dá na busca, pelo capital, em subordinar os processos de trabalho aos tempos e formatos da valorização. Essa característica da subordinação estrutural do trabalho na sociedade capitalista recebe o conceito de subsunção, e tem assumido historicamente a forma em que capital e trabalho se confrontam e identificam-se como unidade contraditória. Mais que uma relação de contratualidade, o processo de subsunção se expressa na transformação no conteúdo do próprio trabalho.

O trabalho passou a se encontrar cada vez mais controlado pelo capital na medida em que este cada vez mais tem se apoderado dos meios de produção e da própria riqueza pelo trabalho produzido. Ao fazer isso, o capital passou a constituir cada vez mais um poder tirânico sobre o trabalho, pois o trabalhador, ao não ter mais a posse dos meios de produção, nada mais tem a não ser vender sua força de trabalho para reproduzir-se. A constituição do trabalho livre na sociedade burguesa foi só a condição para aprisionar os trabalhadores na liberdade de ter que abrir mão de uma parte de si para sobreviver.

Dessa maneira, com o desenvolvimento da produção capitalista o trabalho, subsumido de modo real ao capital, assume a forma mais abstrata. Desprovido de suas qualidades concretas, a não ser funcionais ao modo de produção, o trabalho se defronta consigo mesmo como uma carcaça vazia, plástica, quando a criação se converte na criatura. Concomitantemente, o trabalho morto na forma de capital, torna-se o sujeito vivo, na mesma medida em que o trabalho vivo se mortifica pelo processo de coisificação.

Se retomamos o segundo trecho da epígrafe percebemos. Pelas novas necessidades do Centro, as próprias operações técnicas, do trabalho de modelagem, tornam-se as definidoras do produto final. De algum modo são as criaturas que, quase dotadas de vida própria, se produzem como criadoras. Assim é a intervenção do capital no processo de trabalho: promove a inversão real dos sujeitos no processo produtivo. Essa é a expressão da coisificação/reificação.

Nesse percurso entre relações de produção e forças produtivas se articulam um processo que tem como ponto nodal a ampliação do fetichismo da mercadoria. A coisificação atinge tal grau que a maquinaria, produto técnico da divisão do trabalho e expressão do modo capitalista de produção, passa a definir, como mencionado, o ritmo próprio dos processos de trabalho. Passa a exigir o que será produzido, como quando Centro elimina a compra de louças do Cipriano Algor.

O debate desenvolvido por Marx (2017a) no livro I d'O Capital, mais especificamente quando discute a manufatura e grande indústria expõe como o modo de produção capitalista, passa a definir os processos no modo de controle do trabalho. À medida que avança, essa relação social passa a impor a forma de desenvolvimento dos processos de trabalho. Marx (2017a) aponta a grande indústria como expressão da forma de produzir de modo capitalista, na qual o processo de acumulação de capital é tanto pressuposto como produto do processo produtivo. Além disso, o capital é justamente esse modo de controle que ao negar o trabalho estaria negando a si mesmo, uma vez que capital e trabalho existem enquanto contradição. E o trabalho imediato, mesmo apoderado pelo capital, possui outro aspecto do seu poder tirano:

No processo de trabalho considerado isoladamente, o trabalhador utiliza os meios de produção. No processo de produção capitalista, os meios de produção utilizam o trabalhador, de modo que o trabalho aparece apenas como meio pelo qual certa massa de valor, isto é, certa massa de trabalho objetivado, absorve trabalho vivo para se conservar e aumentar. (MARX, 2022, p. 79).

Se o objetivo da produção capitalista é a obtenção de mais-valor, o processo de subsunção é sua causa/consequência imediata. Quando os meios de produção é que se utilizam do trabalhador, esse processo aparece deveras maduro. Não obstante, a passagem do “deixar de ser o que havia sido” se dá em duas formas históricas fundamentais. Marx (2017a) os definiu de um modo geral, a partir de duas formas de subsunção do trabalho ao capital: a subsunção formal e a subsunção real. Ambas não são estágios, mas

expressam formas de desenvolvimento diferenciadas no bojo da produção. Assim, Marx (2017a) é elucidativo ao afirmar que:

de início, a subordinação do processo de trabalho ao capital nada muda no modo de produção real e é praticamente evidente apenas no seguinte: o trabalhador está sob o comando, a direção e a supervisão do capitalista, naturalmente apenas em relação ao seu trabalho, que pertence ao capital. (p. 813).

Logo, o processo de subsunção não se põe de modo automático, dado, mas corresponde ao nível de consolidação da produção capitalista. Na mesma direção, a subsunção, diretamente ligada às formas de extração da mais-valia, exprime-se no processo social de produção, não no trabalho individualmente realizado. O significado da subsunção e sua relação com a extração da mais-valia é asseverado por Marx (2022) de modo que

a forma baseada no mais-valor [*Surpluswerth*] absoluto eu chamo de subsunção formal do trabalho ao capital, porque difere apenas formalmente dos modos de produção anteriores com base nos quais ele surge diretamente (ou é introduzido), seja porque *producer selfemploying* [produtores de si mesmos], seja porque os produtores imediatos têm que fornecer mais-trabalho para outros. A coerção exercida, ou seja, o método no qual o mais-trabalho excedente é espoliado, é de um tipo diferente. (2022, p. 94).

Nesses termos, por mais que Marx discuta especificamente nesses momentos, toda a escrita d'O Capital é justamente a exposição do processo de subjugação do trabalho aos imperativos do sistema do capital. Por isso, apesar da grande indústria manifestar esse movimento, ele não fica restrito a ela, uma vez que ao se generalizar, a forma capitalista de produção passa a impor a forma/conteúdo da produção, seja na fábrica especificamente, seja na agricultura, seja nas formas de trabalho domiciliar, seja no comércio, etc. Desse modo, a indústria aparece com sua forma fantasmagórica que se ergue ante a potência real da sociedade, o trabalho, tal como a mística presente na mercadoria.

Nessa linha, no Capítulo VI inédito, Marx afirma que no modo de produção capitalista

ocorre também a mistificação imanente à relação do capital. A força de preservação de valor do trabalho aparece como a força de autopreservação do capital, a força de criação de valor do trabalho como a força de autovalorização do capital e, em geral, conceitualmente, o trabalho objetivado como o usuário do trabalho vivo. (2022, p. 89).

Nesse movimento, o trabalho enquanto sujeito assujeitado pelo capital manifesta-se enquanto objeto, cálculo econômico para o capitalista na qualidade de capital variável. Como fonte criadora do valor, o trabalho subsume-se ao capital em seu processo de

valorização, definindo-se na lógica do trabalho abstrato, do valor de troca. Com efeito, é no processo que envolve o mais-valor relativo, principalmente, que o processo de subsunção real do trabalho ao capital se dá. Essa dinâmica se coloca tendo em vista o nível de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, convertidas em força produtiva do capital. Ciência e tecnologia cada vez mais aplicadas ao processo produtivo definem o aumento da possibilidade da produtividade e por conseguinte, do barateamento das mercadorias. Mas o aumento das forças produtivas não se dá unicamente pelo aspecto tecnológico. As mudanças nos ritmos e movimentos, transferência da força motriz para as máquinas, a relação de aprendizado com gerações simultâneas convivendo juntas, puseram a produtividade do trabalho em níveis mais altos.

Nesse quadro, o processo de subsunção real do trabalho ao capital se encontra desenvolvido e faz parte da produção do mais-valor relativo. Este, que depende do nível relativo das forças produtivas não necessariamente nega as formas de mais-valor absoluto, das quais a subsunção formal do trabalho ao capital é o conteúdo. Logo, mais-valor absoluto e relativo não se negam, tal como a subsunção formal e real do trabalho ao capital constitui-se com aquele existindo sob este.

Ao fazer essa diferenciação, Marx (2022) afirma que “na subsunção formal a coerção ao mais-trabalho, e por consequência, a entrega do tempo livre recebem apenas uma forma diferente dos modos de produção anteriores”. (p. 95). Na subsunção real a própria forma e conteúdo do trabalho é mudado. Este, ao ser expropriado dos meios de produção, agora se desprende do próprio processo de trabalho de modo, que, alienado, encontra-se inserido apenas de modo subordinado. Concomitantemente, sua relação o define e identifica como o próprio trabalho morto objetivado na forma de capital.

Não obstante, a identificação contraditória entre o capital o trabalho manifesta “quando a capacidade de trabalho vivo é incorporada às partes objetivas do capital, este se torna um monstro animado e começa a trabalhar ‘como se amor no corpo houvesse’”. (MARX, 2022, p. 78). Opera-se no bojo da relação, que o processo de coisificação se amplia na medida que a subsunção é real e expandem-se as formas do mais-valor relativo.

Assim, observa-se que a subsunção formal foi um dos condicionantes históricos sobre os quais se desenvolveu a relação capital. Na base que tem a subsunção formal “surge um modo de produção tecnologicamente e diversamente específico que transforma a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais – o modo de produção capitalista”. (MARX, 2022, p. 104). Sob esse modo de produção, o trabalhador se

encontra livre, inclusive das propriedades do próprio trabalho uma vez que a concepção e gerência estão sob o comando do capital. A figura despótica da grande indústria exemplifica essa liberdade, garantindo a possibilidade de passar enquanto sujeito do processo de trabalho, com certo grau de autonomia, para ser livre como fator de produção, como engrenagem da máquina e sem pensar sobre o que está a fazer todos os dias.

O que fazer com essa liberdade constitui-se em ser inserido enquanto mercadoria na produção do valor – ou pelo menos tentar. Se na subsunção formal havia um certo controle dos processos de trabalho com um saber necessário e muito próximo ao desenvolvimento do ofício, seja por relação familiar, seja por iniciação, na subsunção real esse saber é subsumido e transferido à para a maquinaria. Esta se converte na autoridade competente pelos movimentos do trabalho. O maestro, metáfora utilizada por Marx (2017a), representa bem essa relação na qual o capital coordena os órgãos vivos da produção sob o ritmo da máquina. Estas são, nada mais que a objetivação do trabalho morto, a forma do capital, quase o Centro que aparece para o oleiro Cipriano Algor.

Outrossim, o trabalho morto objetivado opera uma transferência do saber-fazer para as máquinas, eliminando os trabalhadores dessa relação, que, embora seja tirânica, é um meio de reprodução da vida. A qualificação da maquinaria e do trabalho morto é a desqualificação do ser que trabalha. Assim, a inversão real posta nas relações de produção capitalistas expõe o significado do fetiche das mercadorias.

A trajetória do trabalho na vida moderna se traduz na busca pela disponibilidade e disciplinamento da classe trabalhadora. O pressuposto e a consequência é o contínuo processo de expropriação dos meios de produção, condição contínua de expropriação da vida. Ao fazê-lo, o capital deixa aos trabalhadores a única condição de vender sua força de trabalho. Simultaneamente, a introdução de novas tecnologias aparece como uma outra forma de disciplinamento, tanto em relação ao processo de trabalho no interior da produção, como na forma das relações contratuais e do desemprego.

Dessa maneira, enquanto questão da sociedade moderna, o desemprego acaba sendo uma outra forma de disciplinamento e subordinação da classe trabalhadora. Como decorrência da *lei geral da acumulação capitalista*³¹, se desenvolveu a “lei da

³¹ A lei geral da acumulação capitalista faz menção diretamente à análise marxiana do processo de reprodução do modo de produção capitalista. Entre outras coisas, essa lei da sociedade capitalista produz, de um lado a concentração dos meios de produção e do outro uma população desprovida dos meios necessários à reprodução. Tendo isso como condição, os trabalhadores não têm escolha a não ser venderem sua força de trabalho. Assim a acumulação capitalista produz uma superpopulação relativa, ordenada pelos movimentos da reprodução do capital. Essa superpopulação tem, entre outras funções, o papel de baratear o valor da força de trabalho.

população”, que regula a disponibilidade de trabalho na sociedade. Do processo de expropriação se desenvolve uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Essa lei da população deriva concretamente das condições de acumulação de determinado momento histórico, condicionada pela expansão das relações sociais de produção burguesas.

Assim, o despótico poder do capital pode ser medido pelo controle dessa população. Se as necessidades o impelem, o emprego pode ter uma demanda ascendente, se não, podem deixar os trabalhadores sem as condições de reprodução, ainda que nunca seja admitido em sua totalidade os trabalhadores no processo produtivo. A demanda de trabalho se impõe cada vez que as necessidades de valorização existirem. Nesse jogo, o capital passa a controlar a disponibilidade de emprego, movendo-se em torno do processo de valorização.

Nessas condições, é possível compreender que o processo de subsunção do trabalho ao capital se entrelaça com as condições de controle do próprio processo de trabalho na sociedade burguesa. Dessa maneira, tem por regramento o disciplinamento da classe trabalhadora sob os imperativos da valorização. Ainda que dentro do modo de produção, o processo de subsunção assumiu diferentes formas, a depender da organização do trabalho predominante em determinado modelo de produção. Nos capítulos anteriores foram discutidos os ciclos econômicos e os modelos de acumulação correspondentes.

Nos modelos de produção sob os quais se organizou a dinâmica do trabalho desenvolvimento capitalista, destacam-se, no século XX, a administração científica do trabalho e a busca pelo controle cada vez maior dos processos. O trabalho parcelar, repetitivo e fragmentado típico da época fordista decorre da lógica de produção inaugurada com a grande indústria e com o amadurecimento da forma capitalista de produção. Assim, Antunes (2009, p. 39) afirma que esse modelo consolidou o “processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta”. E continua, “a subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria estava consolidada” (2009, p. 39).

Esse processo de desantropomorfização corresponde justamente à transferência para as máquinas, do pensar e desempenhar o processo de trabalho, além da diminuição progressiva do trabalho vivo na produção. O modelo fordista de produção estruturava-se, no interior das fábricas, uma forte hierarquia entre aqueles que pensavam a produção e sua efetivação. Essa hierarquia convertia-se na “separação entre gerência, concepção,

controle e execução” (HARVEY, 2016, p. 121). Dessa maneira, a produção fordista em massa buscava a transformação dos trabalhadores em massa cristalizada na mesma maneira que dotava o maquinário de força viva.

Quando essa organização entra em crise como forma predominante, se impôs o toyotismo como novo aspecto da produção e do trabalho, que será melhor discutido no próximo tópico. Suas expressões no comércio surgem como decorrência da ampliação das funções de realização e da amplitude adquirida na contemporaneidade, sobretudo pelo comércio eletrônico. É com vistas a discutir esse aspecto que se coloca o próximo tópico.

5.2. A organização do trabalho toyotista e suas expressões no comércio

O significado histórico da organização do trabalho reside no movimento do capital poder enquadrá-lo e gerenciá-lo sob o ímpeto da valorização. Na sociedade moderna, o mundo laboral, no qual se desenvolveram as relações de produção, conforma um “mundo do trabalho, na vigência do trabalho abstrato” (ALVES, 2007, p. 76). Na contemporaneidade, trata-se de um mundo do trabalho marcado pela heterogeneidade das formas laborais, mas que se encontram ainda imersas na vigência do trabalho abstrato. Subsumido, o trabalho sob o universo da platformização é uma das mais exacerbadas formas de exploração contemporâneas.

Já foi discutido como a dimensão da organização da produção, na lógica toyotista, faz parte das transformações da reestruturação produtiva. Agora cabe discuti-la nos processos de trabalho, analisando suas expressões no comércio. Sua relação com os modos precedentes opera-se em um quadro de continuidade/descontinuidade dos modelos de produção taylorista/fordista com a dinâmica toyotista. Nesta seara, conforme Antunes (2020)

A degradação típica do taylorismo e do fordismo, que vigorou ao longo de praticamente todo o século XX, teve (e ainda tem) um desenho mais acentuadamente *despótico*, embora mais *regulamentado* e contratualista. O trabalho tinha uma conformação mais coisificada e reificada, mais maquinal, mas, em contrapartida, era provido de direitos e de regulamentação, ao menos para seus polos mais qualificados. (p. 81).

Tal dinâmica expunha a forma de organização do trabalho em que seus fundamentos se pautavam na parcelização das atividades e sua integração sob um único comando, materializado na esteira de rolagem. Transformava a maquinaria em um só órgão no processo produtivo ao mesmo passo que colocava para toda a dinâmica social a

organização como uma extensão da vida³². Se na grande indústria, a divisão do trabalho permitia aos trabalhadores terem “olhos e braços nas costas” (MARX, 2017a), na grande firma fordista esse processo se elevava a outra potência, colocando a produtividade do trabalho em um patamar considerável.

Na forma toyotista, esse processo se dá de modo diferente. Se até a metade do século XX se processava um nível de produtividade do trabalho imenso, com a reestruturação produtiva esse processo assume outro patamar. Dela se sobressaem a imersão de aspectos mais subjetivos dos trabalhadores, tal como a ideologia de uma propaganda autonomia relativa. O capital tem um modo de desenvolvimento deveras contraditório que se por um lado opera a separação e fragmentação do trabalho, o faz para juntá-lo novamente sob os imperativos da acumulação. Se a desqualificação dada com expropriação do intelecto do trabalho, e sua concentração nas mãos de um punhado de gerentes da produção era um traço da lógica fordista, no toyotismo aquela desqualificação é novamente processada, dotando novamente os trabalhadores da velha unidade entre concepção e execução. A subsunção mergulhava em um novo patamar de desenvolvimento, na qual o pensar e agir do trabalho se davam em meio as novas necessidades da acumulação.

No lugar da velha firma hierarquizada, emergia a nova firma mais “democrática”, “participativa”, em que todos poderiam alcançar os altos cargos e subir de nível. Tudo dependeria do seu desempenho, da capacidade de assumir a firma como uma responsabilidade sua, um verdadeiro projeto de vida. Não à toa termos como “colaboradores” apareciam como a nova semântica em que se chamavam os trabalhadores. Evidentemente que não se eliminaria a hierarquia porque o capital é esse modo de controle hierárquico do trabalho, que agora novamente colocava de modo unificados a concepção e execução das atividades no interior da firma sob as condições de valorização. Outrossim, a hierarquia se processava de outro modo, por meio do papel cada vez mais presente do capital financeiro através da fome dos acionistas. A ampliação deste reconfigurava as próprias relações entre os trabalhadores do alto comando das empresas, como os diretores, colocando-os como dirigentes responsáveis em maior ou

³² Apesar de estar destacando nesta dissertação os aspectos do fordismo e do toyotismo com foco na organização do trabalho, em toda a dimensão ela está pautada na organização da vida cotidiana para além dos muros da fábrica. O modo como os trabalhadores dormem, pensam, expressam sua sexualidade, o que fazem em seus momentos de lazer, tudo isso passou a ser objeto de cálculo econômico e objeto de atenção das corporações capitalistas. Talvez a organização do trabalho seja uma das mais explícitas expressões da sua centralidade na vida social moderna.

menor grau, pelo desempenho das empresas. É nesse sentido que Antunes (2020) faz a seguinte constatação:

A segunda forma de degradação do trabalho típica da empresa da *flexibilidade toyotizada* é aparentemente mais “participativa”, mas seus traços de reificação são ainda mais *interiorizados* (com seus mecanismos de “envolvimentos”, “parcerias”, “colaborações” e “individualizações”, “metas” e “competências”), sendo responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho, como indicamos anteriormente. (2020, p. 81).

O novo quadro da reestruturação veio incorporar nas velhas relações sociais burguesas, a lógica das novas demandas da acumulação. Sob a lógica da flexibilidade, passaram a se generalizar formas de assalariamento fragmentadas e que se pautavam em novas formas de regulação. Assim, esse processo impactou nas relações de trabalho na medida que a desregulamentação emergia na figura do “crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado”. (HARVEY, 2016, p. 143). Simultaneamente, as redes de subcontratação expuseram a complexificação da divisão social do trabalho, com a produção difusa (ALVES, 2007). Essas redes ao redor do globo, aliada a um processo de mundialização terceirizaram atividades das empresas de modo a permitir a intensificação da flexibilização e rebaixamento dos salários nos países capitalistas avançados (CHESNAIS, 1996, p. 40), com legislações menos incisivas e desproteção do trabalho.

Embora os traços das relações contratuais sejam importantes para situar o quadro político-institucional, eles apresentam limites se em algum momento tomarmos a mediação pelo próprio processo. As legislações são expressões formais pelas quais o Estado medeia o processo de exploração do trabalho. São partes das determinações da relação capital x trabalho e da busca daquele para obter mais lucro. No quadro das relações no comércio nesta dissertação estudada, como regular os fios (in)visíveis da exploração do trabalho? Ainda assim, é inegável que as transformações nas relações contratuais são marcas da lógica da acumulação flexível e do processo de reestruturação produtiva.

Como já vem sido debatido, a reestruturação produtiva imprimiu mudanças na organização dos processos de trabalho. Alterou-se também a forma na qual a força de trabalho se coloca disponível, sobretudo com as inovações tecnológicas que trouxeram particularmente a emergência da microeletrônica e das redes de internet, já discutidas anteriormente. Tais mudanças fazem parte do quadro do avanço das forças produtivas em

todo o século XX. Nos processos de trabalho os impactos aprofundam a subsunção do trabalho ao capital, agora sob o imperativo das chamadas redes digitais.

Nessa seara, com a adoção de novos padrões de organização da produção, e a expansão das novas tecnologias, o desemprego assume uma dimensão estrutural (ANTUNES, 2009, p. 36) que se colocou como uma das faces perversas da crise estrutural. Assumiu a forma generalizada, com impactos mais negativos para os países periféricos, em virtude da estrutural forma de desenvolvimento das relações de produção. No caso brasileiro, por exemplo, a relação entre o arcaico e o moderno é um traço estrutural da sua formação social (OLIVEIRA, 2013).

Ademais, nas generalidades da reestruturação, a reorganização da produção sob os moldes da produção flexível, como já mencionado, colocou um novo padrão como forma típica de organização do trabalho: o toyotismo. Sua estruturação pauta-se na expansão da chamada produção enxuta, que tem como alicerce uma busca pela eficiência produtiva no interior e exterior das firmas. O quadro abaixo traz alguns aspectos desse modelo de produção. Conforme Antunes (2009, p. 56-57) o toyotismo (ohnisno³³) tem como elementos essenciais:

Quadro 3 – Elementos do modelo de produção Toyotista.

a) uma produção muito vinculada à demanda;
b) tem a dinâmica do trabalho organizado em equipe, com variedade de funções, em contraposição ao caráter parcelar fordista, os <i>teamworks</i> ;
c) estrutura-se em uma produção flexível com o manuseio de várias máquinas simultaneamente;
d) a orientação <i>just in time</i> , organiza a produção evitando desperdícios;
e) estrutura horizontalizada da produção, graças à difusão das empresas pelo globo e suas redes de subcontratação;
f) organização dos Círculos de Controle de Qualidade, com vistas a melhor o desempenho a partir da avaliação da dinâmica produtiva pelos próprios trabalhadores;
g) e a criação do chamado “emprego vitalício” uma parcela de trabalhadores junto a um sistema de bonificação pelo aumento da produtividade.

Fonte: Antunes (2009, p. 56-57). Elaboração: Autor, 2024.

³³ Também recebe esse nome em referência a Taiichi Ohno, o engenheiro que criou esse modelo de produção na Toyota (ANTUNES, 2009, p. 56).

Esses elementos atuam de modo articulado com vistas ao maior controle sobre os processos laborais, fazendo parte da nova estrutura organizacional que emerge com o toyotismo. Segundo Alves (2007) “a introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços” (p. 156). Mas de um modo geral, generalizou-se com vistas a promover uma produção fluida, flexível e difusa. (p. 158).

Tal movimento desdobra-se no processo de produção do espaço expressão da divisão social do trabalho exemplificado com as redes de subcontratações articuladas pelo globo. Estas, por exemplo, expõem o processo de terceirização e a complexificação dessas atividades, trazendo a cooperação a níveis mais altos, com as chamadas cadeias globais de valor³⁴.

Ainda de acordo com Alves (2007, p.158), “a primeira [dimensão desse novo modelo produtivo] significa a adoção de dispositivos organizacionais como por exemplo *just-in-time/kanban* ou *kaizen*, ao mesmo tempo com um envolvimento proativo do trabalhador”. A esse último ponto cabe importante consideração já que envolve novos mecanismos de controle na exploração do trabalho. Essa nova forma inaugurada com a produção toyotista incorpora os trabalhadores com aspecto da participação no envolvimento como forma de sedução pela autonomia.

Assim, enquanto na produção fordista os trabalhadores encontravam-se deslocados da concepção dos processos produtivos, na lógica toyotista busca-se cada vez mais incorporar o *know-how* desses trabalhadores. São propagados termos como colaboradores para trabalhadores se definirem com outra identidade que não a de ser proletariado. Nesse sentido, implementa-se uma lógica de produção que se define por uma chamada gerência participativa, que desloca para os próprios trabalhadores a ideia de autogestão. Elas são exemplificadas nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), nos quais os trabalhadores reúnem-se para discutirem seu desempenho na produção (ANTUNES, 2009).

³⁴ Embora a subcontratação seja uma contratação da terceirização, o destaque sobre esta última está na busca de “enxugar” as fábricas e diminuir o número de contratados diretamente pela firma. Na contemporaneidade, um exemplo concreto dessa dinâmica pode ser encontrado no chamado *Crowdwork*. Esta forma de contratação é uma espécie de “terceirização *on-line*”, em que vários trabalhadores são contratados para realizar serviços, que vão desde individuais a projetos em conjunto. A plataforma digital Amazon Mechanical Turk é talvez a maior nesse sentido. Ver: CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/crowdwork-a-terceirizacao-online/>. Acesso: 19 jan. 2025.

No âmbito da flexibilidade, a mesma ocorre através da contratação, perfil profissional ou das novas máquinas de microeletrônica e informacional (ALVES, 2007, p. 159). Tornado o ímpeto do regime de acumulação, a flexibilidade generaliza-se como princípio/prática essencial garantindo formas de produção “mais enxutas”. Essa forma tem se universalizado para as esferas da circulação e distribuição na qual os galpões atuam de modo essencial no controle dos estoques. A produção difusa aparece sobretudo, com a ampliação da terceirização e das redes de subcontratações (ALVES, 2007, p. 159). As terceirizações permitem definir pontualmente onde se investir aproveitando as vantagens comparativas em cenário de mundialização. Ao mesmo tempo, ao pulverizar-se sobre vários espaços, dando relativa autonomia para os negócios, mesmo que subordinados à empresa matriz, as redes permitem reduzir o inchaço de uma grande fábrica em uma determinada localidade.

Esse desenvolvimento desigual, em que a empresa matriz mantém o controle, mas permite a adaptação de suas filiais às realidades locais, está perfeitamente alinhado com as demandas da “produção enxuta” do *just in time*. Nesse movimento, o local ganha evidência tão logo tem autonomia para gerir especificamente o modo de organização de acordo com as demandas de cada mercado em que atua. Os saberes e fazeres locais são apropriados/expropriados, para serem postos sobre os imperativos da valorização, das necessidades do “Centro”. Os modos de vida, a cultura, entram como léxico linguístico/prático no repertório da empresa. Tal como é difundida a autonomia propagada no interior da fábrica, se apropriando das capacidades de gerência com a participação dos trabalhadores, se coloca para essas filiais a mesma “liberdade”. Autonomia subordinada ao centro de controle é conteúdo desse processo.

Essa relação de territorialização dos investimentos, ampliada com a mundialização, expressa o alcance da mobilidade do capital do globo em sua dinâmica de desenvolvimento desigual. No vai e vem da universalização do valor e criação das condições de acumulação, aparece com mais força na contemporaneidade o papel das tecnologias no movimento cíclico do capital. Ademais, nestas condições de acumulação flexível, sobressai, nesse sentido, a leitura de Harvey (2016) quando nos lembra que

(...) boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento dessa capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneiras que quase parecem desprezar as restrições de tempo e espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo (p. 155).

A expansão do sistema financeiro, nesse sentido, seria tanto causa quanto consequência das altas taxas de lucro e da dinâmica do regime de acumulação fordista. Paralelamente, as inovações tecnológicas associadas à terceira revolução tecnológica, ressaltadas por meio da microeletrônica e do uso de robôs provocou uma verdadeira mudança na dinâmica produtiva, alterando os ritmos e atuando no controle dos movimentos. O aumento das funcionalidades das máquinas necessitava de um trabalhador de novo tipo, muito flexível e com possibilidade de realizar várias funções. Esse trabalhador polivalente representa o aumento da intensidade do trabalho com vistas ao aumento da produtividade em um cenário de forte presença das tecnologias.

Ainda nos termos de Alves (2007) se impõe “uma nova *forma* organizacional (e sócio-metabólica) capaz de aprofundar e dar uma nova qualidade a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica”. (p. 165). Uma certa reconfiguração do papel do trabalho vivo na esfera produtiva é consequência direta das inovações da organização da produção. Como não pode jamais eliminar o trabalho vivo da produção, o capital tratou de alterar o modo como se organiza na produção, com efeitos para as outras esferas.

Na direção de compreender o trabalho no quadro da reestruturação produtiva, Bolaño (2007) aborda como a influência da apropriação do conhecimento científico a partir da segunda metade do século XX foi fundamental para aprofundar a subsunção real do trabalho ao capital. Tendo como base alguns apontamentos da leitura da Economia Política da Comunicação, da qual é uma das principais referências mundiais, o autor demonstra como o capital tem buscado se apropriar da produção do trabalho intelectual, expresso no conhecimento científico. Nesses marcos, denota a subsunção do trabalho cultural atrelada fortemente ao uso de tecnologias nas trilhas da terceira revolução tecnológica. O que se conclui, através do autor, é a apropriação corrente do saber intelectual do trabalhador que produz o conhecimento científico, no qual o Estado atua como elemento central de mediação, funcionalizando a ciência para o capital.

A leitura de Bolaño (2007), tendo como fundamento teórico o marxismo, ainda que sob perspectiva que diverge da leitura da Sociologia do Trabalho, tem se debruçado sobre o estudo das novas tecnologias e sua imersão nos processos de trabalho, notadamente com a internet e as novas TICs. Destaca o desenvolvimento das forças produtivas, com relevância nas atividades da produção científica e sua instrumentalização, demonstrando como o processo de acumulação tem forçado aos

capitais buscarem novos modos de controlar o trabalho e aprofundar o processo de subsunção.

Na mesma direção, o mundo laboral tem sido atravessado pela presença das TICs de modo a implicar em mudanças de consideráveis dimensões. Nesse panorama segue no que tem se desdobrado as formas de trabalho atreladas ao uso de plataformas já na segunda década do século XXI, e que são uma expressão do chamado universo maquínico-digital-informacional. Marx (2017a) já tinha evidenciado como a emergência da grande indústria ao exprimir o avanço das forças produtivas sociais do trabalho e convertê-las em forças produtivas do capital altera a dinâmica de toda a sociedade. Sua aparição como demônio acaba por impor o ritmo do trabalho nas diferentes formas pelas quais o capital se desenvolve. Por isso, a virada do século registra uma passagem para mudanças no mundo do trabalho com forte influência das TICs.

O chamado trabalho digital, plataformizado, expandiu-se no início do século XXI. A “bolha imobiliária” que se desenvolveu e desembocou na crise de 2008 tem repercutido no mundo do trabalho. Iuri Tonelo no livro *No entanto ela se move* (2021), ao discutir essa crise e seus desdobramentos, problematiza como a sua não resolução tem provocado consequências para a economia capitalista. Entende que sua não resolução se converte na necessidade de alternativas para a valorização e questiona se não estaríamos vivendo uma nova reestruturação produtiva. Ao levantar o debate o autor traz alguns traços marcantes que confirmaria, em sua análise, esse processo. Entre os fatores que a crise econômica internacional colocou e que apontam para as transformações na forma de acumulação flexível capitalista, estão:

- a) o modo como os planos de austeridade (2009-2010) buscava alterar as condições de produção e reprodução do capital a partir da crise;
- b) o fenômeno da imigração sendo incorporado em outra escala a partir da crise no metabolismo social do capital, especialmente a partir de 2015;
- c) a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, robotização e inteligência artificial;
- d) o papel da guerra comercial e os conflitos geopolíticos na arquitetura da divisão internacional do trabalho (2021, p. 117).

Talvez seja ainda cedo para definir a existência ou não de um novo processo de reestruturação produtiva. No entanto, os elementos levantados pelo autor são de importante consideração, sobremaneira em relação à introdução das novas tecnologias da

informação e comunicação, robotização e inteligência artificial. Embora a robotização tenha avançado exponencialmente nas últimas cinco décadas, a velocidade de introdução destas tem se acelerado. A inserção dessas tecnologias tem trazido impactos para o mundo laboral no quadro da chamada era digital. Sob os auspícios desta, desdobram-se as formas de extração e apropriação do mais-valor por empresas-plataformas colocadas como de tecnologias, mas que atuam de modos diferenciados, seja na mobilidade urbana, seja com aplicativo para venda de alimentos ou comercialização de mercadorias. O universo é multivariado, tal como as expressões dele no mundo do trabalho.

No que se refere, também estão em curso mudanças nas formas de gerenciamento do trabalho em suas múltiplas formas. Uma delas se desdobram na ofensiva sobre o trabalho, sob a forma da desregulamentação. Ainda que esta seja uma das formas aparentes, é um mecanismo de controle e disciplinamento da classe trabalhadora. O apagamento de fronteiras entre o que seria uma jornada regrada e uma vida cotidiana fora do trabalho, consequência da introdução das novas TICs no processo laboral, representa uma das formas pelas quais o capital tem buscado se apropriar do tempo dos trabalhadores, consagrando a precariedade como regra.

No âmbito da legislação, tem se processado o aprofundamento da precarização do trabalho. Caso emblemático dessa dinâmica está na reforma trabalhista aprovada no Brasil em 2017, que resultou da intensificação da ofensiva neoliberal no país. A vampiresca legislação aprovada no governo do golpista Michel Temer (2016 a 2018) veio junto a outros aparatos jurídicos que legalizaram a precarização do trabalho no país (ANTUNES, 2020). Ampliou os mecanismos de extração do sobretrabalho com vistas a intensificar a exploração do trabalho. A crise cobrava seu preço principalmente sobre o trabalho.

A lei 13.429 aprovada em 2017, ampliou a terceirização do trabalho para além das atividades-meio, também legalizava a terceirização nas atividades-fim. Dentre as consequências que já vem sendo registradas pelos estudiosos, o trabalho terceirizado é mais precário, com menor renumeração, mais adoecimentos do trabalho e com menor margem de enfrentamento, tendo em vista as formas de contratação mais flexíveis. Ela veio acompanhada logo depois, da contrarreforma trabalhista. Essa última, além de legalizar formas de trabalho intermitente, com tempo determinado, tinha como foco o ataque aos trabalhadores por meio da tutela de sindicatos, com a imposição do “negociado sobre o

legislado”. Desse modo, os acordos coletivos poderiam se sobrepor à legislação que garantiriam direitos aos trabalhadores.

Ainda que sejam um campo de disputa, na história do capitalismo, as legislações são mediações que aparecem como limites sociais à exploração do trabalho impostos pelas lutas sociais dos trabalhadores. A depender das contradições, elas podem pender ou não para o lado do trabalho, embora na maioria das vezes venham seguindo para o capital. Na contemporaneidade, essas legislações expõem as novas necessidades do processo de acumulação flexível e conformam a generalidade resultante dos trabalhos nas dimensões da nova engenharia produtiva do capital.

Se toda a relação de trabalho emergente a partir da reestruturação produtiva deve estar alicerçada no atributo da flexibilidade, isso significa que sob as condições do regime de acumulação flexível, o terreno pantanoso que assola o trabalho é o do controle cada vez maior dos processos laborais. Desregulamentação e liberalização são expressões de um regime de acumulação que à medida que avança, demonstra a face destrutiva do modo de produção capitalista. Sob a batuta do desemprego, parece não haver alternativa a não ser vender-se enquanto patrão de si mesmo. Foi assim que se expandiu a ideologia empreendedora, pelo aprofundamento da lógica da valorização capitalista.

Do ponto de vista das tecnologias, as empresas têm se utilizado do instrumental de mercadorias produzidas pelas gigantes dos negócios de tecnologia, para intensificarem a exploração do trabalho. Por isso têm se utilizado do que há de mais moderno nas tecnologias ligadas à chamada “indústria 4.0”, como IoT³⁵, big data³⁶, IA³⁷, chatbots³⁸, 5 G, para expandir a velha prática da subsunção.

Todos esses mecanismos utilizados no interior da fábrica, se articulam como já discutido no capítulo 01, com as relações além da fábrica. Nesse sentido foi que se colocou o uso do algoritmo como estratégia para o entendimento dos padrões de consumo e, subsidiando a publicidade e a oferta de múltiplas formas de pagamento. Ao fazerem isso, as empresas projetam nas oportunidades de vendas de mercados a criação de desejos

³⁵ Internet das Coisas, como são chamadas, referem-se a uma rede de dispositivos que se conectam entre si por meio da internet. Aparelhos eletrônicos, que, sob uma mesma rede conseguem trocar dados e informações.

³⁶ São grandes volumes de dados organizados. Geralmente são armazenados nos Datacenters, que são locais onde se concentram grandes computadores que armazenam dados. Esses grandes centros de concentração de dados geralmente consomem uma grande quantidade de energia para mantê-los em funcionamento.

³⁷ Inteligência Artificial. Segundo a IBM: “é uma tecnologia que permite que computadores e máquinas simulem a capacidade de resolução de problemas e a inteligência humana”.

³⁸ São espécies de assistentes virtuais, desenvolvidos em programas de computador que simulam conversas humanas.

fictícios incentivando o consumo. A internet, na figura das plataformas passa a estar presente cada vez mais nos processos de produção. Generaliza-se para a circulação, distribuição e consumo das mercadorias. Encadeando os processos, tem como orientação a eficiência com vistas ao aumento da produtividade.

Essa forma de racionalidade empregada caminha lado a lado com a irracionalidade societal de um sistema que tem se reproduzido no processo de precarização estrutural do trabalho a partir do controle algorítmico. Neste último, opera-se com um registro cada vez maior dos movimentos do trabalho. Ao armazenar seus padrões, além de dotar a empresa do instrumental prático de desempenhar as tarefas, tem se dado uma reorientação das atividades cotidianas por meio da lógica do algoritmo. Momento que exemplifica isso está nas redes sociais e sua presença nos processos de trabalho. Se a dinâmica do algoritmo orienta o consumo, seus atributos passam a regular o modo como se dão as interações entre os trabalhadores e as redes, mesmo que em suas dimensões “privadas”.

A forma assumida pelo trabalho em seus variados aspectos é a que gere *likes* (curtidas nas publicações), seguidores e visualizações. Os espaços das redes exigem que os trabalhadores assumam outra postura, inclusive como uma necessidade da “empregabilidade”. Se você não tiver um perfil em rede, e mais, se não o usar como forma de autopromover-se, suas chances no “mercado de trabalho” podem diminuir. Mais uma vez, a lógica do algoritmo, tomada pela lógica do capital, é que passa a orientar o comportamento social do trabalho.

Que a tecnologia tem avançado para o conjunto das nossas vidas é um fato. Mas, quando analisamos a chamada era digital a partir da perspectiva do trabalho o que salta aos olhos é uma brutal exploração das pessoas trabalhadoras, mediada pelas novas tecnologias. A sacralização destas, longe de ser somente o fato condutor dos processos de subjugação do trabalho, expressam ideologicamente a defesa do modo de produção capitalista que tem produzido a barbárie social.

A generalização dos trabalhos em plataformas colocou para os pesquisadores o desafio de buscar explicar esse processo. Tem se colocado leituras sobre a crescente individualização das relações de trabalho, assim como a nova conformação da classe trabalhadora. Analisando as formas sociais, autores da Sociologia crítica do trabalho, colocam nessas formas a face da precarização contemporânea.

Dos processos de trabalho atrelados ao uso de plataformas tem se destacado o que recebeu o conceito uberização. O universo dessas relações é multivariado, uma vez que

envolve dimensões particulares à própria lógica da plataformização. Apesar das implicações deste conceito e seu uso apressado por parte de alguns autores, é preciso mencioná-lo no quadro das relações de produção contemporâneas, situando os retratos da presença das TICs.

Ricardo Antunes (2020, p. 11) define esse processo como aquele em que as relações de trabalho se caracterizam, de um modo geral, pela individualização, invisibilização, assumindo a aparência de prestação de serviços, escondendo as relações de exploração e a busca da total disponibilidade do trabalho para o capital. O termo é associado à forma como a Uber, empresa-plataforma de mobilidade urbana – que se coloca como do campo da tecnologia – atua na relação com seus “parceiros”, termo por qual define os trabalhadores ligados à plataforma. Os trabalhadores, que ganham por corridas definidas pela Uber, cedem uma parte dos ganhos à empresa, que atua apenas como intermediadora, deixando os custos a serem arcados pelos próprios trabalhadores. Sem total proteção para o trabalho, essa parece ter sido a melhor forma adotada com vistas aos lucros nesse novo modo de gerenciamento.

Ludmilla Abílio (2020), nessa mesma direção tem discutido um conceito que é o de trabalhador *just in time*, para definir as formas de controle e gerenciamento do trabalho uberizado. O trabalhador nesses moldes, tem sido constantemente controlado em sua dinâmica do trabalho, onde de criador se converte em produto, uma peça ligada à complexidade do algoritmo. As implicações vão do controle através de sistemas de avaliações, aos desligamentos sem justificativas. Para a autora mencionada, o “autogerenciamento”, ao forçar o aumento da intensidade do trabalho, tem feito com que aquele chamado trabalhador proativo, atue no âmbito do aumento da produtividade com aumento de corridas. Silva (2022) em dissertação de mestrado, ao discutir esse processo de uberização dos trabalhadores em Aracaju, capital sergipana, demonstrou como a destreza no conhecimento das ruas e das melhores rotas se fazem necessárias como formas de estratégias dos trabalhadores na busca pelo aumento dos ganhos, que se convertem em ganhos para o capital. E de modo simultâneo, como isso, tomando informações pelos algoritmos, são apropriados pela própria plataforma na planejar o próximo trajeto.

A imposição do ritmo de trabalho, atua no controle dos tempos e espaços expressando a subordinação estrutural do trabalho. Subsumidos no quadro da “maquinaria informacional digital” (SILVA, 2022), esses trabalhadores estão para lá e

para cá, móveis enquanto sujeitos inscritos no assujeitamento do capital. Jogado de um lado a outro, tal como a própria matéria-prima, o trabalho subsume-se ao capital ampliando suas formas de controle.

É à deriva que se encontra o trabalho, jogado nos espaços do urbano dilacerado pelas contradições do sistema do capital. Nos parece que a metáfora trazida no livro *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais* organizado por Antunes (2023) parece definir e demonstrar bem esse quadro de fragmentação do trabalho, unificado sobre a base da precarização. Explorado pelas empresas-plataformas, como *icebergs à deriva*, essa forma de trabalho que tem se colocado como universal, aprofunda o processo de subsunção do trabalho ao capital, por meio do universo maquínico, agora materializado nos celulares. Este que aparece apenas na ponta do *iceberg*, esconde/expõe as formas brutais de exploração do trabalho na contemporaneidade. Do mesmo modo, tem colocado dificuldades no enfrentamento, fazendo com que trabalhadores se reinventem em suas formas de organização em luta.

Essa nova estrutura do processo de trabalho, tem como esqueleto o sistema maquínico-informacional e como características a individualização dos meios de trabalho nas mãos dos trabalhadores, colocando sob sua responsabilidade a manutenção dos mesmos. Thomaz Junior (2019) define esse processo como o “novos territórios de degradação sistêmica do trabalho”. Nesse artigo, o autor discute o avanço do metabolismo do capital sobre a esfera que envolve as TICs e reconfiguram o novo-velho quadro de exploração do trabalho na intensificação do controle, agora sobre a maestria dos trabalhos em plataformas.

Nesse rol, o trabalho sob plataformas traz o celular como máquina-ferramenta. Na esteira dessa forma laboral, encontram-se múltiplas formas de exploração do trabalho pelo capital, quadro que aprofunda os mecanismos de controle em virtude da vigilância e da imposição dos ritmos. De modo que

Além disso, nos ambientes de trabalho da era digital, com mais ou menos intensidade, é prevalente o fato de que os trabalhadores não têm horas (jornadas) definidas de trabalho, pois o celular rompe com a separação entre vida privada e vida pública, e só têm férias quando se acidentarem. (THOMAZ JUNIOR, 2019, p. 253-4).

Nesse sentido, constituem-se diferentes modalidades de trabalho no quadro compósito da exploração contemporânea. O que aparece em comum nelas, além da crescente precarização por meio da legislação, é a presença das TICs. Não obstante, o que tem se dado também são a ampliação desses processos para os diferenciados campos da

produção e realização das mercadorias. Se houve transformações no quadro da produção industrial a partir da década de 1970, elas não eliminaram a produção da mais-valia enquanto garantidora da taxa de lucro. Ao contrário, refuncionalizaram as condições de produção e reprodução sob os imperativos da valorização global do valor.

Desse modo, vem se complexificado a divisão do trabalho, sendo cada vez mais difícil estabelecer limites entre os grandes setores da economia. A confluência entre o processo de produção e realização, e a reorganização sobre as bases do *just in time*, fizeram com que cada vez mais fossem embotados os limites das relações intersetoriais. Dessa maneira, conforme Antunes (2020)

(...) as crescentes intersecções entre a indústria, a agricultura e os serviços, como na agroindústria, na indústria de serviços e nos serviços industriais, são emblemáticas do que estamos indicando. A introdução do trabalho *on-line*, que cresce intensamente desde os primórdios da reestruturação produtiva na década de 1970, com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, fez deslanchar essa processualidade, que se tornou incessante, convertendo *a reestruturação produtiva em um processo permanente*, da qual a denominada *Indústria 4.0* é a mais nova etapa. (ANTUNES, 2020, p. 50).

Esse aspecto dos serviços, e sua expansão, destacadamente a partir da reestruturação, são reconfigurações da lógica capitalista de produção, como já discutido. O aspecto da chamada produção enxuta efetivou uma maior articulação entre outras atividades, tornando-se uma cadeia mais complexa. Cada parte fortemente integrada aparece como espécies de subsistemas com autonomia relativa. Dessa maneira, puderam expandir-se as funções de realização.

Assim, como vem sendo debatido, a esfera da circulação do capital tem sido atravessada por processos de automação, refletido pelo avanço das TICs. Se seguir a linha do que Mandel (1985) propõe, uma vez que pela superacumulação o capital tem buscado lucrar em outras atividades além da produtiva, esse movimento representa também uma busca pelo aumento da composição orgânica de capital na esfera da circulação. Ao fazer isso, o capital nas atividades que não são diretamente produtivas, tem buscado se apropriar cada vez mais de uma parcela do mais-trabalho. Tão logo a automação avança nessas esferas, ela não elimina totalmente os postos de trabalho. Ao contrário, o que se acompanhou com a expansão do chamado setor de serviços foi uma articulação maior das esferas do trabalho produtivo e improdutivo para o capital. Nessa seara, assevera Antunes

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com

as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o crescimento exponencial do *novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI. (2020, p. 32).

Com efeito, o significado da chamada era digital está na articulação, sobre novos formatos, de mecanismos de extração e apropriação da maior quantidade de mais-valia possível. A despeito da leitura desse novo proletariado de serviços não ser o foco da discussão aqui proposta, ela situa-se no seio das metamorfoses do capital em sua busca pela valorização contínua e das metamorfoses do próprio trabalho no interior da valorização. Nesse rol, o novo e velho confluem para ampliar os mecanismos de acumulação de capital.

Simultaneamente, se de um lado avança a automação, de outro se implanta a busca pelo aumento da produtividade do trabalho na esfera da circulação, incorporando dimensões da reestruturação produtiva nos processos de trabalho. Desse modo, a automação da esfera da circulação, com o aumento de caixas eletrônicos, canais de autoatendimento em supermercados ou lojas de departamento, entre outros, eliminam uma quantidade de postos de trabalho que tinham sido gerados pela própria complexificação da divisão social do trabalho. Paralelamente, a intensificação dos processos de exploração sob ritmo acelerado, representa a ofensiva do capital para esferas em que não se processam o trabalho produtivo diretamente para o capital.

Outrossim, o aspecto do setor de serviços encontra-se atrelado ao próprio processo comercialização das mercadorias na modalidade do comércio eletrônico. Se nos moldes da acumulação flexível, em decorrência da expansão da terceira revolução tecnológica foram produzidas novas tecnologias da informação, sua utilização nos processos de realização só ficou madura na virada do século XX para o XXI.

Como mencionado, a reestruturação aprofundou a interpenetração das relações do trabalho produtivo com o improdutivo. Na leitura de Marx (2017b) o comércio, ainda que essencial para a produção da mais-valia, não produz diretamente valor. Embora a realização em menor tempo contribua para a aceleração do processo de circulação do capital. Com efeito, os trabalhadores que se encontram na esfera não são diretamente produtivos para o capital, apenas o são indiretamente, na medida em que contribuem para o processo global de realização da mais-valia.

Na linha do debate marxiano, a relação dos trabalhadores no comércio para o processo de valorização é a mesma que o capital comercial: em ambos não há extração

da mais-valia, ainda que sejam apropriadas uma parte dela produzida. Se a forma do capital comercial é apenas uma entre as quais o capital industrial repousa na esfera da circulação, a forma do trabalho no comércio é uma das necessárias para o processo de reprodução.

Dessa maneira, no comércio eletrônico em questão, a presença das TICs tem sido uma expressão do avanço das forças produtivas para a esfera da circulação de mercadorias. Trata-se, no fundamental, das necessidades do processo de acumulação em sua forma contemporânea. O trabalho no comércio parece mesclar um conjunto de dimensões do novo quadro de exploração abordado acima, no qual ganha evidência essas novas tecnologias. Os retratos das formas sociais do trabalho são momentos que se articulam e confluem para esboçar do que se trata o trabalho no comércio eletrônico.

Não obstante, o processo de automação do comércio convencional e mesmo do *e-commerce* se dá de modo simultâneo. De um lado há expulsão de trabalhadores por meio da automação das vendas, de outro há o aumento do controle do processo de trabalho com o uso das novas tecnologias. As expressões do toyotismo no comércio se dão pela própria presença da microeletrônica, embutida na automação, assim como a utilização dos mesmos mecanismos semelhantes ao gerenciamento do trabalho que ganham força com a reestruturação produtiva.

Conforme Marx (2017a) o trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente capital. Assim, se encontra na esfera da produção de mercadorias e entra na relação de assalariamento. Como já comentado, no caso do comércio, os trabalhadores, ainda que assalariados, não produzem diretamente mais-valor, por isso são improdutivos. Se aos capitais comerciais, enquanto agentes da circulação, o foco se encontra na realização do capital, seu negócio depende da atividade laboral desempenhada pelos trabalhadores.

Na contemporaneidade, a disponibilidade de trabalho por conta do desemprego e o disciplinamento da classe trabalhadora, entram no jogo da circulação, ao lado das TICs. No bojo das relações, ocorre o aumento da flexibilidade e das formas de trabalho intermitente. A lógica da produção difusa aparece nas redes de empresas, em que empreendimentos comerciais, desempenham a função de realizar as mercadorias. Nestas circunstâncias, se nas fábricas tem sido diminuído a presença de trabalhadores, eles se encontram na ponta da realização, pela expansão das próprias empresas comerciais.

Nessa direção, os mecanismos de controle refletem as técnicas da produção, embora assumam certas diferenças. Tem se colocado, por exemplo, a gestão por metas de

vendas que envolve um mecanismo de controle do trabalho que se encontra presente tanto na esfera produtiva quanto nos comércios. As metas envolvem certo patamar delimitado e que devem ser alcançados pelos trabalhadores. Combinam-se a isso formas de sedução por de bonificações com o volume de vendas alcançado. As metas consagram a forma de internalização do desempenho máximo para o trabalho, típica da empresa toyotista. Incorpora o envolvimento proativo, pautado nos resultados.

Nessa seara, ao invés de terem um valor fixo, os salários são dimensionados pelo desempenho individual dos trabalhadores na obtenção de maiores resultados. Quanto mais for vendido, maior o ganho. Nesse caso, o assalariamento combina uma forma de desempenho individualizado que incentiva a busca individual pelo aumento da produtividade. Os próprios trabalhadores passam a internalizar que seu salário depende unicamente de si, ainda que as vendas envolvam várias dimensões. Ao invés de aumentarem o salário de acordo com os custos de reprodução do trabalhador, as empresas deslocam para estes a responsabilidade de quanto ganham no mês.

O relevante é que, se por um lado, as metas propiciam um aumento salarial. Por outro lado, se constituem como um mecanismo de intensificação da exploração. Concomitantemente, tem sido reproduzido formas de impor aos trabalhadores a introdução dos léxicos linguísticos próprios da gramática do capital do último quartel do século XX e início do XXI. A ideia de colaboradores, consultores ou mesmo chamados conectores, são alguns dos termos que entram nos discursos e práticas cotidianos. Pautados na autonomia e flexibilidade, se organizam atrelados à lógica de individualização que é incentivada com as metas. De certo modo, esses mecanismos se assemelham àqueles dos trabalhos em plataformas, seja no âmbito das metas ou das relações individualizadas no seio da contratação salarial. Mescla-se, além das metas, com dimensões da flexibilidade contratual, a presença da microeletrônica e o trabalho individualizado. Embota as fronteiras de um trabalho regulamentado com a desregulamentação imersa. Formal/informal confluem para um processo de precarização laboral.

A introdução massiva das TICs nos processos de vendas de mercadorias representa o aspecto que se sobressalta nas expressões do trabalho toyotista no comércio. Centrado no uso dos celulares para conectar-se com os consumidores, essa presença tem provocado desdobramentos na dinâmica laboral dos comerciários. Seu uso tem periodicidade determinada pela vigência dos aparelhos celulares como formas de

atendimento, que se pautavam mais em sanar dúvidas ou realizar alguma informação sobre a empresa, do que na realização das vendas. Desta maneira, o uso de celular para comercialização é, de certo modo, mais característico das últimas três décadas.

No que se segue, tem se observado que o uso dos celulares, por meio de aplicativos como as redes sociais, além de servirem como momento de informação, tem sido espaços para realização de vendas, como já apontado acima. Os dados citados sobre o número de empresas por dispositivos móveis e sobre qual meio por onde mais vendem na internet dão bem o tom desse processo³⁹. Ocorre que a inserção desses aparelhos tem provocado um movimento de intensificação da exploração do trabalho por formas que podem estar indicando um aumento da produtividade do trabalho na esfera da circulação. Assim, o uso das redes por parte dos trabalhadores nas vendas tem se dado em meio às vendas presenciais. Nos trabalhos de campo dessa pesquisa verificamos que em Itabaiana basta passar em frente à uma loja e olhar para seu interior para ver, com frequência, que os trabalhadores se utilizam dos celulares de modo corrente. Seria para entretenimento? Ou será que estão aproveitando os tempos livres para buscarem realizar vendas *on-line*?

Na mesma direção, se processam novas exigências, e vão se apropriar da experiência com redes, com a criação da necessidade de um novo perfil de trabalhador, mais exposto e aptos a vender sua própria imagem para ganhar engajamento. Tem sido momento cotidiano entrar em uma rede social de alguma empresa e observar uma série de vídeos realizados focados em promover publicidade por meio da espetacularização da vida cotidiana. As empresas colocam seus trabalhadores para atuarem com vistas ao engajamento e aumento de alcance da rede social. Esse processo, em maior ou menor grau está presente nas diversas empresas, incluindo as comerciais.

Na mesma direção, se o manejo com redes sociais, que envolve o uso cotidiano por parte dos trabalhadores, foi uma certa habilidade adquirida, os capitais também têm se apropriado dela. Se o número de seguidores em uma rede social pode ser de um quantitativo considerável, este pode ser um indicativo de como os trabalhadores podem estar habituados com formas de engajamento e impulsionamento das redes. Se não há um tal número, é preciso ao trabalhador adaptar-se, buscar inovar com as necessidades do mercado, almejando a tão ideologizada empregabilidade.

³⁹ Consultar tabela 11 no capítulo anterior.

A despeito das particularidades do comércio, o uso das redes expressa uma certa polivalência do trabalho, de modo que este deve desdobrar-se em *social media*⁴⁰, vendedor presencial, atendente responsável em tirar as dúvidas em redes sociais, arrumador, empacotador, entre outros aspectos. Deve desdobrar-se. O importante é não ficar parado e ser flexível a aprender. Ademais, o uso das redes sociais pelo celular talvez seja o aspecto que envolve mais dimensões da forma de exploração do trabalho no comércio na contemporaneidade. A polivalência adquire certa dimensão na duplicidade constante em que se encontram os trabalhadores. Se *on-line*, se presencial, devem buscar cada vez mais realizarem as vendas, utilizando-se de toda uma sorte de estratégias e submetendo-se a todo tipo situação.

É incentivada a ideia de autonomia e flexibilidade que aparecem com mais força pelas circunstâncias do próprio comércio, do atendimento ao consumidor. Esse quadro na verdade expõe a construção de um tipo trabalhador proativo, identificado em vender e aumentar o lucro das empresas como se fosse a si mesmo o benefício. A dimensão dessa modalidade com forte personalização do cliente faz com que a partir das redes sociais as mercadorias sejam vendidas *on-line* de modo que os trabalhadores tenham que cativar os clientes. Os imperativos da inovação e a capacidade de adaptação como mantras propagados com o processo de reestruturação produtiva se manifestam na adoção das redes sociais como canais de venda e as consequentes implicações nos processos laborais.

O “sujeito dúplice”, se desdobra entre o virtual e o convencional a fim de manter suas vendas. As TICs, expressadas nas redes sociais se colocam como mediações nos processos de trabalho de modo a embotar as fronteiras do tempo de trabalho e o tempo dedicado além da vida laboral. Na mesma direção, no próprio momento do trabalho esse tempo cinde-se entre aquele pautado na realização das vendas presenciais e das vendas *on-line*. A duplicidade apresenta-se como parte da polivalência necessária a esse trabalhador de novo tipo localizado nas atividades comerciais.

Do que se depreende, esses elementos ajudam a dimensionar as expressões do trabalho toyotista no comércio. Expressam, na verdade, a busca pelo capital em controlar o trabalho, e aprofundar o processo de subsunção. Nessa articulação entre o arcaico processo de vendas e sua forma moderna exemplificada na contemporaneidade, é o trabalho (ou sua negação pelo desemprego com automação) que está no âmago. Os novos processos de exploração do trabalho são formas de manter o velho processo de subsunção,

⁴⁰ De um modo geral é um trabalhador contratado para a gestão dos perfis de redes sociais das empresas.

aprofundando sob as novas necessidades da acumulação. É assim que as novas tecnologias atravessam a velha atividade comercial.

No próximo tópico serão discutidos os aspectos empíricos que confirmam os pressupostos colocados e dão o tom dessas mencionadas expressões do trabalho no comércio. Seja nas metas, no uso das redes ou na individualização, os trabalhadores do comércio tem se encontrado atravessados pela intensificação da exploração do trabalho na esfera da circulação.

5.3. De atendente à conectora: o trabalho no *e-commerce* em Itabaiana - SE sob os auspícios da era digital

[...] “é aquela coisa, tem aquela meta, aí ficam no seu pé, vamo vender, vamo atender, vamo atender” [...] “o negócio é vender. Vender, vender, vender e vender” (INFORMAÇÃO VERBAL, ENTREVISTA 6, N., 2024).
 [...] Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias físicas e espirituais. (MARX, 2017a, p.494).

As duas citações dão o tom de dois processos em unidade. A primeira refere-se ao intensivo trabalho no comércio em Itabaiana e o imperativo das vendas. A segunda refere-se ao peso impetrado pela maquinaria nos processos de trabalho e suas consequências na saúde do trabalhador. Ambas refletem o quadro de precariedade do trabalho na sociedade moderna. Tanto nas novas atividades mercantis, quanto na introdução da maquinaria, se expressam os efeitos deletérios dos processos de trabalho na contemporaneidade.

Já foi discutido que as implicações do trabalho toyotista no comércio mesclam dimensões da reestruturação produtiva com as novas tecnologias. A materialização desse processo se dá de modo desigual e pode adquirir particularidades a depender da atividade que seja analisada. Ainda que lojas de departamentos estejam se utilizando das lógicas de metas para seus funcionários, elas não necessariamente assumem a mesma forma de redes de supermercados ou coisas dessa direção. Do mesmo modo que não se dão nas atividades de comércio de roupas.

No caso concreto, a escolha do título implica resultados já expostos. O termo “conectora” vem da utilização, por parte de uma das empresas analisadas, dessa nomenclatura para definir as trabalhadoras que vendem *on-line*. De atendente à conectora corresponde a esse processo de mudança na postura nas relações com os trabalhadores

das vendas, imbricadas com suas funções e formas assumidas na atividade laboral. Nessa seara, o termo é utilizado de modo ideológico, e com fins práticos de negação da relação de subordinação pelo assalariamento. Ao mesmo tempo, expressa as mudanças em curso no processo de trabalho no comércio pela assunção do *e-commerce*.

Ademais, a escolha do termo conectora expõe um aspecto de gênero que se sobressai. Além do que foi observado e registrado a partir dos trabalhos de campo, a presença de mulheres nas vendas pode ser confirmada a partir dos dados do CAGED. Apenas para situar esse aspecto, segundo o portal de dados sobre os empregos formais, para o ano de 2021, sobre as ocupações com maior número de empregos formais no Brasil, a terceira era ocupada por vendedor de comércio varejista. Destas, 745.663 eram masculinos e 1.070.210 eram femininos. Ainda que não tenha registro específico desta na localidade analisada, ela pode confirmar a mesma realidade, talvez não nas mesmas proporções.

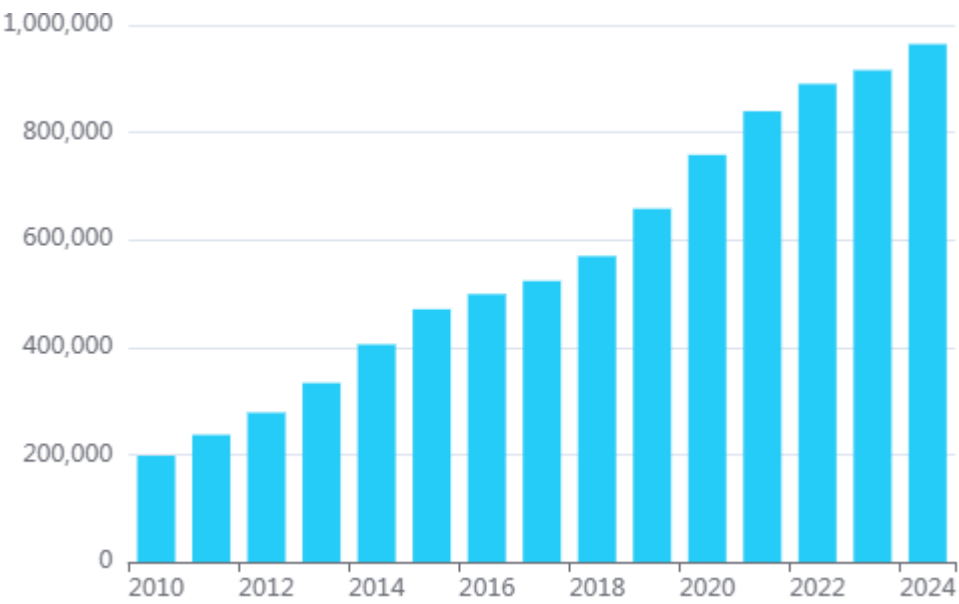
Tendo isso como pano de fundo, é esse aspecto que justifica o recorte de gênero colocado. É nesse sentido que será discutido algumas faces da exploração do trabalho no *e-commerce* em Itabaiana-SE. Sua dimensão englobam os fios (in) visíveis da exploração capitalista, que em suas formas mais gerais escondem a subtração da riqueza produzida. Nessas novas modalidades elas confluem para jogar de um lado ao outro o trabalho sob a mediação das redes digitais. Esses fios (in) visíveis se manifestam, de certo modo, na pouca existência de dados sistematizados especificamente sobre o trabalho no *e-commerce*. A não ser nos trabalhos mais focados na exploração por plataformas, essa dimensão mais geral do trabalho no comércio eletrônico encontra-se não tão ressaltadas nos radares das relações de trabalho no país.

Com efeito, as relações laborais podem estar embotadas no formato que aqui se discute, expondo o modo de controle do trabalho que tem se colocado nessas primeiras décadas do século XXI. Aparece, sobretudo, pela questão de nesta atividade analisada ser difícil definir os limites do formal/informal, uma vez que as tecnologias ultrapassam as duas esferas. Se no formal o uso das redes sociais se coloca como uma necessidade além do trabalho, esse uso torna-se a própria extensão da relação laboral para outros momentos do cotidiano.

Neste percurso, apesar da falta de dados sobre pessoas empregadas no *e-commerce*, o gráfico abaixo ajuda a dimensionar. Na mesma direção, recorre-se a algumas

estatísticas sobre o comércio convencional, justamente por esse entrelaçar-se das relações do comércio convencional com o eletrônico, da qual os trabalhadores têm se desdobrado.

Gráfico 10 – Número de pessoas empregadas no *e-commerce* no Brasil 2010 – 2024.



Fonte: ABComm, 2024.

Além das questões organizacionais que vieram com a reestruturação produtiva, a ampliação das funções de realização, fez com que o trabalho também fosse migrando para esses espaços, uma vez que não encontrava na indústria a mesma demanda. Nesse sentido, passaram contraditoriamente, a serem mais articuladas as dinâmicas produtivas e improdutivas do capital. Tal aspecto pode ser exemplificado ao analisar o pessoal ocupado por setor de atividade no Brasil no ano de 2021. O comércio liderava, sendo responsável pelo emprego de 11.633.209 pessoas. Em segundo lugar vinha a indústria de transformação, empregando 8.170.183 de pessoas, seguido das atividades de Administração pública, defesa e seguridade social, com 7.782.437 pessoas empregadas. O quarto e quinto posto são ocupados por atividades administrativas e serviços complementares e saúde humana e serviços sociais.

Para o caso de Sergipe, o movimento é nessa mesma direção como se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 16 - Pessoas ocupadas por atividade de referência - Sergipe – 2021.

Atividades de referência	Posição	Pessoas ocupadas
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1º	90.532

Administração pública, defesa e seguridade social	2º	80.818
Saúde humana e serviços sociais	3º	49.934
Indústrias da transformação	4º	37.615
Educação	5º	37.595

Fonte: IBGE, 2021. Elaboração: Autor, 2024.

A expansão do setor de serviços no estado de Sergipe se dá como efeito do papel assumido pelas indústrias na produção global de mercadorias e se tratando de um estado sem uma indústria pujante e uma agricultura tomada pela produção de commodities. Não sobram outras atividades para as pessoas a não ser inserirem no mercado laboral no setor de serviços. Assim como ocorre no conjunto do país, em Sergipe o comércio também é responsável pela maior parte das ocupações, seguido da administração pública. Entretanto, a indústria de transformação que ocupa o terceiro lugar na geração de empregos no país, no âmbito estadual fica em quarto lugar.

Apesar do maior número de pessoas ocupadas no estado estarem inseridos na atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, observa-se que a média salarial corresponde a 1,4 do salário-mínimo para o ano de 2021. Enquanto no campo da educação, por exemplo, essa média corresponde a 3,5 salário-mínimo. Essas observações demonstram que apesar de empregar um grande número de pessoas, as atividades comerciais pagam baixos salários se comparadas a outras atividades.

Cabe retomar a realidade do município de Itabaiana. Como já abordado, ressalta-se enquanto importante centro de atividades comerciais no estado de Sergipe. Os números do PIB trazidos no capítulo 01, tópico 3.3, são indicativos interessantes para se pensar a dinamicidade do município e seu desdobramento no aumento da população. De acordo com os dados do Censo de 2022, com uma população de 103.440 pessoas, o município de Itabaiana superou Lagarto em termos de população, adquirindo o posto de terceiro em posição em relação ao Estado de Sergipe. Comparado ao censo de 2010, quando possuía população de 89.967 pessoas, o aumento populacional do município, com uma taxa de 18,94% é maior do que o aumento da taxa para o estado. Essa última compreendeu a percentagem de 6,9%, e foi maior do que a taxa para o país (6,5%). Os números mais expressivos do crescimento se concentraram na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), à exceção de Nossa Senhora da Glória com uma taxa de 26,8%, Barra dos coqueiros 66,2% e São Cristóvão 21,1% (Dados sistematizados pelo Observatório de Sergipe).

Em termos absolutos, os destaques também são para municípios da RMA acrescidos de Itabaiana, pois foram os que tiveram maiores ganhos. O destaque foi para Barra dos Coqueiros, com (16.535), Nossa Senhora do Socorro (31.503) e São Cristóvão (16.748). no caso de Itabaiana, esse número foi de 16.472.

Em termos de pessoas empregadas, o município contava, no ano de 2021, com 19.445 pessoas ocupadas, segundo o IBGE. Destas, no tocante ao comércio, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, tinha um estoque de 7.179 pessoas empregadas no setor de comércio no município no ano de 2023. Esse estoque contrasta com as outras atividades quando se considera o segundo em número, que é justamente os serviços com estoque de 4.847 pessoas para o mesmo ano.

Ficando preso aos dados do CAGED, mesmo sabendo que é um painel estatístico importante, temos entendido que esses números no que diz respeito às ocupações ainda não expõe tão fielmente a realidade, já que não inclui os trabalhadores informais. E se a informalidade tem se colocado como regra, sua expressão no município aparece com força, refletindo a própria dinâmica das atividades comerciais. No caso específico de Itabaiana, se propaga um discurso sobre a grandeza de “um povo trabalhador” que esconde justamente os processos de exploração do trabalho presentes no município.

A face dessa exploração tem se dado nos trabalhos no *e-commerce*. Mesmo porque na dimensão de grandiosidade no município, apesar das possibilidades colocadas, é tradicionalmente um espaço de trabalho intensivo. A informalidade salta aos olhos, mesmo onde existem véus de formalidade. A “pujança” do comércio, que tem feito habitantes de outros municípios ao redor se deslocarem para realizar suas atividades laborais, converte-se no desgaste do trabalho com as vendas. Assim, com frequência é possível ver o deslocamento de pessoas que vão trabalhar nas lojas, onde se deparam com um cotidiano acelerado, pautado pelas vendas e que não poupam mesmo quem já tenha alcançado o Ensino Superior.

Ademais, já foi discutido mais acima a importância do município no Estado de Sergipe e sua forma de manifestação enquanto espaço de circulação de mercadorias. No âmbito do comércio eletrônico, suas formas em desenvolvimento exprimem-se por entremeadas à modalidade de vendas presenciais. Assim, o entendimento até o momento tem sido o de que a forma do comércio eletrônico que impacta nos processos de trabalho está intimamente conectada com a dinâmica do quadro precário do trabalho associado ao uso de plataformas e ao próprio comércio no município.

Sob os auspícios da era digital, encontra-se o trabalho nos comércios e sua expressão virtual enquanto componente do amplo leque das novas formas laborais no velho conteúdo do comércio. Essa dinâmica decorre e se constitui como parte da relação capital na busca por reduzir o tempo de rotação e ampliar as possibilidades de valorização. Tal dinâmica demonstra que o processo de acumulação de capital concretamente se dá pela intensificação da exploração do trabalho, subsumindo-o em sua lógica e convertendo o sujeito da produção em objeto. É nesse movimento, que Itabaiana encontra-se inserida enquanto espaço de circulação/realização de mercadorias.

As formas pelas quais esse trabalho se encontra subsumido na contemporaneidade, são variadas, sendo no comércio eletrônico uma delas. A exposição desse movimento demonstra a tendência estrutural de subordinação do trabalho ao capital, com a disposição do uso de meios tecnológicos mais sofisticados. Se utilizam de ferramentas de controle e vigilância que se convertem em formas de intensificar a exploração. Nesse caso, o uso das TICs, principalmente a partir de redes sociais como *WhatsApp*, aparecem com força nos processos de venda em Itabaiana.

O comércio eletrônico presente se expande em um município com economia fortemente tomada pelos comércios, espaço/momento de circulação das mercadorias. Nessa direção, a relação íntima entre as vendas no comércio convencional e virtual, impacta sobremaneira nos processos de trabalho. De antemão, um ponto a ser levantado diz respeito à produtividade, sendo possível vender presencial e *on-line* por um mesmo trabalhador na loja. Além disso, foi registrado a existência do trabalhador designado unicamente para essa tarefa, podendo ou não está presente no espaço físico da loja. Em sua maioria, esses trabalhadores encontram-se nas lojas e podem auxiliar as vendas dos trabalhadores de vendas presenciais, ainda que sejam contratados para o *e-commerce*.

A definição de conectora trazida, como mencionado, está alicerçada na adoção por uma loja de roupas, que dispõe no *Instagram* do contato número de *WhatsApp* para trabalhadores se colocarem como atendentes. A conexão de uma coisa com outra exemplifica justamente a lógica das relações sociais reduzidas, sob a lógica das mercadorias, a relação entre coisas. Se o processo de coisificação exprime o fetiche das mercadorias, nesse movimento, a subsunção do trabalho ao capital manifesta a lógica do modo de produção especificamente capitalista no qual capital e trabalho aparecem como uma unidade contraditória.

Compreende-se que o comércio eletrônico engloba processos mais amplos do fenômeno de plataformização. Essa modalidade encontra-se nesse movimento no qual ocorre a constante plataformização da vida, e que a tecnologia passa a mediar as relações sociais nos mais diversos âmbitos, seja educação, saúde, vida amorosa, empregos, etc. Na esteira do “trabalho digital” encontram-se formas múltiplas de exploração do trabalho. A aparência dessa forma de trabalho demonstra trabalhadores formais, informais, terceirizados, uberizados, trabalhadores em domicílio, por conta própria, até mesmo aqueles tomados pela ideologia do empreendedorismo. Ainda que em variadas formas, na essência é a vigência do velho trabalho abstrato. Desse modo, o velho no novo e o novo no velho demonstram mais permanências que mudanças nas relações de trabalho.

Pautado na “personalização da experiência do cliente”, “para que se torne uma experiência memorável”, o comércio eletrônico reproduz o fetiche da mercadoria com uma forma própria de fetichismo, onde as relações se encontram coisificadas. A relação social mediada pela mercadoria, ao se utilizar uma mercadoria para fazer a mediação – seja telefone móvel ou computador, por exemplo – esconde que o processo de troca é baseado na produção de mercadorias e a exploração do trabalho. Todo o processo comprime-se no universo virtual, parecendo obliterar as relações sociais de produção. No submundo do universo maquínico é o trabalho vivo o garantidor vital da existência dessa relação.

A ampliação de fetiche, com atendimento mais (des) humanizado, esconde a presença de trabalhadores na função de atendentes, definidos até como conectoras. No caso do desenvolvimento no município em questão, ocorre pela forma de trabalhadoras responsáveis pela venda *on-line*. Consequentemente, cabe lembrar que nos moldes da acumulação flexível, não apenas a produção se põe *on demand*, como também sua venda.

Por sua vez, é preciso também recordar que a mudança nas formas do consumo acabou contribuindo para a expansão da produção/consumo. Simultaneamente, o processo pode ser lido quando se tem em mente que ao dar uma volta pela cidade de Itabaiana, observa-se facilmente a quantidade de lojas de roupas associadas à moda fugaz e efêmera, motivo pelo qual destacam-se nas formas de venda *on-line*. É preciso cada vez mais cativar o cliente em relacionamento personalizado, a fim de conseguir completar a venda.

À relação de conectora se somam as chamadas consultoras. São as mesmas vendedoras, atendentes, mas que são ideologicamente tomadas dessa forma. Com intuito

de minar a identidade de trabalhador dos comércios, aparecem esses termos ideológicos. Mas esses termos não fariam sentido sem as relações de precariedade que dão suporte. Desse suporte, o trabalhador se insere com uma propagada autonomia e flexibilidade submetidas às metas. Essa flexibilidade, como forma de disciplinamento, aparece entremeada pela autonomia de reinventar-se para vender.

Essas relações exprimem como novos mecanismos que vão aprofundando a subsunção se pautam em formas de aumento da produtividade na esfera da circulação. A reunião de vários trabalhadores sobre o imperativo das metas força à competição visando o aumento da produtividade do trabalho. É um aumento na força produtiva do trabalho no comércio, que submete a lógica da vida cotidiana aos movimentos de compra e vendas de mercadorias.

Do que se segue, alguns elementos podem ser destacados no que tange às dimensões do trabalho no comércio eletrônico em Itabaiana-SE. Eles resultam das entrevistas realizadas com trabalhadores comerciários da atividade de roupas, acessórios e calçados no município. Em maior ou menor grau esses aspectos se interrelacionam e expressam o processo de exploração do trabalho sob o *e-commerce*.

Pelo que o foi obtido nas entrevistas com 8 pessoas, das quais 4 homens e 4 mulheres, constatou-se algumas dimensões da exploração do trabalho no *e-commerce* em Itabaiana, que serão discutidas mais à frente. As entrevistas foram realizadas no período de 18 de outubro a 26 de novembro de 2024. Os entrevistados tinham entre 20 e 48 anos de idade. Todos os entrevistados trabalham com as atividades de comércio varejista de roupas e calçados. Todos trabalham seis dias na semana, de segunda a sábado, confirmando o caráter intensivo do trabalho. O horário comercial no município se organiza em torno desses dias, sendo quarta e sábado os dias mais intensivos, pois trata-se dos dias em que se realiza as feiras semanais. Nestes dias se dão as maiores movimentações, quando as empresas se aproveitam para extrair a maior quantidade de trabalho possível. Em alguns casos tem delas que não fecham para almoço, e convertem as horas que sobram em um dia de folga no mês.

Segundo as entrevistas realizadas, todos utilizam das redes sociais próprias para auxiliar nas vendas, e alguns utilizam seu próprio celular mesmo também se utilizando do que é entregue pela empresa. Esse processo tem provocado consequências na relação entre o trabalho nas vendas e fora dela. Contribui para embotar as fronteiras e transforma

toda vida dos comerciários nos movimentos de comprar e vender mercadorias. Se usam as próprias redes sociais, logicamente se utilizam também do próprio celular.

De todos entrevistados, em relação aos trabalhadores, apenas uma pessoa não trabalha de carteira assinada, por opção, já que precisou dividir seus horários entre estudar e trabalhar. Apesar de estarem no trabalho formal, a presença das novas tecnologias está reorganizando a dinâmica no interior das relações. O faz porque as relações de vendas se encontram atravessadas pelas possibilidades de vender *on-line*. Assim, os trabalhadores, sob as necessidades de baterem as metas, tem se desdobrado entre o vender presencial e suas vendas no comércio eletrônico. Além disso, o fato de serem carteira assinada não impedem que com frequência excedam os horários de trabalho. Não fazem hora-extra, mas costumam entregar minutos do seu tempo para as empresas além do horário de trabalho, na loja ou fora. Ainda mais porque ao ficarem sob a posse dos celulares, eles com frequência realizam atendimento fora do horário comercial. Assim, ao estarem *on-line*, se encontram sempre disponível para realização das vendas, algo que foi confirmado por todos aqueles entrevistados.

Ao combinar esses aspectos com a lógica das metas, o resultado é o aumento da intensidade do trabalho. A pressão das metas pode se converter em ansiedade em saber se vai cumprir ou não. Torna-se o regulador do cotidiano, de modo a distribuir a quantidade de tempo disponível para realizar qualquer outra coisa da vida. A pressão de ter que lidar diariamente com atendimento, combinada à concorrência incentivada para atingir o maior volume de vendas, ao que se soma o perigo do desemprego, atuam como formas transformar o ambiente do trabalho em um espaço de adoecimento. Não à toa a rotatividade, principalmente daqueles chamados *social media*, é alta, pois trata-se de uma pressão constante.

Desses aspectos gerais do trabalho no comércio eletrônico, são subtraídos elementos específicos, que se correlacionam, e cumprem funções determinadas na dinâmica dos fios (in) visíveis da exploração do trabalho. O primeiro diz respeito a essa relação entre o digital e presencial, que será analisado logo a seguir.

5.3.1 Ser ou não ser, eis a questão⁴¹: o “dúplice” sujeito do trabalho presencial/digital

“quando eu não tô atendendo [presencial], eu pego o celular e fico olhando, atendendo”

(Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 outubro de 2024., acréscimo do autor)

Esse processo pode estar produzindo sujeitos diferenciados no processo de trabalho no *e-commerce*. Os “sujeitos dúplices”, como mencionado, encontram-se submetidos nessa relação entre presencial e digital. Essa forma assumida pelo trabalho desenvolve-se margeando o chamado processo de plataformização. A presença das tecnologias permitiu ao capital intensificar a exploração por meio do aumento da produtividade ao articular modos de trabalho *on-line* com o presencial. Assim, o capital tem se apropriado da lógica de trabalho nas redes e soube instrumentalizar as TICs para aumentar o uso intensivo da força de trabalho na atividade comercial. Se se tratava de haver uma separação entre o trabalho na empresa e o aquele desenvolvido em casa, nesta modalidade de comércio, os trabalhadores estão nas redes digitais e no atendimento presencial.

É uma forma de suprimir o que seriam poros no interior da jornada de trabalho. Na forma de apropriação do mais-valor, essa dinâmica permite encurtar o tempo de trabalho necessário sem estender a jornada. Se processa um aumento da intensidade do ritmo da exploração, ampliando a parcela que é entregue aos capitalistas. Trata-se das novas exigências do capital em impor a polivalência do trabalho mediada pelas TICs. Ocorre o seguinte: se antes o trabalhador era pago pelo atendimento que realizava na loja, agora ele deve aproveitar o intervalo entre uma compra e outra a fim de manter-se *on-line* nas vendas. Se havia um tempo para descanso nesse interior, o uso das redes rompe com os poros, transforma todas as horas trabalhadas em potenciais momentos de venda.

Sobre esse tempo entre uma venda e outra, um dos sujeitos entrevistados afirmou: “enquanto não chega cliente na loja eu fico atendendo as mensagens” (Entrevistada 1,

⁴¹ Título do capítulo 04 da tragédia Hamlet de William Shakespeare. Neste momento, Hamlet, tomado pela tristeza e ódio ao descobrir que a tragédia do assassinato de seu pai, foi um ato de traição com responsabilidade de seu tio e cumplicidade de sua mãe, passa a deambular como um louco pelas ruas do reino. Tomado pelo ódio, anda como um louco, em atuação como parte do seu plano de vingança. Em determinado momento, o próprio Hamlet questiona a si próprio quais os limites da sua sanidade: estava realmente louco? Ou era ainda parte do seu plano? Nas intensas atividades dos comércios, os vendedores, passando do presencial ao *on-line* e deste ao presencial, começam a se questionarem sobre quais os limites de tais momentos das vendas. Se o estresse e adoecimento forem tamanhos chegam quase ao ponto de dizerem que vão endoiar. Brincam em depoimento, mas revelam as dimensões degradantes dessa face do comércio eletrônico. Se retornarmos à epígrafe deste tópico, veremos que no novo persiste o velho processo de exploração.

mulher de 24 anos, em 18 de outubro de 2024). Cada momento entre uma venda e outra torna-se um intervalo em que esses trabalhadores têm se desdobrado entre a venda virtual e o presencial. Dessa maneira, a duplicidade encontra-se justamente nesse ir e vir entre o virtual e o presencial a fim de vender alguma mercadoria.

Como essa modalidade tem se dado por meios (in) visíveis, os limites do formal/informal se esvaem. Trata-se quase de *home-offices* no local do trabalho. Ao fazer isso, o capital tem se furtado de contratar pessoas para trabalharem no formato digital. Já que um mesmo trabalhador tem feito isso, não há necessidade de contratar outro para a função já desempenhada. Da mesma maneira, diminui a possibilidade de contratar pessoas unicamente para as tarefas de informação, trocas de produtos ou coisas do tipo. Pelo que foi observado e constatado, mesmo nos casos em que existe apenas uma pessoa para a função as vendas no *e-commerce*, esta deve encontrar-se na empresa. E o objetivo, além do controle e monitoramento, é justamente poder se utilizar desse/dessa trabalhadora em tarefas presenciais em momentos que não estiverem trabalhando no *e-commerce*.

Foi constatado que a adoção do celular enquanto ferramenta de trabalho tem sido o objeto que tem permitido aumentar a produtividade. Nessa duplicidade do vaivém entre os dois aspectos do trabalho no comércio eletrônico, o efeito é, de um lado a apropriação do tempo, de outro o controle do processo de trabalho. O mesmo processo tem provocado outros efeitos, que serão abaixo discutidos, trata-se da relação com o tempo do não trabalho. Se o comércio eletrônico tem impactado no processo de trabalho no interior da jornada, o além dela tem sido um outro efeito. Esse funcionamento interno do mecanismo de organização do trabalho no comércio eletrônico expõe a flexibilidade típica do trabalho toyotista e do processo de acumulação flexível na contemporaneidade. A esse aspecto soma o mecanismo de gerenciamento pautado nas metas, forma que apareceu generalizada para todos os sujeitos entrevistados.

5.3.2. Sistema de metas como patamar de gerenciamento do trabalho

Ao observar o entendimento dos trabalhadores acerca do processo de trabalho, decidiu-se expor algumas respostas aos questionamentos em forma dos quadros a seguir. Elas demonstraram, além do processo real de trabalho na circulação, como os trabalhadores têm entendido sua dinâmica laboral.

Quadro 4 – Percepção dos trabalhadores sobre o sistema de metas.

Pergunta: <i>O que acha do sistema de metas?</i>	
“um loop, algo que começa e na hora que acaba já recomeça, um pouco estressante, porém é o que faz o dote virar \$”	Entrevistada 1, mulher de 24 anos, em 18 outubro de 2024.
“Ótimo”	Entrevistada 2, homem de 20 anos, em 25 outubro de 2024.
“não gosto de trabalha com metas e muita briga na empresa.”	Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 outubro de 2024.
“negócio de meta num foi coisa de Deus não, fio... meta você briga, você...”	Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 outubro de 2024.
“sufocante”	Entrevistada 3, mulher de 23 anos, em 25 outubro de 2024
“Bem complicado, porque mexe com o psicológico do vendedor, mas também sabemos que tem que haver as metas para poder atingir os resultados”	Entrevistada 4, mulher de 35 anos, em 26 outubro de 2024.
“Um bom Motivo pelo qual nos ajudam a ficar ligado em cada venda e a ganhar bonificações a mais do salário.”	Entrevistado 5, homem de 25 anos, em 27 outubro de 2024.

Fonte: Entrevistas realizadas entre 18 de out. e 26 nov. de 2024. Elaboração: Autor, 2025.

Interessante constatar que apenas os homens avaliaram positivamente o sistema de metas. Em que medida esse movimento carrega uma questão de gênero é algo que ainda não se pode afirmar. No entanto, é um elemento a ser destacado. Seguindo o percurso, foi perguntado aos trabalhadores como se sentem ao atingirem as metas. Algumas respostas foram registradas e podem ser observadas no quadro a seguir.

Quadro 5 – Sistema de metas e o (des) ânimo dos trabalhadores.

Pergunta: <i>Como você se sente quando atinge as metas?</i>	
“é um dever cumprido, ah eu fico de boa, sei que não vou ter que subir lá pra cima, pra salinha”.	Entrevistada 1, mulher de 24 anos, em 18 outubro de 2024.
“ave maria ... Felicidade do mundo todo ... só agradecer à Deus”	Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 outubro de 2024.
Pergunta: <i>E quando não atinge?</i>	
“Ai chora, ai meus deus... [risos] não foi dessa vez...”.	Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 outubro de 2024.

Fonte: Entrevistas realizadas entre 18 de out. e 26 nov. de 2024. Elaboração: Autor, 2025.

A falas dos (as) entrevistados demonstram sua relação com a lógicas de metas impostas pelas empresas. Diferentes sujeitos demonstram suas percepções de como são, e como essa lógica impõe um modo de gerenciamento que os deixam totalmente tomados pela necessidade vender e baterem suas cotas. Elas convertem-se em parâmetros para medir o desempenho dos trabalhadores. São organizadas de diferentes modos. Existem as metas mensais para a empresa, que impõem, a partir dos gerentes, um nível de vendas. Estes repassam e colocam para os trabalhadores o patamar a ser alcançado. Ao bater, os

trabalhadores podem receber bonificações em reais. Exemplo: ao vender R\$ 20.000, o trabalhador pode vir a receber R\$ 100,00⁴² a mais que o salário fixo, o salário comercial. Dessa meta se colocam aqueles que obtiverem maior, ficando os três primeiros com níveis diferentes de bonificação.

Outro tipo de meta é a imposta pelas marcas que distribuem a mercadoria. Ao ser vendida X quantidade de mercadorias de determinada marca, o trabalhador pode ganhar prêmios. Alguns já ganharam até mesmo aparelho celular por vender a maior quantidade da marca determinada. Essas metas são mais ocasionais, não são perenes como aquelas mensais mencionadas. Nesta quem atingir a cota ganha o brinde.

A estas se somam outro tipo de metas, que são as semanais. Estas se somam à mensal e compensam um certo desempenho mais fraco das vendas. Se a prospecção é que seja um mês de menos vendas, as metas semanais são colocadas para incentivar maior envolvimento e esforço por parte dos trabalhadores, com foco em atingir a meta semanal. Ao fazer isso, ele recebe uma gratificação semanal. O resultado é torná-los mais ansiosos na medida em que diminui o tempo para atingir a meta. Se nas mensais ocorre a possibilidade de distribuir o desempenho entre as semanas, nas semanais ele deve seguir um movimento de pressionar para que nas quatro semanas do mês o trabalhador obtenha um bom desempenho de vendas. Isso é ainda exacerbado quando na mesma tentativa as metas são diárias. Nesse padrão a pressão é ainda maior.

Do que foi observado, o sistema de metas aparece como um dos novos processos de intensificação da exploração do trabalho no comércio. Elas se organizam em torno de um nível a ser alcançado por cada trabalhador nas vendas. Em um dos casos observados, constatou-se que as metas definem o próprio salário. Segundo o depoimento da entrevistada 6 (mulher de 48 anos, em 31 de outubro de 2024), na empresa que ela trabalha, as metas são 3% do valor total das vendas alcançadas. Se a meta for 70.000 reais por mês, o salário será de 2.100 reais. Nessa mesma empresa passou a serem organizadas metas semanais, e de dias específicos na semana, como quarta-feira e sábado. Esses dias são os que se realizam as tradicionais feiras do município. A expectativa de colocar as metas está no envolvimento proativo do trabalho que entende a mesma como de seu próprio interesse.

⁴² Nenhum dos valores aqui tomados são arbitrários, eles foram colhidos a partir dos relatos dos/das entrevistados (as).

Não obstante, as metas como formas de gerenciamento do trabalho aparecem como direcionamento efetivo da dinâmica laboral. Expõem a subsunção ao capital quando o próprio trabalho é tomado pela responsabilidade de seu desempenho. Segundo mesmo relato trazido, quando questionado ao dono da empresa sobre esse aspecto das metas e a possibilidade de baixá-las, obteve como resposta que “cada um faz o seu salário. Se não quiser dessa maneira, tome aqui sua carteira” (Entrevistada 6, mulher de 48 anos, em 31 de outubro de 2024). A fala do patrão expõe como o sistema de opressão do capital opera no controle do trabalho. Na mesma direção, a própria entrevistada afirmou que deixou de questionar esse sistema, pois via que não surtia resultado.

Ainda que tenham aparecido de modo geral, as metas possuíam especificidades. Se na empresa que foi mencionada ela se constitui enquanto mecanismo de organizar e definir o salário, em outra ela é um parâmetro para obter bonificação por parte dos trabalhadores. Aqueles que alcançarem as maiores, são divididos em três lugares no pódio de vendas e ganham um valor como bonificação. As mais altas, podem até ganhar uma porcentagem do seu total de vendas. As metas são estabelecidas comparadas ao mesmo mês do ano anterior. São distribuídas desigualmente entre os meses e obedecem ao ritmo de festas e datas comemorativas. Nos meses de picos de vendas, as metas são estipuladas com um valor maior, enquanto noutros elas assumem um padrão mais ou menos uniforme.

As metas também são distribuídas desigualmente entre os trabalhadores. Alguns possuem metas maiores, enquanto outros elas são mais padrão. Ainda que assim sejam, elas servem para insuflar a competição entre os próprios trabalhadores com vistas a quem bate a maior meta. Faz com que cada um deles busquem desenvolver estratégias de vendas e aumentar suas metas, colocando o peso em demasia no desempenho individual. Caso elas não sejam atingidas, o funcionário é chamado atenção para saber o que tem acontecido que o desempenho dele caiu. Se o nível continuar baixo, as mesmas podem transformar-se em demissão.

A pressão dos comércios, sob o risco de serem demitidos, faz com que os trabalhadores tenham buscado estratégias para ampliar as vendas. Por isso que em muitos momentos eles se tornam dúplices no local de trabalho, pois ao aproveitarem os curtos intervalos de descanso, poderão aumentar suas vendas e se aproximarem do patamar a ser alcançado. Em determinada empresa, um depoimento feito por um (a) entrevistado (a) mencionou o registro do tempo entre uma venda e outra. O registro no cronômetro, marca

do taylorismo, combinado ao sistema de metas, marca do toyotismo, confluem nessa lógica de gerenciamento do trabalho no comércio.

A utilização das redes sociais próprias surge quase que por iniciativa dos próprios trabalhadores, a quem interessa bater as metas, mesmo que estas contribuam para intensificar o trabalho. No mesmo aspecto, os próprios gerentes, ao verem o nível da meta alcançada em certos momentos e observar o desempenho, tem buscado incentivar o uso das redes por parte de cada trabalhador, a fim de manter o patamar desejado.

Se na presença das redes e seu uso no interior da empresa aparece uma duplicidade do sujeito que trabalha, e que embota certas dimensões, parece que no sistema de metas o mecanismo de controle encontra-se na flexibilidade de transformar quase o trabalhador em empreendedor assalariado pela empresa. Trabalha como se fosse patrão de si próprio, como se fosse do seu próprio interesse manter um patamar de vendas considerável. Esse processo, se por um lado tem sua razão de ser imediata no aumento salarial, por outro encontra ponto nodal na assunção do discurso empresarial por parte dos trabalhadores. Ou mesmo, embora não seja aceito, os imperativos do sistema do capital, que avança com um processo de expropriação e concentra em poucas mãos as condições de produção, forçam aos trabalhadores submeterem-se a essas relações. Caso concreto se encontra em um dos entrevistados (a), que, alçada com o Ensino Superior completo e fazendo curso de pós-graduação *stricto sensu*, relata adoecimento pelas barbaridades que observa. Com formação crítica, observa a degradação que se dão nas relações e se queixa se realmente era onde deveria estar. Também relata o quanto tem de resignar-se sobre o que vê, já que precisa do emprego para sobreviver.

Outrossim, a perversidade do capital na exploração é possibilitada, dentre outras coisas pelo uso das TICs. Particularmente nas redes sociais essas condições de exploração têm se processado no trabalho no *e-commerce*. O quadro abaixo é um indicativo das maiores metas alcançadas por alguns entrevistados.

Quadro 6 – Maiores metas de vendas mensais alcançadas pelos trabalhadores.

Maiores valores registradas pelos trabalhadores (R\$)	Online	Presencial
110.000	-	-
85.000	83%	17%
70.000	-	-
30.000 a 60.000	50%	50%
42.500	4 ou 5%	96 ou 95%

40.000	13 %	87%
--------	------	-----

Fonte: Entrevistas. Elaboração: autor, 2025.

Essas metas são diferenciadas e envolvem processos diferentes. Ainda que não tenhamos esses dados, é importante mencionar que os *tickets* médios variam entre as empresas, o que impacta nas metas. Se uma das empresas mencionadas vende produtos de um valor médio de R\$ 500,00, atingir a meta de R\$ 40.000 no mês pode exigir um menor esforço por parte dos trabalhadores em uma que vende produtos com valor médio de R\$ 125,00. Nessa direção, podem exigir um maior desempenho dos trabalhadores e um trabalho mais intensivo no âmbito das metas. Nesses termos, embora sejam valores altos para que cada trabalhador venda individualmente, eles não necessariamente revelam os diferentes níveis de intensidade da exploração.

Ademais, a despeito de já ter sido mencionado, esses valores são de atividades de comércio de artigos de vestuário e acessórios, assim como de calçados. Elas articulam, elementos de processos diferenciados no interior do trabalho nas empresas. Na mesma direção, também se combinam a outra forma do capital ampliar a dimensão de controle sobre trabalho, que articula o tempo dedicado a este com o tempo dedicado a outros aspectos da vida que serão discutidos logo à frente.

5.3.3. Tempo de trabalho e tempo de vida

“Tem cliente que manda msg duas horas da manhã, eu tô acordada aí eu vou respondendo” (Entrevistada 6, mulher de 48 anos, 31 de outubro de 2024).

O vendedor está em seu dia de lazer, na mesa do bar, tomando uma cerveja. Recebe uma mensagem solicitando a compra de alguma mercadoria. Quando a mensagem é respondida, o trabalho se insere em momentos do resto da vida, em que se encontra em disponibilidade para as vendas. E essa tem sido a face do trabalho no comércio eletrônico em Itabaiana-SE. O aumento da intensidade passa pelo controle do tempo além dos limites dos estabelecimentos comerciais.

Além dos aspectos das metas e do sujeito “dúplice” no trabalho, foi observado como o capital tem se apropriado do tempo de não-trabalho no comércio. A apropriação do tempo, criando o convencimento de que se deve trabalhar cada vez mais para a atingir as metas simboliza bem como nos encontramos subsumidos ao capital em sua lógica da valorização. A presença das redes sociais tem servido para transformar as fronteiras entre o tempo de trabalho e seu oposto. A jornada passou a estender-se com o uso das

tecnologias e passou a invadir o cotidiano. O caso concreto analisado não elimina o fato que esta seja uma dimensão que tem se generalizado em todas as atividades laborais.

Do que foi constatado nas entrevistas e questionários, a totalidade dos trabalhadores vende fora do horário de trabalho. Se aproveitam do fato das redes sociais e novas tecnologias terem se tornado quase uma extensão do corpo, e põem-se a responder e realizar atendimento fora dos horários. Se no caso acima comentado, as novas tecnologias têm servido para suprir os poros no interior da jornada de trabalho, tornando-a mais larga, na relação entre os mundos do dentro e fora do trabalho, essa relação tem tido as fronteiras embotadas, borradas. A jornada de trabalho se estende a qualquer momento em que os trabalhadores venham a responder os consumidores.

Ainda que não seja uma obrigação responder, não responder implica a possibilidade de perda de uma venda. E se a lógica das metas faz dos trabalhadores garimpeiros de vendas nas modalidades virtual ou presencial, responder aos clientes é conseguir uma venda que até então seria improvável. Em uma das empresas analisadas, os trabalhadores podem levar o celular da empresa para casa. Como dito, a obrigação de responder aparece quando a presença do celular amplia essa possibilidade. Nessa direção, os trabalhadores tendem a transformarem toda a sua rotina para o momento de vendas. Seja antes de ir à empresa, seja depois até tarde da noite, encontram-se disponíveis quase que 24 horas por dia, 07 dias na semana.

A relação perversa das metas tem efeito diretamente no uso de horários além do trabalho para comercialização. Essas metas regulam até o comportamento humano dos trabalhadores no mês e sua disponibilidade para outras tarefas. Se passados alguns dias e as metas estão longe de serem alcançadas, o uso das redes é uma estratégia. Torna-se uma necessidade. É um ritmo frenético que impacta em todo o cotidiano. Dado importante se refletem nas próprias entrevistas com os sujeitos. Deveriam ser mais rápidas, e uma delas quase não foi concluída por causa do tempo. Outras tiveram que ser distribuídas em dois momentos: tarde e noite. Por terem sido feitas próximos aos meses do final do ano, os trabalhadores estavam totalmente atolados com as festas e se colocavam na impossibilidade de aceitarem dar as entrevistas por falta de tempo. Se fossem meses com menos demandas, teriam mais tranquilidade para responderem.

Outrossim, a apropriação dos tempos de trabalho e não trabalho representa uma das formas pelas quais o capital expressa o processo de subsunção. Expandidas com o uso das novas tecnologias, essas formas se combinam com as técnicas de gerenciamento

como as metas. Com efeito, produzem de certa forma individualizações no interior do próprio trabalho coletivo. Ainda que sejam relações salariais, trata-se de formas flexíveis de exploração. São modos de controle por meio da flexibilidade, deslocando para os sujeitos a responsabilidade das vendas. Essa dimensão será comentada logo em seguida.

5.3.4. Individualização no interior do trabalho coletivo

Se parece que, sob a lógica das metas, o trabalhador é assalariado e empreendedor ao mesmo tempo; se produz o seu próprio trabalho, que depende de seu desempenho; se desloca para si a responsabilidade das vendas; ao que parece tem se expressado também nessa atividade uma lógica de individualização do trabalho. Com as redes sociais e o uso de suas próprias, alguns dos vendedores têm se atentado a essa questão de venda da própria imagem para manter engajamento e se destacar nas vendas. Tem sido comum observar nas redes sociais a produção de vídeos pautados em entretenimento e espetacularização. Em alguns casos, alguns trabalhadores têm criado perfis profissionais para se venderem como vendedores, expressando influência da ideologia do empreendedorismo.

Na medida em que se processa a responsabilização pelas vendas e o desempenho é um regulador, tem se processado uma lógica de competição entre os próprios trabalhadores. Se a meta coloca o vendedor em uma corrida consigo mesmo para disciplinar e organizar sua vida pelo ritmo das vendas, em que medida não está contribuindo para diminuir possíveis laços entre trabalhadores que convivem juntos e poderiam se organizar para outros modos de sociabilidade? Assim, além de operar uma lógica de individualização das relações de trabalho no jogo de uma relação contratual, esse processo pode estar contribuindo para diminuir laços de solidariedade entre os trabalhadores, colocando-os uns contra os outros nessa corrida para encontrar o ouro em cada uma das vendas.

Nesse contexto, as dimensões discutidas acerca do trabalho no comércio eletrônico, se articulam no bojo dos fios (in) visíveis da exploração do trabalho em Itabaiana-SE. Elas envolvem essas mudanças em curso nos processos laborais com o avanço das tecnologias que consagram uma chamada era digital e seus desdobramentos na velha atividade comercial.

Não obstante, embora tenha partido da realidade de Itabaiana para demonstrar esse processo, não se trata de um movimento restrito ao município analisado. Como processos que se materializam em distintas localidades, expressam movimentos que não são singulares desse município sergipano, mas que exemplificam transformações que o *e-commerce* vem impondo as pessoas que trabalham em atividades comerciais e que resultam na intensificação da exploração da força de trabalho, na redução do tempo de rotação do capital e no desenvolvimento de novos mecanismos de apropriação do tempo de trabalho/do não trabalho. Assim, a isso se somam os novos mecanismos ideológicos de controle de trabalho. Na mesma direção, constitui-se como partes das novas formas pelas quais o capital tem aprofundado o processo de subsunção do trabalho no bojo do processo cíclico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista tem como sustentáculo a exploração do trabalho e a consequente acumulação de capital. Tal dinâmica ocorre por meio da expropriação do trabalho alheio, através da produção socializada e apropriação privada. Por conseguinte, o objetivo do processo de produção capitalista é fazer o movimento em que dinheiro, trocado por mercadorias, deve retornar acrescido de mais dinheiro. Neste percurso, em que o capital se metamorfoseia, ele assume formas, sempre transitórias, para então dar continuidade ao processo de reprodução. No movimento em que transmuta em suas formas, se encontra o processo de circulação do capital.

Com efeito, à medida que se reproduz, o capital tende a colocar toda a produção da sociedade sob os imperativos da valorização. Tende a transmutar todas as formas de desenvolvimento social, em necessidades de desenvolvimento do capital. Em suma, tende a fazer um mundo “à sua imagem e semelhança”. E quanto mais desenvolve-se, mais tende a colocar as forças sociais de produção sob suas determinações. Assim, se apodera dos avanços nas forças produtivas e converte o desenvolvimento destas em formas de obter maiores lucros ao se apropriar de maiores fatias da riqueza produzida. Logo, passa a colocar o desenvolvimento das forças produtivas domado ao movimento de acumulação.

Por seu turno, converte as relações de produção, em relações mediadas por coisas, em que o trabalho é transformado em mercadoria e a forma de trabalho desenvolvida é aquela voltada à produção e/ou realização de mais-valia. Essa forma, consequentemente, manifesta uma mudança radical no processo de trabalho, em que seu conteúdo de produtor de valores de uso, transmuta-se em produtor de valores de troca. As mudanças no conteúdo envolvem a transmutação do próprio trabalho, que de sujeito da produção, passa a se generalizar como objeto. O processo de subsunção real do trabalho ao capital constitui a expressão da lógica do trabalho em que a concreticidade de produtor de valores de uso é somente suporte para a produção de valores de troca.

Na contemporaneidade, o modo de produção capitalista tem passado por transformações, impulsionadas pelas distintas formas de acumulação. Seu desenvolvimento atual reflete a lógica intrínseca do capital, que oferece à humanidade nada mais que a exploração desenfreada da força humana que trabalha e a destruição brutal da natureza. Com efeito, coloca como desafios para sua superação a necessidade de pensar/agir conforme as mediações existentes, que passam por refletir acerca das

possibilidades de enfrentamento a partir do seu polo opositor: os/as trabalhadores/as. Estas possibilidades, por sua vez, exigem a necessidade de apreender no movimento da realidade as mudanças/continuidades em curso na lógica do capital.

Nesta direção, a presente pesquisa teve como objetivo compreender as mudanças em curso nos processos de trabalho, tendo como recorte de investigação a exploração do trabalho no comércio eletrônico. Buscou-se, a partir do município de Itabaiana, localizado no Estado de Sergipe, discutir algumas transformações que tem se dado nos processos laborais. Logo, em que pese suas particularidades, Itabaiana esboça o movimento mais geral do capital na busca por apropriar-se de mais frações da mais-valia. Tal aspecto, como parte do modo de produção capitalista, tem se intensificado a partir do uso das novas tecnologias da informação e comunicação e sua imersão na atividade comercial.

Dessa maneira, a tendência de desenvolvimento das forças produtivas constatada por Marx, consagrando o aumento da composição orgânica do capital, aparece atualmente como uma das formas de ampliar o processo de valorização a partir da aceleração da circulação do capital. Segue na mesma direção de aprofundamento das formas de subsunção do trabalho, ao aprisioná-lo na lógica alienante e deletéria da produção para a valorização. Se utiliza de novos mecanismos de dominação ideológica nos processos laborais, em que o uso de ferramentas tecnológicas contribui para a intensificação das formas de obtenção da mais-valia.

Tal configuração, tem se dado no sentido de contra-arrestar os efeitos da crise, que se deu na década de 1970 e tem intensificado a busca por formas de extração e apropriação da mais-valia, articulando acentuadamente formas de trabalho produtivo e improdutivo. Por conseguinte, as necessidades de valorização postas com o regime de acumulação flexível, na medida que provocou um processo de reestruturação produtiva global, mas de desenvolvimento desigual e combinado, foram acompanhadas da ampliação das funções de realização da mercadoria, abrindo margem para o surgimento do *e-commerce*.

A realização em menor tempo tem implicado, nesse sentido, na aceleração do ciclo do capital e a possibilidade de aumento do número de rotações. Concomitantemente, implica no papel da circulação, quando o capital repousa sob a forma mercadoria. Se esta é uma forma transitória, que deve ser abandonada a fim de dar continuidade ao ciclo reprodutivo, diminuir os intervalos entre as metamorfoses contribui para acelerar o processo de acumulação.

Em decorrência dessa dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, em que se articulam cada vez mais formas de trabalho que não geram diretamente mais-valia, mas que são funcionais à dinâmica reprodutiva do capital, é que os trabalhadores dos comércios têm sido tomados por uma lógica de produtividade exigida como parte das novas necessidades do capital. Embora não sejam produtivos, à medida que não agregam valor às mercadorias, os trabalhadores no comércio atuam para a realização delas, contribuindo para a formação global da mais-valia. As novas exigências surgem em decorrência das novas necessidades da acumulação, impulsionadas pelo incremento de novas tecnologias nos processos de produção e realização.

Nesta seara, dois aspectos foram destacados na análise deste trabalho: o crescimento do comércio eletrônico e seus desdobramentos nos processos laborais. Entre outras coisas, foi possível constatar que o crescimento do *e-commerce* tem se dado entremeado ao comércio convencional a partir da instrumentalização das novas tecnologias da informação e comunicação para a realização das mercadorias. Entremetidos, é a partir destas que os trabalhadores têm sido tomados a se utilizarem das mesmas para realizarem as vendas, encontrando-se em uma dinâmica de aprofundamento da intensiva atividade laboral no comércio.

Constatou-se que Itabaiana-SE expressa como a lógica do movimento cíclico do capital tem produzido um espaço mais contraditório, mediatizado na aceleração da realização das mercadorias, dada a necessidade do capital em reduzir seu ciclo de rotação. Sendo a produção do espaço expressão, mas não apenas reflexo das relações sociais de produção, entende-se que a intensificação da exploração do trabalho é simultaneamente uma intensificação nos processos de produção do espaço, tendo como mediação na contemporaneidade os usos das novas tecnologias da informação e comunicação.

Ademais, pautou-se na investigação das imbricações dialéticas do velho no novo, em que as novas tecnologias, como materialização do avanço das forças produtivas, imergem no bojo da circulação do capital, mais especificamente nos processos de trabalho no comércio. Se a velha atividade comercial, no mundo novo das tecnologias expressa mudanças em curso nas formas de comercialização, ela atesta permanências na lógica da exploração do trabalho para a valorização.

Paralelamente, se existem permanências da velha subsunção nas novas formas de exploração, elas atestam que a lógica da valorização ainda segue seu curso, reproduzindo-se por meio da exploração do trabalho. Dessa maneira, afirma-se a centralidade do

trabalho enquanto categoria sócio-histórica e processo pelo qual a humanidade se (des) humaniza. De modo simultâneo, do trabalho enquanto central nessa forma específica de produção, no processo pelo qual o valor se valoriza.

Nesse caminho, os novos processos de exploração reconfiguram o quadro do processo de subsunção do trabalho, agora mediado pelas TICs. Novo e velho confluem para um quadro de precariedade social e precarização estrutural do trabalho, expressada no comércio eletrônico. Este, ainda que seja uma nova forma de comercialização, surgida em finais da década de 1990, aparece como parte da velha lógica mercantil do modo de produção capitalista, em que as relações sociais entre as pessoas se dão mediadas por coisas.

Nesse debate, se na aurora do século XXI, se projetavam novas expectativas do que seria a entrada de uma nova era, na expressão de uma chamada era digital, no curso desses anos, é questionável indagar: afinal, qual a natureza e em que consiste a chamada era digital? O que é efetivamente novo e o que é somente uma versão atualizada do velho? Em que se assenta era digital? Que papel cumprem as novas tecnologias? Podem elas substituir totalmente o trabalho humano? Pode esse modo de produção reproduzir-se sem a força humana que trabalha?

Trata-se, na verdade, de um processo que envolve multideterminações, mas que em uma delas se passa o véu ideológico de apologia das tecnologias. Por trás dele se encontra a negação da centralidade do trabalho no modo de produção capitalista. A busca pelo controle se converte no aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital, com a mediação das novas tecnologias da informação e comunicação. Estas tem impactado sobremaneira nas relações laborais, das quais se ressalta o comércio, especificamente o *e-commerce*. Existem efetivamente mudanças em curso nas atividades laborais, mas o efeito é justamente a expansão dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital no processo de subsunção.

Nessa direção, se por um lado a inserção das tecnologias no trabalho na esfera da circulação, particularmente nos comércios, faz com que se produza desemprego, ao substituir trabalhadores por máquinas, por outro intensifica a exploração naqueles trabalhadores que ainda estão nas vendas. Desse modo, observa-se que na dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo a inovação produz simultaneamente a perpetuação de modo mais precário, do arcaico. Observa-se que se por um lado as novas tecnologias avançam sobre os postos de autoatendimento em lojas de redes e mesmo de

chatbots no *e-commerce*, no outro elas têm reconfigurado a exploração do trabalho de quem permanece no chão das vendas.

Nas formas aqui analisadas, os trabalhadores têm sido submetidos a processos intensos de trabalho, pautados no gerenciamento por meio de metas de vendas a serem atingidas. Tem se deslocado a responsabilização das vendas para os próprios trabalhadores e ampliando mecanismos de dominação ideológica com influência da ideologia do empreendedorismo. Na mesma direção, tem instrumentalizado as novas tecnologias da informação como ferramentas que o dotam o capital de meios necessários para explorar os trabalhadores mesmo fora dos muros da empresa. Transformando todo tempo livre em tempo para o trabalho, as novas TICs, por meio de redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram*, tem sido mecanismos de intensificação da exploração laboral.

Observa-se como as mudanças em curso tem se expressado nas formas de assalariamento, gerenciamento e ideológicas, funcionais para o controle do trabalho. Tal cenário faz parte do quadro compósito da exploração do trabalho na atualidade, em que se ampliam as múltiplas formas de extração e apropriação da mais-valia.

Nestas circunstâncias, a forma que o trabalho adquire na contemporaneidade no comércio, está imersa no processo de reprodução ampliada do capital. Exprime o aumento da exploração do trabalho por meio do aumento da produtividade, buscando se apropriar de uma maior quantidade de valor possível. Dessa maneira, as novas necessidades da acumulação se processam pela extração cada vez maior do sobretrabalho, que se reflete na possibilidade de aceleração do ciclo de rotação. Nas metamorfoses do capital e seu ciclo, tem-se então metamorfoseado o trabalho nas tramas da subsunção.

Portanto, o avanço das forças produtivas, ao invés de produzir mais tempo livre, tem produzido a perda do tempo disponível para outras atividades que não as da lógica do trabalho abstrato. Tem também produzido a intensificação da exploração e a marca do desemprego. Tem sido parte das novas formas assumidas pelo velho trabalho abstrato alienado. Um dos motivos é que a prisão das forças produtivas na forma capitalista voltada para o processo de acumulação não pode oferecer possibilidades de desenvolvimento que não aquelas para o processo de valorização.

Contra a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas para a valorização do capital deve se colocar a necessidade de seu desenvolvimento para a apropriação coletiva. Sua libertação só pode vir pela libertação dos sujeitos do trabalho, pela superação do modo de produção capitalista e das relações de produção a ele

pertencentes. Sua socialização passa pela eliminação da relação capital enquanto processo de expropriação do trabalho alheio e forma destrutiva de sociabilidade. Contra isso, só há superação por meio do socialismo. “Não há [outra] alternativa”.

7. REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.
- ALMEIDA, L. M. de L; RIBEIRO, N. R. Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 42, P. 72-94, out. 2015/ jan. 2016.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-23
- ANTUNES, R. (org.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2023.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Comércio eletrônico. **ABComm**. Disponível em: <https://dados.abcomm.org/numeros-do-ecommerce-brasileiro>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- A EVOLUÇÃO do e-commerce a nível mundial. **Nielsen Iq**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://nielseniq.com/global/pt/insights/analysis/2022/a-evolucao-do-e-commerce-a-nivel-mundial/>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOLAÑO, C. R. S. Considerações sobre o trabalho na atual reestruturação produtiva. **Redes.com**, [S. l.], n. 4, p. 255-263, 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ConsideracoesSobreOTrabalhoNaAtualReestruturacaoPr-3672240%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ConsideracoesSobreOTrabalhoNaAtualReestruturacaoPr-3672240%20(1).pdf). Acesso em: 05 mar. 2024.
- BOLAÑO, C. R. S.; FIGUEIREDO SOBRINHO, C. P. Social Media and Algorithms: Configurations of the Lifeworld Colonization by New Media. **International Review of Information Ethics**, [S. l.], v. 26, p. 26-38, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC. **Observatório do Comércio Eletrônico Nacional**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGI2ZmU3MWMtYWFiZS00N2Y5LWJkMjgtNTVlNDJhMGY3YjYzIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9&pageName=ReportSection71ab815009024883b133>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comércio Eletrônico. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/comercio-internacional/comercio-eletronico#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20do%20Com%C3%A9rcio,Econ%C3%B4mico%20\(OCDE\)%2C%20como%20%E2%80%9C](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/comercio-internacional/comercio-eletronico#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20do%20Com%C3%A9rcio,Econ%C3%B4mico%20(OCDE)%2C%20como%20%E2%80%9C). Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das cidades. **Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. **História, formação e revolução**. 2012. Disponível em: <https://historiaformatransforma.blogspot.com/2012/06/dialetica-marxista-uma-leitura.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CASTELLS, M. A revolução da tecnologia da informação. In: CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. p. 87 – 129.

CENTRO Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Cetic.br**. Disponível em: <https://data.cetic.br/explore/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CHAT commerce: o atendimento personalizado que faltava para o seu e-commerce. **ABComm**, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://abcomm.org/noticias/chat-commerce-o-atendimento-personalizado-que-faltava-para-o-seu-e-commerce/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIPOLLA, F. P.; AQUINO, D. C. de; GIORGI, F. D. Capital de comércio de vendas: o trabalho do delivery sob o jugo dos capitais de plataforma. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 3 (76), p. 671 – 699, set./dez. 2022.

CONCEIÇÃO, A. L. A crítica como arma. A Geografia que não se quer ver, sendo (re)vista. In: CONCEIÇÃO, A. L. et. al. (orgs.). **Marx, a Geografia e a teoria crítica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. 37-56.

CRISTINA, T. Associação comercial e empresarial de Itabaiana completa hoje, 58 anos de fundação. **Portal Itnet**, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www.itnet.com.br/noticia/associacao-comercial-e-empresarial-de-itabaiana-completa-hoje-58-anos-de-fundacao>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ESTADÃO. **Conheça o shopping ‘fantasma’ de sete andares e centenas de lojas que fatura bilhões na China**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/conheca-o-shopping-fantasma-de-sete-andares-e-centenas-de-lojas-que-fatura-bilhoes-na-china-nprei/?srsltid=AfmBOoq7sEB6IpPD1PDSBGFBCkEFTfWi1DcPXeAZNg7u8wG97CJaJYSd>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital: por uma crítica harcker-fanoniana**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

GUEVARA, C. **Textos políticos**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2016.

IBGE. População brasileira cresce 6,5 % e chega a 203,1 milhões. 28 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes. Acesso em: 05 mar. 2024.

IBGE. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 05 mar. 2024.

IBGE. Cidades: Itabaiana. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em: 24 jan. 2025.

IBGE. Cidades: Sergipe. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2025.

INTELIGÊNCIA artificial aplicada ao ecommerce: transformando o comércio eletrônico. **ABComm**, 09 jan. 2024. Disponível em: <https://abcomm.org/noticias/inteligencia-artificial-aplicada-ao-ecommerce-transformando-o-comercio-eletronico/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ITABAIANA. Prefeitura de Itabaiana. **Feira livre de Itabaiana**. Disponível em: <https://itabaiana.se.gov.br/turismo/7/feira-livre-de-itabaiana>. Acesso em: 24 jan. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, E. D. **A feira livre na mediação da relação campo-cidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2012.

MARKETEPLACE: o que é, como funciona e quais as vantagens de estar em um. **E-commerce Brasil**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/marketplace-o-que-e-como-funciona>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro II: o processo de circulação do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro III: o processo global da produção capitalista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **Capítulo VI (inédito)**: manuscritos de 1863-1867. Tradução: Ronaldo Vielmi Fontes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, K. **Reflexões de um Jovem sobre a Escolha de uma Profissão**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1835/08/16.htm>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MÉSZÁROS, István. Parte III – Crise estrutural do capital. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

O'Neil, C. **Algoritmos de destruição em massa**. 1ª ed. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo editorial, 2013.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas públicas e trabalho precário: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

PESSANHA, Roberto Moraes. “Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma.” **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico: Com Ciência**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-econtrole-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Ciberespaço e regulamentação das estruturas virtuais de acumulação no Brasil: a institucionalização da internet e das relações de comércio eletrônico. **In: Observatório geográfico de América Latina**. [s. l.]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Nuevastecnologias/Cartografi aaauto matizada/02.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023

POPULAÇÃO de Sergipe chegou a 2,2 milhões em 2022. **Observatório de Sergipe**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br/populacao-de-sergipe-chegou-a-22-milhoes-em-2022/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

PRADO, L. T. **Estrutura e evolução da internet no Brasil: subsídios à análise econômica – 1996 a 2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, F. de O.; JESUS, F. dos S. de. “É de Itabaiana!” a feira livre de Itabaiana no espaço e tempo do capitalismo. **Geografia**, Rio Claro – SP, v. 48, n. 1, p. 1-26, 2023.

SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERGIPE. Observatório de Sergipe. Produto Interno Bruto dos Municípios Sergipanos. 2021. Disponível em: <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=nyBJaTXGQNKA4tFnXAl4ql7zyinAWFDU>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SHEIN. *Our on-demand business model*. Disponível em: <https://www.sheingroup.com/our-business/our-business-model/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SHEIN. Disponível em: https://br.shein.com/About-Us-a-117.html?_gl=1*1qmo4d4*_up*MQ..*_gs*MQ..&gclid=Cj0KCQiApNW6BhD5ARIsACmEbKw4J27s6qrbT9Ps8I5M2qxwjJgLm0qPC1hc_UpZwCCeEX6ULhIjSIEaAslBEALw_wcB. Acesso em: 24 jan. 2025.

SHOPPING Peixoto é inaugurado em Itabaiana. **Infonet**, 09 jun. 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/shopping-peixoto-e-inaugurado-em-itabaiana/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SIDRA. IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449#resultado>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SILVA, Elayne Cristina Menezes. **A maquinaria digital e a extração do valor em tempos de crise estrutural:** entregadores de plataformas digitais e precarização do trabalho em Aracaju. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2022.

SILVA, G. de S.; FILHO, E. A. de L. M. **Circuito do capital e emissão monetária: uma interpretação marxista.** Anais. Sociedade Brasileira de Economia Política. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%206/91.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SMITH. Neil. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SRNICEK, Nick. Capitalismo de plataformas. Traducción: Aldo Giacometti. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

THOMAZ JUNIOR, A. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, São Paulo, ano 34, v. 1, n. 52, p. 234-277, 2019.

TONELO, I. **No entanto, ela se move:** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021.

VENCESLAU. Comércio eletrônico e meio técnico-científico-informacional no Brasil: tipologia e topologia das grandes empresas. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 14, 2021, virtual. **Anais...** Virtual, 2021.

WTO. Work Programme on E-commerce. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/ecom_e/ecom_work_programme_e.htm#what. Acesso em: 05 mar. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

8. APÊNDICE

- Roteiro de questionário para trabalhadores (as) (vendedores)

1- Nome

2- Idade

3- Gênero:

Feminino () Masculino () Outro ()

4- Orientação sexual:

5- Cor ou raça:

Branco () Preto () Pardo () Indígena/quilombola () Amarelo

6- Estado Civil:

Solteiro (a) () Casado (a) () União Estável () Divorciado (a) ()

7- Tem filhos ou cuida de alguém (parente ou conhecido)?

Sim () Não ()

8- Especifique a relação parental (se é mãe, pai, avô, avó, etc. ou se não há relação parental)

9- Se a resposta anterior foi sim, com quem/onde fica(m) enquanto trabalha?

10- Paga alguém para cuidar?

Sim () Não () Não tenho filhos (as) ()

11- Se a resposta for sim, quanto é gasto por mês para o pagamento de quem cuida da (s) criança?

12- Nível de escolaridade:

Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto ()
Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto ()

Ensino Superior Completo () Ensino Superior Completo com Pós-Graduação
[especialização/mestrado/doutorado] ()

13- Município/estado de origem e município/estado onde reside?

14- Caso não seja de Itabaiana, recebe vale-transporte?

Sim () Não () Moro em Itabaiana ()

15- Caso não receba o vale-transporte, quanto é gasto com passagens por mês, mesmo sendo residente em Itabaiana?

16- Recebe vale-alimentação?

Sim () Não ()

17- Trabalha em horário de almoço?

Sim () Não ()

18- É carteira assinada?

Sim () Não ()

19- Há quanto tempo trabalha com vendas?

20- Sempre trabalhou com vendas?

Sim () Não ()

21- Fale de suas experiências profissionais: em que já trabalhou além das vendas?

22- Nível de satisfação com o trabalho:

Excelente () Ótimo () Regular () Péssimo ()

23- Quantos dias por semana você trabalha?

24- Trabalha aos sábados?

Sim () Não ()

25- E feriados?

Sim () Não ()

26- Recebe a mais ao trabalhar no feriado?

Sim () Não ()

27- Costuma fazer hora-extra?

Sim () Não ()

28- Este é seu único emprego?

Sim () Não ()

29- Se a resposta for não, qual sua outra ocupação?

30- Trabalha quantas horas por dia?

6 horas () 8 horas () 10 horas () 12 horas ()

31- Usa celular para vendas por internet?

Sim () Não ()

32- O celular é seu? Ou da empresa?

Meu () Da empresa () Uso os dois ()

33- Trabalha nas redes sociais da empresa?

Sim () Não ()

34- Utiliza *WhatsApp Business*?

Sim () Não ()

35- Usa redes sociais próprias para ajudar nas vendas?

Sim () Não ()

36- Qual percentual médio de vendas total? E pela internet?

37- As vendas online aumentam o salário?

Sim () Não ()

38- Se a resposta for sim ou não: por quê?

39- O que acha do sistema de metas?

40- Qual o salário médio?

Até um salário mínimo ()

Até um salário mínimo e meio ()

Até dois salários mínimos ()

Até dois salários mínimos e meio ()

Até cinco salários mínimos ()

41- Recebe algum benefício governamental (Bolsa família, auxílio-doença, aposentadoria, bolsa estudantil etc.)? Sim () Não ()

- Roteiro de entrevista semiestruturada para vendedores (as):

- 1- Há quanto tempo trabalha com vendas?
- 2- Sempre trabalhou com vendas?
- 3- Resuma sua trajetória profissional:
- 4- Possui mais algum emprego fora esse?
- 5- Como foi a entrevista para entrar no emprego? Quais exigências para o cargo?
- 6- Como conseguiu emprego? Foi indicação?
- 7- Como é quando o chefe/gerente vê você mexendo no celular? Eles falam alguma coisa?
- 8- Como funciona o sistema de metas?
- 9- Sempre trabalhou na forma de metas?
- 10- Para você, qual a sensação de atingir as metas?
- 11- Se não atingir, é penalizado?
- 12- Desde que entrou, qual foi sua maior meta?
- 13- Houve mudança com a pandemia?
- 14- Há um salário fixo, ou somente bate as metas?
- 15- Você considera que esse ritmo vai te deixando mais focado para as vendas?
- 16- Sente que seu tempo para outras tarefas do dia tem se tornado menor?
- 17- Para atingir as metas, vende também fora do horário comercial?
- 18- Já fez, ou considera fazer algum curso para melhorar o desempenho nas vendas?
- 19- Você trabalha com as redes sociais da empresa?
- 20- Recebe a mais por isso?
- 21- Qual o salário médio?
- 22- Usa frequentemente suas redes sociais?
- 23- O que costuma fazer em seus dias de folga?
- 24- Usa as redes sociais para vendas?
- 25- Quantas pessoas trabalham nas vendas contigo?
- 26- Costuma dedicar quanto tempo para vendas em redes sociais?
- 27- Disponibiliza número de telefone para contato?
- 28- E para fazer propaganda?
- 29- E se algum cliente mandar mensagens no final de semana, aceita a venda?

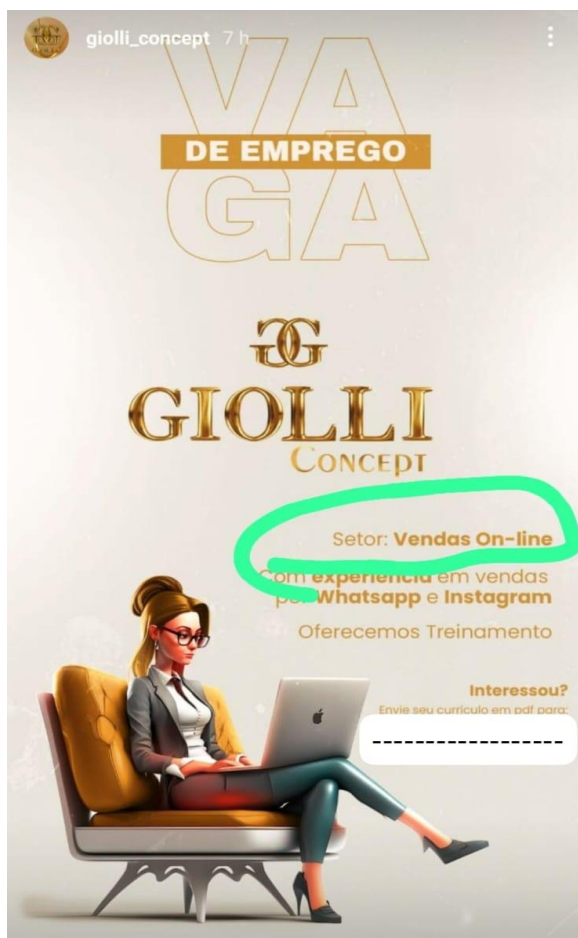
- 30- Faz lista de transmissão de mercadorias?
- 31- Recebe gratificações em datas comemorativas?
- 32- E as metas, sobem em datas comemorativas?
- 33- O que costuma fazer em atividades de lazer?
- 34- Como é a relação com outros trabalhadores?
- 35- A questão das metas gera algum tipo de competição?

- Roteiro de entrevista semiestruturada para as empresas (gerência/líder de time de trabalho/dono da empresa)

- 1- Desde quando vende *on-line*?
- 2- Qual efeito pós pandemia?
- 3- Qual canal de venda mais acessado?
- 4- Qual percentual de vendas online?
- 5- As vendas aumentaram com o *on-line*? Ou somente dividiu o canal de atendimento?
- 6- Para onde vende? Quais municípios?
- 7- Qual perfil do público (homem, mulher, faixa etária média, faixa de renda média)?
- 8- Em média os consumidores gastam em torno de quanto em cada compra *on-line*?
- 9- Quais as formas de pagamento aceitam? Qual a principal forma de pagamento usada por seus clientes?
- 10- De onde vem a maior parte das mercadorias?
- 11- Qual(is) tipos de produtos mais vendidos presencialmente? E *on-line*?
- 12- As vendas *on-line* aumentaram os lucros?
- 13- Qual a relação das vendas *on-line* com o estoque de mercadorias?
- 14- Há algum funcionário responsável pela gestão do estoque?
- 15- O tempo de permanência das mercadorias no estoque foi alterado com as vendas *on-line*?
- 16- Há entregador da empresa ou contrata por fora?
- 17- Há funcionário específico para vendas *on-line*?
- 18- Quantos homens e quantas mulheres trabalham nas vendas presenciais e *on-line*?
- 19- Considera aumentar o número de funcionários de vendas *on-line*?
- 20- O funcionário trabalha somente *on-line* ou das duas formas?
- 21- O celular é da empresa?
- 22- Qual jornada de trabalho?
- 23- Vende/já vendeu na *Amazon*, *Shopee*, *Shein*, *AliExpress*, Mercado Livre, etc...?
- 24- Considera criar aplicativo para vendas?

9. ANEXOS

ANÚNCIOS DE VAGAS DE EMPREGO EM ITABAIANA – SE (LADO ESQUERDO) E EM SÃO PAULO – SP (LADO DIREITO)



SEGUIDORES NA REDE SOCIAL INSTAGRAM EM LOJAS DE ITABAIANA/SE

 44,1 mil publicações 76,1 mil seguidores 7.138 seguindo Maison Calcart Loja de roupas femininas ▪ Maison C + Maison Essencial ▪ Seg. a Sáb. 8h às 18h ▪ Entregas para todo o Brasil ▪ Fale com um de nossos Consultores: Ver tradução 🔗 linktr.ee/MaisonC	 9.466 publicações 109 mil seguidores 2.336 seguindo Joalheria O Garimpo ✨ Empreendedor(a) ✨ Ouro 18k, Semijoias, Relógios, Pratas e Folheados ✨ Nossa felicidade é ver você brilhar! ✨ 33 anos de Tradição e Qualidade 👉 Fale com uma vendedora: Ver tradução 🔗 heylink.me/garimpocontato Praça João Pessoa, 265, Itabaiana, Sergipe, Brazil 49500-070
--	---

 44,2 mil publicações 88,4 mil seguidores 2.801 seguindo Joseane Confecções Vista o que te inspira 💖 ✨ 📍 Itabaiana-SE 👉 Siga @joseaneconfeccoescasa 👉 Siga @joseaneconfeccoesbaby 💖 💙 ... mais Ver tradução 🔗 wa.me/+5579996024787 e 1 outra pessoa	 17,7 mil publicações 185 mil seguidores 3.097 seguindo Mig - Moda Feminina Inspiramos mulheres a se sentirem poderosas! #miglovers ITABAIANA-SE 📍 Rua 7 de Setembro, n 462, Centro. ARACAJU-SE 📍 @migaracaju Fale conosco 👉 Ver tradução 🔗 instabio.cc/migitabaiana
--	---

 35,6 mil posts 106 mil seguidores 2.954 seguindo Compras e varejo ▪ Moda masculina e feminina ▪ Seg. à Sáb. 8h às 18h ▪ Praça João Pessoa, 262 - Centro, Itabaiana-se. ▪ Fale com um de nossos consultores online Ver tradução 🔗 linktr.ee/Ciamaroficial

 76,9 mil posts 227 mil seguidores 7.492 seguindo Loja de roupas 🌐 site. www.giolliconcept.com.br 📍 Rua Barão Rio Branco, 91, Centro / Itabaiana-Sergipe. 🔴 PARA COMPRAS, CLIQUE NO LINK ABAIXO 📌 Ver tradução 🔗 abrir.link/w2bby
